

v.6 n.2 jan./jun. 2021

ISSN 2447-9551



Revista **GTLeX**



 Universidade
Federal de
Uberlândia



Revista **GT**Lex

Número atemático

Volume 6, número 2
Janeiro/Junho 2021

GTLex | Uberlândia | v.6 n.2 | jan./jun. 2021 | p. 340-571 | ISSN 2447-9551

Expediente

Universidade Federal de Uberlândia

Reitor

Prof. Valder Steffen Jr.

Vice-Reitor

Prof. Carlos Henrique Martins da Silva

Diretor do Instituto de Letras e Linguística

Prof. Ariel Novodvorski

Editoração: Guilherme Fromm

Diagramação: Guilherme Fromm

Revisão: respectivos autores

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

Revista GTLex. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Letras e Linguística, 2015-
V. 1 -

Semestral.
Modo de acesso: <http://www.seer.ufu.br/index.php/GTLex>
ISSN: 2447-9551

1. Linguística - Periódicos. 2. Linguística aplicada - Periódicos. 3. Lexicologia - Periódicos. 4. Terminologia - Periódicos. 5. Onomástica- Periódicos. I. Fromm, Guilherme. II. Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Letras e Linguística.

CDU: 801(05)

Todos os artigos desta revista são de inteira responsabilidade de seus autores, não cabendo qualquer responsabilidade legal sobre seu conteúdo à Revista, ao Instituto de Letras e Linguística ou ao Grupo de Trabalho de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia (ANPOLL).

Revista GTLex

Diretor

Guilherme Fromm (UFU)

Conselho Editorial

Celina Márcia de Souza Abbade, UNEB

Elizabeth Aparecida Marques, UFMS

Enilde Leite Faulstich, UnB

Maria da Graça Krieger, UNISINOS

Maria José Bocorny Finatto, UFRGS

Márcio Sales Santiago, UFRN

Comissão Científica

Adriana Zavaglia (USP), Adriane Orenha-Ottaiano (UNESP), Angela Maria Tenório Zucchi (USP), Anna Maria Becker Maciel (UFRGS), Aparecida Negri Isquero (UFMS), Carmen Maria Faggion (UCS), Celina Márcia de Souza Abbade, (UNEB), Cleci Regina Bevilacqua (UFRGS), Claudia Zavaglia (UNESP/SJ Rio Preto), Claudio Cezar Henriques (UERJ), Eduardo Tadeu Roque Amaral (UFMG), Enilde Leite Faulstich (UnB), Ieda Maria Alves (USP), Karylleila Santos Andrade (UFT), Lêda Pires Corrêa (UFS), Lidia Almeida Barros (UNESP/ SJ Rio Preto), Marcia Sipavicius Seide (UNIOESTE), Maria Cândida Trindade Costa Seabra (UFMG), Maria Cristina Parreira da Silva (UNESP), Nelly Medeiros de Carvalho (PUC/PE), Maria Helena de Paula (UFG), Mariângela de Araújo (USP), Paola Giustina Baccin (USP), Patrícia Chittoni Ramos Reuillard (UFRGS), Rosemary Castañeda Zanette (UNIOESTE), Sabrina Pereira de Abreu (UFRGS), Vitalina Maria Frosi (UCS), Vitória Regina Spanghero (UFMS), Waldenor Barros Moraes Filho (UFU).

Participaram dessa edição como pareceristas *ad hoc*

André Nogueira Xavier - UFPR

Eliana Dias – UFU

José Carlos Oliveira - UFU

Ivanir Azevedo Delvizio - UNESP

Maria Virgínia Dias da Ávila – FATRA

Michelle Machado de Oliveira Vilarinho - UnB

Vitória Regina Spanghero - UFMS

Sumário

Expediente.....	342
Sumário.....	344
Artigos.....	345
<i>Fake news</i> e desinformação sobre vacinas: contribuições dos estudos da Terminologia, do Texto e do Discurso - Maria José B. Finatto (UFRGS), Adriana da Silva (UFV), Francine Facchin Esteves (UFRGS)	345
O <i>branding</i> do <i>e-commerce</i> : os papéis onomínico, semiótico e psicossocial na construção da <i>identidade pós 4.0</i> - caso <i>Magalu</i> - Amanda Kristensen de Camargo (UNIOESTE), Tainara Marcon Fante (UNIPAR), Márcia Sipavicius Seide (UNIOESTE).....	395
Dicionário Rikbaktsa-Português: um dicionário “pedagógico”? - Iago David Mateus (UNESP).....	421
Em busca de traços de conservadorismos lexicais: um estudo na fala capixaba - Sânia Fontoura Fernandes (UFMS), Aparecida Negri Isquerdo (UFMS)	442
Equivalentes em inglês para o termo “reitor” no contexto universitário - Andressa Caroline Flávia Boveto (UNIOESTE), Rosemary Irene Castañeda Zanette (UNIOESTE).....	471
Glossário em Libras dos nomes das empresas que compõem o polo industrial da zona franca de Manaus - Sebastião Reis Oliveira (UEA).....	495
A variação linguística no português falado em municípios do nordeste paraense - Elisa Maria Pinheiro de Souza (UEPA).....	523
Tradução.....	554
Comparative Anthroponomastics - Marcia Sipavicius Seide (UNIOESTE)	554

Artigos***Fake news e desinformação sobre vacinas:
contribuições dos estudos da Terminologia, do Texto e
do Discurso*****Fake news and Disinformation about Vaccines: Contributions from
Studies of Terminology, Text, and Discourse***Maria José Bocorny FINATTO***Adriana da SILVA****Francine Facchin ESTEVES****

RESUMO: O artigo apresenta a questão das *fake news* e desinformações durante a pandemia de COVID-19 e examina textos em português, compartilhados em redes sociais, sobre perigos da vacinação. Busca descrever em que medida esses textos e discursos, produzidos e compartilhados no Brasil, poderiam ser particularizados frente aos que trazem informações contrárias. Com um contraste inicial, em um estudo piloto, examina-se a apresentação lexical e discursiva de um vídeo transcrito cujo conteúdo coloca em dúvida a segurança de uma vacina. O texto transcrito é comparado com outros materiais, que servem de contraponto. Ao final, discutem-se as contribuições das Ciências do Léxico, dos estudos de

ABSTRACT: This paper presents the issue of fake news and disinformation during the COVID-19 pandemic and analyzes texts in Brazilian Portuguese shared on social media, informing the dangers of vaccines. It also seeks to describe to what extent these texts and discourses—produced and shared in Brazil—could be distinguished from those with opposing information. Based on a preliminary contrast, in a pilot-study, we examine the lexical and discursive presentation of a transcribed video, which questions the safety of a vaccine. The transcribed text is compared to other materials, serving as a contrast. Eventually, we discuss the contributions of Lexical Science, Terminology, and

* Pesquisadora do CNPq, professora e orientadora do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPG-Letras) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6022-8408>. mariafinatto@gmail.com.

** Professora Adjunta do Departamento de Letras da Universidade Federal de Viçosa (UFV). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5429-8792>. adria.silva@ufv.br.

*** Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPG-Letras) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6984-1567>. esteves.francine@gmail.com.

Terminologia e Estudos do Texto e do Discurso para a descrição e tratamento de textos que podem induzir à desinformação.

Studies of Text and Discourse for the description and treatment of this *type* of text that may induce disinformation.

PALAVRAS-CHAVE: *Fake news*. Discurso Antivacina. Terminologia. Léxico. Texto especializado.

KEYWORDS: *Fake news*. Anti-vax Discourse. Terminology. Lexicon. Specialized Text.

1 Introdução

Pandemias, ainda que avassaladoras, praticamente não geram narrativas convincentes e duradouras, geram silêncios. E isso nos ajuda a entender o negacionismo com a atual (CORSO, 2021).

Ao longo do percurso da Linguística, especialmente no que se refere a uma trajetória de conhecimentos registrados em português, entre várias coisas, aprendemos que um texto, oral ou escrito, sendo um todo multifacetado e complexo, é peça-chave para entendermos a língua e a linguagem. Afinal, trata-se de um todo de significação e de comunicação. Assim, a partir da noção de texto — e de discurso — e do reconhecimento de seus papéis, temos, além de um cenário para as palavras ditas ou escritas, várias somas e conexões a considerar. O que se estende também aos estudos do léxico e terminologias.

Ao considerarmos um texto especializado, escrito ou oral, como um informe técnico sobre vacinas, feito para profissionais de Enfermagem, ou mesmo um guia escrito, para leigos, sobre diferentes tipos de máscaras para proteção contra a COVID-19, permanece a condição de peça-chave. Nesses casos, desenham-se narrativas, registros documentais ou cenários textuais perpassados por um *modus dicendi*. Assim, temos uma sinergia de elementos que, combinados, perfazem um “entorno de significação” (FINATTO, 2002) para palavras, terminologias e conceituações. Esse entorno de significação é algo que também precisará ser contemplado para que possamos descrever e explicar os diferentes fenômenos que se nos apresentam em um estudo linguístico.

Trataremos neste artigo sobre tal entorno e suas conexões a partir de um conjunto de textos relacionados ao tema da vacinação durante o período histórico atual de uma pandemia de COVID-19, nos quais destacamos as terminologias e outros elementos lexicais. Em um estudo de caso preliminar, propomos o exame de um texto que corresponde a um vídeo transcrito que veiculou informações sobre eventuais riscos de uma vacina, compartilhado em um aplicativo de mensagens. Como contraponto, examinamos alguns informes ou notas técnicas produzidos por especialistas, especialmente por profissionais e instituições de Saúde, dirigidos à população em geral, que podem funcionar como oposição ou complementaridade para a informação compartilhada no material audiovisual.

Com esse contraste inicial, queremos discutir as contribuições das Ciências do Léxico, dos estudos de Terminologia e Estudos do Texto e do Discurso para a descrição e tratamento de informações de natureza científica que chegam, em diferentes formatos e versões, ao público leigo. Dessas contribuições, conforme acreditamos, podemos colocar alguns subsídios importantes para o enfrentamento da desinformação em temas de utilidade pública.

Feita essa contextualização inicial, cabe ainda dizer que este é um artigo que se propõe a lidar com um fenômeno linguístico-discursivo peculiar, atualíssimo, e que se ocupa de um conjunto de dados, tomado como um *corpus* muito inicial, colhido e examinado como amostra preliminar. Nossos dados, embora tenham sido reunidos "no calor de uma dada hora", pois foram coletados durante a pandemia de COVID-19, justamente, por mobilizarem algumas de nossas indignações particulares quanto à qualidade de algumas informações, podem ser considerados representativos. Afinal, inscrevem-se em uma dada situação comunicativa sócio-historicamente colocada. Essa situação comunicativa estará neste trabalho relacionada a algo que se conhece, genericamente, pela denominação *fake news* (notícias falsas) ou *deceptive news* ou *desinformação*.

Com este estudo, frisamos, não é nosso objetivo emitir juízo de valor sobre a condição de verdade, sobre as pessoas dos autores envolvidos ou citados ou sobre a adequação científica dos conteúdos dos textos sob exame. Nosso foco envolve descrever e situar aspectos que ficam entre o que é dito e as escolhas dos modos de dizer, os enunciados e as enunciações, que emolduram os diferentes conteúdos veiculados, em suas diferentes apresentações e versões. Nesse sentido, como já ensinou Barros (1999), nossos enfoques serão dedicados à "organização global do texto e examinam as relações entre discurso, enunciação e fatores sócio-históricos" (BARROS, 1999, p. 184). Portanto, no enfrentamento descritivo e analítico desse signo linguístico ampliado que se tornou o objeto-texto, entram os não-ditos, os efeitos de sentido, os ocultos, os subentendidos, valores e pressupostos envolvidos na tessitura ou reverberados a partir dela. E, sobretudo, iluminam-se as intenções envolvidas ou deixadas como rastros nas mensagens e nos diálogos travados via texto. Nessa medida, os textos especializados, que veiculam informação técnico-científica, concretizam discursos, visões de mundo e perspectivas sócio-historicamente modeladas.

Como um desafio, colocamos algumas bases para ajudar a entender a configuração e o funcionamento desse universo textual que se coloca a partir de diferentes lugares e modalidades de fala. São materiais que trazem terminologias e vocabulário técnico-científico, presumindo-se que se apresentam como um discurso de especialistas — de diferentes formações — para leigos. Assim, concordamos que "é preciso fazer um esforço muito grande para apreender a epidemia não como as 'coisas', mas como uma realidade discursiva" (MAINGUENEAU, 2020, p. 17).

Como cidadãs que se ocupam de Ciências no âmbito acadêmico das Letras, em um momento histórico ímpar para a Saúde Pública do Brasil, acreditamos que é importante dedicar nossa atenção para o tema da informação e da desinformação. Esse momento é o do início do ano de 2021, quando vivenciamos todo um quadro de disputas políticas em torno da paternidade e da implementação de um programa de

vacinação nacional e uma verdadeira enxurrada de informação disponível e veiculada em diferentes formatos, versões e plataformas: anúncios institucionais, vídeos em redes sociais, material criado por pessoas comuns e por *experts* em Saúde ou ciências, filmes e animações, produções originais e traduções legendadas, material em Libras etc. Em meio a tantos insumos, cabe lembrar, vivemos um momento politicamente conturbado e de muitas desconfianças por parte da população em geral em relação aos conhecimentos e produtos gerados pela ciência.

Diferentemente das épocas da Peste, da Varíola, da epidemia da Gripe Espanhola e das mais recentes disseminações assustadoras da Paralisia Infantil e da AIDS, hoje, temos muita informação disponível e compartilhada, facilitada na Internet, geralmente acessada em telefones celulares. Mas, frente a novas questões de Saúde, ainda experimentamos antigas situações adversas. Uma dessas adversidades é a falta de condições de as pessoas entenderem, qualificada e criticamente, a informação que recebem e separarem informação de desinformação, pois ambas podem ser linguisticamente parecidas, apelarem para conhecimentos e crenças que podem confundir os leitores/ouvintes.

Por isso, cremos que a pesquisa em Linguística e nós, linguistas, tratando das diferentes apresentações da informação, ainda que restritos ao plano linguístico, podemos ajudar a refletir sobre os impactos da desinformação, especialmente aquela associada a um discurso antivacina. Isso, para nós, pode ser dinamizado também com a ideia da acessibilidade textual e terminológica (ATT) desses materiais (FINATTO; MOTTA, 2019; FINATTO; PONOMARENKO; BERWANGER, 2019), em seus diferentes formatos e versões.

Assim, a partir do entendimento que um texto especializado possa ser um signo linguístico primário (HOFFMANN, 2015, p. 47), buscamos uma consideração das linguagens técnico-científicas, em suas diferentes instâncias. Filiamo-nos a uma perspectiva textual e comunicativa dos estudos de Terminologia (FINATTO, 2004).

Consideramos, conforme Cabré *et al.* (2018), que os textos especializados podem ser caracterizados em três dimensões: a dimensão discursiva ou pragmática, a dimensão cognitiva e a linguística. Na dimensão linguística, tal como essas autoras, temos o léxico e as terminologias. Entretanto, reuniremos os aspectos discursivos e cognitivos, os efeitos de sentido, convencionalidades e os modos de dizer em um mesmo macropiano, que, para nós, é textual-discursivo (e semiótico) em um sentido amplo diferenciado.

Nesse novo tipo de estudo de Terminologia (KRIEGER; FINATTO, 2004), que situamos no amplo cenário da Linguística Aplicada ou Linguística Descritiva, lidamos com os diferentes fenômenos que perfazem a comunicação técnico-científica, envolvendo diferentes propósitos e interlocutores. Isso é feito em um percurso que vai do texto-discurso até o léxico temático, incluindo-se o exame das escolhas de um modo de dizer, da sintaxe e da semântica do texto especializado (FINATTO, 2020). Isto é, os chamados “termos técnicos”, ainda que protagonistas no exame, não são os únicos elementos sob análise. Nesse sentido, termos e vocábulos “comuns”, em seus diferentes tipos, processos e conexões (cf. BARBOSA, 2006), entram em consideração, visto que caracterizam um modo de comunicar peculiar, que se concretiza em diferentes cenários culturais, históricos e instâncias pragmáticas.

Após uma revisão sobre o tema da desinformação em temas de ciência e saúde, o que relacionaremos à denominação *fake news*, traremos um estudo inicial com um pequeno conjunto de textos. Feito isso, buscaremos retomar as seguintes questões, também iniciais:

- a) em que medida os estudos linguísticos do Texto e do Discurso, conjugados aos estudos do Léxico e da Terminologia, podem contribuir para descrever, analisar e explicar o fenômeno da desinformação ou *fake news* em Ciências da Saúde?
- b) como ocorre o tratamento e/ou apresentação das terminologias e de conceitos científicos em diferentes apresentações da informação científica largamente

compartilhada em redes sociais frente a textos institucionais, cientificamente fundamentados?

Assim, na sequência deste artigo, convidamos nosso leitor a refletir sobre o papel do léxico e das terminologias na constituição dos textos, em suas diferentes apresentações e versões, que tratam sobre os temas da vacinação em um terrível período de pandemia. Entendemos que, a partir desses textos, poderiam ser mobilizadas ou criadas condições para *fake news*, qualificação que é atribuída, não pelo analista-linguista, mas pelos especialistas em ciências e em Comunicação Social, via confronto com informação de base científica.

Este artigo prossegue com a seguinte organização: i) uma seção de contextualização histórica e social sobre o tema das *fake news*; ii) uma revisão do tema e das áreas dos Estudos da Linguagem implicadas e/ou mobilizadas para o enfrentamento das questões relacionadas; iii) considerações sobre um discurso antivacina e análise de um exemplo de texto com desinformação, já desmentido em veículos de comunicação; iv) um estudo de caso preliminar, com uma amostra que corresponde a um vídeo transcrito, compartilhado em redes sociais, em duas versões, que alerta sobre eventuais riscos de uma vacina, submetido a diferentes ferramentas informatizadas para a descrição do léxico empregado; v) indicativos desse exame inicial frente à revisão e ponderações anteriores e, por fim, ideias para estudos futuros.

2 Contextualização: *fake news* como fenômeno político-social e objeto de estudo

No cenário de uma pandemia com pessoas confinadas em suas casas no Brasil e no mundo, nunca antes recebemos tanta informação sobre temas de Saúde, produzida por pessoas ou por veículos de comunicação. Uma mesma informação chega, quase de modo instantâneo, a muitas pessoas, ávidas por saber o que acontece à sua volta em meio a uma contabilização diária de mortes pela pandemia.

Em meio a isso, conforme já alertavam Monteiro *et al.* (2018), *fake news* criam um problema. Afinal, podem influenciar ações e entendimentos de pessoas e de grupos sociais de forma bastante negativa, em diferentes searas, mas parece mais acentuada quando se pensa na decisão de se tomar ou não uma vacina em meio a esforços de uma coletividade.

A palavra *fake* (falso, em inglês) foi usada, em 2016, pelo então candidato Donald Trump para qualificar as informações divulgadas na mídia que foram consideradas por ele como erros ou previsões desfavoráveis naquela campanha eleitoral (WENDLING, 2018). E, a partir do uso contínuo da expressão *fake news* por esse político, passou a ser amplamente usada por outros políticos e jornalistas, em diferentes países, tornando-se conhecida pela população mundial.

Wendling (2018) salienta que o uso inaugural dessa expressão teria sido feito pela então candidata Hillary Clinton. Entretanto, podemos considerar que a popularização se deu com Trump na posição de presidente eleito. Cabe ressaltar ainda que essa expressão já era usada também pela mídia jornalística para designar informações “fabricadas” (HOLAN, 2017).

No Brasil, a expressão *fake news* foi amplamente usada na eleição presidencial de 2018, que elegeu Jair Bolsonaro, sendo que este se colocava como um seguidor das ideias e comportamentos propagados por Trump (VISCARDI, 2020). Naquele cenário, a designação também passou a ser amplamente acolhida entre nós, os brasileiros.

Desde então, o assunto *fake news* domina as discussões políticas, sociais e familiares. Vale ressaltar que a informação falsa ou a desinformação, veiculada em diferentes meios de comunicação, não é um privilégio atual. De acordo com Otis (2020), a invenção intencional de notícias fantasiosas percorre a história da Humanidade, com picos de desenvolvimento na invenção da imprensa e, podemos acrescentar, das mídias sociais. Afinal, há usos dessa expressão desde o século XVI conforme o *site* do dicionário Merriam-Webster (MERRIAM-WEBSTER, 2021).

Além disso, vale registrar que a expressão foi retomada e avaliada também por Craig Silverman, em 2014, ao escrever um tuíte sobre uma informação falsa divulgada no Facebook. No Twitter, Silverman desmentiu uma informação sobre uma família que teria contraído o vírus Ebola no Texas, cuja repercussão havia levado uma cidade inteira ao pânico e a uma rígida quarentena (SILVERMAN, 2017). Ao alertar para a falsidade dessa notícia, indicou que era um caso de notícias fabricadas com fins lucrativos.

A partir desse episódio ocorrido em 2014, é fácil concluir que *fake news* tendem a ser danosas para a sociedade, pois flertam com teorias da conspiração, visando influenciar e/ou prejudicar pessoas. Como já reiteram Recuero e Cruzd (2019, p. 32), seu uso “não se trata apenas de uma informação pela metade ou mal apurada, mas de uma informação falsa intencionalmente divulgada, para atingir interesses de indivíduos ou grupos”, gerando desinformação em maior ou menor grau, com consequências que podem acarretar problemas individuais, sociais, políticos e econômicos.

O termo *fake news* é usado frequentemente pela imprensa, por pessoas comuns e também por pesquisadores interessados em entender a comunicação e a interação humanas. Recentemente, alguns pesquisadores da Comunicação Social passaram a evitar o designativo *fake news* e preferir termos como desinformação. Afinal, a expressão tornou-se uma denominação guarda-chuva, que pode abarcar rótulos tais como *informações da imprensa marrom, desinformação, propaganda, rumores, boatos e notícias falsas* em geral (OTIS, 2020). Além disso, estudiosos do Jornalismo entendem que, por sua natureza, o termo notícia, correspondendo a informações produzidas seus profissionais, seriam sempre apuradas e, *a priori*, verdadeiras.

Neste trabalho, optamos, como linguistas, pelo uso da expressão *fake news*, pois é o termo que nos parece mais popularizado e frequentemente empregado. Além do exame de aspectos estruturais e constitutivos do que pode potencializar esse tipo de

texto, ressaltamos uma das nossas concepções de base para o seu enfoque: acreditamos, mesmo correndo o risco de parecer panfletárias, que aquilo que move a construção e divulgação de *fake news* é um desejo de manipulação de pessoas via um uso particular da linguagem. Contudo, vale repetir, não nos cabe julgar os textos que aqui trazemos em exame, nem suas ideias ou autores. Como linguistas, fazemos apenas descrição e análise.

Quando assistimos, ansiosas, à chegada, no Brasil, de diferentes vacinas para conter a epidemia de COVID-19, consideramos importante compreender os modos de apresentação da informação que as pessoas encontraram ou receberam. Em um momento em que não há uma cura para esta doença, com milhões de infectados e mais de 440 mil mortes (contadas até maio de 2021, ver em: <http://plataforma.saude.gov.br/coronavirus/covid-19>), essas informações relacionam-se a enunciadores-cientistas ainda em processo de aprendizagem sobre o vírus e o funcionamento da doença, o que se estende aos profissionais da Comunicação Social. Entretanto, tais mensagens também podem ser um campo para pessoas que, com algum interesse não científico, possam divulgar *fake news* ou descontextualizar parte de informações.

A maioria da população brasileira, ao lidar com a informação e a desinformação, segue amedrontada. Ao mesmo tempo, testemunha uma disputa política, travada nos meios de comunicação e redes sociais, sobre quem teria o mérito de, finalmente, ter trazido as primeiras vacinas para o Brasil.

Na busca de entendimento, muitos, infelizmente, tornaram-se vítimas de quem difunde dados equivocados, o que é feito, geralmente, por conta de interesses escusos. Nesse caso, o noticiamento do tema da vacinação aparece conectado a uma série de outros tópicos historicamente polêmicos na nossa sociedade, como, por exemplo, políticas e focos prioritários de Saúde, questões de gênero e sexualidade, orientação e crenças religiosas, demandas por de maior representatividade política, entre outros.

Assim, são feitos os mais inusitados elos semânticos entre o tópico da vacinação e outros tantos outros temas, com diferentes interpretações extrapoladas e dinamizadas por parte de quem desconheça a natureza do trabalho científico.

Nesse cenário, muitos pesquisadores, de diferentes áreas, passaram a estudar materiais associados a *fake news*, especialmente sobre temas de Utilidade Pública. Temos, hoje, trabalhos feitos a partir de diferentes perspectivas teóricas, considerando a compreensão, o discurso, os tipos de texto, os impactos das diferentes mídias, a ação de uma psicologia social coletiva, entre outros elementos.

Assim, vemos em consideração, por exemplo, modelos de análise de informações e textos baseados na percepção subjetiva de leitores e também no tratamento computacional de textos falaciosos ou potencialmente falaciosos, que são examinados em meio a *corpora* e bases de dados (por exemplo, em MORONI (2018) e SILVA *et al.* (2020)). Esse *tour de force*, que envolve estudiosos desde a Comunicação, Psicologia, Ciências Sociais e Humanidades até Informática e Matemática, inclui a novíssima área do rastreamento de crimes cibernéticos. Concretiza-se, assim, uma sinergia necessária frente ao equacionamento de um fenômeno que pode gerar consequências sociais, políticas e econômicas.

Esses estudos, *grosso modo*, têm demonstrado que *fake news* são criadas intencionalmente, escritas por pessoas, mesmo que sua elaboração possa ser feita com apoio computacional, sendo propagadas via compartilhamentos diversos (OTIS, 2020). Esse compartilhamento é resultado da adesão do leitor — por um valor de verdade ou de simpatia atribuído — a um conteúdo ou texto de partida. Essa atribuição de valor, passa a ser reconhecida e multiplicada por muitas pessoas. Essas pessoas, vítimas dos produtores dessas notícias, propagam-nas consciente ou inconscientemente. Nessa sucessão de etapas, produtores e leitores a ele engajados, mais ou menos iludidos ou convictos, são as peças essenciais no bom andamento do processo. Todavia, sem a adesão do leitor-propagador inicial, nada funcionará.

3 Em busca de características discursivo-linguísticas das *fake news*

Conforme reiterado, os produtores de *fake news* tendem a construir o texto de forma a enganar os leitores que, por sua vez, as assumem como reais. Além disso, muitas vezes, os leitores-propagadores identificam-se pessoalmente com as informações e as situações implicadas nos textos, passando-os adiante, numa cadeia contínua de captação de novos leitores. Numa tentativa de quebrar ou conter essa cadeia das *fake news*, foram criados os *fact-checking websites*, nos quais as pessoas podem checar a origem e a veracidade a partir da comparação de dados, pesquisas e registros (FONSECA, 2017).

Os websites que possibilitam a avaliação de notícias e textos como verdadeiros ou falsos e mesmo os esforços por publicar "desmentidos de notícias falsas" (ROSO, 2020) são importantes, mas as pessoas devem ser suficientemente letradas — em termos de letramento (linguístico) de leitura, letramento digital, letramento em saúde e letramento científico — para que possam refletir mais sobre o conteúdo que consomem e compartilham nas redes sociais, por exemplo.

Dessa forma, faz-se necessário pensar também nas características linguístico-textuais desses materiais, pois há um *modus dicendi* em ação — com apresentação, em tese, cativante e bem-sucedida — que precisaria ser descrito e compreendido. Não obstante, as agências e serviços de checagem geralmente usam critérios diferentes para análise desses textos e alguns questionam se essa verificação não se trataria de um processo muito subjetivo, marcado também por ideologias.

Na busca de uma objetividade dessa verificação, acaba-se por criar uma base para a sua descrição linguística. Morhammed *et al.* (2020), por exemplo, compararam as características linguísticas de notícias falsas e verdadeiras postadas no Facebook em inglês. Esses autores concluíram que peculiaridades gramaticais podem ajudar a determinar se os textos são confiáveis ou não.

Anteriormente, Veszelszki (2017) fez a análise de notícias apresentadas no Facebook para identificar as características de *fake news* em húngaro, apontando o uso de: a) títulos grandes, sensacionalistas e, muitas vezes, representados por links; b) **termos normalmente usados por especialistas e desconhecidos para os leigos** (grifo nosso); c) uma linguagem informal, mas com uma imitação de textos da mídia impressa ou on-line.

A despeito de quaisquer características que se possa apontar, vale citar que já temos um *corpus* especialmente desenvolvido com notícias falsas em português brasileiro, acompanhadas de suas versões verdadeiras, o *Corpus Fake.Br* (SANTOS; MONTEIRO; PARDO, 2018). A partir da organização desse *corpus*, seus autores já nos indicam, entre outros elementos, que o número de substantivos, adjetivos, verbos e pronomes nas notícias verdadeiras é maior que nas notícias falsas (SILVA; SANTOS; ALMEIDA; PARDO, 2020). Esses pesquisadores de Ciência da Computação desenvolveram um aplicativo para internet e telefone celular para a pessoa interessada em verificar possíveis *fake news*, disponível em: <https://nilc-fakenews.herokuapp.com> (cf. acesso em 20 de maio de 2021).

4 Fake news, discurso antivacina e uma análise inicial

Figueiredo *et al.* (2020) avaliaram a confiança e aceitação das vacinas em 149 países entre 2015 e 2019. Os autores identificaram como o chamado *movimento antivacina*, o extremismo religioso, a desinformação e a política podem influenciar as campanhas de vacinação. No Brasil, doenças como o sarampo foram reintroduzidas em várias partes do país, e isso se deveu à redução de vacinação, acendendo um alarme sobre a possível adesão a vacinas disponíveis no Brasil para a COVID-19.

No caso específico da percepção das pessoas sobre essas vacinas, as novas tecnologias, o acesso à Internet e às redes sociais possibilitam maior liberdade de expressão dos indivíduos. As pessoas sentem-se livres para opinar sobre diferentes

assuntos, tendo ou não conhecimento sobre o que são vacinas, baseando-se, muitas vezes, em crenças pessoais. E isso segue sendo feito a despeito de quaisquer campanhas de esclarecimento feitas pela imprensa tradicional ou pelos órgãos públicos.

Nesse sentido, Moroni (2018) afirma que:

[...] a disseminação de *fake news* altera hábitos coletivos na medida em que, através da manipulação da opinião que favorece o “comportamento de manada”, propicia o surgimento de padrões informacionais que inibem a prática da solidariedade, da cooperação e desvalorizam o diálogo presencial, prejudicando as propriedades de coordenação emergente, prospectividade e flexibilidade (MORONI, 2018, p. 147).

O problema com *fake news* sobre vacinas é que elas geram confusão, dúvida, descrença e medo. Ao fazer uma pesquisa “*fake news* sobre vacina covid-19” no buscador Google, encontramos aproximadamente 16.200.000 resultados (0,69 segundos) no dia 27 de janeiro de 2021. Isso já demonstrava a preocupação sobre a temática e o número de informações geradas na Internet, mesmo antes de um grande auge da doença no Brasil, entre março e abril de 2021.

Larsson (2020) afirma que os argumentos usados no atual movimento antivacina são repetições de experiências passadas. Essa pesquisadora usa como exemplo um panfleto distribuído durante a epidemia de varíola em Montreal em 1885, no qual o redator se opunha à vacinação. Larsson ressalta que esses redatores costumam apontar que as vacinas: a) são ineficazes e/ou causam doenças; b) fazem parte de uma conspiração maior, estando relacionadas a um poder político ou econômico. Para tanto, conforme aponta a autora, os autores usam o argumento de autoridade para a legitimação do que afirmam e esses argumentos repetem-se nas *fake news* atuais sobre a vacina da COVID-19, como podemos ver na figura a seguir.

Figura 1 – Exemplo de *fake news* sobre vacina em exame de veracidade, circulou em junho de 2020.

Não se enganem, a mesma vacina de Bill Gates e Melinda Gates será a mesma de Xi Jinping e outros países. Todos os países que fazem parte da Nova Ordem Mundial tem um acordo global com essa vacina, podem até mudar de nome para não dispersar o medo na população. O que mais revolta é a probabilidade da vacina ser obrigatória.

Só não devemos esquecer que no meio de tudo isso há um plano maior.

Me diga, Por que Jesus não foi intimidado por Pilatos?

Disse-lhe, pois, Pilatos: "Não me falas a mim? Não sabes tu que tenho eu poder para te crucificar e tenho poder para te soltar?"

Respondeu Jesus: "Nenhum poder terias contra mim, se de cima não te fosse dado; (João 19.10-11)

Ou seja, nenhum poder há na Elite mundial se Deus não permitir, se não for o tempo, tudo irá se sucumbir, e o mal que tanto querem, se reverterá contra a Elite globalista iluminati.

Deus tem poder para aqueles que tomarem inocentemente a vacina, e ela for para causar mal, Deus irá multiplicar sua vida e saúde na terra, confundindo o inferno mais uma vez.

.....

#vacina #joao19 #covid #corona #seringa #melindagates #billgates #china #butanta #sp #nwo #NovaOrdemMundial #fim #começo #Deus #God #ccb #canalonoff #CanalOnOffRedemption



Fonte: Agência Lupa (QUEIROZ, 2020). Disponível em:

<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/06/18/verificamos-vacina-gates-chinesa/>. Acesso verificado em: 20 maio 2021.

A Agência Lupa avaliou a informação ilustrada na Figura 3 e divulgou suas conclusões, em um processo de verificação que é descrito pela empresa (AGÊNCIA LUPA, 2015). Com feito semelhante ao que foi levantado por Larsson (2020), como na

época da vacina da varíola em 1885, reiteram-se vários argumentos de autoridade. São mencionados o então casal *Bill e Melinda Gates* (que representa os EUA), *Xi Jinping* (presidente da China), *outros países*, *Jesus*, *Pilatos*, *a Bíblia*, *uma Nova Ordem Mundial*, *uma Elite globalista illuminati*, *um plano maior* e *Deus*. Abaixo do texto, um desenho ilustra o governador de São Paulo e o presidente da China, salientando que as pessoas serão cobaias submetidas a um possível mal, restando-lhes apenas um socorro divino.

Nesse caso inicial, há, além da palavra escrita, o uso da multimodalidade para chamar atenção. A apresentação da vacina por políticos insinua a simulação, pois estão sorrindo e a vacina/seringa que seguram apresenta uma interrogação. Na época da veiculação desse informe, junho de 2020, a vacina (CoronaVac/Butantan) ainda estava em estudo. A escolha das palavras, como, por exemplo, *enganar*, *global*, *obrigatória*, *probabilidade*, *insinuar*, *dispersar*, *revolta*, o uso da negativa em diferentes momentos, logo no início, alerta para que o leitor não se deixe enganar. O redator, assim, mostra-se como um provedor da verdade.

O discurso antivacina, concretizado neste exemplo, mobiliza uma luta entre o bem e o mal, retomando Jesus e Pilatos, apresentando-se o redator como um parâmetro moral em uma luta contra a vacina. Esse enunciador se apresenta como se fosse um pastor ou pregador/sacerdote de uma igreja dirigindo-se aos seus fiéis, que não podem ser enganados pelas autoridades retomadas no texto, estas encaradas como a personificação do Mal.

Trata-se de um discurso sensacionalista típico das *fake news*. Esse material traz como assinatura apenas uma conta do Instagram, mas, conforme Queiroz (2020), foi coletado na rede social Facebook. Vale ressaltar, ainda, que as várias *hashtags* (assinaladas com #), colocadas ao final do texto escrito, além de retomarem os pontos aqui ressaltados de forma aleatória, também servem como um “recurso tecnológico” sofisticado. Afinal, com elas, abastecem-se uma série de outros enlaces com textos de conteúdo semelhante, reforçando as mesmas “palavras-chave”, e guiando as

ferramentas de busca na Internet. Aqui, mais um traço de planejamento da sua elaboração.

Assim, nesse primeiro exemplo, fica evidente um apelo emocional, que pode ser também religioso, contra a vacinação. No texto ilustrado, não há espaço para nenhum contraponto com argumento científico ou contraposição a outros fatos, reais ou não.

Esse tipo de discurso, hoje identificado também como ‘negacionista’, ao que parece, torna-se mais fácil de ser entendido — e multiplicado — se comparado a algumas comunicações e orientações científicas e/ou institucionais. Como vimos na figura, uma série de elementos textuais e simbólicos ou semióticos guiam o leitor para um comportamento, sendo visíveis para um analista da linguagem e do discurso. Infelizmente, nem toda a população está preparada para essa leitura crítica.

Mesmo para um analista profissional, restringindo-nos apenas ao formato linguístico, textual e terminológico do material, que tende a ser bastante variado, tal informe oferece desafios. Além do texto escrito, os vídeos compartilhados, identificados ou não, tornaram-se outro tipo de peça-chave na promoção desse discurso. Afinal, não é preciso saber ler muitas palavras escritas para ter acesso a eles. Sobre esse tipo de material, em forma de vídeos, trataremos a seguir, em um estudo mais detido.

5 Estudo de caso: reconhecendo condições e necessidades para análises linguísticas

Apresentamos, nesta seção, como um núcleo principal, um material gerado a partir de um vídeo sobre vacinas e COVID-19 — mais adiante transcrito, cujo título, em versão curta, é SEXO APÓS VACINA (BETETI, 2020). A ele tivemos acesso, na versão curta, pela rede social WhatsApp. Foi conosco compartilhado em janeiro de 2021, sem identificação de autoria ou fonte. Esse vídeo tem duração de 04 minutos e 06 segundos. Assim, não se pode afirmar que, conforme o recebemos, já adaptado, tenha sido produzido pela pessoa do apresentador que nele identificamos.

Um provável correspondente vídeo original completo, divulgado inicialmente em 30 de dezembro de 2020, pode ainda ser visualizado na rede social YouTube em: <https://youtu.be/nBomFRTXtwM> (disponibilidade verificada em: 20 maio 2021). Esse material intitula-se “*Não leia a bula da Pfizer se você faz sexo. Acabaram minhas férias depois dessa notícia*” (BETETI, 2020). Nele, registra-se que o material integra conteúdos de um canal produzido por um jornalista **especializado em saúde** (grifo nosso) e empresário do ramo de suplementos alimentares. Esse vídeo, supostamente seu “original completo”, tem duração de 08 minutos e 2 segundos e é antecedido de propagandas em vídeos que podem ser puladas. Essas propagandas significam *monetização* do material veiculado ou do canal. Nesse *site*, indica-se que o canal tem 396 mil inscritos, com 1.977 comentários registrados abaixo do vídeo, o qual teve 203.725 mil visualizações registradas em 30/12/21, data de sua postagem, conforme verificamos em nosso acesso de 20 de maio de 2021.

Assim, temos um material compartilhado e acessado em duas versões, WhatsApp e YouTube. Isso fornece um exemplo “modelar” para um exame preliminar da tessitura de textos em contraste, em seus aspectos mais gerais, e em seus aspectos léxico-terminológicos. Para nós, os elementos em destaque serão o modo de apresentação de termos, conceituações, efeitos do discurso e o potencial de acessibilidade textual e terminológica (ATT) do material, na versão curta, através da sua transcrição feita por nós.

Fazemos alguns breves contrapontos entre o texto do vídeo e alguns materiais publicados em diferentes veículos de imprensa e de instituições, sobre o tema tratado. Para tanto, socorremo-nos de materiais que tragam diferentes posturas e fontes de informação. Nesse sentido, mesmo antes de examinar o material transcrito, vale situar o tema da obrigatoriedade ou não da vacina, que perpassa o texto dos vídeos e do material antes ilustrado. Essa vacinação deve ser feita conforme algumas

condições, podendo ser obrigatória (porém não forçada), de acordo com uma decisão em plenário do Superior Tribunal Federal em dezembro de 2020 (BRASIL, 2020).

5.1 Vídeo curto transcrito

Segundo o protocolo clínico de manejo da vacina elaborado pela própria Pfizer — elaborado pela própria Pfizer — ela faz um alerta muito importante, que você que tomou a vacina ou que vai tomar a vacina da Pfizer não pode ter relações sexuais nos primeiros 28 dias. Está escrito aí na tela aí ó, o pessoal tá colocando aí para você. O link tá aí embaixo do pdf. Então, nos próximos 28 dias, assim que você tomar a vacina, é recomendável você não ter relações sexuais com o objetivo de ter filhos porque pode nascer esse embrião, que vai ser formado, pode ter problemas teratogênicos. Teratos — a origem da palavra é monstro, ou seja, uma criança, um embrião com má-formação. Então, você deve tomar o máximo cuidado em receber essa informação, ou seja, não ter relações sexuais nos próximos 28 dias após tomar a vacina ou se tiver a relação sexual, estar protegido com o uso da camisinha e, no caso da mulher, não ter a intenção de gerar um filho. Isso está na Pfizer, no protocolo de manejo clínico da vacina da Pfizer. Então, esse é um momento muito importante, em que você tem que tomar a sua decisão. Meu papel aqui mais uma vez, você que está aqui no canal do Fernando Beteti, eu peço para que você se inscreva, que você dê o seu like ou seu dislike no caso, porque é muito importante que este vídeo chegue para mais pessoas. A minha grande crítica é somente uma: por que os outros canais de comunicação não levam esse tipo de informação para você? Por que os outros canais, por que a grande mídia não leva a informação completa para você? Esse é o meu objetivo: levar a informação até você. Tá aí na tela para você ver, é o manejo clínico, o protocolo que a Pfizer orienta as pessoas. Eu até agora não vi nenhum grande canal de comunicação, nenhuma parte da grande mídia passar essa informação. Então, Dr. Alessandro Loiola deu um exemplo bem prático: “o tempo para se gerar um filho são 9 meses, para gerar um filho saudável; o tempo para se fazer um bolo, 45 minutos/1 hora. Se sair com a massa do bolo com 10 minutos, vai ter problema; se teu filho nascer com 2, 3, 4 meses, vai ter problema. Então, tempo é um fator primordial para que a vacina seja segura.

Fim do vídeo¹

¹ Os recursos visuais de apoio utilizados pelo vídeo curto são legendas superiores com alguns títulos e imagens laterais ao lado da figura do apresentador. Não há apresentação de caixa de imagem com

5.2 O vídeo sob exame: entre a versão curta e longa

O material selecionado, conforme mencionado, visa representar uma série de materiais semelhantes, compartilhados em redes sociais, como vimos até aqui, em diferentes formatos e versões. Nesse caso, temos um tema específico, a teratogênese, e o tema da vacinação contra COVID-19.

O gênero do texto poderia ser descrito, em que pesem várias ressalvas por parte de especialistas da Comunicação Social, nas duas versões disponíveis, como um material de jornalismo científico, considerando-se a autoapresentação do autor, antes citada (jornalista especializado em saúde). Além disso, em meio ao texto, há aspectos a sopesar no que se refere a uma qualificação *a priori* desse material como *fake news*, o que não nos cabe fazer. Afinal, mesclam-se aspectos como informação, relato pessoal, notícia e opinião, o que envolve liberdade de expressão.

Na versão do WhatsApp, conforme reiterado, não há qualquer título, legenda ou menção inicial que identifique o nome do autor/responsável e/ou a sua data de produção. Conforme mencionado, essa foi a primeira versão a que tivemos acesso via celular em janeiro de 2021. Como sabemos, por experiência própria, a tendência é que materiais mais curtos se propaguem mais. Por outro lado, o vídeo original, com autoria bastante marcada, tem formato que pressupõe diálogos recorrentes ou costumeiros entre o autor e vários leitores/usuários. Essa interação pode ser confirmada: abaixo do vídeo original longo, encontram-se centenas de comentários de usuários do canal sobre o vídeo. Alguns desses comentários, com indicação temporal, destacamos a seguir, conforme nosso acesso ao canal em 19/01/2021:

interpretação em Libras. Quanto à figura do apresentador/autor do vídeo, temos as seguintes características: homem branco de óculos retangulares grandes, rosto com algumas rugas de expressão, apresentação feita com a pessoa sentada — sem exibição do corpo todo. O apresentador usa cabelos curtos, veste uma camisa polo de estilo casual, de cor acinzentada — no foco da imagem, parte da camisa não exibe marca. Exibe uma fala pausada, com emprego de norma culta, sem sotaque regional marcado/identificável. Idade aproximada do apresentador: 55-60 anos.

2 semanas atrás

Eu não tomo vacina nenhuma, tomo ivermectina é rezo, essa é minha vacina.

1 semana atrás

Essa informação tem que ser passada urgentemente pelas redes sociais

2 semanas atrás

1. É nossa obrigação divulgar pra todos ao nosso alcance. Compartilhando

2. To cm 29 anos

Nunca fiz sexo

Tô tranquila

E eu nem sei se vou tomar essa vacina

Quanto à fonte de informação citada no vídeo, o apresentador destaca que a informação a ser trazida foi retirada do “protocolo clínico de manejo da vacina elaborado pela própria Pfizer”. Um alerta muito importante que o jornalista faz é que a empresa Pfizer teria orientado que quem tomou ou tomará a vacina a não ter relações sexuais nos primeiros 28 dias após receber o imunizante. Enquanto é feito esse alerta, uma imagem não legível aparece no vídeo, ao fundo. Informa-se que a imagem é de um protocolo da Pfizer, disponibilizado em um *link* para quem quiser ler depois.

Esse link (BIONTECH, 2020), porém, não estava anexo ao vídeo curto. O link disponibilizado se refere a um arquivo em inglês intitulado: “*Um estudo de fases I, II, III controlado por placebo, randomizado, cego, para encontrar a dose a fim de avaliar a segurança, tolerabilidade, imunogenicidade e eficácia de candidatas à vacina RNA de SAR-COV-2 contra COVID-19 em indivíduos saudáveis*” (tradução nossa). Interessante notar que o autor do informe parece pressupor que muitos de seus leitores possam ser capazes, de algum modo, de compreender o texto em inglês. De nossa parte, imaginamos que tal material em inglês funcione com um argumento de autoridade ou mesmo como uma salvaguarda quanto à condição de veracidade da informação.

Ao seguir com seu informe, o autor menciona o termo “teratogênico” e alerta: “assim que você tomar a vacina, é recomendável você não ter relações sexuais com o objetivo de ter filhos porque pode nascer esse embrião [...], pode ter problemas

teratogênicos. Teratos, a origem da palavra é monstro, ou seja, uma criança, um embrião com má-formação”. Vale explicar que se trata de uma prática comum às empresas farmacêuticas recomendarem métodos contraceptivos quando ainda não há dados de pesquisa com gestantes. Ao lermos esse protocolo em inglês, a única menção à palavra *teratogênese* está no trecho a seguir:

Os dados sobre a segurança de reprodução humana não estão disponíveis para as vacinas BNT162 com base em RNA contra COVID-19, mas **não há suspeita de teratogênese** baseada no mecanismo previsto da ação do composto. Por isso, o uso de um método contraceptivo altamente eficaz é necessário². (Tradução e grifo nossos.) (BIONTECH, 2020)

No fim do vídeo, sublinha-se que a grande crítica do informe é apenas uma: “Por que os outros canais de comunicação não levam esse tipo de informação para você? [...] Esse é o meu objetivo: levar a informação até você”. Assim, o vídeo — na sua versão curta — termina com uma comparação entre tempo de desenvolvimento de uma vacina e os tempos de uma gestação ou de uma receita de bolo. Nesse ponto, cita-se um médico, Dr. Loiola, cujas declarações, mais tarde, foram confirmadas como falsas por uma agência de notícias tradicional, a agência Estadão (PROJETO COMPROVA, 2020). Desse modo, coloca-se em dúvida a segurança desta vacina em função do tempo despendido — ou eventual pressa — para a sua produção.

Mas, se o usuário-leitor quisesse encontrar alguma informação em contraponto, que não se indica ou menciona nos limites do texto transcrito, teria, entre outras, a seguinte notícia, publicada em 06/11/20: “Médicos **não** provaram que uma vacina precisa de 10 anos de pesquisa para ser segura”. Nesse texto, com grifo nosso, vemos que a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), em resposta ao “Projeto

² Em inglês: “Human reproductive safety data are not available for BNT162 RNA-based COVID-19 vaccines, but there is no suspicion of human teratogenicity based on the intended mechanism of action of the compound. Therefore, the use of a highly effective method of contraception is required” (BIONTECH, p. 39, 2020)

Comprova”, um site de jornalismo colaborativo, que reúne veículos de comunicação para verificar informações on-line, já havia informado, em novembro de 2020, que não há um tempo mínimo delimitado de pesquisa para que uma vacina seja aprovada (PROJETO COMPROVA, 2020). Entretanto, fica-se sabendo que se exige “uma demonstração de segurança e eficácia por meio de pesquisas clínicas que forneçam dados suficientes para esta análise”. Esse material comprobatório também traz que não existe uma correlação entre tempo menor de aprovação de uma vacina e sua eficácia, complementando que a “eficácia de um medicamento ou vacina é avaliada por meio de pesquisa clínica”.

Por outro lado, o foco do vídeo curto transcrito parece girar em torno do termo teratogênico, relacionado ao termo/conceito *teratogênese*. Conforme os Descritores em Ciências da Saúde (DECS, 2021), *teratogênese* se refere à formação de anomalias congênitas. Nesse sentido, na centena de comentários dos usuários do canal no YouTube, de pessoas que assistiram à versão longa do vídeo, localizamos certo impacto e confusão com relação ao termo cujo significado o autor procurou esclarecer em seu discurso:

Comentário 1

Depois do carnaval, todo mundo teratogênico.

Comentário 2

Credo se vira montra meu deus é o o fim mesmo

Comentário 3

O que é teratogenico?

Comentário 4

Vcs acharam q o papo de virar jacaré era loucura? 🤔 Kkkkkk

Como contrapontos para a informação que associou esta vacina e *teratogênese*, destacamos, por exemplo, um informe curto produzido pela FEBRASGO (2021), a Federação Brasileira de Associações de Ginecologia e Obstetrícia, publicado em fevereiro de 2021. Nesse texto, vemos que, conforme se informa, em testes com animais, não foram observados efeitos teratogênicos. Do mesmo modo, outra notícia,

produzida pelo jornal Folha de São Paulo, disponível em: <https://outline.com/jVFz5W>, publicada em março de 2021, asseverava que as vacinas da Pfizer **não** são teratogênicas (grifo nosso).

5.3 Dados linguísticos do material transcrito

A partir da transcrição, fizemos um processamento do seu conteúdo lexical pela ferramenta multiplataforma AntConc (ANTHONY, 2018), que pode ser usada para pesquisas em Linguística de *Corpus* e para aprendizagem orientada por dados. É possível fazer o download da ferramenta pelo site: <https://www.laurenceanthony.net/software/antconc/>. Essa ferramenta nos mostra que o texto contém 391 palavras (*tokens*), as quais empregam 166 formas diferentes (*types*). Não diferenciamos maiúsculas de minúsculas na obtenção dessa lista e utilizamos apenas a funcionalidade denominada *wordlist*. A lista completa está na seção de Anexos.

A seguir, trazemos, as 30 palavras mais frequentemente empregadas no texto; indicamos Ordem, Frequência e o Item. Destacamos, nessa amostra, em vermelho, os elementos lexicais frente aos gramaticais.

Tabela 1 – Palavras mais frequentes.

O	Freq.	Item	O	Freq.	Item	O	Freq.	Item
1	16	que	11	7	não	21	4	esse
2	15	a	12	7	vacina	22	4	filho
3	13	você	13	6	com	23	4	grande
4	12	o	14	6	pfizer	24	4	no
5	10	para	15	6	se	25	4	vai
6	9	um	16	5	aí	26	3	clínico
7	8	da	17	5	então	27	3	dias
8	8	ter	18	5	informação	28	3	do
9	8	é	19	5	ou	29	3	está
10	7	de	20	5	tomar	30	3	gerar

Fonte: elaborada pelas autoras a partir do resultado do sistema AntConc.

O uso do elemento QUE — à frente do DE — como item gramatical mais frequente demarca uma característica do discurso oral; a frequência de VOCÊ reforça a interlocução com o leitor. Por sua vez, o item lexical VACINA, primeiro item lexical após os itens gramaticais mais frequentes, assinala, em termos estatísticos, o tópico principal do texto.

Por outro lado, como itens com um viés terminológico, disponíveis em destaque na lista completa do Anexo, temos: MANEJO, PROTOCOLO, EMBRIÃO, TERATOGENICOS E TERATOS, sendo os dois últimos empregados apenas uma vez. Embora não seja um termo "técnico", o vocábulo PRIMORDIAL, também empregado uma vez apenas, parece conferir um caráter diferenciado ao discurso, dado que pode ser considerado pouco comum quando verificamos seu uso em diferentes corpora, como o CorPop, um *corpus* de referência do português popular escrito (PASQUALINI, 2018).

Além disso, com o AntConc, observamos a medida da variedade do vocabulário empregado (denominada TTR). Essa medida é uma razão entre o número de palavras diferentes que o texto traz (*types*) e o seu número total de palavras (*tokens*). Esse cálculo o AntConc não nos mostra automaticamente. Considerando uma contagem de 391 palavras e um conjunto de 166 palavras diferentes, isso nos dá algo em torno de 42%. Isto é, a cada 100 palavras, temos 42 palavras que se repetem. Esse escore aponta um texto com vocabulário bastante variado. Quanto maior o valor, menos repetitivo é o texto.

Como já vimos em ensaios anteriores (FINATTO, 2011), esse valor de TTR, para textos científicos, como artigos de Biologia e Pediatria, ficaria em torno em 25%, já que se caracterizam pela intensa repetição de elementos como as terminologias. Textos jornalísticos, por sua vez, tendem a exibir um TTR de 35%, dado que a repetição de palavras é algo a ser evitado nesse tipo de redação. Como nosso texto tem um TTR de 42%, ela extrapola a variedade vocabular de um texto jornalístico, como uma notícia de um jornal tradicional de grande circulação.

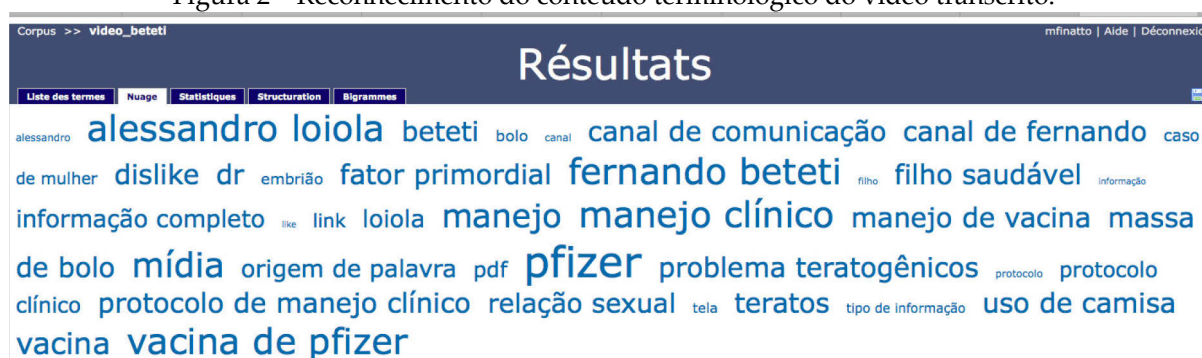
Ao submeter a mesma transcrição à ferramenta TermoStat (DROUIN, 2003), temos outra opção, mais sofisticada em termos de léxico, para a descrição do texto, específico para o tratamento de textos especializados. Esse sistema está disponível gratuitamente on-line, sendo necessário apenas um cadastro de usuário e que se tenha o texto de interesse em formato .TXT (sem formatação). TermoStat é acessado em <http://termostat.ling.umontreal.ca> e nos faz o apontamento semiautomático de potenciais terminologias empregadas em um dado texto.

Esse processo de identificação dá-se pela etiquetagem automática do texto de entrada, com classificação morfossintática de itens, e com uma comparação entre o texto-fonte sob exame e um grande *corpus* de jornais em português. Infelizmente, esse *corpus* é apenas de português europeu, sem opção para seleção de português do Brasil.

Esse *corpus* de jornais serve, ainda assim, nessa ferramenta, como um contraponto entre linguagem ou texto não-especializado e especializado.

Com o nosso texto, obtivemos o seguinte resultado, que mostrou o reconhecimento de 39 itens na condição de “candidatos a termo”. Esse resultado mostramos aqui em formato de diagrama de nuvem, na figura a seguir. Vale salientar que o sistema também fornece resultados em forma de listas e tabelas:

Figura 2 – Reconhecimento do conteúdo terminológico do vídeo transcrito.



Fonte: extraído pela ferramenta TermoStat. Disponível em: <http://termostat.ling.umontreal.ca/>

Os itens em destaque são, na nuvem de palavras, a priori, os mais diferenciadores do texto sob exame em relação a textos de tipo não-especializado. Quanto maior o item, em termos de tamanho da fonte, mais relevante.

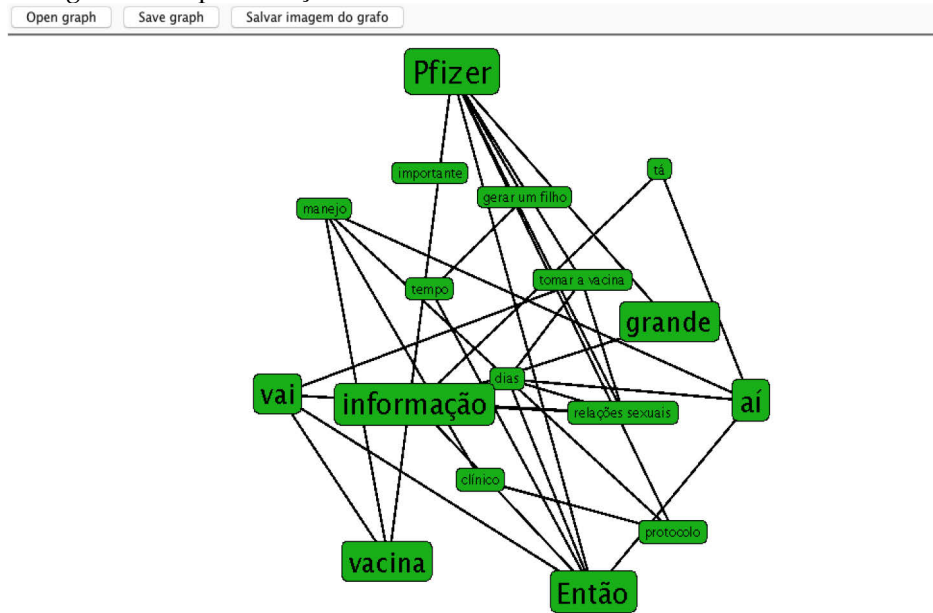
Os elementos lexicais em destaque são apresentados, pelo TermoStat, na sua forma lematizada, havendo a identificação de expressões compostas ou multipalavra. Esse aspecto da sintagmatização, naturalmente, ficou excluído na lista simples de palavras mostrada na seção anterior, gerada no AntConc. Como se pode observar, o TermoStat aponta, entre os potenciais protagonistas terminológicos do texto, expressões como MANEJO CLÍNICO, PFIZER e PROBLEMA(S) TERATOGENICOS, USO DE CAMISA (CAMISINHA), TERATOS, RELAÇÃO SEXUAL, VACINA e VACINA DE(A) PFIZER.

Com o mesmo intuito, submetemos o texto transcrito a outra ferramenta, que objetiva apenas gerar uma representação de seu conteúdo. Utilizamos o *software* de

acesso gratuito SOBEK (REATEGUI *et al.*, 2011), que oferece versão *on-line* e também versão para download. Essa ferramenta, como a anterior, também faz análise do texto de entrada por análise e comparação estatísticas, mas destaca os itens ou expressões que seriam os mais relevantes do texto quanto ao conteúdo apresentado. Conforme vemos na figura a seguir, o destaque ficou para os itens PFIZER, GRANDE, INFORMAÇÃO, VACINA e ENTÃO em uma representação do conteúdo que mostram os itens-tema mais relevantes do texto. Nessa representação, vemos que a expressão RELAÇÕES SEXUAIS ocupa posição central no diagrama gerado, embora tenha um tamanho menor em relação aos outros itens. Essa centralidade indica que, conforme o tipo de ponderação da ferramenta, esse é um ponto-tema de maior convergência dos diferentes assuntos ou tópicos trazidos no texto, mesmo que a expressão tenha frequência menor do que palavras como PFIZER, INFORMAÇÃO, VACINA, ENTÃO e GRANDE.

O SOBEK pode ser configurado para desprezar determinadas palavras ou expressões, como os elementos gramaticais (caso de ENTÃO), a partir de uma lista denominada *stopwords*. Nossa opção, neste teste inicial, foi pelo exame da totalidade do texto, sem distinção de tipos de palavras-tópico, dado que elementos de conexão frasal e oracional podem ser importantes para uma apreensão do *modus dicendi*.

Figura 3 – Representação do conteúdo mais relevante do vídeo transcrito.



Fonte: extraído da ferramenta Sobek, versão 2.7³, formato para download, disponível em: <http://sobek.ufrgs.br/#/>. Acesso verificado em: 20 maio 2021.

Por fim, submetemos o mesmo texto ao sistema NILC-Metrix 3.0, o qual é uma adaptação do sistema Coh-Metrix-Port (SCARTON; ALUÍSIO, 2010). Trata-se de uma ferramenta *on-line* para análise de textos em português, bastante utilizada em análises de texto, disponível gratuitamente em: <http://fw.nilc.icmc.usp.br:23380/nilcmatrix>.

Entre diferentes medidas e características geradas para o nosso texto, chamamos atenção para a indicação do seu Índice Flesch (IF). Esse índice, entre outros, tem a função de estimar o provável grau de inteligibilidade de um texto. Quanto maior o resultado da métrica, menor a complexidade textual, em uma escala que vai de zero a 10. O IF busca uma correlação entre tamanhos médios de palavras e sentenças.

O nosso texto obteve um IF de 64,55/100, o que o enquadraria como potencialmente bastante fácil. O IF, sendo entre 50-75, correlacionado com graus de escolaridade, assinalaria um texto potencialmente adequado para pessoas que tenham

³ A ferramenta Sobek está em constante atualização. Conforme a versão e formato, o grafo gerado pode ter mais ou menos detalhes. Há também uma versão em formato on-line, que realiza ponderações com escalas diferentes da nossa versão 2.7.

o Ensino Fundamental completo (FINATTO, 2011). A título de contraste, temos que o IF para um trecho da Constituição do Brasil fica em torno de 24,00. Esse trecho corresponde ao capítulo II, *Dos direitos e deveres individuais*, capítulo I, sendo reconhecidamente bastante complexo.

A lista completa dos elementos apontados e mensurados pelo NILC-Metrix 3.0 está na seção de Anexos deste artigo. Vale observar que a medida TTR, já mencionada, está apontada como 0.66 (66%) dado que o modo de contagens de itens funciona de modo diferente frente ao AntConc. Com o NILC-METRIX, para o mesmo texto, tivemos uma contagem de 401 palavras (*tokens*) e 264 formas (*types*).

5.4 Observações sobre as informações em diferentes redes

Em meio a diferentes tipos de suportes de informações sobre vacinas, examinamos um texto que corresponde à transcrição de um vídeo curto, que associamos a um material original, produzido por pessoa que se apresenta como um jornalista especializado em temas de Saúde. O material em formato reduzido circulou entre muitas pessoas pelo WhatsApp, sem qualquer identificação, sendo qualificado, por pessoas leigas de nosso contato pessoal, como uma “notícia científica”.

Na sua versão original, em um canal do YouTube, temos dados de autoria e materiais textuais associados ao vídeo. Fizemos, então, um breve contraste entre o material longo e o curto e examinamos apenas o texto do vídeo na sua versão curta, conforme foi inicialmente compartilhado.

Submetemos o material transcrito a diferentes recursos de processamento da linguagem: um listador de palavras, uma ferramenta que indica presença de prováveis terminologias, uma ferramenta que faz representação de conteúdo mais relevante e a um sistema analisador de características textuais e discursivas. Feito isso, pudemos, em resumo, observar que temos um texto potencialmente bastante fácil para a leitura, com pouco uso de terminologias e com vocabulário muito variado. Um dos seus

tópicos centrais, em termos de número de conexões de um item-tema, corresponde à expressão *RELAÇÕES SEXUAIS*, seguida pelos itens *PFIZER*, *INFORMAÇÃO* e *VACINA*. Desse modo, retomamos agora as nossas questões de partida, sem a pretensão de respondê-las de modo conclusivo.

Com esses contrastes iniciais e o contraponto da revisão apresentada no início do artigo, sobre o tema das *fake news*, entendemos que os estudos linguísticos do Texto e do Discurso, conjugados aos estudos do Léxico e Terminologia, podem contribuir para descrever, analisar e explicar o fenômeno da desinformação em ciências da Saúde. Isso fica claro quando se cotejam textos que veiculam diferentes versões e compreensões elaboradas sobre fatos e dados e, ainda, os que partem de versões secundárias dessas fontes.

Quanto à apresentação de terminologias e de conceitos científicos, vemos que o texto do vídeo examinado é bastante econômico, destacando-se que a expressão “problemas teratogênicos” associada com os itens/expressões *teratos*, *monstro* e *embrião com má-formação*. Esses elementos, conforme vimos nos comentários deixados por leitores-usuários, causam dúvidas e impactos. Do mesmo modo, a reiteração de que não pode haver *relação sexual* após a vacina, pelo que entendemos, pode ter contribuído para a circulação da informação frente aos textos institucionais, cientificamente fundamentados, que não trazem menção a isso. Ao procurarmos no buscador Google, em 01/04/21, por textos que contivessem, ao mesmo tempo, as expressões *teratogênese*, *vacinas* e *Covid*, vimos que os primeiros textos apontados não mencionam esses elementos, sendo dedicados aos temas/tópicos *grávidas*, *gestantes*, *vacinas* e *Covid*.

Por fim, vale observar, ainda, uma notícia de desmentido indiretamente relacionado ao vídeo transcrito, que também apresenta, como *link*, o mesmo material da empresa Pfizer — também em um arquivo PDF. Nela há uma qualificação direta sobre a falsidade de informações apresentadas por um médico de nome Loiola, mencionado no vídeo. Esse desmentido foi produzido pela empresa de comunicação

Estadão, assinado por um jornalista, publicado em 06/01/21. Conforme vemos nas figuras a seguir, não há o termo *teratogênese*, mas, sim, *alterações genéticas transmissíveis*. O uso dessa forma parafrásica parece uma tentativa de facilitar o entendimento do termo. Outro aspecto a considerar é que, no desmentido, em vez de "protocolo da Pfizer" temos a menção de um "manual de testes da vacina", o que estabelecerá outro "entorno de significação" para a necessidade de abstinência sexual por 28 dias após a vacina.

Figura 4 – Texto de contraponto do Jornal Estadão de janeiro de 2021.

The image shows a screenshot of a news article from the website 'ESTADÃO Política'. The article title is 'Não, manual de testes da vacina da Pfizer não indica riscos de alterações genéticas'. The author is Victor Pinheiro, and the date is 06 de janeiro de 2021 | 19h02. The article text discusses the recommendation of contraceptive methods for clinical trial participants and the lack of evidence for genetic changes. It also includes a tweet from Alessandro Loiola (@AlessandroLoiola) with a red 'ENGANOSO' (Misleading) label, which quotes the article's text. Below the tweet, there is a PDF document titled 'DOCUMENTO - PFIZER' and a paragraph of text explaining the document's content.

Não, manual de testes da vacina da Pfizer não indica riscos de alterações genéticas

Recomendação de uso de métodos contraceptivos para voluntários do estudo é medida de segurança padrão de ensaios clínicos; não há evidências de que a vacina de covid-19 cause problemas reprodutivos

Victor Pinheiro, especial para o Estadão
06 de janeiro de 2021 | 19h02

Mensagens enganosas nas redes sociais distorcem informações sobre o protocolo de estudos clínicos da **vacina contra a covid-19** desenvolvida por Pfizer e BioNTech, para insinuar que o imunizante pode causar problemas reprodutivos e danos genéticos aos pacientes. Não há qualquer evidência científica de que a vacina possa ter esses efeitos adversos. O que ocorreu foi que, durante a fase de testes, a farmacêutica pediu que voluntários não fizessem sexo sem proteção; mas esse é um procedimento padrão em estudos clínicos.

Em tuíte publicado nas redes sociais em dezembro, o médico Alessandro Loiola afirma que o manual de testes da vacina Pfizer orienta que os participantes não devem fazer sexo sem proteção até 28 dias após a segunda dose devido ao "risco de segurança reprodutiva". Loiola sugere, de forma enganosa, que isso teria relação com a possibilidade de "alterações genéticas transmissíveis". Não existe nenhuma prova de que isso seja verdade.

ENGANOSO

Na pg. 132 do manual de testes da vacina da Pfizer, o f... não se deve ter sexo sem proteção até 28 dias após a 2ª dose devido ao "risco de segurança reprodutiva". Mas isso tem NADA a ver com possibilidade de alterações genéticas transmissíveis não, viu abiguinho?

O documento da Pfizer informa que participantes homens do estudo devem concordar em não ter relações sexuais sem utilizar métodos contraceptivos, como preservativos, com mulheres que possam ficar grávidas. Há regras também para voluntárias mulheres, que devem usar métodos para prevenir a gravidez durante os testes.

Documento

DOCUMENTO - PFIZER
PDF

Segundo a fabricante, trata-se de um procedimento padrão que abrange estudos clínicos de outros medicamentos e vacinas. "Em qualquer estudo clínico que não prevê a participação de gestantes, existe a recomendação para uso de métodos anticoncepcionais eficazes. Essa é também uma exigência dos comitês de ética em pesquisa", explicou a Pfizer, em nota ao *Estadão Verifica*.

Fonte: <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/nao-manual-de-testes-da-vacina-da-pfizer-nao-indica-riscos-de-alteracoes-geneticas/>. Acesso confirmado em: 20 maio 2021.

Sobre esse caso, cabe situar que, nas datas de veiculação dos vídeos e notícias do Estadão, **em janeiro de 2021**, a pandemia ainda se encontrava em desenvolvimento, com algumas vacinas em fase final de teste. A aprovação da vacina da Pfizer-BioNTech ocorreu em 23 de fevereiro de 2021 (BRASIL, 2021). Ainda, em fevereiro de 2021, a fabricante iniciou ensaios clínicos com gestantes (PFIZER, 2021). Além disso, cumpre esclarecer que, até o presente momento, em maio de 2021, dada a aprovação da vacina mencionada e o curso da imunização avançando em pessoas de diferentes perfis etários — inclusive em pessoas jovens e sexualmente ativas e gestantes, não tivemos notícia de nenhum trabalho destacado por pesquisadores trazendo alguma confirmação científica da eventual correlação entre esta vacina e riscos de teratogênese.

Também vale mencionar que o autor do vídeo original, associado ao examinado, já teve conteúdo submetido à verificação de veracidade no tema da COVID-19. Conforme matéria da Agência Lupa, em abril de 2021 (MACÁRIO, 2021), o jornalista convidou a administradora e ex-candidata à deputada federal Naomi Yamaguchi para uma transmissão do seu canal, em que ela relaciona o aumento no número de mortes na Suíça à suspensão do uso de hidroxiclороquina no país. Segundo verificação dessa Agência, tal relação foi considerada falsa.

Esse caso e os tratados neste estudo, extrapolando o âmbito linguístico, na seara da Comunicação Social, renderiam ainda toda uma série de reflexões e, propriamente, avaliações, que não temos condições de fazer, visto que não temos formação em Jornalismo. Entretanto, vale registrar que, como aponta Moretzsohn (2019, p.579), conceituada pesquisadora da área que analisa fenômenos da desinformação, há mesmo muita ignorância envolvida, sendo algo cultivado "pela exploração de elementos irracionais associada a uma base argumentativa que se apresenta como objetiva". Isso, em exemplo salientado pela autora, é que o, justamente, ocorre nas campanhas antivacinação.

6 Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi refletir sobre a construção e veiculação de informações, de diferentes procedências e formatos, que tratam sobre vacinação, em meio à atualidade de uma pandemia. Nesse contexto, em que buscamos, amedrontados, algum entendimento sobre o mal que nos assola e sobre os melhores e mais eficazes modos de nos proteger, há, infelizmente, narrativas que podem ser qualificadas como *fake news* e também as que podem induzir a equívocos. Todavia, há também informação verdadeira, apresentada de forma mais ou menos acessível em termos de sua configuração linguística e terminológica.

Materiais de certa forma falaciosos, em diferentes apresentações, são reconhecidos como tendo sido produzidos com a intenção de obter lucros políticos, econômicos e sociais a partir de fatos sócio-historicamente construídos. Além disso, alinham-se a um discurso antivacina ou negacionista, causando sérios e diferentes problemas para a sociedade brasileira ao desconsiderar um discurso científico que aponta para a direção oposta.

Também cabe ressaltar que os produtores de desinformação tendem a aproveitar de temas que estejam em evidência, pois, como Gomes (2021) comenta, muitos “ganham dinheiro por meio de anúncios publicitários com o tráfego em seus sites”. Além desse fator, o autor também traz uma crítica ao funcionamento das mídias sociais, que acabam fazendo com que os usuários recebam mais “conteúdos que reafirmam suas convicções e crenças”, sem quaisquer contrapontos. Nessas “bolhas” de informações, temas de Saúde acabam se tornando disputas políticas, nem sempre considerando as evidências científicas.

Após as eleições americanas de 2016, movimentos políticos de direita ganharam força em vários países, incluindo o Brasil. Nessa ascensão, assistimos a uma polarização de posições ideológicas nunca antes vista, em meio à qual se propagam

discursos repletos de ódio e de desinformação, vindos de todos os lados, concretizados em textos de diferentes formatos.

Ao que parece, se a informação falsa, principalmente sobre temas de Utilidade Pública, como a atenção à Saúde, realmente tende a chegar ao público leigo em apresentação facilitada e visualmente atraente, com pouca complexidade textual e terminológica, seus desmentidos também mereceriam esse investimento. Assim, seria necessário, na nossa visão como linguistas, um trabalho jornalístico que envolvesse oportunizar uma compreensão fácil e atrativa, de modo que as pessoas se sintam motivadas a compartilhar também, e principalmente, as informações verdadeiras.

Sobre essa ação-investimento, seguindo Reginato (2019, p. 232-233), estudiosa do Jornalismo, vemos que "no campo da linguagem, o jornalista deve formular estratégias de texto e imagem para que um assunto especializado seja compreendido por diferentes tipos de público". Essa autora assinala que a mediação pela linguagem não deve ser menosprezada e que o papel de mediador traz responsabilidades (apud MORETZSOHN, 2007) importantes. Pondera que, em épocas de crises e catástrofes, a ação desse mediador, transformando informação técnica e dispersa em informação acessível e concentrada, pode significar diferentes tomadas de decisão pela população. Por fim, nessa via, diferentes jornalistas-estudiosos salientam que "para denunciar o que é falso, precisamos afirmar o que é verdadeiro" (MORETZSOHN, 2019).

Ainda assim, a correlação entre temas de Saúde Pública, como a vacinação, e desinformação pode ser confirmada como algo desastroso:

Associada[s] à falta de informação, as fakes news disseminadas pelas influentes mídias digitais contribuem com a queda nas taxas de cobertura vacinal. E, o efeito da não vacinação, sem dúvida, gera um grande impacto epidemiológico provocando o ressurgimento de doenças já erradicadas no Brasil, como o sarampo, poliomielite, difteria e rubéola que voltam a ameaçar a saúde pública brasileira (PASSOS; FILHO, 2020, p. 172).

No âmbito dos Estudos da Linguagem e das Ciências do Léxico, há também muito a ser feito em torno desse tema. Nessa direção, seria muito útil aproveitar, por exemplo, além dos estudos de Jornalismo e Comunicação Social, resultados das diferentes pesquisas já feitas na área do Processamento da Linguagem Natural (PLN), no Brasil (GONÇALVES *et al.* 2020) e no mundo (ABONIZIO *et al.* 2020). São estudos que já têm reconhecido características linguístico-gramaticais recorrentes de *fake news*, proposto mecanismos objetivos para a sua identificação frente a informações verdadeiras e, inclusive, já trazem resultados de testes sobre a reação de leitores expostos, forçadamente, à informação falsa frente a seus desmentidos (JIAN; WILSON, 2018). No âmbito dos estudos linguísticos, vale mencionar o recente trabalho de Gomes (2021) que trata, justamente, de tipos de *fake news* sobre diferentes tipos de vacinas. Esse autor aponta, entre outras, que são características a manipulação do conteúdo, falsa conexão e falso contexto, indicando também o recurso à paródia ou humor.

A partir das nossas análises iniciais, antevemos como alguns materiais poderiam induzir à desinformação, descrevendo-os a partir do léxico empregado, da organização das palavras no texto, repetições, simplificações e usos de argumentos de autoridade. É importante ressaltar, todavia, que informações falsas ou parciais envolvem todo um processo comunicativo multifacetado e complexo, podendo ser construídas a partir de verdades, de desvirtuação, de recortes, de deslocamentos de dados, entre outros meios (veja mais em MORETZSOHN, 2019).

Como vimos, em algumas narrativas desta pandemia, recebemos informações que se apresentam como atestados de uma origem científica "correta". Entretanto, conforme sejam construídas, podem colaborar para construir temores, alguns baseados em incompreensão e descrédito em relação à ciência e à natureza de um saber baseado em evidências e comprovações. Esse recurso de autoridade, que pode ser representado por um documento oficial ou oficioso, conexo a alguma informação ou

relato, citação de pessoas importantes ou de fontes — em tese, sérias e especializadas — tende a facilitar a crença do leitor e a propagação de um conteúdo. Ressaltamos também que essas informações propagadas em diferentes suportes podem levar a compreensões distintas e reforçar uma polaridade política, por exemplo, assim como a difusão de informações que geram prejuízos sociais, políticos, econômicos e para a saúde da população brasileira.

Essa propagação, ainda que muitas vezes bem-intencionada, ocorrerá mesmo que sejamos confrontados com a ausência de elementos importantes, tais como fontes, datas, autorias, contrapontos, ou, mesmo, com absurdos⁴ ou com o vazio de alguma plausibilidade. Esses dois últimos elementos, infelizmente, muitos não conseguem sequer intuir em meio a textos que envolvam temas ou algum *modus operandi* científico. Assim, esse comportamento, em uma dinâmica que vincula tanto o produtor da informação quanto as pessoas a ela aderentes, mesmo que desperte a indignação de testemunhas capazes de alguma crítica, não deixa de constituir um tipo de silêncio paradoxalmente construído pelo compartilhamento em redes sociais. É uma ação — ou antiação — que demarca o imobilismo e o silêncio de nossas próprias narrativas e comportamentos como cidadãos frente ao caos avassalador a que temos assistido nos dias de hoje, terríveis dias de pandemia.

Referências

ABONIZIO, H. Q.; DE MORAIS, J. I.; TAVARES, G. M.; BARBON JUNIOR, S. Language-Independent *Fake news* Detection: English, Portuguese, and Spanish Mutual Features. *Future Internet*, 12(5):87, 2020. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1999-5903/12/5/87>. Acesso em: 20 jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/fi12050087>.

⁴ Um absurdo, entre vários, foi a ideia de que vacinas chinesas seriam capazes de inocular microchips do tipo 5G nas pessoas. Informação desmentida em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/08/04/verificamos-vacina-5g-microchip/>. Acesso verificado em: 20 maio 2021.

AGÊNCIA LUPA. **Como a Lupa faz suas checagens?** 15 out. 2015. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2015/10/15/como-fazemos-nossas-checagens/>.

Acesso em: 19 jan. 2021.

ANTHONY, L. **AntConc** (versão 3.5.7) [Computer Software]. Tokyo, Japão: Waseda University, 2018. Disponível em: <http://www.laurenceanthony.net/software>.

BARBOSA, M. A. Para uma etno-terminologia: recortes epistemológicos. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 2, p. 48-51, abr./jun. 2006. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000200018. Acesso em: 20 de maio 2021.

BARROS, D. L. P. Estudos do texto e do discurso no Brasil. **Delta**, v. 15, n. 3, p. 183-199, 1999. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/40334>. Acesso em: 20 jan. 2021. DOI <https://doi.org/10.1590/S0102-44501999000300008>

BETETI, F. 2020. **Não leia a bula da Pfizer se você faz sexo. Acabaram minhas férias depois dessa notícia.** [Vídeo]. 30 dez. 2020. Disponível em: <https://youtu.be/nBomFRTXtwM>. Acesso em: 19 jan. 2021.

BIONTECH SE. A Phase 1/2/3, Placebo-controlled, Randomized, Observer-blind, Dose-finding Study to Evaluate the Safety, Tolerability, Immunogenicity, and Efficacy of Sars-Cov-2 RNA Vaccine Candidates Against COVID-19 in Healthy Individuals. BioNTech SE, **Protocol C4591001**, nov. 2020. Disponível em: https://cdn.pfizer.com/pfizercom/2020-11/C4591001_Clinical_Protocol_Nov2020.pdf. Acesso em: 19 jan. 2020.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. O que muda com o registro de uma vacina? Portal de Notícias do Ministério da Saúde, 24 fev. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2021/o-que-muda-com-o-registro-de-uma-vacina>. Acesso em: 26 fev. 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Plenário decide que vacinação compulsória contra Covid-19 é constitucional. **Portal do Supremo Tribunal Federal**, 17 dez. 2020. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=457462&ori=1>. Acesso em: 19 jan. 2021.

CABRÉ, M. T.; DOMÈNECH, O.; ESTOPÀ, R. **La terminologia avui: termes, textos i aplicacions**. Barcelona: Editorial UOC, 2018.

CORSO, M. O que aprendemos com as pandemias? **Zero Hora**, Porto Alegre, 7 abr. 2021. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/mario-corso/noticia/2021/04/o-que-aprendemos-com-as-pandemias-ckn7hunls000g0198dww1wwb2.html>. Acesso em: 08 abr. 2021.

DECS. Descritores em Ciências da Saúde. **Teratogênese**. Disponível em: https://decs.bvsalud.org/ths/resource/?id=55223&filter=ths_termall&q=TERATOGENESE. Acesso em: 03 fev. 2021.

DROUIN, P. 2003. Term extraction using non-technical corpora as a point of leverage. **Terminology**, 1(9): p. 99-115, 2003. Disponível em: <https://www.jbe-platform.com/content/journals/10.1075/term.9.1.06dro>. Acesso em: 20 mar. 2021. DOI <https://doi.org/10.1075/term.9.1.06dro>.

FEBRASGO. Complemento à Recomendação Febrasgo na Vacinação de gestantes e lactantes contra COVID-19. **Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia**. 3 fev. 2021. Disponível em: <https://www.febrasgo.org.br/pt/noticias/item/1211-complemento-a-recomendacao-febrasgo-na-vacinacao-de-gestantes-e-lactantes-contracovid-19>. Acesso em: 20 mar. 2021.

FINATTO, M. J. B. O papel da definição de termos técnico-científicos. **Revista da ABRALIN**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 73-97, 2002. Disponível em <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/729>. Acesso em: 20 jan. 2021. DOI <https://doi.org/10.5380/rabl.v1i1.52704>

FINATTO, M. J. B. Termos, textos e textos com termos: novos enfoques dos estudos terminológicos de perspectiva linguística. In: ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. G. (org.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2004. v.2, p. 341-358. 381p.

FINATTO, M. J. B. Complexidade textual em artigos científicos: contribuições para o estudo do texto científico em português. **Organon** (UFRGS), v. 50, p. 30-45, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/28340/16989>. Acesso em: 20 jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.22456/2238-8915.28340>.

FINATTO, M. J. B.; MOTTA, E. Terminologia e Acessibilidade. **Revista GTLex**, v. 2, n. 2, p. 316-356, 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/GTLex/article/view/44063>. Acesso em: 20 jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.14393/Lex4-v2n2a2017-6>.

FINATTO, M. J. B.; PONOMARENKO, G.; BERWANGER, L. Não basta ler, tem que entender. **Revista Roseta**, v. 2, n. 1, 2019. Disponível em: <http://www.roseta.org.br/pt/2019/04/04/nao-basta-ler-tem-que-entender-simplificando-textos/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

FINATTO, M. J. B. Acessibilidade textual e terminológica: promovendo a tradução intralinguística. **Revista Estudos Linguísticos**, v. 49, n. 1, p. 72-96, 2020. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/2775/1675>. Acesso em: 19 mai. 2021. DOI: <https://doi.org/10.21165/el.v49i1.2775>.

FONSECA, B. O que é fact-checking. **Agência Pública**, ed. 949, 23 jun. 2017. Disponível em: <https://apublica.org/2017/06/truco-o-que-e-fact-checking/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

GOMES, C. A. Os tipos de *fake news* sobre vacina. **Revista Roseta**, v. 4, n. 1, 2021. Disponível em: <http://www.roseta.org.br/2021/03/03/os-tipos-de-fake-news-sobre-vacina/>. Acesso em: 19 mar. 2021. DOI <https://doi.org/10.25189/2675-4916.2020.v1.n4.id267>

GONÇALVES, M.; COHEUR, L.; BAPTISTA, J.; MINEIRO, A. Avaliação de recursos computacionais para o português. **Linguamática**, 12(2), 51-68, 2020. Disponível em: <https://linguamatica.com/index.php/linguamatica/article/view/331>. Acesso em: 21 jan. 2021. DOI <https://doi.org/10.21814/lm.12.2.331>

HOFFMANN, L. Conceitos básicos da Linguística de Linguagens Especializadas. In: FINATTO, M. J. B.; ZILIO, L. (org.). **Textos e termos por Lothar Hoffmann, um convite para o estudo das linguagens técnico-científicas**. Porto Alegre: Palotti, 2015. 256 p.

HOLAN, A. D. The media's definition of *fake news* vs. Donald Trump's. **Politifact**. 18 out. 2017. Disponível em: <https://www.politifact.com/article/2017/oct/18/deciding-whats-fake-medias-definition-fake-news-vs/>. Acesso em: 19 jan. 2021.

KRIEGER, M. G; FINATTO, M. J. B. **Introdução à Terminologia: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2004. 223 p.

LARSSON, P. Negação dos riscos de doenças e dos benefícios de imunizantes já fazia parte do discurso de antivacinação de 1885 — estratégia reproduzida até hoje. **Galileu**, Saúde, 25 out. 2020. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Saude/noticia/2020/10/movimento->

[antivacina-usa-os-mesmos-argumentos-ha-135-anos-aponta-cientista.html](#). Acesso em: 28 jan. 2021.

MACÁRIO, C. #Verificamos: é falso que mortes por Covid-19 aumentaram na Suíça depois que país suspendeu uso da hidroxicloroquina. **Agência Lupa**, 30 abr. 2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2021/04/30/verificamos-mortes-covid-19-suica-hidroxicloroquina/>. Acesso em: 19 mai. 2021.

MAINGUENEAU, D. Resposta ao medo. **Revista Linguagem**, São Carlos, v. 35, Dossiê Discurso em Tempos de Pandemia, set. 2020, p. 1-17. ISSN: 1983 -6988. Disponível em: <http://www.linguagem.ufscar.br/index.php/linguagem/article/view/763>. Acesso em: 20 mar. 2021.

MERRIAM-WEBSTER. **The Real Story Of 'Fake news'**: The term seems to have emerged around the end of the 19th century. Merriam-Webster, 2021. Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/words-at-play/the-real-story-of-fake-news>. Acesso em: 20 mar. 2021.

MONTEIRO, R. A.; SANTOS, R. L. S.; PARDO, T. A. S.; ALMEIDA T. A.; RUIZ, E. E. S.; VALE, O. A. Contributions to the Study of *Fake news* in Portuguese: New Corpus and Automatic Detection Results. In: VILLAVICENCIO A. *et al.* (ed.). Computational Processing of the Portuguese Language. PROPOR 2018. **Lecture Notes in Computer Science**, vol 11122. Springer, Cham. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007%2F978-3-319-99722-3_33. Acesso em: 20 mar. 2021. DOI https://doi.org/10.1007/978-3-319-99722-3_33.

MORONI, J. Possíveis impactos de *fake news* na percepção-ação coletiva. **Complexitas** – Rev. Fil. Tem., Belém, v. 3, n. 1, p. 130-160, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/complexitas/article/view/6625>. Acesso em: 20 mar. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/complexitas.v3i1.6625>.

MORETZSOHN, S. **Pensando contra os fatos**. Jornalismo e cotidiano. Do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro - RJ: Revan, 2007. 304 p.

MORETZSOHN, S. Chaff, wheat, filters, and bubbles: a discussion on *fake news*, journalism, credibility, and affections at network times. **Brazilian Journalism Research (on-line)**, v. 15, n.3, p. 540-561, 2019. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1188>. Acesso em: 20 mar. 2021. DOI <https://doi.org/10.25200/BJR.v15n3.2019.1188>.

OTIS, C. L. **True or False: A CIA Analyst's Guide to Spotting Fake news**. Feiwel & Friends, 2020. 336 p. [E-book].

PASQUALINI, B. F. **CorPop**: um *corpus* de referência do português popular escrito do Brasil. 250p. Tese (Doutorado) — Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

PASSOS, F. T.; FILHO, I. M. M. Movimento antivacina: revisão narrativa da literatura sobre fatores de adesão e não adesão à vacinação. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 3, n. 6, 2020.. Acesso em: 20 mar. 2021. DOI <https://doi.org/10.5281/zenodo.3891915>.

PFIZER. Pfizer and BioNTech Commence Global Clinical Trial to Evaluate COVID-19 Vaccine in Pregnant Women. **Pfizer News**, 18 fev. 2021. Disponível em: <https://www.pfizer.com/news/press-release/press-release-detail/pfizer-and-biontech-commence-global-clinical-trial-evaluate>. Acesso em: 20 mar. 2021.

PROJETO COMPROVA. Médico espalha informações falsas sobre segurança das vacinas mRNA contra covid-19. **Estadão Verifica**, 17 dez. 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/medico-espalha-informacoes-falsas-sobre-seguranca-das-vacinas-mrna-contr-covid-19/>. Acesso em: 21 mar. 2021.

PROJETO COMPROVA. Médicos não provaram que uma vacina precisa de 10 anos de pesquisa para ser segura. **Estadão Verifica**, 17 dez. 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/medicos-nao-provaram-que-uma-vacina-precisa-de-10-anos-de-pesquisa-para-ser-segura/>. Acesso em: 21 mar. 2021.

QUEIROZ, G. #Verificamos: É falso que vacina financiada pela Fundação Gates seja a mesma desenvolvida por empresa chinesa. **Agência Lupa**. Folha UOL/Piauí, 18 jun. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/06/18/verificamos-vacina-gates-chinesa>. Acesso em: 31 mar. 2021.

REATEGUI, E.; EPSTEIN, D.; LORENZATTI, A.; KLEMANN, M. Sobek: A Text Mining Tool for Educational Applications. In: **International Conference on Data Mining**, 2011, Las Vegas, Estados Unidos. Anais do DMIN '11, 2011. p. 59-64. Disponível em: <http://sobek.ufrgs.br/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

RECUERO, R.; GRUZD A. Cascatas de “Fake news” Políticas: um estudo de caso no Twitter. **Galáxia** (PUCSP), v. 41, p. 31-47, 2019. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/gal/n41/1519-311X-gal-41-0031.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2021. DOI <https://doi.org/10.1590/1982-25542019239035>

REGINATO, G. D. **As finalidades do jornalismo**. 278 p. Florianópolis - SC: Editora Insular, 2019.

ROSO, L. "Mudar o DNA", "controle por chip" e "enzima do demônio": confira respostas de especialistas para *fake news* de vacinas. Notícias falsas ganharam volume assustador neste 2020 de crise sanitária global. **GZH Saúde**, 20 out. 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2020/12/mudar-o-dna-controle-por-chip-e-enzima-do-demonio-confira-respostas-de-especialistas-para-fake-news-de-vacinas-ckj0dcq0r0001017wqnp9r3d3.html>. Acesso em: 08 abr. 2021.

SANTOS, R. L. S.; MONTEIRO, R. A.; PARDO, T. A. S. The Fake.Br corpus — a corpus of *fake news* for Brazilian Portuguese. In: Latin American and Iberian Languages Open Corpora Forum (OpenCor), 2018, Canela. **Anais do Latin American and Iberian Languages Open Corpora Forum (OpenCor)**, v. 1. p. 1-2, 2018. Disponível em: <https://sites.icmc.usp.br/taspardo/OpenCor2018-SantosEtAl.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2021.

SCARTON, C. E.; ALUÍSIO, S. M. Análise da Inteligibilidade de textos via ferramentas de Processamento de Língua Natural: adaptando as métricas do Coh-Metrix para o Português. **Linguamática** (Revista para o Processamento Automático das Línguas Ibéricas), v. 2, n. 1, p. 45-61, 2010. Disponível em: <http://linguamatica.com/index.php/linguamatica/article/viewfile/44/59>. Acesso em: 20 fev. 2017.

SILVA, R. M.; SANTOS, R. L. S.; ALMEIDA, T. A.; PARDO, T. A. S. Towards automatically filtering *fake news* in Portuguese. **Expert Systems with Applications**, v. 146, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0957417420300257>. Acesso em: 20 fev. 2021. DOI <https://doi.org/10.1016/j.eswa.2020.113199>.

SILVERMAN, C. I helped popularize the term “*Fake news*” and now I cringe every time I hear it. **BuzzFeedNews**, 31 dez. 2017. Disponível em: <https://www.buzzfeednews.com/article/craigsilverman/i-helped-popularize-the-term-fake-news-and-now-i-criinge>. Acesso em: 04 abr. 2021.

VISCARDI, J. M. *Fake news*, verdade e mentira sob a ótica de Jair Bolsonaro no Twitter. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 59, n. 2, p. 1134-1157, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-

[18132020000201134&lng=en&nrm=iso](https://doi.org/10.1590/01031813715891620200520). Acesso em: 02 abr. 2021. DOI <https://doi.org/10.1590/01031813715891620200520>

VESZELSZKI, A. Linguistic and Non-Linguistic Elements in Detecting (Hungarian) *Fake news*. *Acta Universitatis Sapientiae. Acta Universitatis Sapientiae Communicatio*, v. 4, n. 1, p. 7-35, 2017. Disponível em: <https://sciendo.com/article/10.1515/auscom-2017-0001>. Acesso em: 04 abr. 2021. DOI <https://doi.org/10.1515/auscom-2017-0001>.

WENDLING, M. The (almost) complete history of 'fake news'. *BBC Trending*, 22 jan. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/blogs-trending-42724320>. Acesso em: 19 jan. 2021.

Anexos

1. Anexo — Lista completa das palavras da transcrição do vídeo curto (BETETI, 2020), gerada com a ferramenta AntConc (ANTHONY, 2018).

#Word Types: 166 #Word Tokens: 391 #Search Hits: 0

Ordem	Frequência	Item
1	16	que
2	15	a
3	13	você
4	12	o
5	10	para
6	9	um
7	8	da
8	8	ter
9	8	é
10	7	de
11	7	não
12	7	vacina
13	6	com
14	6	pfizer
15	6	se
16	5	aí
17	5	então
18	5	informação
19	5	ou

20	5	tomar
21	4	esse
22	4	filho
23	4	grande
24	4	no
25	4	vai
26	3	clínico
27	3	dias
28	3	do
29	3	está
30	3	gerar
31	3	importante
32	3	manejo
33	3	muito
34	3	na
35	3	nos
36	3	pode
37	3	por
38	3	protocolo
39	3	relações
40	3	seja
41	3	sexuais
42	3	tempo
43	3	tá
44	3	uma
45	2	aqui
46	2	até
47	2	bolo
48	2	canais
49	2	canal
50	2	caso
51	2	comunicação
52	2	elaborado
53	2	em
54	2	embrião
55	2	essa
56	2	eu
57	2	mais
58	2	meses

59	2	meu
60	2	minutos
61	2	mídia
62	2	nascer
63	2	objetivo
64	2	os
65	2	outros
66	2	pela
67	2	pessoas
68	2	porque
69	2	problema
70	2	própria
71	2	próximos
72	2	seu
73	2	tela
74	1	agora
75	1	alerta
76	1	alessandro
77	1	após
78	1	as
79	1	assim
80	1	bem
81	1	beteti
82	1	camisinha
83	1	chegue
84	1	colocando
85	1	completa
86	1	criança
87	1	crítica
88	1	cuidado
89	1	decisão
90	1	deu
91	1	deve
92	1	dislike
93	1	dr
94	1	dê
95	1	e
96	1	ela
97	1	embaixo

98	1	escrito
99	1	estar
100	1	este
101	1	exemplo
102	1	fator
103	1	faz
104	1	fazer
105	1	fernando
106	1	filhos
107	1	formado
108	1	formação
109	1	hora
110	1	inscreva
111	1	intenção
112	1	isso
113	1	leva
114	1	levam
115	1	levar
116	1	like
117	1	link
118	1	loiola
119	1	massa
120	1	minha
121	1	momento
122	1	monstro
123	1	mulher
124	1	má
125	1	máximo
126	1	nenhum
127	1	nenhuma
128	1	orienta
129	1	origem
130	1	palavra
131	1	papel
132	1	parte
133	1	passar
134	1	pdf
135	1	peçoal
136	1	peço

137	1	primeiros
138	1	primordial
139	1	problemas
140	1	protegido
141	1	prático
142	1	receber
143	1	recomendável
144	1	relação
145	1	sair
146	1	saudável
147	1	segundo
148	1	segura
149	1	ser
150	1	sexual
151	1	somente
152	1	sua
153	1	são
154	1	tem
155	1	teratogênicos
156	1	teratos
157	1	teu
158	1	tipo
159	1	tiver
160	1	tomou
161	1	uso
162	1	ver
163	1	vez
164	1	vi
165	1	vídeo
166	1	ó

2. Anexo – medidas do texto transcrito conforme o sistema NILC-METRIX, acesso em março de 2021.

	Grupo	Métrica	Valor
1	Coesão Referencial	adj_arg_ovl	1.375
2	Coesão Referencial	adj_cw_ovl	1.4375

3	Coesão Referencial	adj_stem_ovl	1.875
4	Coesão Referencial	adjacent_refs	0.0
5	Coesão Referencial	anaphoric_refs	0.0
6	Coesão Referencial	arg_ovl	1.35294
7	Coesão Referencial	stem_ovl	2.02206
8	Complexidade Sintática	words_before_main_verb	2.35294
9	Conectivos	add_neg_conn_ratio	0.0
10	Conectivos	add_pos_conn_ratio	0.00998
11	Conectivos	and_ratio	0.00249
12	Conectivos	cau_neg_conn_ratio	0.0
13	Conectivos	cau_pos_conn_ratio	0.08728
14	Conectivos	conn_ratio	0.10474
15	Conectivos	if_ratio	0.00499
16	Conectivos	log_neg_conn_ratio	0.0
17	Conectivos	log_pos_conn_ratio	0.07232
18	Conectivos	logic_operators	0.03491
19	Conectivos	negation_ratio	0.01746
20	Conectivos	or_ratio	0.00748
21	Densidade de Padrões Sintáticos	mean_noun_phrase	5.03565
22	Diversidade Lexical	ttr	0.66772
23	Frequência de Palavras	cw_freq	515934.9 3074
24	Frequência de Palavras	min_cw_freq	10970.88 235
25	Informações Morfossintáticas de Palavras	adjective_ratio	0.05985
26	Informações Morfossintáticas de Palavras	adverbs	0.08479
27	Informações Morfossintáticas de Palavras	content_words	0.57606

28	Informações Morfossintáticas de Palavras	function_words	0.42394
29	Informações Morfossintáticas de Palavras	noun_ratio	0.25436
30	Informações Morfossintáticas de Palavras	personal_pronouns	0.0445
31	Informações Morfossintáticas de Palavras	pronoun_ratio	0.12718
32	Informações Morfossintáticas de Palavras	verbs	0.17706
33	Informações Semânticas de Palavras	adjectives_ambiguity	5.5
34	Informações Semânticas de Palavras	adverbs_ambiguity	2.74074
35	Informações Semânticas de Palavras	hypernyms_verbs	0.43284
36	Informações Semânticas de Palavras	nouns_ambiguity	2.81395
37	Informações Semânticas de Palavras	verbs_ambiguity	17.56452
38	Léxico Temporal	tmp_neg_conn_ratio	0.0
39	Léxico Temporal	tmp_pos_conn_ratio	0.00748
40	Medidas Descritivas	paragraphs	1
41	Medidas Descritivas	sentences	17
42	Medidas Descritivas	sentences_per_paragraph	17.0
43	Medidas Descritivas	syllables_per_content_word	2.30736
44	Medidas Descritivas	words	401
45	Medidas Descritivas	words_per_sentence	23.58824
46	Índices de Leiturabilidade	flesch	64.55379

Artigo recebido em: 12.04.2021

Artigo aprovado em: 22.05.2021

**O branding do e-commerce: os papéis onomástico,
semiótico e psicossocial na construção da *identidade*
pós 4.0 - caso *Magalu***

**The branding of the e-commerce: the onomastic, semiotic and
psychosocial roles in the construction of the *post 4.0 identity* - *Magalu*
case**

*Amanda Kristensen de CAMARGO**

*Tainara Marcon FANTE***

*Márcia Sipavicius SEIDE****

RESUMO: Este estudo transdisciplinar focaliza a gestão da marca (*branding*) *Magazine Luiza/Magalu* a partir de uma revisitação histórica: da origem da empresa ao paradigma pandêmico associado à Covid-19. Propomos um diálogo com a área da Publicidade pela ótica da Onomástica – estudo dos nomes próprios, bem como nos apoiamos nos estudos semióticos e da identidade quanto à interpretação do signo publicitário e das estratégias de consolidação de marcas. Com base na relação entre a construção identitária da marca *Magalu* e as questões onomásticas e semióticas envolvidas em tal processo subjetivo, perguntamos qual mensagem

ABSTRACT: This transdisciplinary study focuses on *Magazine Luiza/Magalu* branding from a historical revisiting: from the company's origin to the pandemic paradigm associated with Covid-19. We propose a dialogue with an area of Publicity from the perspective of Onomastic – the study of proper names, as well as we rely on Semiotic science and identity studies regarding the interpretation of the sign publicity and of the strategies of consolidation the brands. Based on the relationship between the identity construction of *Magalu* to the name and semiotic issues involved in such a subjective process, we ask which emotional message comes from the

* Mestra em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Doutoranda em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7569-1091>. amandakristensen.prof@gmail.com

** Graduada em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda, pelo Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz. Especialista em Gestão Estratégica e Negócios, pela Universidade Paranaense (Unipar). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0612-5037>. tmfante@gmail.com

** Doutora em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo. Professora associada da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2859-1749>. marcia.seide@unioeste.br

emotiva advém da mudança gradual do nome da marca (oniônimo) de *Magazine Luiza* para *Magalu* e quais são – se presentes – as relações desse fenômeno ao aperfeiçoamento digital e à humanização da personagem *Lu*: ícone da empresa. Quanto à análise interpretativista dos significados fenomenológicos, a hipocorização presente no novo oniônimo (nome comercial) e a interação sociodigital intimista empreendida pela personagem *Lu* mostraram agregar afetividade ao signo sociocultural da empresa, tal qual propor indícios da possibilidade de ascensão de uma nova identidade publicitária, a que chamamos “pós 4.0”¹: marcada pelo devir identitário oriundo da horizontalização das marcas e das infiltrações do meio digital.

gradual change of the brand (commercial name) from *Magazine Luiza* to *Magalu* and which - if present - the relationship of this phenomenon with the digital improvement and the humanization of the character *Lu*: icon of the company. As for the interpretative analysis of the phenomenological meanings, the hypocorization present in the new commercial name and the intimate sociodigital interaction undertaken by the character *Lu* showed to add affection to the sociocultural sign of the company, as well as to propose indications of the possibility of emergence of a new advertising identity, what we call “post 4.0”¹: marked by the becoming of the identity resulting from the horizontalization of the brands and the infiltration of the digital means.

PALAVRAS-CHAVE: Magazine Luiza/Magalu. Onomástica. Identidade. Semiótica.

ABSTRACT: Magazine Luiza/Magalu. Onomastics. Identity. Semiotics.

1 Introdução

Estratégia não é só tática de guerra; ao menos, não se limita à tática de guerra bélica, assim tem demonstrado a empresa *Magazine Luiza*¹ durante seus 64 anos de história. Das primeiras interações com o público-alvo por meio de concurso de rádio na cidade de Franca (SP) para escolha do novo nome da loja de departamentos recém adquirida – Cristaleira – à busca de fidelização e solidificação de perfil por meio do *branding*² e posterior alteração identitária, o histórico comunicativo da marca *Magalu*

¹ Loja brasileira de departamento cujos estabelecimentos físicos – entre matriz e filiais - ao longo de 16 estados brasileiros ocupa, a partir dos anos 2000, espaço no meio digital, com *e-commerce* (vendas online) e ativismo digital mediado pela personagem *Lu*, do *Magalu*.

² Gestão de marca (KOTLER, 2017).

integra processos semiológicos de significação³, referenciação e interpretação (SANTAELLA, 2002) ricos pela possibilidade epistêmico-dialógica com os estudos onomínicos⁴ e psicológicos da significação.

Destes analisaremos, mediante preceitos metodológicos fenomenológico-interpretativistas (PINTO; SANTOS, 2008)⁵, o fenômeno de alteração digital gradual da marca⁶ *Magazine Luiza* para *Magalu* e sua relação com a humanização do ícone da empresa: *Lú*. Nossa visitação busca descrever, mediada pela face semiológica da comunicação advinda da mudança gradual, a que se propõe tal referência⁷ no ambiente publicitário – relativa à capacidade das mensagens referirem ideias abstratas – e quais seriam suas possibilidades de interpretação⁸ – quanto à função emotiva que pode carregar determinada mensagem (SANTAELLA, 2002). O caminho analítico para se chegar à descrição das possíveis respostas de tais questões exigiu da pesquisa o caráter transdisciplinar, construtivo da ponte entre os estudos semióticos, psicológicos

³ Devido à limitação de ordem espacial, este estudo não focalizará a face da significação associada à linguagem publicitária visual – cores, formas, volumes, entre outros.

⁴ Estudos que versam sobre os nomes próprios.

⁵ “[...] o fenomenologista interpretativo direciona os seus esforços para descrever os significados construídos pelos indivíduos “*sendo no mundo*” e para compreender como esses significados influenciam as escolhas que esses “seres” fazem. (LOPEZ; WILLIS, 2004 *apud* PINTO, SANTOS, 2008, s.p.).

⁶ Nome comercial e nome de marca são usados enquanto termos sinônimos neste estudo, ainda que a marca seja [...] um conceito abstrato, que se materializa verbalmente no nome comercial e visualmente em logotipos, design de embalagens etc (PRADO, 2015, p. 72). No caso estudado, há que se frisar a concomitância dos nomes *Magazine Luiza* e *Magalu*, o primeiro ainda presente na fachada da empresa, e o segundo presente em coexistência digital com a forma primeira.

⁷ Em Semiótica, a referência é uma mensagem abstrata dada pelo signo. Para Santaella (2002, p.8) “[...] um grito, por exemplo, devido a propriedades ou qualidades que lhe são próprias [seu fundamento/ momento primeiro] (um grito não é um murmúrio) ele representa algo que não é o próprio grito, isto é, indica que aquele que grita está, naquele exato momento, em apuros ou sofre alguma dor ou regozija-se na alegria (essas diferenças dependem da qualidade específica do grito). Isso que é representado pelo signo, quer dizer, **ao que ele se refere** é chamado de seu objeto [momento segundo]. Ora, dependendo do tipo de referência do signo, se ele se refere ao apuro, ou ao sofrimento ou à alegria de alguém, provocará em um receptor um certo efeito interpretativo: correr para ajudar, ignorar, gritar junto, etc. Esse efeito é o interpretante [momento terceiro]. **Grifo nosso.**”

⁸ A interpretação ou efeito interpretativo advém da referência – mensagem – e se associa a três possibilidades de efeitos interpretativos: *rema*, *dicente* e *argumento*, dos quais, neste estudo, detalha-se o argumento.

e onomásticos absorvidos pelo fenômeno de nomeação e renomeação da marca. Atrelada a tal base teórica, propomos a necessária retomada bibliográfica do histórico da empresa *Magazine Luiza* a fim de que se possa recuperar seu perfil mercadológico e suas devidas fases publicitário-identitárias.

Nascida em 1957, menos de uma década após o término da Segunda Guerra Mundial (1949) – momento histórico que permitiu a revolução dos sistemas de comunicação em massa – a empresa *Magazine Luiza* crescia no contexto identitário de *marketing 2.0*⁹ (KOTLER, 2017), marcado pelo aumento da concorrência das marcas. Tal acirramento do mercado, ainda em meados da década de 60, trouxe a necessidade de repensar os negócios para além das vendas. Era preciso utilizar de outras metodologias além do foco no próprio produto e na produção (RIES; TROUT, 2009) para conquistar e fidelizar o cliente.

Vista como a primeira maneira de buscar tal fidelização, a criação publicitária baseava-se nos meios de comunicação vigentes: o rádio e a televisão e culminaria no surgimento do termo *branding* (STRUNCK, 2012; WHEELER, 2013) para delimitar o processo de gestão de marcas associado aos cuidados comuns do fim publicitário: a desejada solidificação identitária. Oriundo da Idade Média e aplicado à publicidade mediante a extensão do significado de marcar o gado, alimentá-lo e cuidá-lo (STRUNCK, 2012) o *branding* passa a expressar – no meio publicitário – as qualidades tangíveis e intangíveis de uma marca para proporcionar valores aos seus clientes (CLIFTON *et al.*, 2003). Com a popularização da internet e dos meios digitais comum aos fins da década de 1990, a empresa *Magazine Luiza* – já ativa na publicidade radialista e televisiva – adere ao meio digital, contemplando, na comunicação da marca, modernizações da identidade 3.0: marcada pela humanização da empresa (KOTLER, 2017). Assim, na primeira década dos anos 2000, *Magazine Luiza* inicia o

⁹ A identidade 1.0 é marcada pela pouca competição entre marcas e pelo enfoque na produção e no produto. (KOTLER, 2017).

desenvolvimento da personagem digital *tia Luiza*, que se tornaria a mediadora digital da empresa.

Um dos principais processos construtivos da afetividade de um objeto ou identidade de uma marca – em quaisquer fases históricas do *marketing* – associa-se à escolha de seu nome comercial (oniônimo), bem como sua possível associação arbitrária a um símbolo¹⁰ ou figurativa a um ícone¹¹ (SOUZA, 2019). Como propusera Lacan (1998), o nome próprio (*onoma*) materializa um lugar ideológico oferecido pelo outro, que, muitas vezes condensado em puro significante¹², tem como fim a construção de processos identitários pela singularização¹³.

Logo, nomear é “[...] um ato comunicativo que serve uma função de identidade” (LASKOWSKI, 2010, p.84, tradução nossa); tal função, por sua vez, condensa-se a partir do signo onomástico caracterizado pelo segundo grau de significação¹⁴, o qual se concebe além das amplas formas onomínico-prototípicas (VAN LANGENDONCK, 2007) de referenciação, como os nomes de pessoas, estudados pela ciência Onomástica (DAUZAT, 1951; VACONCELLOS, 1930; GUÉRIOS, 1973). Assim, há variadas possibilidades oriundas do léxico onomínico,

¹⁰ O símbolo, para Greimas (1973) e Peirce (2000) é um signo permissivo da associação de ideias de alto grau abstrato a um objeto por meio da convenção social; logo, trata-se de um signo arbitrário.

¹¹ O ícone, ainda para Greimas (1973) e Peirce (2000), denota um objeto em virtude das similitudes e analogias propostas entre a imagem e o objeto (fictício ou fático), caso da personagem digital Luiza e a proprietária física da empresa Luiza, cuja homonímia significante estabelece o signo icônico.

¹² Há nomes próprios transparentes (GUÉRIOS, 1973), cujo significado é recuperado sem a necessidade de acesso à etimologia ou motivação específica, tais como Mel, Flor, Rubi, Bahia, entre outros.

¹³ Uma das principais diferenciações do nome comum para o próprio é a univocidade do nome; ou seja, quando se nomeia uma pessoa, um local, uma marca, entre outros, busca-se, por meio de tal processo simbólico mediado pela língua, uma singularização e inscrição de uma referência num *continuum* de significação.

¹⁴ Para Bréal (1992), a principal diferença entre o nome comum e o próprio, quanto ao sentido, está no grau da significação, uma vez que um nome próprio geralmente advém do léxico comum e carrega tanto tal significação quanto outras adquiridas – associativas e enciclopédicas - a partir de sua associação com a referência.

como os *oniônimos*¹⁵ (GUÉRIOS, 1973, p. 15) nomes de marcas e de produtos comerciais singularizadores do referente extralinguístico passível de recuperação causal-direta¹⁶ (KRIPKE, [1972], 1980) ou, ao menos, enciclopédica¹⁷ (VAN LANGENDONCK, 2007; BRITO, 2003).

Ao denotar¹⁸, o nome próprio tem a capacidade de singularizar um ente, inserindo-o em um processo de identificação que terá sua significação e identificação afetiva concomitante à subjetivação e caminhar identitário. Cada processo de nomeação carrega suas especificidades¹⁹; de forma ampla, porém, o fenômeno de nomear relaciona-se, conforme mencionado, a uma comunicação identitária (LASKOWSKI, 2010), ou seja, a uma inserção simbólica²⁰ no meio psicossocial. Associando-se, pois, à escolha do nome próprio de uma marca (motivação onionímica) – “cuja função é guiar as escolhas de consumidores e investidores e cujo uso tem objetivos econômicos” (SJÖBLOM, 2016, p. 453 *apud* SANTOS; SANTOS, 2020, p. 201) – ao processo primário de inserção e secundário de solidificação identitária, chega-se

¹⁵ Tanto os nomes de estabelecimentos comerciais quanto as marcas são contempladas pelo conjunto de nomes comerciais; o nome de marca, por sua vez, “[...] é uma interrelação entre a linguística e o marketing” (CONTRERAS, 2020, p. 64) o que explica parte do diálogo transdisciplinar deste estudo.

¹⁶ A recuperação causal cunhada por Kripker propõe um batismo inicial, a partir do qual por uma cadeia de uso social a referência é recuperada.

¹⁷ Associada à competência onomástica de ordem histórica ou subjetiva.

¹⁸ Cumprir função referencial (MILL, 1843; KRIPKE, 1972). Os nomes próprios propõem conotações em contextos interativos específicos, nos quais os valores associativo e enciclopédico do nome próprio permitem sua hibridização ao nome comum, por meio de sua pluralização, uso de metáforas, bem como pelos predicados de denominação. Para aprofundar essa questão, consultar Gary Prieur (1990, 1994, 1995, 2001, 2005, 20016), especialmente *Grammarie dum nom propre* (1994).

¹⁹ São extensas as possibilidades de comparação; como ilustração, vejamos a nomeação de pessoas – antroponímia - cujo resultado é o conjunto de antropônimos – nomes próprios de pessoa. A nomeação parental carrega resquícios onomatômicos (GUÉRIOS, 1973) particulares que não se repetem na nomeação de marcas; não se nomeia uma empresa a partir da repetição de um nome de outra empresa por se desejar que esta carregue características daquela; afinal, a singularização é essencial ao meio empresarial e, diferente das pessoas, as empresas não têm *sobrenomes*. A crença de que o nome carregue influência sobre o ente – empresa – caracteriza-se de outra maneira na nomeação de empresas e marcas: nomeia-se para o sucesso mercadológico e a repetição de nomes não o configura.

²⁰ Sinônimo de linguagem (LACAN, 1998); logo, uma inserção simbólica se dá pela assimilação dos processos linguísticos.

a um dos cuidados do *branding* cujo fim, em meio às guerras corporativas, é, exatamente, a singularização bem quista no meio empresarial.

Porém, para que tal individualização se dê enquanto diferencial mercadológico, não apenas a escolha do nome da marca se faz relevante: siglas, acrônimos, cruzamentos vocabulares, nomes próprios de pessoas ou sua desautomatização (SOUZA, 2019), mas a associação da marca a um símbolo ou ícone que, ao longo da ação no mercado, passa a ativar uma significação convencional e cultural associada à imagem antes abstrata ou com resquícios figurativos desassociados da referência extralinguística, passando estes traços a exercerem, pragmaticamente, a função de um signo de comunicação simbólica. (GUIRAUD, 1980).

Muitos são os símbolos de empresas contemporâneas, como as três listras verticalmente ilustradas pela marca *Adidas*, a famosa maçã mordida convencionalmente associada à marca *Apple*, entre outras; porém, poucas são as empresas cuja identidade se solidificou a partir do processo de associação do significante onomínico a um símbolo ou a um ícone, caso da empresa *Magazine Luiza*. Ainda que seja comum a associação do oniônimo – nome comercial / marca – ou de parte dele a determinados ícones, caso da marca *Bic*, com seu *BicBoy* - cunhado em 1956 pelo design Raymond Savignac, a semantização cultural do nome comercial *Bic* ao ícone da empresa, no caso, o *Bic Boy*²¹, não ocorreu em absoluto em solo brasileiro; ou seja, a associação lógico-cultural entre ícone e oniônimo não é garantida. Com relação, porém, ao significante²² *Magazine Luiza*, morfologicamente constituído do substantivo simples *magazine* - estabelecimento comercial que vende produtos variados - acrescido ao antropônimo da pessoa física e jurídica da empresa *Luiza*, houve, em solo brasileiro, uma associação cultural do ícone da empresa ao seu

²¹ BIC é a abreviação de Michael Bich, fundador da empresa.

²² Conceito linguístico estabelecido por Saussure em 1916 em sua obra póstuma *Curso de Língua Geral*. Para Saussure, o significante se associa, arbitrariamente, à imagem acústica do significado; este último associado ao conceito, estabelecido pelo valor.

respectivo oniônimo composto²³ cuja forma *Luiza* advém da desautomatização²⁴ de um antropônimo; assim, o ícone representativo de uma mulher sem, especificamente, propor semelhanças com *Luiza Trajano* acabou por, culturalmente, recuperar sua referência assimilada pela marca.

Posteriormente à escolha do oniônimo de uma marca e sua relação icônica/simbólica com determinada referência, propor qualquer alteração nessa semiologia é considerada uma atitude arriscada até mesmo à identidade 4.0, cuja base é o meio digital e sua respectiva revolução criativa. Assim, o movimento de mudança gradual do nome da marca Magazine *Luiza* para *Magalu* que se inicia nas duas primeiras décadas do ano de 2000 e propõe a abreviação da marca para *Magalu* – com base nos nomes de perfis sociais da personagem digital *Lu, da Magalu* – instaura uma comunicação: uma referência que propõe uma mensagem abstrata (SANTAELLA, 2002).

Por meio do acréscimo de uma forma hipocorística e acrônima a um oniônimo formal – processo descrito no segundo item deste estudo *Magazine Luiza ou Magalu: a transfiguração intimista e hipocorística do oniônimo formal* – propõe-se pela alteração semiológica um efeito significante²⁵ que resulta na interpretação de uma possível transformação na conhecida identidade 4.0 cunhada por Kotler (2017), fenômeno

²³ Um nome comercial pode ser simples, formado por apenas um item lexical ou composto, formado por mais de um item lexical.

²⁴ Alteração de uma estrutura fixa com o objetivo de produzir certas sequências inferenciais (TIMOFEEVA, 2009, p. 252, *apud* SOUZA, 2019, p. 91). Esse fenômeno será detalhado no segundo item deste estudo.

²⁵ Para Lacan (1998 *apud* Perez 2006, p. 194), “[...] o sentido se produz na montagem da cadeia significante”. A cadeia significante, por seu turno, contempla um conjunto significante, no qual “[...] a escolha de alguns elementos e não de outros produz um **efeito de sentido** que lhe dá significação” (PEREZ, 2006, p. 194, **grifo nosso**.) O significante, por sua vez, relaciona-se a “[...] uma operação com a qual a deciframento produz algo novo. Nessa produção, o inconsciente se estrutura através da linguagem que funciona segundo as leis presentes na cadeia dos significantes. Esse algo novo produzido surge a partir de uma menção sobre algo antigo em relação ao que está por vir através de uma operação repetitiva presente na cadeia dos significantes”. (LACAN, 1998, p. 600, *apud* BEZERRA, 2018, s.p). Para aprofundar os conceitos lacanianos abordados neste estudo, consultar *Escritos* (LACAN, 1998).

publicitário a que chamamos: *identidade pós-4.0*, descrita no item que segue *Identidade pós 4.0: caso Magalu*. O aperfeiçoamento digital e a humanização do ícone *Lu*, que assimila o processo de *brand persona*²⁶, enquanto humanização marcada pela interação do ser humano na economia da empresa, caminha em paralelo à reconfiguração identitária da marca pela alteração do nome em âmbito digital, que coexiste com a forma *Magazine Luiza* nas fachadas dos comércios físicos, onímia paralela²⁷ rara na guerra corporativa de empresas cujas identidades já se fossilizaram.

Assim, surge da rotina publicitária vigente – identidade 4.0 (KOTLER, 2017) uma mudança na dinâmica da forma de agir (HANSEN, 2006 *apud* PINTO; SANTOS, 2008), cujo resultante social, enquanto possibilidade de um novo paradigma de gestão de marcas, contempla ações primárias da empresa *Magalu*. A significação psicossocial desse comportamento faz-se passível de recuperação a partir do diálogo aqui proposto entre os estudos Freudianos e Lacanianos – quanto ao processo de construção das identidades dos sujeitos e objetos – às identidades publicitárias cunhadas por Kotler (2017), especificamente ilustradas no caminhar histórico-identitário da empresa *Magalu*, conforme se propõe no item que segue.

2 Identidade pós 4.0: caso Magalu

[...] a identificação é a mais antiga manifestação de uma ligação afetiva (FREUD, 2011, p.60)²⁸

²⁶ Na identidade 4.0 tem crescido a criação de perfis semificcionais que levam às redes sociais os valores da marca.

²⁷ Estudos toponímicos de Vieira (2012) apontam para a coexistência de topônimos oficiais e espontâneos que convivem; neste estudo os oníonimos convivem não por um duplo oficial x espontâneo, mas nas intermitências entre a referenciação digital e física da marca.

²⁸ A partir do que Freud (2011) considera por identificação e “traço unário” Lacan articula o conceito de “significante” (LACAN, 2003, p.170), relacionando traço unário como elemento de identificação originário: motor da ordem significante que construirá o sujeito na realidade. Neste estudo, estendemos o processo de identificação dos sujeitos, ao processo de identificação de uma empresa.

A evolução afetivo-identitária da marca *Magalu* não acontece instantaneamente; pelo contrário, trata-se de um processo complexo psicossocial de diferenciação, identificação (FREUD, 2011; LACAN, 1998) e comunicação.

Do momento da instauração do traço unário²⁹ (LACAN, 1998): a mudança do nome *Cristaleira para Magazine Luíza* - estruturada simbolicamente enquanto tomada de posse de um estabelecimento e diferenciação primária como gesto – à solidificação identitária e posterior alteração de *onoma* (nome) – ainda que gradativa e em meio digital – há um caminho de autorreconhecimento e de reconhecimento da marca pelo público que requereu a assimilação dos ideais que a moldam; esse processo, por sua vez, dá-se a partir de uma constante comunicativa de interação.

Para alcançar a identificação afetiva em meio à competição das marcas, a empresa Magazine Luiza não se rendeu ao ostracismo, mas mostrou-se atenta ao cenário social e varejista, evoluindo cronologicamente na forma de fazer publicidade e *marketing*³⁰, perspectiva que impactou fortemente nas interpretações positivas do consumidor quanto aos ideais da marca. As fases dessa cronologia identitária iniciam-se com a repercussão dos ideais: 1) vender; o cliente sempre tem razão; 2) mudar a forma de como vender, fazê-la missão, com visão e valores que refletissem a ação da venda atrelada ao significado social da marca; 3) humanizar a empresa; 4) buscar meios de diálogo com outras marcas e com o público digital; e, por fim, assimilar infiltrações identitárias da ordem do digital, no qual o relacionamento entre marca e cliente passa a ser mais rápido e subjetivo. Ter uma página nas redes sociais, mediada pela personagem humanizada *tia Luiza* (Mercado e Consumo, 2020) e um *e-commerce*

²⁹ “[...] significante que inaugura a cadeia e que fica recalcado para o sujeito” (MARIANI, 2014, p. 137). O traço unário para Lacan é, portanto, o significante recalcado enquanto sinônimo de nome próprio, que “[...] exerce a função de representar e designar o sujeito no laço social, como indicativo de uma identidade no laço social” (MARIANI, 2014, p. 140).

³⁰ Philip Kotler (2017) define a evolução do *marketing* como 1.0, 2.0, 3.0 e, o último e mais atual, 4.0. Sendo o *marketing* de produto (1.0) para o *marketing* para o consumidor (2.0) e, por fim, para o *marketing* pensado para as pessoas, sejam elas consumidoras ou não (3.0) (KOTLER, 2017).

ou um aplicativo foi só o começo das infiltrações digitais comuns à identidade 4.0, marcada pela horizontalização das empresas. Saber usá-las, ter engajamento e reverter tudo em lucro foi, de fato, a prova do sucesso identitário e afetivo da marca na segunda década do século XXI.

Inicialmente, em 2003, o *design* da personagem virtual *tia Luiza* idealizado por Pedro Alvim³¹ não se aproximava propriamente dos traços naturais de um ser humano, tampouco realizava movimentos semelhantes, isto devido às próprias limitações gráficas do início do novo século; com o avanço tecnológico, inteligência artificial³² e a utilização do 3D, o ícone que, a partir de 2009, passou a se apresentar somente como *Lu*, adquiriu traços humanos cada vez mais complexos, ampliando suas interações com o público, bem como protagonizando publicidade de outras marcas parceiras, conforme demonstram as imagens comparativas abaixo:

Figura 1 – Evolução em dez anos da personagem Lu do Magalu.



Fonte: Mercado e Consumo, 2020.

Figura 2 – Lu do Magalu em 2020 protagonizando por meio de seu perfil no Instagram campanha publicitária da marca Adidas.

³¹ Pedro Alvim é gerente sênior de conteúdo das redes sociais do Magazine Luiza.

³² “Para que a conversa flua de maneira natural, [Lu] usa as capacidades de Inteligência Artificial do [IBM Watson](#), baseadas em IBM Cloud. Em 2019, ela chegou ao WhatsApp, usando o recurso [IBM Watson Assistant](#)” (Mercado e Consumo, 2020).



Fonte: Instagram, 2020.

Figura 3 — Personagem Lu do Magalu em seu perfil de Instagram, cujo nome de usuário é “Lu do Magalu”.



Fonte: Instagram, 2021.

Ao fim de 2007, a interação da personagem se dava por meio de um canal no *YouTube: Canal da Lu*; em 2012, especificamente, pelo *Blog da Lu*; posteriormente, no ano de 2012, perfis do ícone foram criados na rede social *Orkut* e pelo *Facebook*, contas nas quais o nome de usuário *Lu do Magalu* figurava e mediava o fortalecimento dos laços afetivos com os consumidores. Foi, porém, somente durante o ano de 2017, após quatorze anos de existência do ícone *Lu* que a empresa adotou, nas palavras da jornalista Mattos (2019), um “apelido”: *Magalu*, o mesmo usado nas redes sociais para interação mediada pela vendedora virtual. Não houve quanto à marca,

especificamente, uma troca de onônimo, uma mudança total da identidade da empresa, mas uma reconfiguração identitária dada, especialmente, pelo sucesso digital do ícone *Lu*. Tal alteração da marca é arriscada aos olhos do mercado 4.0, que, mesmo convivente com a revolução digital, visa à solidificação identitária e à fidelidade do consumidor; o permite-nos compreender a mudança do nome da marca como uma possível quebra de significantes (LACAN, 1998).

Tal reconfiguração intimista engendrada pela empresa propôs a adição de um logotipo ao nome comercial oficial: um apelido por abreviação (AMARAL; SEIDE, 2020), respectivamente: *Magalu* estabelecido pela representação digital desde o início de 2012. A partir dessa mudança, detalhada no item dois deste estudo, criou-se tanto a abreviação digital do logotipo: *Magalu*, pela empresa de design *Tátil* quanto, posteriormente, o slogan: *Magazine Luiza: pra você é Magalu*. Ambas as ações estratégicas se aproveitaram da simpatia dos brasileiros com relação à personagem digital *Lu*, do *Magalu* para atrair não só clientes, mas investidores em uma espécie de cooperação publicitária³³, conforme ilustrado na imagem 2. Logo, a mudança de nome implicou um efeito de significante³⁴ (LACAN, 1998) cuja mensagem abstrata pautada na reconfiguração identitária (SANTAELLA, 2002) trouxe, conforme propõe o quadro econômico da empresa, consequências positivas à recepção cada vez mais emotiva e afetiva da marca por parte dos consumidores³⁵.

Os desafios das ações de *branding* do ano vigente de 2020, mediante a presença da Covid-19³⁶, pandemia reconhecida pela Organização Mundial da Saúde em março, não atingiram significativamente a empresa *Magazine Luiza*, que já configurada pelo

³³ A personagem *Lu*, do *Magalu* tem ilustrado diversas campanhas publicitárias de marcas parceiras como a por nós ilustrada associada a *Adidas*, entre outras, tais como *Farm*.

³⁴ “Cada significante se articula na cadeia significante produzindo sentido para o sujeito efeito dessa cadeia” (PEREZ, 2006, p. 193).

³⁵ A relação entre a mudança do nome e a afetividade será especificada no item que segue.

³⁶ Doença infecciosa de amplitude mundial oriunda de um coronavírus descoberto no início do ano de 2019.

hibridismo de varejo presencial e digital desde 2012, aproveitara-se da interação digital constantemente mediada pela personagem *Lu, do Magalu* para intensificar a modalidade de venda *on-line*, ou seja, o *e-commerce*, a mais propícia e utilizada neste momento. Se a era 4.0 teve, pois, como centro a jornada do cliente e a solidez da marca, o cenário pandêmico acelerou e potencializou a transformação digital (SCOGNAMIGLIO, 2020), tal como suas infiltrações³⁷. Assim, para oferecer serviços de qualidade em período de pandemia, era preciso saber utilizar as ferramentas digitais a favor do *branding*, já que tais fatores podem aumentar lucros, garantir empregos e potencializar salários. Atenta a tal paradigma, no cenário pandêmico (2020-2021), *Magalu* se firmou protagonista, principalmente quanto à boa prática do modelo digital e das táticas acima comentadas: a marca valorizou 65,9% no ano de 2020 - enquanto suas concorrentes a Via Varejo e a B2W cresceram, respectivamente, 58,6% e 74,9% (SALOMÃO, 2020).

Em meio à pandemia, *Magalu* conseguiu aumentar suas vendas sendo que, entre maio e julho de 2020, mesmo com as lojas físicas fechadas, as vendas cresceram 46% em comparação com o mesmo período do ano anterior (CUCOLO; MOURA, 2020). Diversos foram os motivos para tal mudança na modalidade de vendas – inclusive a mudança de hábitos durante a necessidade inicial do isolamento social, a partir da qual muitos supriram a ausência social pela compra compulsiva (CUCOLO; MOURA, 2020). Durante o período pandêmico, o hábito mudou de compulsivo para cauteloso (SALOMÃO, 2020), levando os consumidores a adiarem as compras de bens e serviços por tempo indeterminado, enquanto notícias positivas, como o desenvolvimento de vacinas, ainda não eram anunciadas. Ainda assim, diante de tal paradigma incerto, a perpetuação do cenário positivo da marca mostrou-se fato

³⁷ “[...] 67% dos executivos ouvidos afirmaram que a digitalização das operações teve avanços que colocaram o negócio meses e até anos à frente do que eles esperavam; para 20% o processo de digitalização se manteve como antes da pandemia; e, para apenas 13%, o processo foi atrasado ou inviabilizado por causa da crise”. (KPMG, 2020 *apud* SCOGNAMIGLIO, 2020).

(ALMEIDA, 2020) e permitiu a valorização exponencial em tempos de incerteza, o que viabiliza sua identificação afetiva.³⁸

Para Frederico Trajano (SECIUK, 2021), principal executivo da Magalu, "a pandemia acelerou o processo de digitalização no Brasil, mas ele está só no início". A perspectiva do empresário dialoga com as estratégias de enunciação afetiva da empresa e a focalização em diferentes públicos-alvo – dos mais novos aos mais velhos, a personagem *Lu do Magalu* exibe alegria e eficácia diariamente em suas respectivas redes sociais (FILIPPE, 2020): *Tik Tok* para os usuários digitais mais novos, *Facebook* para os mais antigos.

Destarte, a marca em constante processo de significação deseja montar um ecossistema próprio para rivalizar contra as empresas gigantes *Alibaba* e *Amazon* (FILLIPE, 2020) e, para isso, conta com grandes marcas parceiras, bem como prossegue no caminho das interações intimistas e afetivas recorrentes entre os consumidores e a personagem *Lu, do Magalu*, sempre ativa em suas redes sociais. Atualmente, o nome *Magalu* presente no usuário da personagem digital é homônimo³⁹ do nome da empresa no meio digital, confirmando a influência do ícone digital na troca de onônimo, fenômeno que se detalhará no item que segue.

3. Magazine Luiza ou Magalu: a troca intimista, hipocorística e acrônima do onônimo formal

A motivação para escolha do onônimo oficial *Magazine Luiza* é recuperável por inúmeras fontes bibliográficas, desde o próprio endereço digital da empresa *Magalu*, até sites de notícias como *Valor Globo*, *Instituto Brasileiro de Coaching (IBC)*, entre outros.

³⁸ A identificação é um fenômeno psicossocial cujo fim envolve processos de significação. Para Lacan, (1998, 2003, *apud* PEREZ, 2016, p. 194), “[...] a identificação do sujeito-identificando é com um significante vazio de conteúdo, mas como forma ou enquadramento de um vazio. [...] o sentido se produz na montagem da cadeia significante. Cada significante se articula na cadeia significante produzindo sentido para o sujeito efeito dessa cadeia”.

³⁹ Nome igual ou parecido.

Tal retomada histórica nos mostra que, mesmo em meados do século XX, a família de Luíza Helena Trajano, mais especificamente seus tios Luiza Trajano e Pelegrino José Donato já buscavam interações com o público pelos meios de comunicação acessíveis à época, como o rádio. Em 1957, o casal comprou um estabelecimento comercial de nome *A cristaleira*; anos depois, conforme já mencionado, fora estabelecido, por escolha da população, outro onônimo: *Magazine Luiza*.

Porém, foi somente quando Luiza Helena Trajano assumiu a administração da empresa, nas primeiras décadas do século XXI, que o *brand persona* estabelecido pela firma Magazine Luiza – a partir da criação de diversas redes sociais com perfis correlacionados pelo nome: *Lu, do Magalu* – solidificou o ícone *Lu*, anteriormente *tia Lu*, personagem digital associada ao onônimo *Magazine Luiza* e, por fim, à identidade da marca. Além disso, nessa mesma época, iniciou-se uma espécie de mediação dada por essa personagem fictícia, que ultrapassava conselhos ou mensagens fortuitas, aproximando o ícone de um atendimento humanizado ao cliente, com intimidade e simpatia.

Por trás da imagem de tal personagem fictícia, por sua vez, havia toda uma equipe física de *marketing* digital que realizava os atendimentos e demonstrava ser de valia a opinião do consumidor, validando a perspectiva horizontal de *branding*, contornada na identidade 4.0 e aperfeiçoada na identidade pós 4.0, anteriormente detalhada. Essa construção identitária sólida associada ao atendimento humanizado também exemplificado nas propagandas televisivas fizera com que a empresa buscasse uma aproximação intimista ainda mais abrangente; assim, conforme já mencionado, criara-se o logotipo *Magalu* e o slogan: *Magazine Luiza: pra você Magalu*, alterando o anteriormente sólido onônimo *Magazine Luiza*.

A especificação sintática seguida da marca no *site* da empresa expressa em: *pra você é Magalu* propõe um diálogo informal e direto com o consumidor delimitado pela

construção linguística informal *pra você* e uma comunicação de crença⁴⁰ (PEIRCE, 1998) cujo argumento⁴¹ advém do próprio emissor – no caso a empresa ou sua gestão. Nesse caso, a base da significação dada pela mensagem está na proposição ou hábito associativo de que a abreviação do signo onomínico – a construção hipocorística *Magalu* – propõe um convite à intimidade e à afetividade até então nulo no onônimo *Magazine Luiza*. Para Bittencourt (2014, p. 35) “[...] nossas crenças nos orientam em nossas ações, para satisfazer os nossos desejos; e essa reflexão nos levará a rejeitar toda crença que parece não ter se estruturado”. Tal estruturação da crença advém, pois, do hábito associativo, da experiência cotidiana do ser humano e sua relação com os signos. A crença da empresa de que a abreviação proposta e explicitada pelo signo linguístico tem efeito de afetividade no interlocutor encontra base não só nos hábitos sociais – cujos filtros advêm dos próprios interpretantes/consumidores – mas também nos fenômenos descritos pelos estudos linguísticos e onomínicos, conforme se detalhará quanto à relação afetiva do hipocorístico.

O fato de o nome ficcional da personagem digital *Lu*, ícone da empresa Magazine Luiza nas redes sociais, apresentar-se sempre sucedido pela construção sintática prepositiva adjetiva: *do Magalu* conota caráter de posse e propõe a filiação do ícone à empresa. Tal percepção de pertencimento do nome dos perfis semificcionais dada pela sintaxe fundira-se, por fim, em um processo criativo na abreviação do onônimo em sua forma hipocorística e acrônima: do onônimo composto *Magazine Luiza* à *Magalu*. Assim, o onônimo simples *Magalu* passa a conceber de forma

⁴⁰ “A crença não é um modo momentâneo da consciência; ela é um hábito da mente que, essencialmente, dura por algum tempo e que é em grande parte (pelo menos) inconsciente; e como outros hábitos, ela é [...] perfeitamente autossatisfatória” (PEIRCE, 1998, p.366-367).

⁴¹ Argumento é o terceiro efeito significado de um signo. É o interpretante lógico, quando o signo é interpretado por meio de **regras interpretativas internalizadas pelo intérprete**, sem as quais, os símbolos não poderiam significar, pois estão associados ao objeto que representam, por meio de um **hábito associativo, que se processa na mente do intérprete e que o leva a significar o que ele significa** (SANTAELLA, 2002, p. 25, **grifo nosso**.)

hegemônica três referências⁴² extralinguísticas: a empresária Luiza Trajano e a personagem Lu – ambas fundidas pelo ícone – e, por fim, a empresa Magazine. As três referências são assimiladas nas duas palavras abreviadas que formavam o oniônimo composto anterior. Logo, tem-se uma forma onomínica que faz referência à abreviação do antropônimo Luiza: *Lu*, na qual “[...] os falantes são capazes de [...] apontarem um possível antropônimo de origem (AMARAL; SEIDE, 2020 p. 84) - seja a personagem ficcional, seja a pessoa física proprietária da empresa⁴³ - antecedida por outra abreviação *Maga* que, mesmo em função onomástica assimilada pelo *onoma* anterior: *Magazine* – por advir do léxico comum – remete, devido à significação lexical, ao estabelecimento físico⁴⁴.

Toda desautomatização onomínica – enquanto alteração nos elementos constituintes de um nome próprio – tem por objetivo gerar inferência (SOUZA, 2019); no caso em questão, tal inferência dialoga com a crença de que a morfologia hipocorística *Magalu* gera afetividade à marca *Magazine Luiza*. Proposta pelo *branding* da empresa, a associação da nova morfologia do oniônimo à afetividade está em concordância com os estudos de Brito (2003) e Amaral e Seide (2020) sobre o conceito de hipocorístico, assim como vai ao encontro das implicaturas culturalmente partilhadas por tal forma de nomeação.

A alteração morfológica oriunda do antropônimo: *Lu* configura a presença de um hipocorístico, enquanto “um item formado a partir de uma alteração morfológica (abreviação, diminutivo, aumentativo, etc.) de outro antropônimo”, tal qual em *Terezinha* (< *Tereza*) ou *Malu* (< *Maria Luiza* / *Maria de Lourdes*) (AMARAL; SEIDE, 2020, p. 84). Tal alteração gera afetividade (BRITO, 2003), vez que tal forma onomínica faz-

⁴² Neste momento, com base em Saussure ([1916], 1975), tem-se referência enquanto objeto exterior à linguagem.

⁴³ Muitos falantes, por seu turno, não relacionam o antropônimo à Luiza Trajano, primeira proprietária e tia de Luiza Helena Trajano; para tal associação, faz-se necessário conhecimento histórico.

⁴⁴ Reforçamos que, apesar da crescente referenciação da marca *Magalu* no meio digital, as fachadas comerciais das lojas físicas da marca ainda mantêm – no ano 2021 – o nome *Magazine Luiza*.

se comum “em **contextos familiares**” (AMARAL; SEIDE, 2020, p. 84, **grifo nosso**). Logo, a forma final: *Magalu* - enquanto “palavra criada por afetividade” (BRITO, 2003, s.p.) objetiva trazer, por meio do signo onomínico, a intimidade do seio familiar à comunicação da empresa e chancela a perspectiva identitária a que chamamos pós 4.0: humanizar e aproximar empresa e cliente por meio das infiltrações digitais; estas, no caso estudado, associadas, por fim, às interações digitais do ícone da empresa *Lu*.

Acrescida à tentativa de aproximação da empresa pela alteração parcial do onônimo, está a forma criativa acrônima⁴⁵, que, ao se utilizar das letras iniciais de **Magazine Maga** e **Luíza Lu** torna ainda mais ágil a menção à empresa, expressão linguística de brevidade corrente na agilidade do *marketing* digital, o que contribui para facilitar o diálogo com consumidores estrangeiros. Ainda não ocorreu a total substituição do onônimo *Magazine Luiza* pela forma desautomatizada, hipocorística e acrônica: *Magalu*; por outro lado, nas redes sociais as menções à marca já se dão dessa maneira e a tendência, pela finalidade da afetividade e agilidade, é que o *Branding* da empresa proponha cada vez mais sua associação identitária a tal significante (SAUSSURE, 1973) onomínico.

A descrição diacrônica e histórica do *onoma* síncrono sem significado léxico - *Magalu* - permite-nos a percepção de que o onônimo é rico em significação outra, uma vez que, quando advindo do léxico comum, apresenta carga semântica primeira que, por sua vez, passa por um processo de opacização, mas ressignifica-se culturalmente e convencionalmente; quando, porém, já advindo do léxico onomínico, caso do antropônimo *Luiza*, associa-se, rapidamente, aos valores da referência, no caso, da pessoa física *Luiza Helena Trajano e*, ao mesmo tempo, ao comportamento intimista do

⁴⁵ Acrônimos se formam através da junção de letras iniciais de um grupo de palavras [...] pronunciados como uma palavra só (ex.: Inpe, Ibama) (HASMANN; CARMARO; ORENHA-OTTAIANO, 2014, p. 29).

ícone digital da empresa *Lu*; significando-se, pois, de forma associativa e enciclopédica⁴⁶ (VAN LANGENDONCK, 2007).

A mudança de oniônimo - diferente da primária enquanto traço original da marca - funciona como uma estratégia de alteração parcial do signo⁴⁷ (LACAN, 1998) e traz uma transformação de significação social, dada pela maior busca de aproximação com o cliente que, comunicada na mudança do logotipo, pode ser interpretada enquanto novas maneiras de pensar e interagir da marca, sem que esta última seja totalmente transfigurada.

A partir da relação entre a proposta morfológica do novo oniônimo que recupera a afetividade comum ao uso dos hipocorísticos: simplista, breve e intimista e da significação psicológica e semiológica advinda da ordem da comunicação⁴⁸ enquanto mensagem de uma reconfiguração identitária, há que se frisar o efeito emocional a que se propõe a marca: uma crescente íntima de interação com o consumidor. Exatamente nesta constante (res)semantização da referência/empresa, num *devoir*⁴⁹ paralelo identitário associativo da marca (VAN LANGENDONCK, 2007) gesta-se o que chamamos da identidade pós-4.0, na qual, a já tida solidificação identitário-corporativa, horizontaliza-se, possibilitando reconfigurações identitárias – anteriormente temidas – advindas da cultura digital.

⁴⁶ O significado associativo do nome próprio subjaz a partir da “[...] relação identitária de certos nomes numa dada sociedade” (SEIDE, 2013, p. 176); o significado enciclopédico, por seu turno, está ligado “[...] à extensão e/ou denotação do conceito (SPERBER; WILSON, 2001, p.140 *apud* SEIDE, 2013, p. 179); assim, as vivências de uma comunidade e as referências sociais, históricas e subjetivas que um indivíduo tem com relação a um nome associadas ao nível de sua competência onomástica construirão determinado conceito que, independente da etimologia e por se associar a questões subjetivas, varia.

⁴⁷ Neste momento do estudo, o conceito de signo se associa, com base em Lacan, à significação social. Já o “[...] significante é justamente marcado pelo sujeito e suas condições de enunciação, naquilo que ele detém de singular, e, portanto, sempre passível de várias significações (STARNINO, 2016, p. 234).

⁴⁸ Toda comunicação é tríade e contempla aspectos associados à significação, à referência e à interpretação dos efeitos da mensagem (SANTAELLA, 2002)

⁴⁹ Para Deleuze e Guatarri (1968), *devoir* se relaciona ao movimento, à mudança, à dinamicidade dos sentidos, à possibilidade de uma construção contínua sempre em relação ao outro.

4 Considerações Finais

O processo de nomeação ou renomeação carrega em si uma comunicação identitária cujas relações significantes (LACAN, 1998) envolvem não só o nomeador quanto a própria sociedade. Tal fato associa-se ao processo de nomeação de pessoas e seu respectivo conjunto de nomes, bem como se estende à nomeação de empresas e suas respectivas marcas.

A alteração morfológica gradual da marca *Magazine Luiza* para *Magalu* em meio digital decorre, portanto, da influência de infiltrações digitais oriundas das interações da personagem *Lu*, bem como da necessidade de modernização gráfica dada pelo acrônimo e, ainda, da vontade de adequação do *branding* à contemporaneidade, que busca brevidade e afetividade pela interação digital. Logo, sendo percebido pela marca um espaço publicitário favorável a uma ação de *marketing*, comunica-se a alteração no signo da empresa perante a sociedade, aspirando à ressignificação da identidade da empresa, sem, por outro lado, transfigurar seu traço unário e sua simbologia constituída, exatamente, pela personagem ficcional *Lu*.

Ainda assim, a alteração no nome da empresa implica alterações na simbologia da referência, propondo uma mensagem abstrata arriscada aos olhos da identidade 4.0: uma alteração identitária. Tal ação que altera o signo – tanto onomínico quanto cultural – mostra-se, por outro lado, irreverente pela ótica do mercado, que responde positivamente ao *branding* da empresa, dando indícios de que estamos diante de uma possível nova identidade publicitária, a qual chamamos de *pós 4.0*: paradigma que tende a acolher, cada vez mais, as infiltrações sem fronteiras do meio digital, associadas à humanização da empresa e a estratégias de reconfiguração identitária pautadas na modernização dos signos publicitários pela comunicação intimista, efetiva e afetiva (FIGARO, 2010).

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, A. de. Entenda como o Magazine Luiza consegue crescer em meio à pandemia. **Diário do Comércio**. São Paulo, 2020. Disponível em <https://dcomercio.com.br/categoria/negocios/entenda-como-o-magazine-luiza-consegue-crescer-em-meio-a-pandemia#:~:text=A%20empresa%20tamb%C3%A9m%20criou%20o,comiss%C3%B5es%E2%80%9D%2C%20afirmou%20Luiza%20Helena>. Acesso em: 28 abr. 2021

AMARAL, E. T. R.; SEIDE, M. S. **Nomes próprios de pessoa: introdução à antroponímia brasileira**. São Paulo: Blucher, 2020. Disponível em: <https://www.blucher.com.br/livro/detalhes/nomes-proprios-de-pessoa-introducao-a-antroponimia-brasileira-1614>. Acesso em: 28 abr. 2021. DOI <https://doi.org/10.5151/9786555500011>

BEZERRA, D. M. O significante em Lacan e a contribuição para uma história da loucura. *Anais [...]*. Rio de Janeiro, Niterói. Universidade Federal Fluminense. XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias, 2018. Disponível em: https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1529341953_ARQUIVO_A_NPUHtexto2018.pdf. Acesso em: 28 abr. 2021.

BITTENCOURT, R. **A fixação das crenças à luz da dialogia semiótica de Charles Sanders Peirce**. Dissertação. (Mestrado em Filosofia). Pontifícia Universidade de São Paulo. São Paulo – São Paulo, 2014. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/11649>. Acesso em: 28 abr. 2021.

CLIFTON, R. *et al.* **Brands and Branding**. New York: Bloomberg Press, 2003.

BRITO, C. Hipocorístico: um identificador ou apenas um tratamento carinhoso? *In: VII Congresso Nacional de Lingüística e Filologia. Anais [...]*. Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2003. <http://www.filologia.org.br/viicnlf/anais/caderno06-09.html>. Acesso em: 28 abr. 2021.

BRITO, A. N. **Nomes próprios semântica e ontologia**. Brasília: Editora UnB, 2003.

CONTRERAS, M. R. Acercamiento onomástico al nombre de las bandas de Heavy Metal: Onomastic approach to the name of Heavy Metal bands. **ODAL**. n. 3, v. 2, 2020. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/onomastica/article/view/26062>. Acesso em: 28 abr. 2021. DOI <https://doi.org/10.48075/odal.v0i0.26062>

CUCOLO, E.; MOURA, J. Quase 60% dos consumidores tem adiado compras por causa da pandemia. **Folha**. São Paulo, 2020. Mercado. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/quase-60-dos-consumidores-tem-adiado-compras-por-cao-da-pandemia.shtml>. Acesso em: 28 abr. 2021.

DAUZAT, A. **Les noms de personnes**; origine et évolution, prénoms – noms de famille – surnoms – pseudonoms. Paris: Dalagrave, 1950.

DELEUZE, G. **Diferença e repetição**. São Paulo: Graal, 1968.

FIGARO, R. Relações de comunicação no mundo do trabalho e a comunicação das organizações. In: KUNSCH, M. **A comunicação como fator humano nas organizações**. São Caetano do Sul, SP: Difusão editora, 2010.

FILIPPE, M. Com aquisições, Magalu monta ecossistema estilo Alibaba e Amazon. **Exame**. 2020. Disponível em: <https://exame.com/negocios/com-aquisicoes-magalu-monta-ecossistema-estilo-alibaba-e-amazon/>. Acesso em: 28 abr. 2021.

FILIPPE, M. Lu, da Magalu, chega ao Tik Tok, aparece como nunca antes e faz desafios. **Exame**. 2020. Disponível em: <https://exame.com/marketing/lu-da-magalu-chega-ao-tiktok-aparece-come-nunca-antes-e-faz-desafios/>. Acesso em : 28 abr. 2021.

FREUD, S. **O eu e o id**. Obras Completas Vol. 16, Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GUÉRIOS, R. F. M. **Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes**. São Paulo: Editora Ave Maria, 1973.

GREIMAS, A. J. **Semântica Estrutural**. Trad. Haqira Osakabe e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix / EDUSP. 1973.

GUIRAUD, P. **A semântica**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1980.

HASMANN, D. S; CAMARGO, D. C. de; ORENHA OTTAIANO, A. Investigando a tradução de acrônimos e siglas da área de sensoriamento remoto. **Cadernos de Letras da UFF** - Dossiê: Tradução v. 24, n. 48, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/122333>. Acesso em: 28 abr. 2021. DOI <https://doi.org/10.22409/cadletrasuff.2014n48a122>

INSTAGRAM: **Magazine Luiza**: Lu do Magalu. il. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CNqwSdfpcYW/>. Acesso em 28 abr. 2021.

INSTAGRAM: **Magazine Luiza**: Lu do Magalu. il. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CIYAL2ypPsh/>. Acesso em: 28 abr. 2021.

KOTLER, P. **Marketing 4.0**: do tradicional ao digital. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

KRIPKE, S. A. **Naming and necessity**. 2 ed. Cambridge, Massachusetts: Havard University Press, 1980.

LACAN, J. **Escritos**. RJ: Jorge Zahar Editor, 1998.

LASKOWSKI, K. A. Women's Post-Marital Name Retention and the Communication of Identity. **A Journal of Onomastics**, v. 58, 2010. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1179/002777310X12682237915025>. Acesso em: 28 abr. 2021. DOI <https://doi.org/10.1179/002777310X12682237915025>

MARIANI, B. Nome próprio e constituição do sujeito. **Letras**, Santa Maria, v. 24, n. 48, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/14428>. Acesso em: 28 abr. 2021. DOI <https://doi.org/10.5902/2176148514428>

MATTOS, A. Cresce o uso da marca Magalu, o apelido do Magazine Luiza. **Valor Econômico**, São Paulo, set. 2019. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2019/09/24/cresce-o-uso-da-marca-magalu-o-apelido-do-magazine-luiza.ghtml>. Acesso em: abr. 2021.

Mercado e Consumo. Lu do Magalu responde dúvidas, resolve problemas e não para de aprender. **Redação**, mar. 2021. Disponível em: <https://mercadoeconsumo.com.br/2021/03/29/lu-do-magalu-responde-duvidas-resolve-problemas-e-nao-para-de-aprender/>. Acesso em: 28 abr. 2021.

PEIRCE, C. S. **Semiótica**. 3. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

PEREZ, D. N. A identificação, o sujeito e a realidade. Uma abordagem entre a filosofia kantiana e a psicanálise freudiano-lacaniana. **Revista Sofia**. Campinas, v. 5, n. 2, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/sofia/article/view/13965>. Acesso em: 28 abr. 2021.

PINTO, M. R.; SANTOS, L. L. S. Em busca de uma trilha interpretativista para a pesquisa do consumidor: uma proposta baseada na fenomenologia, na etnografia e na grounded theory. **RAE**. [online]. v. 7, n. 2, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1676->

[56482008000200009&script=sci_abstract&tlng=pt](https://doi.org/10.1590/S1676-56482008000200009). Acesso em: 28 abr. 2021. DOI <https://doi.org/10.1590/S1676-56482008000200009>

RIES, A.; TROUT, J. **Posicionamento: a Batalha por sua Mente** 2009 - São Paulo - M. Books do Brasil Ltda. Disponível em: <https://www.sicoobcopermec.com.br/painel/conteudo/dados/arquivos/2020-07/posicionamento-al-ries-jack-trout-victor-magalhaes-16072020-191613.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2021.

ROGERS, D. **Transformação Digital: repensando o seu negócio para a era digital**. São Paulo: Autêntica Business, 2019.

SANTAELLA, L. **Semiótica aplicada**. São Paulo, Cengage Learning, 2018.

SANTOS, S. M. C; SANTOS, C. A. N. O Glamour da/na Língua: estilização ortográfica na onomástica comercial do sertão nordestino. **Papeis**, v. 24, 2020.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, [1916] 1973.

SCOGNAMIGLIO, H. Transformação digital acelerada durante a pandemia terá mais investimentos, dizem executivos. **Estadão**, São Paulo. 02 out. 2020. Economia e Governança. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/governanca,transformacao-digital-acelerada-durante-a-pandemia-tera-mais-investimentos-dizem-executivos,70003461311>. Acesso em: 28 abr. 2020.

SEIDE, M. S.; LUCAS, P. Toponomástica e antroponomástica: paradigmas e métodos. **Confluência**, 2013. Disponível em: <http://lp.bibliopolis.info/confluencia/wp/?cat=32>. Acesso em: 28 abr. 2021.

SECIUIK, D. Magalu oferece até crédito rural e mira na diversificação para crescer online. **Gazeta do Povo**. 2021. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/magalu-mira-diversificacao-para-crescer-no-online/#:~:text=%22A%20pandemia%20acelerou%20o%20processo,no%20ano%20passado%20foram%20online>. Acesso em: 28 abr. 2021.

SOUZA, A. J. Criação lexical em textos publicitários: análise de oniônimos. **Dissertação**. (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais – Belo Horizonte, 2021.

Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/31678>. Acesso em: 28 abr. 2021.

STRUNCK, G. **Como Criar Identidades Visuais Para Marcas de Sucesso**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2012.

VAN LANGENDONK, W. **Theory and Typology of proper names**. Mouton de Gruyter, 2007. DOI <https://doi.org/10.1515/9783110197853>

VIEIRA, Z. P. **O reflexo da memória social na toponímia: o espontâneo e o popular**. Disponível em: http://www.filologia.org.br/vcnlf/anais%20v/civ2_13.htm. Acesso em: 25 mai. 2021.

WHEELER, A. **Design de Identidade da marca**. Porto Alegre: Bookman, 2012.

Artigo recebido em: 25.05.2021

Artigo aprovado em: 17.07.2021

Dicionário Rikbaktsa-Português: um dicionário “pedagógico”?

Rikbaktsa-Portuguese dictionary: a “pedagogical” dictionary?

*Iago David MATEUS**

RESUMO: Pretendemos, neste texto, desenvolver uma reflexão metalexiconográfica acerca sobretudo da primeira das seções do Dicionário Rikbaktsa-Português de Tremaine (2007), analisando nele a existência (ou inexistência) de um caráter didático-pedagógico. Dizendo de maneira mais específica, pretendemos averiguar se certas escolhas macro e microestruturais da dicionarista de modo geral auxiliariam ou não o consultante/usuário e se elas facilitariam as consultas ou apenas contribuiriam para gerar mais dúvidas. Para tanto, numa seção introdutória, apresentamos questões problemáticas na documentação do léxico das línguas em geral e no debate sobre a utilização de dicionários em sala de aula; problemas estes que justificam este trabalho. Em seguida, apresentamos as teorias que utilizamos para efetuar nossa análise a fim de, numa seção posterior, trazermos nossas considerações acerca do Dicionário mencionado acima. Seguem nossas considerações finais e a bibliografia.

PALAVRAS-CHAVE: Consultante. Dicionário. Línguas indígenas. Lexicografia Pedagógica.

ABSTRACT: In this text, we intend to develop a metalexiconographic reflection about above all the first of the sections of the Rikbaktsa- Portuguese Dictionary of Tremaine (2007), analyzing in it the existence (or nonexistence) of a didactic-pedagogical character. In a more specific way, we intend to find out if certain macro and microstructural choices of the dictionary in general would help the consultant/user or not and if they would facilitate consultations or just contribute to generate more doubts. Therefore, in an introductory section, we present problematic issues in the documentation of the lexicon of languages in general and in the debate on the use of dictionaries in the classroom; problems that justify this work. Then, we present the theories we used to carry out our analysis in order, in a later section, to bring our considerations about the Dictionary mentioned above. Here are our final considerations and the bibliography.

KEYWORDS: Consultant. Dictionary. Indigenous languages. Pedagogical Lexicography.

* Mestre em linguística e língua portuguesa (FCLAr – Unesp). Professor de francês (LE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2982-2775>. id.2904@hotmail.com.

1 Introdução

No que concerne ao estudo e à documentação das línguas e demais elementos culturais das populações indígenas brasileiras, pode-se afirmar, amparando-se em linguistas como Seki (2000), que ocorreu nas últimas décadas um aumento na qualidade e na quantidade dos trabalhos da área.

Apesar disso, infelizmente ainda restam lacunas, questões a serem debatidas e sanadas porque alguns desses idiomas autóctones estão em situações vulneráveis, em perigo ou seriamente ameaçados, da mesma forma que – como alerta Miranda (2012) – certos costumes, saberes e práticas antes tradicionais muitas vezes perdem espaço para manifestações (religiosas, científicas, étnicas) das sociedades não-indígenas circundantes às aldeias. Ou seja, estudos sobre a área se fazem mais que necessários.

Acresce que, em Mateus (2017), já havíamos realizado uma análise metalexigráfica de como um corpus de 32 obras lexicográficas de línguas indígenas brasileiras abordava o campo lexical da música. Por meio de tal análise pudemos identificar outros problemas, como um considerável número de materiais que, ignorando os aspectos científicos concernentes à tipologia de obras lexicográficas, se intitulam indiscriminada e erroneamente como “dicionários”, mesmo reduzindo-se, em muitos casos, a meras listas bilíngues de palavras apenas com a entrada numa língua e equivalente na língua de chegada como se houvesse uma isomorfia entre os idiomas naturais humanos e um determinado item lexical X de uma língua fosse completamente substituível (em todos os contextos e situações de uso) por outro de outra língua – o que não existe, pelo menos não sempre e nem necessariamente.

Ainda havia aqueles cujos objetivos eram altamente pretensiosos, haja vista que pretendiam ser úteis tanto para a recepção quanto para a produção do português pelos indígenas e também auxiliar no aprendizado por quem estivesse interessado em estudar o idioma indígena.

Entre estes encontrava-se o “Dicionário Rikbaktsa-Português/Português-Rikbaktsa” (2007) que tenciona auxiliar nas aulas dos professores indígenas no ensino-aprendizagem de Português, como também pelos interessados em conhecer e aprender o idioma rikbaktsa. Pode-se dizer, portanto, como se desenvolverá melhor nas seções seguintes, que tal obra tem um objetivo didático-pedagógico porque, embora não tenha essas terminologias no título e não tenha sido pensada direta e nem exclusivamente para uso em sala de aula, anseia – segundo consta nos próprios objetivos da obra- ser didaticamente uma ferramenta para a aquisição e transmissão de conhecimentos linguísticos tanto do português, quanto do idioma indígena abordado.

Outro aspecto a ser ressaltado, nestas linhas que tencionam justificar este trabalho, é o fato de que obras lexicográficas ficam muitas vezes encaixotadas sem uso nas escolas, sendo dificilmente utilizadas em sala de aula (seja para ensino de língua materna ou de línguas estrangeiras). Isso se deve, segundo Nadin (2018), à falta de formação lexicográfica tanto de alunos quanto de professores, na medida em que seria necessário – na ótica do referido pesquisador – um letramento lexicográfico para que ambas as partes envolvidas no processo de ensino-aprendizagem soubessem manusear tais materiais, alcançando, assim, um conhecimento de suas estruturas gerais e também de suas características.

Afinal, ainda segundo Nadin (2018), um aluno brasileiro aprendiz de espanhol que se deparar num dicionário com a entrada “bron.ce sm bronze” vai ter que decodificar todas as informações que nela estão condensadas. Ou seja, no caso hipotético apresentado, o consulente terá que ter uma formação prévia para ser capaz de compreender que o item *bronze* é uma palavra espanhola com duas sílabas que é, em espanhol, um substantivo masculino equivalente ao item lexical português ‘bronze’. E uma última questão que justifica e embasa este texto é exatamente o intuito de contribuir – mesmo que minimamente – para esse “letramento lexicográfico” por

meio do debate e disseminação de questões sobre léxico e sobre a utilização de dicionários como materiais didático-pedagógico, uma vez que é nosso objetivo, durante estas linhas, averiguar se a obra de Tremaine (2007) – o Dicionário Rikbaktsa-Português – consegue sanar as reais necessidades de seus possíveis consulentes. Mas isto já é tema para a próxima seção.

Resta afirmar que, com o afã de dialogar com os trabalhos da área, pretendemos neste texto analisar se o “dicionário” referido anteriormente consegue alcançar seus intuitos. Para tanto, nos utilizamos das teorias descritas na seção abaixo.

2 Pressupostos teóricos

Para realizar nossa análise, valemo-nos do referencial teórico da Lexicografia Bilíngue (sobretudo para abordar questões sobre a tipologia do dicionário) e da (Meta)Lexicografia Pedagógica. Com relação ao segundo de nossos pilares teóricos, vale dizer que o valor substantivo de Lexicografia Pedagógica permite alocar a área nas Ciências do Léxico, dentro das quais, baseando-se nas asserções de Krieger e Finatto (2004) e Welker (2004), haveria duas primeiras dicotomias que giram em torno das oposições Estudo Teórico e Prática, de um lado; e sistema geral da língua e área de especialidade, de outro.

Nesse sentido, segundo os referidos autores, a face teórica das averiguações científicas dos componentes gerais e não-especializados do léxico de determinada língua (conhecida como Lexicologia) teria como contraponto prático a Lexicografia (confeção ou análise crítica de obras lexicográficas, sendo que a análise de obras sobre o léxico também é conhecida como metalexigrafia), da maneira análoga ao fato de a Terminologia (parte reflexiva de investigação teórica sobre os componentes lexicais especializados, de áreas específicas do conhecimento) ter sua concretização prática nos produtos de estudos da Terminografia (dicionários técnicos, glossários, enquanto produtos empíricos, obras impressas e/ou digitais).

Já no que se refere ao caráter adjetivo (o que vem a ser “pedagógico” em tal área), vale ressaltar que - como comentam Molina García (2006) e Duran (2008)- embora já existisse a ideia do uso de dicionários para ensino, o conceito surge como tal apenas nos anos 30 do século XXI quando alguns professores foram lecionar inglês como língua estrangeira (doravante LE) na China e na Índia e - ao perceber que um dicionário para nativos não pode ser o mesmo utilizado por um aprendiz - começaram o chamado controle do vocabulário (pensando inicialmente até em limitar o léxico apresentado da LE aos itens lexicais indispensáveis para a comunicação cotidiana), produzindo obras que tivessem nas especificações microestruturais apenas as entradas que estivessem no leatório (cujo número também era controlado) - o que configurou, portanto, um vocabulário controlado e uma interface entre a lexicografia e o ensino-aprendizagem de línguas, que centrava seu interesse no usuário, ansiando facilitar ao máximo a consulta, de modo a suprir as necessidades que levaram a pesquisar na obra lexicográfica em questão.

Desde então, ficaram em voga as noções de que o perfil do usuário é o primeiro aspecto a se pensar na elaboração de uma obra lexicográfica, já que esse dado (para quem a obra é feita e endereçada e por quem e para que será utilizada) implicaria, ou ao menos deveria implicar, em distinções e impactar diretamente a confecção do produto lexicográfico, na medida em que as informações deveriam ser ajustadas às necessidades dos consulentes, usuários, de suas habilidades, de sua língua materna, de sua proficiência na LE a ser aprendida, dos objetivos desse aprendizado.

Seja por se tratar de uma área relativamente nova ou por divergências quanto a questões ou percepções epistemológicas, ainda não há consenso quanto à sua terminologia (já que alguns trabalhos colocam Lexicografia Pedagógica e Lexicografia Didática como equivalentes) e nem quanto a seu objeto de estudo.

Para alguns autores, como lembra Molina García (2006), “Lexicografia Pedagógica” se refere exclusivamente a dicionários monolíngues. Já para outros, como

Welker (2008), abarca tanto dicionários de língua materna quanto de estrangeira, mas se restringe ao uso de dicionários pedagógicos pensados para o ensino-aprendizagem de línguas, sendo do escopo de outra área questões como o uso de dicionários não pedagógicos.

De qualquer modo, concordamos com Nadin (2008), que difere de Welker (2008) ao alocar na Lexicografia Pedagógica o estudo, confecção e o debate teórico acerca de dicionários pedagógicos (mono, bilíngues e semibilíngues) e o uso de outros que não foram concebidos para serem usados em aulas.

Conseqüentemente, o referido pesquisador acaba reivindicando o papel potencialmente didático de dicionários que não foram pensados em situações de ensino-aprendizagem de línguas em sala de aula (não sendo pedagógicos), mas que podem facilitar a aquisição da informação requisitada pelo consulente, sendo, desta sorte, didáticos por serem coerentes e coesos e apresentarem de forma clara e promoverem uma aprendizagem ou esclarecerem rapidamente uma dúvida.

É pensando nesse papel potencial que acabamos escolhendo como corpus de análise uma obra que – embora não tenha em seu título a nomeação “para aprendizes”, “pedagógico”- tem (mesmo que indiretamente) os objetivos de auxílio em aulas de idiomas, o que caracteriza certo intuito didático-pedagógico. Nossas análises da obra lexicográfica Rikbaktsa-Português, buscam refletir – após sua leitura crítica – se sua macro e microestrutura contribuem (ou não) para seu pretense intuito “pedagógico”, se o vocabulário utilizado é controlado e limitado ao que é considerado como “vocabulário básico”, se suas definições são claras, se há imagens, abonações, exemplos que ilustrem e deem concretude material às entradas, se há abreviaturas, símbolos e se eles são explicados aos consulentes, se existem remissivas e se elas são ou não adequadas.

3 Metodologia

Nossa metodologia baseou-se na leitura do dicionário que temos como corpus primeiro para encontrar seções que se referissem especificamente a insetos para – em seguida – analisá-las macro e microestruturalmente a partir também das teorias de Lexicografia Pedagógica mencionadas acima.

O primeiro passo versa sobre a coleta e recorte desses verbetes. Cada uma das seções e dos verbetes encontrados foram separados em pastas digitais e salvos em imagens .jpg.

A seguir, realizamos a análise e selecionamento dos que caberiam no escopo deste trabalho, realizando a análise que segue na próxima seção.

4 Resultados

Nesta seção, passamos a discorrer analiticamente sobre a obra de Tremaine (2007) tendo em mente as questões já explicitadas anteriormente.

Iniciamos afirmando que existe, em tal “dicionário”, uma introdução na qual se discorre sobre as partes e decisões lexicográficas quanto à macroestrutura da obra.

Mas não fica explícito para que nível de proficiência este dicionário poderia ser utilizado e, pensando na questão do *vocabulário* controlado já comentada, a depender do domínio linguístico do usuário acerca da língua estrangeira, as informações necessárias seriam distintas não só dentro do verbetes, no nível da microestrutura, mas também em relação à quantidade de entradas, uma vez que um iniciante, por exemplo, não teria internalizado um vocabulário muito extenso.

Com relação à nomenclatura, embora se excluam derivações, afirma-se serem registrados, além do vocabulário básico (como substantivos que aparecem sempre e necessariamente com os determinantes que indicam seus possuidores, os *inalienáveis*, e também com os alienáveis, que podem realizar-se em frases, sentenças, sozinhos,

sem tais delimitações), expressões, prefixos pronominais, os marcadores de classe, e alguns prefixos.

É dada ainda a informação de que não haveria morfologicamente uma forma em rikbaktsa equivalente ao que em português denominamos de infinitivo e, por isso, decidiu-se lematizar os verbos pela raiz.

Também se comenta sobre alguns fenômenos fonéticos como sândi e juntura de palavras em produções orais não monitoradas da referida língua indígena brasileira, que, aliás, apresentaria, segundo o que se lê na introdução, um padrão acentual quase que rígido na medida em que o acento de intensidade recairia quase que exclusivamente nas penúltimas sílabas de cada palavra. Obviamente, todas essas informações permanecem na obra um tanto quanto obscuras para um usuário não familiarizado com conceitos da Linguística.

Ainda no que se refere ao *front matter* (introduções e listas explicativas de abreviaturas antes dos lemas), comenta-se sobre as consoantes e vogais do idioma e também são listados ka, a-, i-, my-, aha- e si- como os prefixos indicadores de posse. Apesar disso, infelizmente não se discute se a língua indígena em questão já possui escrita ortográfica, se o “dicionarista” está propondo com o trabalho em questão uma ortografia para o povo indígena e/ou os processos históricos de mudança ortográfica.

E neste ponto, tocamos num assunto um tanto quanto espinhoso. Levando-se em consideração que os trabalhos científicos acerca da natureza das línguas humanas já demonstraram serem naturais em todas elas fenômenos de variação que, às vezes, culminam em mudança (WEINRICH; LABOV; HERZOG, 2006), seria relevante que a referida obra discriminasse qual a variedade linguística de rikbaktsa selecionou para dicionarizar, se seria ou não aquela falada na aldeia em que as coletas de dados foram realizadas. O mesmo vale para “a chave de pronúncia” apresentada, uma vez que – infelizmente – para o consulente, fica a dúvida de que variedade rikbaktsa faz as produções orais comentadas.

Acresce que a obra em questão é mais um “*conglomerado textual*” – nos termos de Wiegand (1989) - do que qualquer outra coisa, até porque – embora todas as suas seções versem sobre o léxico geral (não-especializado) – há subdivisões internas: da página 11 até a 46 há, baseando-se nas nomeações de trabalhos da área como Molina García (2006), um dicionário bilíngue digamos mais prototípico com entradas na língua indígena, equivalente em português e uma ou duas frases exemplos; que é seguido por uma parte (p. 47-65) composta por uma simples lista de palavras com entradas em português e equivalente em Rikbaktsa. Há ainda, a partir da página 66, uma seção denominada “apêndice por tópicos” que – justamente por ser chamada de “apêndice” pela própria autora- pode ser classificada como *back matter* (informações como bibliografia, apêndices, tabelas com conjugações que estão pospostas aos lemas em si.

Vale ressaltar ainda que, partindo das asserções de Porto-Dapena (2002), pode-se classificar a primeira parte como semasiológica (por apresentar uma ordenação alfabética no que se refere à macroestrutura, com uma microestrutura que pretende chegar ao significado partindo do significante), enquanto a última (o referido apêndice) seria uma composição mais onomasiológica na medida em que se organiza por campos semânticos (animais de modo geral, artesanato rikbaktsa, árvores do mato, cobras, partes do corpo, frutas, plantas, insetos, instrumentos musicais, macacos, mel, termos de parentesco, pássaros aquáticos, passarinhos, pássaros do seco, peixes e sapos), sendo que dentro de cada um deles há primeiramente várias lustrações (provavelmente realizadas pelos próprios habitantes da aldeia) identificadas com o item lexical rikbaktsa correspondente e depois uma lista alfabética desses mesmos itens somente com entrada em português e equivalentes no idioma indígena.

Existe uma questão um tanto problemática quanto à organização desta última parte, pois os tópicos selecionados acabam deixando a obra desnecessariamente redundante. Claro que todo dicionário apresenta certa redundância, mas não fica

muito nítido o porquê se decidiu apresentar um campo “animais” e em seguida outro “insetos” e um terceiro “macacos”. Faria sentido essa separação se *macacos* e *insetos* tivessem algum destaque em práticas e saberes míticos, alimentares, rituais da comunidade em questão ou fizessem parte de conjuntos que para a nossa comunidade não-indígena não são operacionais. Afinal, macacos e insetos, pelo menos para nós, são animais. Não se sabe, pela obra, se eles estão em outro conjunto de seres para estes indígenas.

Além disso, nem para fauna e nem para flora existem os nomes científicos da nossa ciência biológica atual. De um ponto de vista pedagógico, isso é positivo porque essa informação realmente sobraria tanto para um falante de português quanto para um consulente indígena que não fosse conhecedor dessas nomenclaturas especializadas.

Acresce que, embora seja positiva a especificação dos ‘tipos de pássaros’, talvez fosse mais adequado realocar todos eles para uma subseção do tópico maior “Animais” e não separar esses tópicos colocando entre eles outros tópicos como “mel”, “plantas”.

Por outro lado, é muito positivo que a obra não só discrimine que há heteronímia em termos de parentesco para locutores masculinos e femininos, ao colocar entre parêntesis as expressões, “falado por homem” e “falado por mulher”, mas também -como ilustra a imagem abaixo- exemplifique o uso das partículas indicativas de posse (que já haviam aparecido num quadro introdutório):

Figura 1 — Distinções de ego masculino e feminino para termos de parentesco.

kaeky	minha irmã mais velha (falado por mulher)
kazawy	minha irmã mais velha (falado por homem)
kaokaha	meu irmão mais velho (falado por mulher)
kaziky	meu irmão mais velho (falado por homem)

Fonte: Tremaine (2007, p. 97).

À parte disso, outro aspecto é a inexistência de abreviaturas e de subentradas na obra de Tremaine (2007) que na verdade pode se converter, em sala de aula, em uma estratégia de condensação com bom potencial didático que diminui e muito a possibilidade de confusão de direcionamento, contribuindo para a organização do verbete, na medida em que não há dúvida de que todas as informações nele contidas se referem ao lema (pelo menos para a parte inicial rikbaktsa-português):

Figura 2 — Exemplos da microestrutura de alguns verbetes.
hyritsik chuva. **Hyritsik tsaraha zitubawy.** A
 chuva levou a canoa.
hyritsik grilo. **Hyritsik kasuk zio**ka**ik.** O
 grilo comeu minha camisa.
hyritsik pukte no meio do tempo da chuva
 (fevereiro). **Hyritsik puktezeka ba**
zikwaknaha. No inverno não dá para caçar.

Fonte: Tremaine (2007, p. 22).

Aliás, essa pretensa possibilidade condensadora por trás da inexistência de abreviaturas sobre classes de palavras tem, a nosso ver, um ponto positivo (de evitar, por exemplo, que o dicionarista tenha que fazer uma seção com a legenda das abreviaturas), mas também outro negativo – o de, a despeito dos exemplos, não ficar completamente transparente qual a função em rikbaktsa das formas escolhidas como lema. Em outros termos, não fica completamente claro como a língua indígena em questão divide suas palavras, em quais classes e como elas se relacionam.

Além disso, no que se refere à imagem trazida anteriormente, adicionar um elemento como *hyritsik pukte* como entrada autônoma (e não como subentrada de *hyritsik*) pode facilitar o usuário falante de português a encontrar e compreender um elemento que cause dúvida. Mas, para este caso específico, cremos que seria mais adequado realocar o verbete que tem *hyritsik pukte* para abaixo do que tem *hyritsik* ‘chuva’ porque obviamente há mais proximidade entre eles do que entre o primeiro e o *hyritsik* que tem ‘grilo’ como equivalente.

Também consideramos necessário dizer que a função do dicionário não está claramente demarcada pela autora – o que, a nosso ver, é um problema. Ora, como confirma Duran (2008), a direção Português- Rikbaktsa a priori e idealmente poderia servir ou ativamente para o falante de língua portuguesa escrever na língua indígena ou, passivamente, para que o índio compreenda um texto em português; da mesma forma que a direção Rikbaktsa-Português deveria ser pensada ou para um falante de português compreender a língua indígena (sendo, assim, uma obra passiva) ou para ser usada de maneira ativa com o falante de Rikbaktsa pensado como um consulente que precisa realizar uma produção escrita em português. Contudo, tal qual corrobora Nadin (2018), em vez de em um, isso deveria resultar em quatro dicionários diferentes, na medida em que as necessidades de uso são distintas; pois um indígena de tal etnia para entender um texto em português precisaria de menos informação microestrutural que um brasileiro que fosse escrever na língua indígena, pois o primeiro já tem as colocações dos itens na frase, as flexões de gênero, número (para nomes) e tempo, modo, aspecto, número e pessoa (para verbos) já no texto que precisa interpretar; e o segundo precisa pensar em todas essas questões que, para ele, não estão dadas.

De qualquer modo, na obra de Tremaine (2007), faltam informações para a produção escrita de um não-índio que seja aprendiz em rikbaktsa, na medida em que este vai ter que buscar nas duas últimas partes da obra e não vai ter contato com informações como conjugações verbais, nem como o elemento buscado se comporta sintática e morfologicamente (quanto a flexões, por exemplo) a depender da situação que terá que escrever, até porque existem itens de uma seção que não constam no leamário das demais, como comentaremos a seguir.

Embora este quadro não seja tão alarmante para o caso de um índio que precise ler algo em português, há certos agravantes como as formas verbais portuguesas irregulares, na medida em que a segunda seção do dicionário traz apenas os verbos no infinitivo e seu equivalente. Ora, dificilmente um consulente iniciante que se deparasse

com “coube” num texto conseguiria chegar, usando a obra de Tremaine (2007), ao verbo “caber”. Para sanar este problema, seria mais adequado trazer exemplos também nesta seção (tanto para um dicionário passivo quanto para um ativo); adicionar como entradas as formas irregulares dos verbos fazendo menção – dentro dos verbetes- aos seus infinitivos, por meio de uma explicação gramatical como “**coube** v 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito de *caber*”; ou ainda adicionar esses elementos como entradas e em suas definições fazer referências a tabelas de conjugação que aparecessem no final da obra.

Por outro lado, a seção inicial (em Rikbaktsa-Português) já se mostra neste aspecto menos problemática, pois os exemplos permitem a visualização da realização das entradas em contextos sintáticos que exigem certas flexões.

A despeito disso, há algumas ressalvas a se fazer. A primeira delas se refere à não-identidade entre o equivalente e a tradução em alguns exemplos. É o que ocorre na página 23 com o verbete referente a *horo*:

Figura 3 — exemplos que não correspondem completamente ao equivalente da entrada.

horo caçar. **Byi uta zuba eremeza pihoro.**
 Amanhã vou correr atrás de macaco-moro.
horo fedido. **Piku tsihororëta.** A anta está
 fedida.

Fonte: Tremaine (2007, p. 23).

Num primeiro momento, é preciso ressaltar a identidade escrita entre as duas entradas *horo* trazidas na imagem anterior. Como o autor deste texto não é proficiente em rikbaktsa não se pode afirmar com certeza se entre ambos ocorre uma polissemia (caso em que haveria um único item lexical com sentidos relacionados para a comunidade em questão) ou uma homonímia (entre mais de um componente no léxico com origens e/ ou pertencentes a classes morfológicas diferentes, com alguma igualdade na realização concreta, seja na escrita ou na sua produção oral, mas sem

nenhum traço sêmico compartilhado) – distinção, aliás, que é trabalhada por autores como Maciel de Carvalho (2012) e Zavaglia (2003).

De qualquer modo, pode ser didático adicioná-los em verbetes distintos a fim de facilitar a consulta de um brasileiro que fique em dúvida na interpretação de algum texto na língua em questão, pois assim ele – caso tenha pouca habilidade e pouco letramento lexicográfico – não se perderá dentro de um único verbete que seria talvez muito extenso e nem ficará com dúvida de a qual acepção os elementos do verbete se direcionam; até porque – infelizmente – poucos consulentes leem todas as acepções de verbetes polissêmicos.

A despeito disso, o exemplo “Amanhã vou correr atrás de macaco-moro” (Figura 3) não é muito adequado, já que a expressão *correr atrás* não é necessariamente equivalente a *caçar*, na medida em que ela, a depender do contexto, pode significar - além de ‘procurar’ - ‘providenciar’ (como em *correr atrás dos documentos*), ‘insistir num interesse amoroso não correspondido’ - traços sêmicos não compartilhados com o item lexical verbal *caçar*.

Outra questão refere-se ao fato de o vocabulário não ser completamente controlado, uma vez que nem todos os itens utilizados nas entradas e nos exemplos da primeira seção aparecem nas demais. “Copo”, por exemplo, aparece em muitas entradas da direção Rikbaktsa-português, mas não consta na lista português-rikbaktsa e nem no “apêndice por tópicos”. Isso também ocorre com outros elementos como “kaotsitsik” ‘minha tia por parte do pai (falado por mulher)’ que aparece somente na página 97 no apêndice final e não consta nas seções anteriores.

Ou seja, essa não equivalência entre as seções, infelizmente, acaba derrubando uma estratégia que seria muito didática: a do consulente poder transitar entre as seções da obra. Um usuário brasileiro aprendiz de rikbaktsa, por exemplo, que entrasse em contato com o item lexical feminino para ‘tia por parte de pai’ (*kaotsitsik*) não teria como averiguar qual o comportamento sintático deste item porque ele não aparece em

nenhum exemplo da primeira seção e a seção em que ele aparece traz apenas entrada e equivalente.

Além disso, consideramos que a primeira parte do dicionário sobretudo para verbos traz em sua maioria exemplos interessantes quanto ao comportamento morfossintático das entradas, uma vez que para elementos verbais é possível até mesmo compreender certas recorrências. Comparando os verbetes *horo* ‘caçar’ (já apresentado na Figura 3) e *papãrã* “pescar”, vemos que a adjunção da partícula *pi-* ao radical está ligada com uma questão semântica de ‘tempo futuro’.

Figura 4 – Distinções de ego masculino e feminino para termos de parentesco.

papãrã pescar; jogar. **Byi pihik bo**
pitsikpapãrã. Amanhã vou pescar no rio.

Fonte: Tremaine (2007, p. 32).

Por outro lado, só há imagens na página inicial de cada um dos tópicos que aparecem como apêndice. As seções iniciais ficam, assim, sem ilustrações e, em nossa ótica, a presença delas contribuiria para aclarar alguns sentidos. Na página 15, por exemplo, não é muito claro qual o tipo de bolsa aparece descrito, nem do que é feito e muito menos em que situação e por quem é utilizada (informações que seriam necessárias a um consultante falante nativo de português):

Figura 5 – exemplo de verbete não muito claro.

borohô bolsas. **Abaze sa boroho. Você tem**
sacos?

Fonte: Tremaine (2007, p. 15).

Acresce que praticamente inexistem uma *middle structure* (elementos como caixas de textos com informações culturais que interrompem a estrutura interna do verbete), pois não há nenhum tipo de box que interrompa a macroestrutura com informações culturais e isso para um dicionário de um idioma pouco conhecido é uma falta razoável. Em razão da microestrutura da primeira seção trazer apenas as entradas, os

equivalentes em português, um exemplo e uma tradução dessa frase, não é possível saber, por exemplo, a que tipo de flauta se refere *berekze* (verbetes ilustrado a seguir), ou melhor, se realmente pode ser chamada de ‘flauta’, pois provavelmente não tem as mesmas dimensões nem a mesma matéria-prima e nem a mesma quantidade de orifícios que o que denominamos ‘flauta’, além de não ser tocado pelas mesmas pessoas e nem nas mesmas situações que o referido instrumento musical de nossa sociedade (MATEUS, 2017):

Figura 6 — Verbetes para *berekze*.

**berekze flauta. Kytsa berekze bo
nitururuknaha. As pessoas foram buscar
flautas.**

Fonte: Tremaine (2007).

A *medio estructura* (composto a por remissivas e/ou por informações cruzadas (como “ver tabela 10”)) também é pouco desenvolvida (para não dizer nula), na medida em que não existem informações cruzadas e seria muito útil, sobretudo para produções escritas, referências a sinônimos, antônimos.

Há também o fato de a autora trazer na página 40 um verbete para um elemento cujo equivalente é *piolho* e para o qual há como frase exemplo “Nós estamos com piolho”. Esta escolha é tão polêmica quanto lematizar sem nenhum tipo de marcações de uso construções pejorativas e preconceituosas como “baianada”, “bicha” ou colocar questões como a correspondência entre uma das acepções de *gitano* com o valor semântico ‘ser trapaceiro’, como se isso fosse uma generalização para todos os ciganos.

Apesar da semelhança quanto à complexidade, consideramos haver distinções nos dois casos. Para o segundo, concordamos com Nadin (2018), segundo o qual, uma das funções de um dicionário é registrar a língua e caso se omitisse tal acepção, também se fecharia os olhos sobre um aspecto da língua. Na ótica do professor mencionado anteriormente, se há um preconceito marcado na língua é na sociedade

que está o problema e não nos produtos que registram os usos do idioma. Portanto, seria necessário, segundo ele, pensar-se em medidas para desmistificar esse preconceito da sociedade para que assim ele não existisse mais nas práticas (sociais e linguísticas), de modo a que não faria mais parte das construções linguísticas efetivas, não sendo mais necessária sua presença em nenhum material que retratasse o léxico.

Ele ressalta, contudo, a necessidade de que tais questões venham muito bem discriminadas por meio de marcas de uso concisas e transparentes (o que infelizmente não é o caso da obra averiguada neste texto) para que um estrangeiro que entrasse em contato com uma acepção como essa visse claramente seu valor discriminatório e/ou chulo, pejorativo ou soubesse em quais contextos determinadas expressões são usadas; até porque em muitos casos descrever como familiar (que deveria corresponder apenas a usos menos monitorados em situações de menor formalidade como as que ocorrem no núcleo do convívio familiar) uma questão que é, na verdade, discriminatória só dissemina o preconceito.

Por outro lado, não se verifica o mesmo para o dicionário em questão porque Tremaine (2007) tinha muitas outras palavras para adicionar no leatório e muitas outras frases exemplo possíveis e escolher *piolho* (e uma frase exemplo cuja tradução coloca um nós como se a pediculose fosse um problema recorrente do povo em questão) não colabora em nada nem com a aprendizagem do português e nem do rikbaktsa e- o que é pior- pode gerar no leitor não-índio a noção infundada e errônea de que os índios são (todos) “piolhentos”, contribuindo apenas com a discriminação dos próprios informantes da pesquisa, o que obviamente não é a intenção de autores que anseiam em divulgar as práticas, saberes e demais questões linguístico-culturais de um idioma indígena do Brasil.

Outra questão um tanto quanto similar é a obra trazer (na página 26) o verbete *kākā* ‘azul’ com o exemplo *Bio tsikākāreona* (traduzido como “O céu está azulado”). Primeiro que não há total correspondência entre a entrada e a frase exemplo, haja vista

que no equivalente português do lema aparece a forma do substantivo ou do adjetivo azul, mas no exemplo está uma forma convertida do particípio de azular – o que significa que este não elucida o uso da entrada (quanto aos posicionamentos sintáticos e às flexões), pelo menos não em português. Claro que uma definição altamente especializada (como dizer, por exemplo, que *azul* é ‘uma cor visível entre tal e tal frequência’) pode não ser nem minimamente operacional para um consulente que queira entender apenas o item de um texto cotidiano sobre a coloração de uma pena de uma ave, por exemplo.

Contudo, é problemática a ligação realizada pela obra entre *azul* e o sema ‘cor do céu’ porque pode ser que nem todas as comunidades humanas enxerguem o céu azul (e ele realmente não tem essa coloração o tempo todo).

Cabe ressaltar ainda que, apesar de ser um documento disponível online, o dicionário quase não utiliza das potencialidades digitais, tendo alterado o virar a folha simplesmente pela barra de rolagem, quando poderia ter adicionado a possibilidade de busca pelo início, meio ou fim do lema ou até mesmo busca até para itens que se encontrassem nos exemplos e não nas entradas, ou botões para que se pudesse ouvir gravações das pronúncias das entradas rikbaktsa ou ainda links nos exemplos para textos que se relacionassem com as entradas – o que poderia atrair mais o consulente.

5 Considerações finais

Neste artigo inicialmente justificamos a necessidade de pesquisas em línguas indígenas brasileiras e que envolvam discussões da Lexicografia Pedagógica e apresentamos a referida área das Ciências do Léxico, para, a seguir, partir para a análise da obra lexicográfica de Tremaine (2007).

Foi possível perceber que, embora o dicionário analisado tenha pontos positivos, certas questões um tanto quanto problemáticas são visíveis.

Por um lado, vê-se uma introdução com algumas decisões da autora, especificações de tipos de animais em campos semânticos específicos (como pássaros e abelhas), apresentação de certas distinções entre formas para fala masculina e fala feminina, inexistência de abreviaturas e de símbolos o que evita uma seção inicial que os explicaria e dificulta que o consulente se confunda, pois se sabe que todas as informações dentre do verbete se referem ao lema (não havendo dúvida, por exemplo, se se refere a uma acepção X ou a outra Y).

Mas, por outro e mais abundantemente, há pontos deficitários como: questões problemáticas de organização das seções, a não-explicitação de qual o público alvo, nem a quais alunos (com quais níveis de habilidade e proficiência na LE) ele foi pensado, o fato dele não explicitar qual a variedade linguística do rikbaktsa está considerando como um “padrão” a ponto de ser dicionarizado, nem qual a função do dicionário (se foi elaborado pensando em servir para a versão, tradução ou para compreensão).

Além disso, predomina uma ausência de informações culturais para as entradas, faltam informações para a produção escrita de um não-índio que seja aprendiz em rikbaktsa, a organização microestrutural (interna) dos verbetes da seção que traz somente a entrada em português e o equivalente em rikbaktsa dificulta que um índio aprendiz de português consiga chegar ao lema e, portanto, ao equivalente de um verbo irregular.

Acresce que alguns exemplos não correspondem completamente ao lema e, assim, não elucidam o uso da entrada (quanto aos posicionamentos sintáticos e às flexões) e a obra poderia utilizar muito mais as potencialidades pedagógicas do ambiente digital, possibilitando consultas por partes da entrada, trazendo links com textos culturais, áudios para a língua estrangeira em questão, refinadores de pesquisa.

Em outros termos, a nosso ver, ela acaba não cumprindo (ao menos não completamente) seus objetivos, mas se converte em algo próximo a uma mera

fotocópia de obra impressa distante de algo dinâmico e interativo que estimulasse o uso, não sendo – por essas questões – nem efetiva e nem realmente pedagógica e nem completamente didática.

Referências Bibliográficas

DURAN, M. S. Métodos na Pesquisa de uso de dicionários. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, 37 (1): 33, jan.-abr. 2008.

KRIEGER, M. da G.; FINATTO, M. J. B. **Introdução à Terminologia**: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2004.

MATEUS, I. D. **Entre concertos e desconcertos**: Dicionários de línguas indígenas brasileiras em (des) compasso com a música. Monografia de Graduação. Araraquara: Universidade Estadual Paulista, 2017.

MIRANDA, M. A música indígena no Brasil: movimentos de um repertório em retração. *In*: FARGETTI, C. M. (org.). **Abordagens sobre o léxico em línguas indígenas**. Campinas, SP: Editora Curt Nimuendajú, 2012. p. 101-126.

MOLINA GARCÍA. La lexicografía pedagógica, La lexicografía bilíngue. *En*: **Fraseología bilíngue**: un enfoque lexicográfico-pedagógico. Granada: Comares, 2006. p. 9-84.

NADIN, O. L. **Breve panorama histórico da Lexicografia Pedagógica**: história, definição e conceitos; **Dicionários Pedagógicos**: estruturas, funções e línguas. Faculdade de Ciências e Letras – Unesp: Araraquara, SP. Mar. a mai. 2018. Aulas ministradas aos pós-graduandos, ouvintes e alunos especiais matriculados na disciplina “Lexicografia Pedagógica”.

PORTO-DAPENA. La macroestructura del diccionario: las entradas. *In*: PORTO-DAPENA. **Manual de técnica lexicográfica**. Madrid: Arco/libros s.i., 2002. p. 135-181.

SEKI, L. Línguas indígenas do Brasil no limiar do século XXI. **Revista Impulso**, v. 1, nº 27, Piracicaba, p. 233-256, 2000.

TREMAINE, S. (comp.). **Dicionário Rikbaktsa-Português Português-Rikbaktsa**. Cuiabá: SIL Brasil, Edição Online, 2007. Disponível em:

<http://www01.sil.org/americas/brasil/publcns/dictgram/RKDic.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2018.

WEINRICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística**. Tradução: BAGNO, M. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 87-126.

WELKER, H. A. **Dicionários: uma pequena introdução à lexicografia**. 2. ed. revista. Brasília: Thesaurus, 2004. p. 106-248.

WELKER, H. A. Sobre o uso de dicionários por aprendizes de línguas. **Panorama Geral da Lexicografia Pedagógica**. Brasília: Thesaurus, 2008. p. 13-114.

WIEGAND, H. E. Components, Parts and structures of general monolingual dictionaries. A Survey. *In*: HAUSMANN, F. J.; REICHMANN, O; WIEGAND, H. E.; ZGUSTA, L. (Hrsgn.). **Wörterbücher. Dictionnaires**. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie. Berlin/ New York: de Gruyter, 1989, p. 328-360.

Artigo recebido em: 03.05.2021

Artigo aprovado em: 12.08.2021

Em busca de traços de conservadorismos lexicais: um estudo na fala capixaba

In search of traces of lexical conservatism: a study in Espírito Santo speech

Sânia Fontoura FERNANDES*
Aparecida Negri ISQUERDO**

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo discutir relações entre o léxico e o fenômeno do conservadorismo linguístico, com base no exame de uma amostra do vocabulário de falantes de quatro cidades do interior do estado do Espírito Santo, documentada pela equipe de pesquisa do Projeto ALiB (Atlas Linguístico do Brasil). Os dados lexicais analisados foram obtidos por meio das perguntas 075, 076, 077 e 078, do Questionário Semântico-lexical do Projeto ALiB, área semântica da *fauna*, mais especificamente as partes do *cavalo* e do *boi*. O estudo orienta-se por fundamentos teóricos da Lexicologia, da Dialetoлогия e da Geolinguística e busca verificar, do ponto de vista diatópico, a presença de fatores de natureza histórica e sociocultural que podem contribuir para o processo de conservação lexical na fala de grupos representativos de cidades do interior do Brasil, no caso do estado do Espírito Santo. Em síntese, o estudo

ABSTRACT: This work aims to discuss the relationship between the lexicon and the phenomenon of linguistic conservatism, based on the examination of a sample of the vocabulary of speakers from four cities in the interior of the state of Espírito Santo, documented by the research team of the ALiB Project (Linguistic Atlas of Brazil). The analyzed lexical data were obtained through questions 075, 076, 077 and 078, from the ALiB Project's Semantic-lexical Questionnaire, semantic area of fauna, more specifically the parts of the horse and ox. The study is guided by theoretical foundations of Lexicology, Dialectology and Geolinguistics and seeks to verify, from a diatopical point of view, the presence of factors of a historical and socio-cultural nature that may contribute to the process of lexical conservation in the speech of representative groups of cities in the interior of Brazil, in the case of the state of Espírito Santo. In summary,

* Mestranda em Estudos de Linguagens pela UFMS/Campo Grande. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7831-8540>. sannyferufms@gmail.com.

** Doutora em Letras (Linguística e Língua Portuguesa) pela UNESP/Araraquara. Docente permanente na Pós-Graduação stricto sensu da UFMS – Estudos de Linguagens/FAALC e Letras/CPTL. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1129-5775>. aparecida.isquerdo@gmail.com

demonstrou aspectos da relação entre o léxico e a história social das localidades pesquisadas, além de ter apontado indícios de marcas de conservadorismo no vocabulário do grupo investigado.

the study demonstrated aspects of the relationship between the lexicon and the social history of the locations surveyed, in addition to pointing out signs of conservatism in the vocabulary of the investigated group.

PALAVRAS-CHAVE: Léxico. Conservadorismo Linguístico. Variação diatópica. Geolinguística.

KEYWORDS: Lexicon. Linguistic Conservatism. Diatopic variation. Geolinguistics.

1 Introdução

Tratar das formas conservadoras da língua, dos falares antigos implica considerar o léxico, particularmente o de caráter regional, inserido nos eixos do espaço e do tempo, tendo em vista o caráter dinâmico e heterogêneo do sistema lexical, razão pela qual, no decorrer do tempo, unidades lexicais, ora se fixam ora se expandem por uma determinada área geográfica. A conservação, manutenção de formas lexicais em um espaço geográfico relaciona-se, pois, ao caráter conservador do léxico, que se manifesta mais comumente em localidades de menor extensão geográfica, áreas rurais, sobretudo as localizadas distante dos grandes centros urbanos e, conseqüentemente, menos propensas a influências externas que podem se refletir no acervo lexical dos falantes, como o desenvolvimento industrial e os meios de comunicação de massa cada vez mais sofisticados, dentre outros fatores.

Os indícios de conservadorismos lexicais também são mais evidentes entre falantes mais idosos que, normalmente, na comunicação diária, se valem de unidades lexicais internalizadas na base de sua formação linguística, passando a serem utilizadas como uma forma de pertença do seu passado e de preservação de sua memória, da sua história e cultura, constituindo, assim, a norma lexical desses falantes.

Nesse viés, este trabalho aborda a questão do fenômeno do conservadorismo linguístico no léxico capixaba, com base em dados do Projeto Atlas Linguístico do

Brasil (Projeto ALiB)¹, mais precisamente os documentados nas cidades de Barra de São Francisco, São Mateus, Santa Teresa e Alegre, localizadas no interior do estado do Espírito Santo, região Sudeste do Brasil².

O estudo analisa formas lexicais que nomeiam referentes do meio rural fornecidas por falantes dessas quatro localidades, como também busca verificar em que medida fatores de natureza sociocultural e histórica inerentes a essas regiões podem influir nas escolhas lexicais do grupo. E, ainda, examina-se a distribuição espacial dos dados documentados, buscando verificar aspectos da relação entre as unidades léxicas apuradas e a história social das localidades selecionadas.

Para tanto, buscou-se suporte teórico fornecido pela Lexicologia, pela Dialectologia e pela Geolinguística. A análise semântico-lexical do conjunto vocabular catalogado foi subsidiada também pela consulta a obras lexicográficas representativas de diferentes momentos da história da Língua Portuguesa, como Bluteau (1712-1728); Silva (1813); Houaiss (2001); Ferreira (2009); Aulete (2006), tendo em vista que a temática deste estudo também considera aspectos da variação lexical no eixo temporal como referência para analisar dados sincrônicos.

Este artigo estrutura-se em seis tópicos. O item dois, na sequência, traz a discussão do aporte teórico em que se fundamenta o trabalho, enquanto o tópico três apresenta uma breve contextualização histórica das áreas geográficas investigadas. Por sua vez, o item quatro discute os pressupostos metodológicos que nortearam o estudo e, na sequência, o tópico cinco é destinado à análise dos dados. Seguem-se, por fim, as considerações finais e as referências.

¹ Informações a respeito do Projeto ALiB podem ser obtidas por meio de consulta ao site do ALiB: <https://alib.ufba.br/>.

² O texto discute um recorte de dados do projeto de dissertação intitulado “Da trilha ao caminho: um estudo do rural e do urbano no léxico de falantes da região Sudeste do Brasil”, em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagens/FAALC/UFMS, sob a orientação do Profa. Dra. Aparecida Negri Isquerdo.

2 O léxico: ramos de estudo

Para nomear seres e objetos, o homem se vale de um vasto repertório de palavras que compõem o léxico da língua, o acervo vocabular do indivíduo e do grupo social ao qual está inserido. Conforme Biderman (1992, p. 399),

O léxico é o tesouro vocabular de uma língua, incluindo a nomenclatura de todos os conceitos linguísticos e não-linguísticos e de todos os referentes do mundo físico e do universo cultural do presente e do passado da sociedade. Esse tesouro constitui um patrimônio da sociedade, juntamente com outros símbolos verbais da cultura.

Dado o seu caráter dinâmico, o léxico está sujeito a expansões frequentes ao longo do tempo, pois, à medida que o homem amplia os seus conhecimentos, sente necessidade de renovar o seu acervo vocabular, uma condição para acompanhar as transformações sociais, políticas, econômicas e tecnológicas que o circundam.

Observa-se, pois, que o falante é o principal responsável pelo processo criativo e expansivo do léxico de uma língua. Como já registrara Biderman (2001, p. 180), “embora o léxico seja patrimônio da comunidade linguística, na prática, são os usuários da língua – os falantes, aqueles que criam e conservam o vocabulário dessa língua”.

O léxico corresponde, pois, ao nível linguístico que melhor retrata o modo de ver e representar a realidade. Nesse domínio, o homem reflete sua individualidade e demarca sua identidade perante os demais membros do seu grupo. Nessa linha de raciocínio, Oliveira e Isquierdo (2001, p. 9) assinalam que,

Na medida em que o léxico configura-se como a primeira via de acesso a um texto, representa a janela através da qual uma comunidade pode ver o mundo, uma vez que esse nível da língua é o que mais deixa transparecer os valores, as crenças, os hábitos e costumes de uma comunidade linguística, como também as inovações tecnológicas, transformações socioeconômicas e políticas ocorridas numa sociedade.

Nesse sentido, o léxico pode ser entendido como o acervo vocabular do qual os falantes se utilizam para a comunicação e interação no âmbito do seu grupo social. O seu caráter expansivo decorre, dentre outros fatores, das necessidades do falante de aprender novas palavras e/ou de ressignificar outras já existentes, para acompanhar e se adaptar aos avanços da sociedade na qual está inserido. No âmbito individual, o léxico expressa a identidade e a subjetividade do falante. Quando socializado, dissemina particularidades de uma comunidade, seu modo de falar, sua realidade social, histórica e cultural.

A Lexicologia, disciplina da Linguística que se ocupa do estudo científico do léxico, tem como sua maior finalidade descrever e analisar a estruturação e a funcionalidade do léxico: “tomará por critério o rendimento funcional: a palavra será considerada uma unidade de significação realizada por fonemas e sempre identificável como tal, em função de suas possibilidades de comutação numa frase para formar novas frases” (DUBOIS et al, 1993, p. 374).

Dado o seu objeto, a Lexicologia relaciona-se com a Semântica, à medida que considera em seu objeto de estudo os diferentes significados da palavra, termo esse de uso geral, como esclarece Biderman (1999, p. 88):

Vamos usar as palavras vocábulo e palavra para as realizações discursivas, continuando a longa tradição do português e respeitando a sinonímia implícita na mente dos falantes do idioma. [...] precisamos designar diferentemente as unidades do sistema e do discurso quando tratamos cientificamente a língua. No caso da unidade lexical abstrata, será melhor utilizar o termo lexema para denominar as unidades virtuais que compõem o léxico. Estabeleceríamos as seguintes oposições e correlações: léxico é o conjunto abstrato das unidades lexicais da língua [...].

Outra área da Linguística que tem o léxico como um dos seus focos de estudo é a Dialetoлогия, disciplina que tem como objeto a descrição e da interpretação dos diferentes modos de falar de uma comunidade linguística, considerando, dentre

outros níveis, o lexical. Estuda as línguas em suas variadas formas de uso e sua respectiva distribuição espacial (diatópica), sem, contudo, desconsiderar o aspecto social da língua. Resumindo, a Dialetologia, conforme Cardoso (2010, p. 15), “é um ramo dos estudos linguísticos que tem por tarefa identificar, descrever e situar os diferentes usos em que uma língua se diversifica, conforme a sua distribuição espacial, sociocultural e cronológica”.

Amadeu Amaral, na sua obra pioneira “O Dialeto Caipira”, publicada em 1920, já defendia a necessidade de registro e estudo da língua falada no Brasil no seu aspecto regional. Ponderara o autor: “fala-se muito num “dialeto brasileiro” [...] entretanto, até hoje não se sabe ao certo em que consiste semelhante dialeção, cuja existência é por assim dizer evidente, mas cujos caracteres ainda não foram discriminados” (AMARAL, 1976, p. 43)³. O autor destaca a pertinência dos estudos dialetais, como forma de descrever a língua na perspectiva espacial, ao assinalar que:

Tais contribuições permitiriam, um dia, o exame comparativo das várias modalidades locais e regionais [...] e por ele a discriminação dos fenômenos comuns a todas as regiões do país, dos pertencentes a determinada região, e dos privativos de uma ou outra fração territorial (AMARAL, 1976, p. 44).

No âmbito dos estudos dialetais, também merece consideração a contribuição de Antenor Nascentes, em particular a sua obra *O linguajar carioca*, publicada em 1922 e ampliada em 1953, na qual, pautando-se na abertura das vogais pretônicas e aspectos prosódicos, o autor propôs uma divisão dialetal do Brasil. Apontando variações do português brasileiro por regiões, dividiu-o em dois grandes falares, o do Norte e o do Sul.

³ A primeira edição dessa obra foi publicada em 1920. Para este trabalho foi consultada a edição de 1976, publicada pela Editora Hucitec.

O registro sistemático de dados documentados *in loco* pelas pesquisas dialetológicas em mapas linguísticos é orientado pelos contributos da Geolinguística, área do conhecimento que surgiu em fins do século XIX e que fornece métodos de mapeamento cartográfico da realidade linguística que, por sua vez, evidenciam diferenças diatópicas quanto ao modo de falar de um grupo social num determinado momento da história da língua, representando-as por meio de mapas linguísticos. Assim, a Geolinguística ocupa-se da distribuição da língua no espaço geográfico por meio do registro de fenômenos dessa língua em mapas linguístico-cartográficos que compõem os Atlas Linguísticos.

Seguindo essas orientações teóricas publica-se, em 1963, o Atlas Prévio dos Falares Baianos – APFB, primeiro atlas linguístico brasileiro, tendo como autor Nelson Rossi e como coautoras Carlota Ferreira e Dinah Maria Isensee, ao qual muitos outros se seguiram, incluindo os dois primeiros volumes do ALiB – Atlas Linguístico do Brasil publicados em 2014 (CARDOSO *et al.*, 2014a; CARDOSO *et al.*, 2014b).

Nesse contexto, as disciplinas que têm o léxico como objeto de estudo se beneficiam das pesquisas dialetais que registram, descrevem e analisam a diversidade, fornecendo parâmetros para a descrição, análise e registro da diversidade linguística, fornecendo elementos para pesquisas sobre o fenômeno da variação lexical e sua possível relação com fatores de natureza social, geográfica, histórica e cultural das áreas investigadas. É essa a perspectiva focalizada neste estudo.

2.1 Léxico: mecanismos de conservação

Como já pontuado, o léxico corresponde ao conjunto vocabular de um grupo de falantes, é o nível linguístico que melhor reflete a visão de mundo, os anseios, os valores e as crenças de grupos sociais no decorrer do tempo como pondera Isquierdo (2003, p. 165):

[...] o vocabulário de um grupo social atesta a forma como nomeia os referentes do mundo físico e do universo cultural em diferentes épocas da sua história. Em vista disso, o repertório lexical de uma comunidade linguística renova-se, transforma-se à medida que atuarem sobre ele fatores históricos, geográficos, culturais.

Observa-se, pois, que fatores sócio-históricos, culturais e geográficos são condicionantes extralinguísticos que contribuem para a conservação e a expansão do léxico de uma língua, entendida por Saussure ([1916] 2006, p. 17) como “um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções adotadas pelo corpo social para permitir o exercício de comunicação entre os indivíduos”. Nessa perspectiva, na primeira metade do século XX, Darmesteter (1946) pontua que,

[...] em virtude de toda língua estar numa perpétua evolução, nela concorrem duas forças opostas: uma que determina a conservação de termos clássicos do idioma e outra que motiva, no nível lexical, a criação de novos termos, os neologismos (DARMESTER, 1946, *apud* ISQUERDO, 1996, p. 568).

Os processos de conservação e expansão lexical têm relação intrínseca com aspectos históricos, geográficos, sociais e culturais que afetam os falantes. Porém, é no eixo temporal que melhor se verifica o caráter conservador do léxico. Assim, quando uma unidade lexical entra em desuso porque o referente nomeado deixou de existir, tanto pode desaparecer da norma lexical dos falantes, quanto pode se manter em uso em determinada região como um regionalismo.

Como anteriormente assinalado, esse fenômeno é mais frequente em locais mais afastados dos grandes centros urbanos, áreas rurais por exemplo, que, a despeito de os avanços tecnológicos relativizarem a oposição rural e urbano, os ambientes rurais são menos passíveis de interferências dos meios de comunicação de massa (rádio, televisão e, na atualidade, a internet), favorecendo assim a manutenção de referentes,

de práticas e atividades ligadas ao universo rural e, por extensão, das suas formas de nomeá-los que passam a fazer parte do acervo vocabular dos falantes.

Nesse processo de conservação lexical, compreendido no eixo temporal sincrônico, pode manifestar-se o fenômeno do conservadorismo léxico, entendido aqui como formas lexicais que, ou entraram em desuso na língua, ou se mantiveram e foram preservadas, podendo ser “garimpadas” no acervo vocabular de um grupo social, configurando-se como regionalismos de uma determinada área geográfica.

Ainda em relação a essa dinâmica lexical, é preciso reiterar que, embora determinados itens lexicais por razões várias entrem em desuso num dado estágio da história da língua e em certos espaços, não desaparecem do sistema linguístico, somente deixam de ser atualizadas pelos falantes, seja pela preferência por uma forma lexical mais contemporânea, seja porque o referente deixou de existir e/ou perdeu a relevância social e econômica, como pondera Assumpção Júnior (1986, p. 137):

Cumpre notar que não se trata de “morte” de palavra (mesmo como metáfora de sua eliminação do patrimônio léxico) mas de deixar a atividade linguística, preterida por concorrente de maior prestígio na comunidade. [...] A crescente marginalização de dada forma – fator de sua futura obsolescência – tem sempre, vale frisar, contrapartida no crescente prestígio de uma concorrente – fator de sua futura soberania. Afinal, o uso das palavras é condicionado pelas necessidades de comunicação e a preferência por essa ou aquela forma depende dos atributos fônicos, mórficos e semânticos que a tornam para aquele fim mais eficaz, consoante escolha, variável no tempo e no espaço, da comunidade.

Nota-se, assim, que, nos casos apontados pelo autor, a unidade léxica não desaparece do sistema linguístico, pois se mantém na língua, seja de forma dicionarizada, seja em registros em documentos históricos ou em obras literárias ou, ainda, na memória dos falantes pertencentes a determinados grupos, sobretudo dos mais idosos que as “guardam” no baú de suas memórias, atestando o caráter

conservador dessas formas e a sua importância para a preservação da história e da cultura de um povo.

Em relação à manutenção de arcaísmos no acervo vocabular de determinados grupos de falantes, Mattos e Silva (2009), em seu estudo *o conceito relativo de neologismo e arcaísmo: um estudo panorâmico*, reconhece a presença de traços desse fenômeno no português brasileiro, em particular no falar baiano. A esse respeito assim se posiciona a autora:

Quanto aos arcaísmos, ao que suponhamos, menos estudados que os neologismos, ao parecerem extintos, reaparecem pelo menos em variedades rurais brasileiras. Se sarolha era usada nos séculos XIV e XV, no Livro de montaria de D. João I, reaparece em variedades dialetais como as dos falares baianos (MATTOS E SILVA, 2009, p. 19).

As áreas rurais, as regiões campestres e as cidades do interior, em especial as mais afastadas dos centros urbanos, configuram-se como espaços onde se manifestam com maior intensidade, traços de conservadorismos linguísticos:

Outro particular a ser destacado diz respeito ao caráter arcaizante manifesto na linguagem popular, que tende a manter-se sem grandes inovações, tendo em vista ser normalmente empregada, como código de comunicação, por grupos humanos, parcial ou totalmente, isolados do convívio com os modernos meios de comunicação [...] (ISQUERDO, 2003, p. 177).

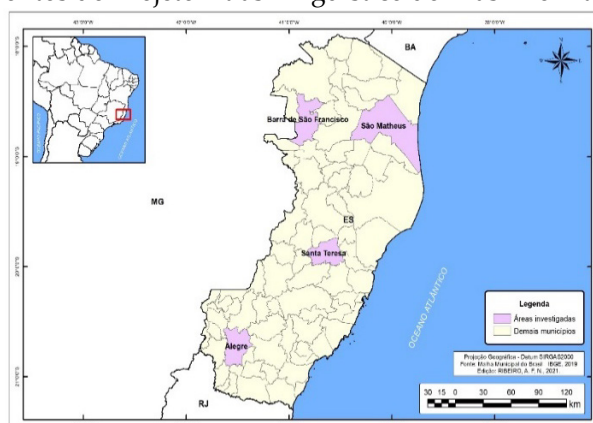
Desta forma, a manutenção de formas lexicais dessa natureza evidencia a força conservadora do léxico, o nível da língua que guarda e preserva o saber, o conhecimento, a cultura e a história de um povo no transcorrer do tempo. Assim, enveredar por essas memórias, pela história desses agentes humanos, a fim de resgatar traços de um léxico conservador é o que se busca neste trabalho.

3 Breve contextualização histórica da área pesquisada

A região Sudeste configura-se, desde o período colonial, como um espaço geográfico de destaque no contexto brasileiro. Os seus primeiros habitantes foram os indígenas e, mais tarde, os portugueses que ali aportaram em busca de novas terras para exploração de riquezas naturais, em particular, o pau-brasil, madeira abundante nessa região. O Sudeste também foi uma das portas de entrada de escravizados africanos trazidos pelos colonizadores, no período colonial.

Segundo o IBGE (2020)⁴, o Sudeste é a região mais populosa do Brasil, com aproximadamente 89.012 milhões de habitantes. Na atualidade, do ponto de vista econômico, é considerada a região mais importante do Brasil por concentrar os maiores polos industriais e comerciais do país. É nessa região que se situam as localidades selecionadas para este trabalho que, seguindo a sequência da rede de pontos⁵ do Projeto ALiB, estão assim distribuídos: 188 - Barra de São Francisco; 189 - São Mateus; 191 - Santa Teresa e 192 – Alegre (vide Figura 1).

Figura 1 — Rede de pontos do Projeto Atlas Linguístico do Brasil no interior do Espírito Santo.



Fonte: elaborado pelas autoras e editado por Ribeiro (2021).

⁴Fonte: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads>. Acesso em: 15 maio 2021.

⁵ A rede de pontos do projeto ALiB é constituída por 250 localidades, distribuídas por todo o território brasileiro, incluindo as cidades de grande e médio porte, inclusive as capitais, com exceção de Brasília/DF e Palmas/TO que, por serem de criação recente, não possuem informantes com a idade contemplada no Projeto. Para a seleção dessas áreas, consideram-se os seguintes critérios: a extensão, aspectos demográficos, culturais, históricos e o povoamento dessas regiões. Fonte: (<https://alib.ufba.br/content/rede-de-pontos>). Acesso em: 16 maio 2021.

3.1 Barra de São Francisco

Cidade localizada na região Sudeste do Brasil, na confluência dos rios São Francisco e Itaúnas, fato que deu origem ao topônimo do município, que também é conhecido como ‘sentinela capixaba’, nome impresso em seu Brasão, por representar a valentia e a bravura dos agricultores e policiais mortos em defesa daquele território. O início do povoamento dessa área data de 1929, quando lavradores vindos de Minas Gerais/MG, em busca de terras devolutas e férteis, fundam o patrimônio de São Sebastião que, em 1935, torna-se distrito, subordinado ao município de São Mateus e, em 31 de outubro de 1943, pela Lei 15.177, é elevado a município⁶.

Segundo os dados do IBGE (2020)⁷, a população dessa unidade administrativa é de aproximadamente 44.979 habitantes, que se distribuem em uma área total de 944.521 km² de extensão territorial. As principais fontes de renda do município advêm da extração de granito, da agricultura e do comércio diversificado, o que tem atraído para o município profissionais de diferentes categorias e empresários em geral, particularmente aqueles ligados à mineração.

3.2 São Mateus

Considerado o segundo município mais antigo do estado do Espírito Santo, a sua fundação remonta ao período colonial (1544). Em virtude da sua localização geográfica, é tida como umas das principais rotas de entrada de negros africanos na região, sendo o município com maior população negra do estado. Também recebeu grande contingente de imigrantes italianos a partir do ano de 1887, que ali aportaram para trabalhar nas lavouras de café⁸. Inicialmente era chamado de Povoado do Cricaré e, posteriormente, renomeado como São Mateus.

⁶ Fonte: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_22.pdf. Acesso em: 15 maio 2021.

⁷ Site do IBGE cidades: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/barra-de-sao-francisco/panorama>. Acesso em: 20 maio 2021.

⁸ Fonte: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_22.pdf. Acesso em 20 maio 2021.

[...] denominado de Cricaré, hé a segunda criada pelo Prelado Bartholomeu Simoens Pereira. [...] Por este modo se povoou o terreno de novos colonos, que felizmente foi visitado pelo Padre José de Anchieta passados alguns anos, indo no exercício da Missão; e por chegar alli esse Ministro Evangelico no dia, em que a Santa Igreja solemniza o martírio do grande Apóstolo S. Matheus, deu ao Rio da sua proximidade o nome do mesmo apóstolo, com o qual ficou também conhecido o continente de sua circunvizinhança (ARAÚJO, 1820, p. 105).

São Mateus tornou-se município em 03 de abril de 1848, com uma extensão territorial de 2.346,047 Km². Reúne uma população estimada de 130.611 habitantes, de acordo com o IBGE (2019). O município possui uma economia bastante diversificada, com destaque para as atividades da agricultura, pecuária, fruticultura e extração do petróleo e gás natural; o turismo também é outro setor que muito contribui para o desenvolvimento econômico da região.

3.3 Santa Teresa

Berço da colonização italiana no Brasil, Santa Teresa foi reconhecida pela Lei Estadual n. 10.378/15 como a Capital Estadual da Imigração Italiana⁹. Também recebeu grandes levas de alemães, suíços e poloneses. A origem do seu nome tem como hipótese mais aceita, o fato de, no período de colonização, uma devota do local possuir um quadro de Santa Teresa de Ávila, e de reunir os moradores para rezar, cultuando a imagem da santa. Foi fundada em 26 de junho de 1875, desenvolvendo-se rapidamente. Em 1891 eleva-se à categoria de município¹⁰.

⁹ A respeito do Ato, consultar: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/173596788/dou-secao-1-12-01-2018-pg-2>. Acesso em: 14 maio 2021

¹⁰ Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/santa-teresa/historico>; https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_22.pdf. Acesso em: 15 maio 2021.

Abrange uma área territorial de 683,032 Km², com uma população estimada em 23.590 habitantes, de acordo com dados do IBGE (2019)¹¹. Na economia do município, destaca-se a produção de uva e de vinho, sendo considerado o maior produtor do Estado. O turismo é outra atividade relevante na região.

3.4 Alegre

Datam de 1820¹², os primeiros povoamentos nessa região, motivados pela expedição chefiada pelo Capitão-mor Manoel Esteves de Lima, vinda de Minas Gerais em busca de terras férteis para exploração agrícola. Ao retornar a Minas Gerais, o capitão destinou aos homens de sua expedição terras para formarem fazendas e ranchos para dar guarida às tropas. Um desses homens foi o desbravador João Teixeira da Conceição que, por sua vez, construiu às margens do riacho Alegre e da estrada de Minas para o porto de Itapemirim, ranchos para apoio aos tropeiros, que dali seguiam em comitiva até esse porto.

Com o aumento do fluxo de tropeiros no local, o desbravador João Teixeira viu a oportunidade de ampliar o espaço visando a um novo negócio. Para tanto, melhorou as instalações para servirem de alojamento e abrigar as mercadorias desses hóspedes. Com o conseqüente crescimento da localidade, formou-se o povoado que deu origem à Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Alegre, tornando-se, posteriormente, Nossa Senhora da Penha. Mais tarde, eleva-se à categoria de Vila, que dá origem à cidade. E em três de abril de 1884, é criado o município de Alegre.

Conforme dados registrados pelo IBGE (2020)¹³, a população desse município está estimada em 30.084 habitantes, com uma área territorial de 756,860 Km². A região

¹¹ Site: [IBGE: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/santa-teresa/panorama](https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/santa-teresa/panorama). Acesso em: 15 maio 2021.

¹² Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/alegre/historico>. Acesso em: 16 maio 2021.

¹³ Fonte: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads>. Acesso em: 16 maio 2021.

tem como principais atividades econômicas a agropecuária, o comércio e serviços, além da forte cultura cafeeira.

4 Caminhos metodológicos

O levantamento de dados do *corpus* para este estudo apurou 17 unidades lexicais, obtidas por meio de audição dos inquéritos realizados com 15 informantes habitantes das sedes dos quatro municípios do estado do Espírito Santo, selecionados: São Mateus, Barra de São Francisco, Santa Teresa e Alegre. Foram apuradas respostas fornecidas para quatro perguntas associadas à área semântica da *fauna*, do Questionário Semântico-Lexical – QSL do Projeto ALiB (COMITÊ NACIONAL..., 2001, p. 27): 075 (“a parte do cavalo onde vai a sela”); 076 (“a parte larga atrás do lombo”); 077 (“o que o boi tem na cabeça”) e 078 (“o boi sem chifre”).

A seleção dos falantes entrevistados atende ao perfil estabelecido pelo ALiB para localidades do interior, sendo inquiridos quatro informantes por localidade, nascidos e criados no município, de duas faixas etárias (18 a 30 anos; 50 a 65 anos), de ambos os sexos.

A coleta dos dados foi realizada por meio de audição dos áudios que compõem o Banco de Dados do ALiB. As unidades lexicais documentadas foram organizadas em planilhas do programa Excel que, por sua vez, subsidiaram a tabulação e análise posterior dos itens apurados. A abordagem léxico-semântica considerou a dicionarização das unidades léxicas documentadas e as descrições fornecidas pelos informantes durante as entrevistas. À luz da história social essas unidades foram analisadas sob a perspectiva diatópica e léxico-semântica

5 Análise dos dados

Considerando que as questões que motivaram a documentação dos dados analisados descrevem referentes predominantes no meio rural, ou seja, atividades e

práticas desenvolvidas pelo homem do campo, busca-se nesta seção verificar aspectos da relação entre as formas lexicais documentadas e a história social das regiões pesquisadas. Os referentes contemplados nas questões selecionadas relacionam-se às figuras do “boi” e do “cavalo”, animais que tiveram significativa representatividade no processo de formação e povoação do Brasil, à época de base essencialmente rural. Nesse período, o “boi” e o “cavalo” foram elementos fundamentais para a economia. O “boi” contribui não somente para a alimentação, como também como fonte de renda, enquanto o “cavalo” serviu como instrumento de trabalho, em especial aos tropeiros, que, no lombo de mulas e cavalos, conduziam as boiadas pelos vastos sertões:

Guiados pelos rebanhos, os homens ocupam o interior; desbravam a terra e fixam-se. Os rebanhos tornaram-se responsáveis não apenas pela ocupação humana da região, mas ainda por sua caracterização social. A pecuária dá fisionomia à região, quer marcando-lhe a vida econômica quer norteando-lhe a feição cultural. Em torno do gado criam-se as condições que normalizam e caracterizam a vida regional (DIÉGUES JÚNIOR, 1960, p. 150).

Assim, nesta seção, analisam-se os dados inicialmente, na perspectiva da diatopia, demonstrando a distribuição espacial dos itens lexicais apurados e respectiva frequência, segundo as localidades, seguida da discussão das unidades lexicais mais produtivas para cada uma das questões em análise.

Posteriormente, os dados são analisados na perspectiva léxico-semântica e, para tanto, como já assinalado, buscou-se aporte em obras lexicográficas, antigas e atuais, como Bluteau (1712-1728); Silva (1813); Ferreira (2009); Houaiss (2001) e Aulete (2006), para sustentar as análises. Considerou-se, também, os comentários e as informações complementares tecidas pelos informantes ao responderem as questões, haja vista que esses dados foram de suma importância para agregar informações na etapa da análise dos dados que, por sua vez, tem como objetivo discutir uma amostra da diversidade

lexical do vocabulário dos falantes capixabas e, desse modo, salientar a importância dos estudos dialetais para a descrição da realidade linguística do Brasil.

5.1 O léxico no eixo espacial: análise diatópica

As tabelas 1, 2, 3 e 4, a seguir, evidenciam a distribuição diatópica das unidades lexicais documentadas como respostas para as quatro perguntas selecionadas para este estudo, como também a frequência desses dados de acordo com a localidade. Apresentadas as tabelas, tecem-se considerações acerca das tendências evidenciadas pelos dados examinados.

Tabela 1 – Denominações para “a parte do cavalo onde vai a sela” no interior do Espírito Santo.

Localidades Item lexical	Barra de São Francisco	São Mateus	Santa Teresa	Alegre	Total de ocorrências	Porcentagens
Lombo		1	2	4	7	41,2%
Costa	4	2		1	7	41,2%
Corcunda do animal	1				1	5,9%
Espinhaço		1			1	5,9%
Suador do cavalo	1				1	5,9%
Total	6	4	2	5	17	100%

Fonte: elaboração das autoras. Banco de dados do ALiB.

Tabela 2 – Denominações para “a parte larga atrás do lombo” no interior do Espírito Santo.

Localidades Item lexical	Barra de São Francisco	São Mateus	Santa Teresa	Alegre	Total de ocorrências	Porcentagens
Anca	1	2	2	1	6	46,2%
Quarto	2	1			3	23,1%
Pá	1				1	7,7%
Bunda	1				1	7,7%
Traseira			1		1	7,7%
Garupa				1	1	7,7%
Total	5	3	3	2	13	100%

Fonte: elaboração das autoras. Banco de dados do ALiB.

Tabela 3 – Denominações para “o que o boi tem na cabeça” no interior do Espírito Santo.

Localidades Item lexical	Barra de São Francisco	São Mateus	Santa Teresa	Alegre	Total de ocorrências	Porcentagens
Chifre	4	4	3	4	15	100%

Fonte: elaboração das autoras. Banco de dados do ALiB.

Tabela 4 – Denominações para “o boi sem chifre” no interior do Espírito Santo.

Localidades Item lexical	Barra de São Francisco	São Mateus	Santa Teresa	Alegre	Total de ocorrências	Porcentagens
Mocho	1	1	1	2	5	50%
Sem chifre		2			2	20%
Mochado	1				1	10%
Munju	1				1	10%
Zebu			1		1	10%
Total	3	3	2	2	10	100%

Fonte: elaboração das autoras. Banco de dados do ALiB.

Os dados da tabela 1 apontam que as formas lexicais *lombo* e *costa* foram as mais produtivas no conjunto dos dados. A primeira foi mais frequente em Alegre, sendo indicada por todos os informantes dessa localidade, enquanto *costa*, a segunda em termos de registros, teve maior índice de menções em Barra de São Francisco. Já as unidades léxicas *cacunda do animal*, *espinhaço* e *suador do cavalo* tiveram ocorrência única. Houve também um caso de não resposta (NR) em Santa Teresa. Os casos de ocorrência única e o de não resposta podem indicar desconhecimento do referente e/ou de sua nomeação por parte do falante e deve-se, possivelmente, ao fato de se tratar de um objeto relacionado ao ambiente rural e a atividades tradicionalmente masculinas, como o cuidado com os equinos e com a lida com o gado.

A tabela 2, por sua vez, traz a unidade *anca* como a mais produtiva e foi documentada em todas as localidades selecionadas para o estudo, seguida do item lexical *quarto*, o segundo mais recorrente. Ressalte-se que o maior índice dessas variantes lexicais ocorreu nos municípios de Barra de São Francisco e de São Mateus,

áreas geograficamente muito próximas (aproximadamente 147 km separam as duas localidades). Os dois municípios têm a pecuária como uma das fontes de economia. Entende-se que os fatores proximidade geográfica e o desenvolvimento da mesma atividade econômica podem explicar o fenômeno observado.

As unidades com menor índice de ocorrência no conjunto de respostas foram *pá*, *bunda*, *traseira* e *garupa*, destas, merece atenção a unidade *pá*, que foi mencionada apenas no município de Barra de São Francisco por um informante idoso. Trata-se da localidade que apresentou maior índice de respostas para a pergunta em questão. As três são respostas fornecidas por falantes jovens, possivelmente, em virtude de desconhecimento do referente pelas razões já pontuadas.

Já a tabela 3 demonstra que *chifre* foi resposta categórica – todos os informantes das quatro localidades forneceram a mesma resposta: *chifre*, termo técnico disseminado pela escola e pela mídia, o que pode sugerir a não familiaridade dos capixabas citadinos com o léxico mais rural, de caráter conservador, relacionado à pecuária.

Por fim, na tabela 4, a unidade lexical *mochó* foi a mais frequente e mencionada apenas por informantes idosos. A segunda forma léxica mais recorrente, *sem chifre*, foi apurada somente em São Mateus, enquanto as denominações *mochado*, *munju* e *zebu* se configuraram como resposta única.

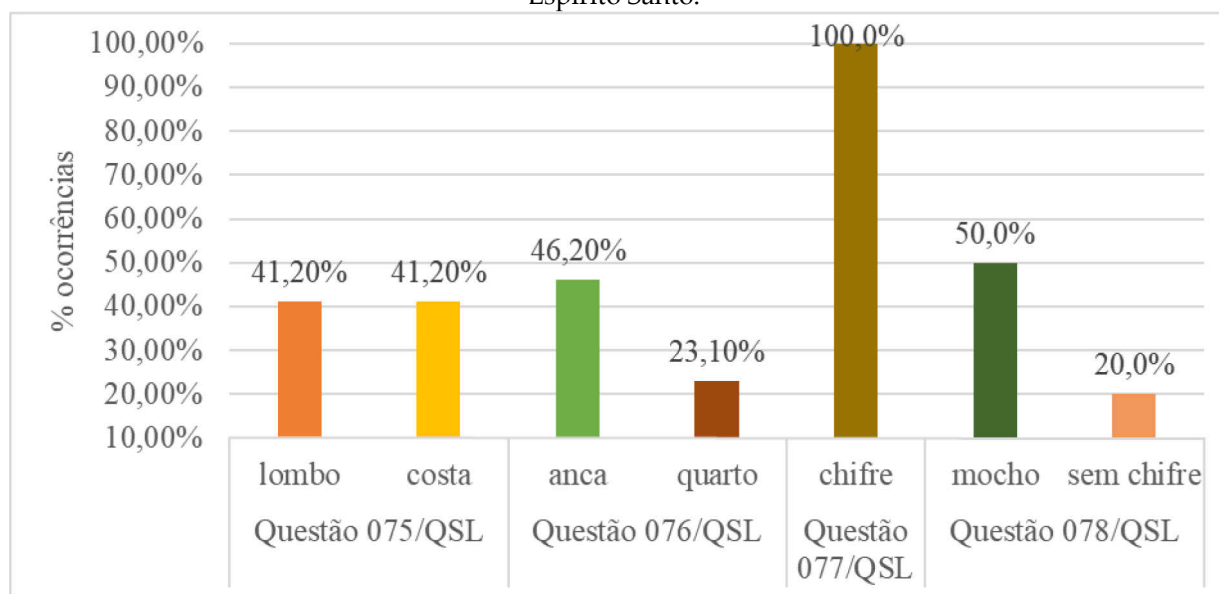
As não respostas alçaram cinco ocorrências (25% dos falantes) e ocorreram, nas quatro localidades pesquisadas, apenas entre informantes jovens, o que pode indicar a falta de contato com um referente não urbano.

Os dados registrados nas tabelas 1, 2, 3 e 4, uma amostra singela, se comparada com a robustez do *corpus* do ALiB, fornecem um panorama das denominações catalogadas em termos diatópicos no interior do Espírito Santo e fornecem indícios da vitalidade do léxico na área semântica das *atividades agropastoris*, nas localidades em foco, uma vez que foram computados cinco itens lexicais como respostas para a

pergunta 075; seis para a pergunta 076, um para a pergunta 077 e cinco para a pergunta 078, distribuídos pelas quatro áreas capixabas investigadas. Reitera-se que a baixa produtividade de respostas para algumas das perguntas, como também os casos de não respostas denotam que falantes urbanos, em especial os mais jovens, desconhecem os referentes nomeados.

Por sua vez, os dados lexicais fornecidos pelos falantes idosos apontam para a manutenção, no âmbito das quatro localidades do interior do Espírito Santo, de algumas formas lexicais, como é o caso de *pá* e *garupa*, como denominação da *anca* (“parte larga atrás do lombo”) do cavalo, unidades relacionadas ao vocabulário rural que tende a ser mais conservador, haja vista que nomeiam referentes pouco frequentes em áreas urbanas. Na sequência, o Gráfico 1 fornece uma visão de conjunto dos dados em exame, reunindo as unidades lexicais mais produtivas como respostas para cada pergunta e respectivos índices de ocorrência.

Gráfico 1 – Distribuição das unidades lexicais que nomeiam partes do *boi* e do *cavalo* no interior do Espírito Santo.



Fonte: elaboração das autoras. Banco de dados do ALiB.

5. 2 Análise semântico-lexical

Reitera-se que, para subsidiar a análise semântico-lexical das unidades lexicais que compõem o *corpus* aqui estudado, foram consultadas, sistematicamente, as seguintes obras lexicográficas da língua portuguesa: Bluteau (1712-1728); Silva (1813); Ferreira (2004); Aulete (2006) e Houaiss (2001).

Considerando a dimensão deste trabalho, foram priorizadas para análise semântica as duas formas lexicais mais produtivas que denominam o referente expresso em cada pergunta, na seguinte ordem: QSL/ALiB/075: *lombo* e *costa*; QSL/ALiB/076: *anca* e *quarto*; QSL/ALiB/077: *chifre* (registro único) e QSL/ALiB/078: *mocho* e *sem chifre*.

Dentre as denominações que nomeiam “a parte do cavalo onde vai a sela”, situa-se *lombo* que, de acordo com Silva (1813), designa “lombo de porco, de boi: carne sem osso, tirada do longo do espinhaço”. O dicionário Houaiss (2001) indica como datação da unidade lexical *lombo* o século XIII, com etimologia latina “*lumbus*” na acepção de “rins (de pessoas e de animais), espinhaço”. O dicionarista considera essa unidade léxica como um processo de derivação por extensão de sentido, marcando-a também como de uso informal, na acepção de “costas, dorso” e a classifica como um brasileirismo jocoso correspondendo a “nádegas, bunda”.

Nota-se, pelas acepções dicionarizadas para a unidade lexical *lombo*, que o seu uso para denominar as “costas do cavalo” decorre de um processo de extensão de sentido. O mesmo raciocínio parece aplicar-se ao uso da forma lexical *costa* para nomear a mesma parte do animal, sentido decorrente de um processo metonímico em que se considerou o todo pela parte. Segundo Bluteau (1712-1728), “costas são propriamente a segunda divisão do espinhaço”.

Ainda relacionado às partes do cavalo, a unidade lexical *anca* foi a mais produtiva para denominar “a parte larga atrás do lombo”. Bluteau (1712-1728), por exemplo, atribui a seguinte acepção à forma lexical *anca*: “deriva-se do francês Anche

que he Quadril. Anca do cavalo. Garupa. Quartos trazeiros do cavalo”. Corroborando essa definição, Houaiss (2001) registra no verbete *anca*: “parte mais alta do quarto traseiro de um quadrúpede, esp. cavalo, burro e etc., garupa”. Quanto à etimologia, o lexicógrafo informa ser proveniente do lat. medv. *hanc(h)a*, e que no “lat. lusitânico o voc. já ocorre desde 1141”. Pode-se inferir que os falantes associam o sema “parte larga” que aparece no texto da pergunta do QSL/ALiB às características da anatomia traseira do cavalo.

A variante lexical *quarto* também se relaciona à parte do corpo dos animais, conforme se observa na acepção a ela atribuída por Silva (1813): “Hum quarto de carne, de vaca, carneiro, he huma mão, ou perna até a metade do lombo, na altura, e até meia barriga na largura”. Já Caldas Aulete (2006) registra como uma das atribuições de *quarto* a seguinte acepção: “parte superior da coxa e lateral dos quadris”.

Também em relação às denominações obtidas por meio da pergunta 076/QSL/ALiB, é pertinente pontuar o registro único de *traseira*, mencionada pela informante jovem de Santa Teresa, unidade lexical formada pelo processo de sufixação: “A parte posterior de algo” (AULETE, 2006) que se relaciona diretamente às duas unidades lexicais mais produtivas – *anca* e *quarto* – que remetem a “quarto” e a “traseiro” que, por sua vez, correspondem ao nome de uma parte posterior do animal.

Já a unidade lexical *chifre* foi categórica como resposta para a pergunta QSL/ALiB/077 mencionada pelos informantes em todas as localidades pesquisadas. O dicionário de Silva (1813) indica essa unidade léxica como remissiva de *cornu*, que o dicionarista define como “s.m. A ponta dura, ou oca, ou sólida, que trazem na fronte alguns animáes, como o boi, o carneiro, o bode”. Trata-se, pois, de uma unidade léxica genérica, cuja recorrência está consolidada pelo uso e perpetuada pelos registros lexicográficos.

No que concerne às denominações para “o boi sem chifre” (QSL/ALiB/078), o item lexical *mocho* foi apurado em todas as regiões em estudo e citado apenas por informantes idosos, dado que demonstra a manutenção de formas léxicas comuns no universo rural ainda presentes no léxico de falantes urbanos. Está dicionarizada como de etimologia incerta e designa, de acordo com Machado (1987), “sem chifre. Origem obscura (criação expressiva?)”, Ferreira (2004) também confirma o exposto: “[De origem incerta]. Diz-se do animal que, devendo ter chifres, não os tem, por ter nascido sem eles ou porque lhos cortaram”. Houaiss (2001), por seu turno, traz a seguinte explicação “ETM orig. contrv., esp. mocho ‘mutilado, animal cornífero, a que se cortaram as pontas, sem cornos, que tem falta de algum membro; talvez de orig. expressiva; f. hist. s XV mocho (alcunha), 1611 moucho, 1716 mocho [...]”. Já Caldas Aulete (2006), dentre outras, registra para a unidade léxica *mocho* a seguinte acepção: “Diz-se de animal que não tem chifres (touro mocho). RS P.ext. Diz-se de cavalo que tem as duas orelhas caídas”¹⁴.

A documentação da unidade léxica *mocho* denota o modo como os informantes idosos nomeiam o referente em pauta que, apesar de sua origem incerta, como registram os lexicógrafos, é uma forma de uso comum entre os informantes inquiridos. Uma unidade lexical denominativa de referentes típicos do meio rural, o que aponta para a familiaridade desses falantes com as atividades rurais, o que por extensão se reflete nas formas de nomeá-las. Como essas práticas se mantêm, os nomes se conservam, sendo incorporados à norma lexical dos profissionais que atuam na área e também se dissemina entre outros grupos de falantes.

A unidade lexical *sem chifre* foi a segunda mais frequente como resposta para a pergunta em questão, não está dicionarizada, mas evidencia correspondência com a

¹⁴ Cuba e Isquerdo (2010), em estudo sobre “Vocabulário da área semântica do cavalo na região Centro-Oeste: um estudo com dados geolinguísticos”, identificaram no Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul a unidade lexical *mocho*, a par de *troncho*, *cabano*, *nambi*, como denominação do “cavalo que possui uma orelha caída”, portanto, uma outra característica do cavalo.

forma anterior, *mochó*, tendo em vista que nomeiam o mesmo referente, ou seja, o animal que não tem chifre e, por sua vez, remete ao próprio texto da pergunta “o boi sem chifre”, conforme a definição apresentada por Silva (1813), “sem chifre”. O mesmo se observa em Houaiss (2001): “desprovido de chifres, ou com os chifres aparados”. Os informantes, pela não familiaridade com o referente, ou devido ao esquecimento, podem ter se valido do enunciado da própria pergunta para respondê-la.

Em se tratando das unidades lexicais de ocorrência única no *corpus* estudado, merecem destaque as formas *pá* e *garupa*, ambas documentadas como denominação da “parte larga atrás do lombo do cavalo” (QSL/ALiB/ 076) que foram fornecidas apenas por falantes idosos, o que aponta para a conservação de itens próprios do meio rural preservados na norma lexical dos habitantes das localidades pesquisadas. O item léxico *pá* está assim definido por Silva (1813): “Pá dos cavalos; o mais alto e carnudo das pernas, onde se unem ao corpo”. Enquanto Houaiss (2001) traz a seguinte acepção “ALIM carne bovina de segunda categoria, correspondente à parte mais larga e carnuda da perna da frente das reses; *apa*”, forma classificada pelo lexicógrafo como brasileirismo informal “m.q. PÁ (‘carne bovina’)”.

O registro único do item *pá* mencionado por um informante idoso pode indicar uma forma lexical entrando em desuso, provavelmente por se tratar de um item específico utilizado para nomear referentes comuns no meio rural como o cavalo e o boi. Nesse espaço, ainda hoje se realiza a prática de “carnear” a vaca, atividade não frequente em áreas urbanas, haja vista que devido ao desenvolvimento industrial e mercantil, nessas áreas a carne bovina, por exemplo, já se encontra nos açougues cortadas, pronta para o consumo. Desse modo, as acepções registradas apontam para a marca de ruralidade do item léxico *pá*.

O item léxico *garupa*, por sua vez, de acordo com Ferreira (2004), origina-se “do francês “croupe – francês: Kruppa. A parte superior do corpo das cavalgadas que se estende do lombo aos quartos traseiros”. Em Houaiss (2001) há a acepção “a parte

superior do corpo dos equídeos, desde o lombo até os quartos traseiros. A anca dos quadrúpedes”. E tem como etimologia “frânc. Kruppa ‘massa arredondada’ (fr. croupe, provç. Cropa, it. Groppa, esp. g[u]rupa)”. Em Bluteau (1712-1728) aparece a acepção “parte posterior do cavalo, desde a extremidade do lugar da sella, até o cabo. Montando em hum cavalo, lhe deu Garupa”. As unidades léxicas dicionarizadas têm em comum o sema “parte traseira dos cavalos”, situada na anca, logo, na parte “larga” desses animais. A ocorrência única de garupa e sua respectiva dicionarização demonstra o uso de um item específico do universo rural que se conserva no vocabulário dos falantes urbanos entrevistados.

Registre-se ainda que as não respostas (NR) ocorreram apenas entre informantes jovens, o que pode indicar desconhecimento de referentes característicos do meio rural ou o esquecimento das formas de nomeá-los.

A partir dessas ponderações, pode-se considerar que algumas unidades lexicais examinadas no âmbito deste estudo evidenciam a manutenção de um vocabulário relacionado ao caráter conservador da área rural. Essas formas lexicais, apesar de pouco frequentes, ainda se conservam no acervo vocabular de falantes, sobretudo dos idosos que vivem em ou próximos ao meio rural, em regiões campesinas, no caso das aqui investigadas, do interior do estado do Espírito Santo.

6 Considerações finais

O estudo aqui apresentado ratificou o caráter dinâmico do léxico, nível que não existe isolado num sistema linguístico, não surge aleatoriamente, mas sim motivado por algum condicionante externo à língua, seja de natureza histórica, geográfica ou sociocultural. Acompanhando as transformações ocorridas na sociedade e na cultura e atendendo as necessidades dos falantes ao longo do tempo e do espaço, o léxico ora se expande ora se contrai para se adequar às mudanças ocorridas na sociedade, mais especificamente, no meio em que vivem os falantes.

O estudo realizado deu mostras da manutenção de formas lexicais que indicam traços de um vocabulário capixaba relacionado a atividades campesinas, de certa forma, conservador, assim como os referentes nomeados – práticas e atividades próprias do universo rural, da lida com o gado, por exemplo. As unidades *pá* e *garupa*, no *corpus* examinado, mencionadas apenas por informantes idosos como denominação da “parte larga atrás do lombo do cavalo?” são exemplos de que

[...] nos falares dos grupos sociais mais desfavorecidos culturalmente – rurais, rurbanos, ou mesmo urbanos, mas especialmente nos falares de povoações perdidas por este imenso Brasil, de acesso difícil durante séculos e, não raro, ainda em nossos dias – permaneceram muitas antigualhas linguísticas que os atlas e as monografias dialetais vêm trazendo à tona (CUNHA, 1986, p. 206).

Em síntese, este trabalho buscou demonstrar aspectos da relação entre o acervo vocabular de grupos sociais pertencentes ao estado do Espírito Santo e a história social e cultural das localidades analisadas, com destaque para indícios de marcas de conservadorismo no vocabulário dos falantes capixabas, naturais de Barra de São Francisco, São Mateus, Santa Teresa e Alegre.

Referências

AMARAL, A. **O dialeto Caipira**. 3ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1976.

ARAÚJO, J. de S. A. P. e. **Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820. Biblioteca digital do Senado. v. 2. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/182898> . Acesso em : 24 out. 2019.

ASSUMPÇÃO, JR. A. P. **Dinâmica léxica portuguesa**. Rio de Janeiro: Presença, 1986.

AULETE, F. J. C.; VALENTE, A. L. dos S. **Aulete Digital: Dicionário Contemporâneo de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2006. Disponível em: <http://aulete.com.br>. Acesso em : maio 2021.

BLUTEAU, R. **Vocabulário Português & Latino**. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. (Acervos on-line). Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/>. Acesso em: 10 nov. 2019.

BIDERMAN, M. T. C. **Teoria lingüística**. Teoria lexical e lingüística computacional. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BIDERMAN, M. T. C. O léxico, testemunha de uma cultura. XIX Congresso Internacional de Linguística e Filologia Romanicas, 1992, Santiago de Compostela. **Actas do XIX Congresso Internacional de Linguística e Filologia Romanicas**. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa, 1989, p. 397-405.

BIDERMAN, M. T. C. Conceito lingüístico de palavra. **Palavra**. n. 5, Rio de Janeiro: Grypho, p. 81-97, 1999. DOI <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v0i2p81-118>

CARDOSO, S. **Geolinguística: tradição e modernidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

CARDOSO, S. *et al.* **Atlas Linguístico do Brasil**. Vol. 1 (Introdução). Londrina: EDUEL, 2014a.

CARDOSO, S. *et al.* **Atlas Linguístico do Brasil**. Vol. 2 (Cartas Linguísticas). Londrina: EDUEL, 2014b.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. **Atlas Linguístico do Brasil: Questionários 2001**. Londrina: EDUEL, 2001.

CUNHA, C. Conservação e inovação no Português no Brasil. **O eixo e a Roda**. Belo Horizonte, n. 5, p. 199-230, 1986. DOI <https://doi.org/10.17851/2358-9787.5.0.199-230>

CUBA, M. A.; ISQUERDO, A. N. Vocabulário da área semântica do *cavalo* na região Centro-Oeste: um estudo com dados geolinguísticos. **Estudos Linguísticos e Literários**. Salvador, n. 41, p. 259-290, janeiro/junho, 2010.

DIEGUES JUNIOR, M. **Regiões Culturais do Brasil**. Rio de Janeiro: MEC. INEP. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960.

DUBOIS, J. *et. al.* **Dicionário de linguística**, 19^a ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 4 ed. Curitiba: Ed. Positivo, 2009.

HOUAISS, A. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Região Sudeste**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads>. Acesso em: 15 maio 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Barra de São Francisco**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_22.pdf. Acesso em : 15 maio 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades. Barra de São Francisco**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/barra-de-sao-francisco/panorama>. Acesso em : 20 maio 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **São Mateus**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_22.pdf. Acesso em : 20 maio 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Santa Teresa**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/santa-teresa/historico>. Acesso em: 15 maio 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades. Santa Teresa**. Disponível em: [IBGE: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/santa-teresa/panorama](https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/santa-teresa/panorama). Acesso em: 15 maio 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades. Alegre**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/alegre/historico>. Acesso em: 16 maio 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Alegre**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads>. Acesso em: 16 maio 2021.

ISQUERDO, A. N. Léxico em tempo e espaço: a questão dos regionalismos. *In*: MARIN, J. R; VASCONCELOS, C. A. (org.). **História, região e identidades**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2003. p. 165-181.

ISQUERDO, A. N. Léxico regional: análise de algumas marcas de conservadorismo linguístico. **Estudos Lingüísticos** (São Paulo), São Paulo, v. 25, p. 568-574, 1996.

MACHADO, J. P. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. 4ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1987.

MATTOS E SILVA, R. V. O conceito relativo de neologismo e arcaísmo: um estudo pancrônico. *In*: OLIVEIRA, K.; CUNHA E SOUZA, H. F.; SOLEDADE, J. (org.). **Do português arcaico ao português brasileiro**: outras histórias. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 11-20.

MUNICÍPIOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Densidade**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html?view=municipio>. Acesso em 27 nov. 2019.

OLIVEIRA, A. M. P. P. de.; ISQUERDO, A. N. Apresentação. *In*: OLIVEIRA, A. M. P. P. de.; ISQUERDO, A. N. **As Ciências do Léxico**. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. 2ª ed. Campo Grande/MS: Editora UFMS, 2001. p. 13-21.

SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral**. 27ª ed. São Paulo: Cultrix, [1916] 2006.

SILVA, A. de M. **Diccionario da língua portugueza**. Lisboa, Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/diccionario/edicao/2>. Acesso em : 27 nov. 2019.

Artigo recebido em: 03.05.2021

Artigo aprovado em: 24.09.2021

Equivalentes em inglês para o termo “reitor” no contexto universitário

Equivalents in English for the term “reitor” in the university context

Andressa Caroline Flávia BOVETO*

Rosemary Irene Castañeda ZANETTE**

RESUMO: A comunicação internacional das instituições de Ensino Superior, diante do contexto de internacionalização, depende de diversos fatores, como o emprego adequado de termos em língua inglesa. No entanto, *sites* e documentos de universidades brasileiras apresentam diferentes equivalentes para o termo “reitor”, de grande importância no contexto universitário: “*rector*”, “*chancellor*” e “*president*”. Desse modo, o objetivo deste estudo é verificar o grau de equivalência entre o termo em português em relação aos três possíveis equivalentes em inglês. Para tanto, serão utilizados dicionários gerais de ambos os idiomas, bem como um glossário sobre terminologia universitária. Como referencial teórico, o trabalho tem base em Crystal (2003) e Jenkins (2014), sobre o inglês como língua franca e global; Szende (1996) e Dubuc (1980, 1985) sobre a equivalência, entre outros. Diante das discussões apresentadas, espera-se contribuir para uma comunicação internacional mais precisa das universidades brasileiras.

ABSTRACT: The international communication of higher education institutions, given the context of internationalization, depends on several factors, such as the proper use of terms in English. However, websites and documents from Brazilian universities show different equivalents for the term “reitor”, which is highly important in the university context: “*rector*”, “*chancellor*” and “*president*”. Thus, the aim of this study is to verify the degree of equivalence among the term in Portuguese and the three possible equivalents in English. For that purpose, dictionaries of both languages will be used, as well as a glossary on university terminology. As a theoretical reference, the paper is based on Crystal (2003) and Jenkins (2014), on English as a *lingua franca* and a global language; Szende (1996) and Dubuc (1980, 1985) on equivalence, among others. Given the discussions presented, it is expected to contribute to a more accurate international communication of Brazilian universities.

*Mestranda em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6533-0391>. andrekarol_boveto@hotmail.com.

**Doutora em Linguística em Estudos da Tradução pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0192-4702>. roseitaliano@yahoo.it.

PALAVRAS-CHAVE: Terminologia. Equivalência. Língua-inglesa. Reitor.

KEYWORDS: Terminology. Equivalence. English. *Reitor*.

1 Introdução

A internacionalização do Ensino Superior, como uma das consequências da globalização, tem possibilitado às instituições estreitarem suas relações com as diversas partes do mundo, como forma de fortalecer o ensino, a pesquisa e a extensão. Um dos desafios propostos, diante desse cenário, é promover melhores condições de comunicação em línguas estrangeiras, dentre as quais se destaca a língua inglesa, como língua franca (JENKINS, 2014) e global (CRYSTAL, 2003), o que configura, também, na necessidade de se conhecer, de maneira precisa, diferentes termos e suas possíveis equivalências no idioma.

Tal questão pode ser visualizada, por exemplo, nas versões em inglês de *sites* e documentos oficiais de instituições de Ensino Superior brasileiras, que se utilizam de diferentes termos para se referirem à posição do reitor, como: “*rector*”, “*chancellor*” e “*president*”. Esse descompasso no emprego de um termo que designa a autoridade máxima da universidade pode prejudicar a comunicação especializada em língua inglesa, que depende de maior precisão conceitual, “uma condição necessária para um eficiente intercâmbio comunicativo” (KRIEGER; FINATTO, 2021, p. 18).

Desse modo, o objetivo deste estudo é verificar o grau de equivalência (DUBUC, 1980, 1985) que se estabelece entre o termo “reitor” e possíveis equivalentes em língua inglesa: “*rector*”, “*president*” e “*chancellor*”, tendo em vista o contexto de internacionalização e a necessidade do emprego adequado de termos. Para tanto, serão utilizados dois dicionários gerais *online* de língua portuguesa e o Dicionário Terminológico da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), assim como três dicionários, também gerais e *online*, de língua inglesa, a fim de analisar as definições atribuídas aos termos, somadas a diferentes exemplos de aplicações em contexto.

O trabalho apresenta, na primeira seção, considerações sobre a língua inglesa e seu papel na internacionalização do Ensino Superior; na segunda seção, trazemos uma breve discussão sobre equivalência e correspondência, para que, por meio da metodologia apresentada na terceira seção, sejam investigadas as relações existentes entre os termos mencionados. Esperamos, assim, contribuir para uma comunicação adequada no contexto universitário, especialmente, entre instituições brasileiras e aquelas com quem estabelecem parcerias, contatos e convênios.

2 A língua inglesa no contexto da internacionalização

A necessidade de fortalecer a comunicação entre instituições de ensino de diferentes localidades do mundo cresce na medida em que se percebe, cada vez mais, a internacionalização do Ensino Superior no centro de discussões no âmbito da Educação. Movida pelo fenômeno da globalização, a internacionalização se tornou “[...] um imperativo institucional, não apenas uma possibilidade desejável” (HUDZIK, 2011, p. 6)¹ e trouxe consigo uma gama de oportunidades e desafios, especialmente no que se refere às línguas estrangeiras.

[...] em tempos de globalização e de internacionalização, [...] a universidade reconhece que ações precisam ser estimuladas, visando ao desenvolvimento das línguas estrangeiras como veículos para acesso ao conhecimento produzido e, de modo especial, como meios para divulgação da ciência brasileira e para sua inserção no contexto internacional (ABREU-E-LIMA *et al.*, 2016, p. 20-21).

Promover o ensino de línguas estrangeiras envolve, sobretudo, decisões políticas, visto que é uma “consequência de debates sociais e medidas legislativas que surgem em contextos geopolíticos e econômicos concretos” (FINARDI; PORCINO,

¹ [...] an institutional imperative, not just a desirable possibility (as traduções apresentadas ao longo do trabalho são nossas).

2015, p. 111). Por isso, as discussões voltadas à delimitação de políticas linguísticas ocorrem “com o intuito de conduzir ações concretas de interesse público relativo à(s) língua(s) que importam para o povo de uma nação, de um estado ou, ainda, instâncias transnacionais maiores” (RAJAGOPALAN, 2013, p. 21).

Frente ao processo histórico relacionado, em um primeiro momento, ao imperialismo britânico e, mais adiante, à expansão econômica dos Estados Unidos da América (EUA), como explica Oliveira (2014), o destaque entre as línguas mundiais se dá à língua inglesa, que, atualmente, é considerada uma língua franca e global. Para o autor,

[...] o imperialismo britânico no século XIX e começo do século XX e o imperialismo estadunidense no século XX foram determinantes para a expansão do uso da Língua Inglesa, que, a rigor, começou a assumir *status* de **língua franca** no Ocidente após a Segunda Guerra Mundial, consolidando-se como tal com a intensificação da globalização no final do século passado. Obviamente, o imperialismo está inexoravelmente vinculado ao domínio econômico e aos domínios bélico, político e cultural que resultam do poder econômico (OLIVEIRA, 2014, p. 6, grifos do autor).

Para Jenkins (2014), *English as a Lingua Franca (ELF)* – em português ILF (GIMENEZ *et al.*, 2015) –, “[...] refere-se, em poucas palavras, ao uso contemporâneo mais extenso do inglês no mundo, em essência, o inglês quando é usado como um idioma de contato entre pessoas de diferentes primeiras línguas (incluindo falantes nativos de inglês)” (JENKINS, 2014, p. 2)². Gimenez *et al.* (2015) completam que, isso ocorre, também, pois o uso atual do idioma se dá não somente entre falantes nativos, mas, em sua maioria, por falantes de diferentes línguas maternas.

² [...] refers, in a nutshell, to the world’s most extensive contemporary use of English, in essence, English when it is used as a contact language between people from different first languages (including native English speakers).

Além disso, ainda sob a ótica de Jenkins (2014), é comum compreender o termo *ELF* como um fenômeno novo, no entanto, outras línguas, como árabe, grego, latim, português e sânscrito, já assumiram o *status* de língua franca no mundo, incluindo a própria língua inglesa, em outros momentos históricos. O que difere o atual papel do inglês do restante, como prossegue Jenkins (2014), é a extensão de seu alcance, tanto geográfico quanto de domínio nas áreas do conhecimento.

Sobre o *status* de língua global, Crystal (2003, p. 3) explica que uma língua só o atinge quando “[...] ela desenvolve um papel especial que é reconhecido em cada país”³, sendo esse papel decorrente de decisões feitas pelo próprio país. Tais decisões são perpassadas por fatores históricos, políticos, comerciais, culturais e tecnológicos, como aponta o autor, e foram, conseqüentemente, tornando o inglês uma das línguas mais ensinadas e a mais utilizadas no mundo.

Ainda segundo Crystal (2003), o que torna uma língua global não depende da quantidade de falantes, mas sim de quem esses falantes são. Por exemplo, o latim assumiu o *status* de língua global como consequência da força do Império Romano e, mesmo quando o poder militar diminuiu, o idioma seguiu sendo o mais utilizado na Educação, principalmente, devido ao poder eclesiástico do catolicismo.

Sem uma forte base de poder, de qualquer tipo, nenhuma língua pode progredir como meio internacional de comunicação. A língua não tem existência independente, vivendo em algum tipo de espaço místico separado das pessoas que a falam. A língua existe apenas no cérebro, na boca, nos ouvidos, nas mãos e nos olhos de seus usuários. Quando eles têm sucesso, no cenário internacional, sua língua é bem-sucedida. Quando eles falham, sua língua falha (CRYSTAL, 2003, p. 7)⁴.

³ [...] it develops a special role that is recognized in every country.

⁴ Without a strong power-base, of whatever kind, no language can make progress as an international medium of communication. Language has no independent existence, living in some sort of mystical space apart from the people who speak it. Language exists only in the brains and mouths and ears and hands and eyes of its users. When they succeed, on the international stage, their language succeeds. When they fail, their language fails.

O inglês, como consequência do poder dos falantes e por deter o *status* atual de língua franca e global, assume, também, de acordo com o British Council (2018), o papel de língua da internacionalização, pois é um idioma por meio do qual ocorre parte da disseminação científica e nos possibilita acessar “bibliografia de referência, pesquisas antigas e recentes e são estabelecidos contatos e parcerias internacionais” (BRITISH COUNCIL, 2018, p. 35). Desse modo, promover o aprendizado da língua inglesa se torna fundamental para compartilhar conhecimentos entre universidades que buscam melhor comunicação internacional. A relação estabelecida, nesse caso, entre mais de uma língua, envolve, também, questões acerca de possíveis equivalentes, cuja compreensão é necessária num contexto de intenso intercâmbio comunicativo.

3 Uma breve reflexão sobre equivalência

Os efeitos do mundo globalizado, que potencializaram a internacionalização do Ensino Superior, afetaram, também, o desenvolvimento de estudos nas mais variadas áreas do conhecimento, devido ao crescente interesse na produção científica e tecnológica, bem como nas relações comerciais no contexto mundial, como explicam Krieger e Finatto (2021). Dotados de diferentes terminologias, os textos especializados dessas diversas áreas passaram a necessitar, principalmente, de traduções técnicas adequadas, fundamentais para a eficácia da comunicação entre profissionais.

No entanto, para Aubert (2001), a relação entre as ciências da Terminologia e da Tradução não se dá de maneira simples, direta e unidirecional, até mesmo porque os estudos da Tradução datam de tempos mais antigos. Tal relação pode ser percebida na busca por equivalentes para termos – ou palavras, de modo geral – em diferentes idiomas, uma vez que, segundo Szende (1996), cada língua possui um recorte da realidade extralinguística e um número limitado de nomes para descrever infinitas possibilidades. As línguas, na perspectiva do autor, “[...] são na verdade redes de significação que organizam de maneiras diferentes o mundo experimentado. A língua

não é constatação, mas sim delimitação de fronteiras, dentro do experimentado” (SZENDE, 1996, p. 111-112)⁵.

Por isso, a tarefa de encontrar equivalentes em diferentes línguas é “bastante complicada”, em virtude da existência de “unidades léxicas que a princípio parecem ser equivalentes absolutas entre uma língua e outra, mas que possuem matizes peculiares que as distanciam em dados contextos” (NADIN DA SILVA, 2009, p. 79). Szende (1996) completa que em todas as línguas existem elementos passíveis de serem traduzidos e outros considerados intraduzíveis, como a visão de mundo dos falantes que a compõem. Nesse sentido, a equivalência se refere ao grau de igualdade em que uma palavra, um termo, ou um texto “da cultura de partida pode ser considerado na língua e na cultura receptora” (CHANUT, 2012, p. 47).

De acordo com o *Manuel Pratique de Terminologie*, “entende-se por equivalência entre dois termos de línguas diferentes uma identidade um tanto completa dos conteúdos semânticos dentro de um mesmo campo de aplicação” (DUBUC, 1980, p. 37)⁶. O autor ainda propõe graus em que a equivalência entre termos pode ocorrer: equivalência total, correspondência e ausência de equivalência ou correspondência. No primeiro caso, com base em Jesus e Alves (2009), o termo abarca o significado do outro em sua totalidade; na correspondência, o fenômeno ocorre parcialmente, enquanto no terceiro caso não se estabelece nenhuma dessas relações.

Recorrendo aos estudos de Dubuc (1985), Jesus e Alves (2009) destacam que, para serem considerados equivalentes totais, deve-se verificar “se há identidade conceptual entre os termos; se estes se situam no mesmo nível de língua; e se há identidade de uso” (JESUS; ALVES, 2009, p. 302). Porém, encontrar termos que sejam considerados equivalentes absolutos nem sempre é possível, como afirma Dubuc

⁵ [...] sont plutôt des réseaux de signification qu'organise e différentes manières le monde expérimenté. La langue n'est pas constatation mais délimitation de frontières, a l'intérieur de l'expérimenté.

⁶ On entend par équivalence entre deux termes de langues différentes une identité à peu complète des contenus sémantiques à l'intérieur d'un même domaine d'application.

(1980), pois, muitas vezes, o significado de um termo em uma língua recobre o termo de outra língua de modo incompleto, parcial, o que configura na chamada correspondência, já mencionada.

Nadin da Silva (2009), em seu artigo sobre a ausência de equivalentes no contexto econômico-financeiro das línguas portuguesa e espanhola, discute que os equivalentes absolutos podem aparecer com frequência na língua técnica e científica, isto é, na língua especializada. Assim, como completam Jesus e Alves (2009), para que o terminólogo possa verificar, de fato, se dois termos são equivalentes, ele deve analisar os campos semânticos referentes a cada um nas respectivas línguas e comparar os contextos em que eles possam ocorrer, o que o permite identificar a existência de ganchos terminológicos, definidos como “descritores comuns nos contextos citados em uma ficha terminológica bilíngue e que atestam a analogia dos conceitos em uma outra língua” (DUBUC, 1985, p. 57 *apud* JESUS; ALVES, 2009, p. 299).

Nessa perspectiva, “uma boa tradução não deve apenas expressar o mesmo conteúdo que o texto de partida, mas fazê-lo com as formas que um falante nativo da língua de partida utilizaria” (BARROS, 2004, p. 71). No que se refere à linguagem especializada, o emprego adequado das terminologias resulta na precisão semântico-conceitual, necessária para a tradução de textos nesse âmbito, e “confere ao texto traduzido grande parte das características expressivas comumente usadas pelos profissionais do mesmo campo de atuação” (KRIEGER; FINATTO, 2021, p. 67).

4 Metodologia

A fim de contribuir para a precisão dos textos especializados no âmbito acadêmico universitário, tendo em vista o contexto de internacionalização do Ensino Superior, esta pesquisa busca identificar o grau de equivalência do termo, em português, “reitor”, em relação aos termos, em inglês, “*rector*”, “*chancellor*” e

“*president*”, utilizados para se referir ao cargo em diversos *sites* de instituições de ensino e, até mesmo, por dicionários bi ou multilíngues. Por exemplo, a Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), no Paraná, utiliza “*rector*” (UNICENTRO, s. d.); a Universidade de São Paulo (USP), utiliza “*president*” (USP, s. d.), enquanto a equivalência dada no Dicionário de Terminologia Acadêmica da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), é “*chancellor*” (UFPE, 2021, p. 11).

As fontes utilizadas para consulta dos termos foram dicionários de língua portuguesa e de língua inglesa, bem como o Glossário Terminológico da Unila (2019), disponível na internet e única obra terminográfica encontrada que se debruça sobre o vocabulário acadêmico. Dessa forma, as obras lexicográficas monolíngues foram utilizadas como alternativa diante da escassez de dicionários e glossários voltados à temática, o que também é possível na pesquisa terminológica bilíngue, como destaca Aubert (2001). Por fim, os dicionários foram enumerados de 1 a 5 e são compostos por:

1. Dicionário 1: Aurélio (2019), na versão aplicativo para celular;
2. Dicionário 2: Houaiss (2021), na versão *online*;
3. Dicionário 3: *Macmillan Dictionary* (2021), que aborda o inglês britânico e o americano;
4. Dicionário 4: *Cambridge Dictionary* (2021), em que predomina o inglês britânico, mas que também contém informações sobre a variedade americana;
5. Dicionário 5: *Merriam-Webster* (2021), em que prevalece o inglês americano, mas que também cita as particularidades britânicas.

Para Jesus e Alves (2009), o estudo de equivalentes em diferentes idiomas deve se ancorar em textos monolíngues das línguas de chegada e de partida, como forma de visualizar, principalmente, o contexto em que palavras e termos são empregados. Desse modo, este trabalho também conta, quando necessário, com excertos de páginas ou documentos de universidades estrangeiras e brasileiras, a fim de tornar mais claro o emprego do termo em determinadas situações.

A partir dessas considerações, no que tange à perspectiva teórica, a pesquisa se insere no campo da Terminologia, principalmente no que se refere à Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT). Na TCT, como afirma Cabré (2005), as unidades terminológicas são consideradas poliédricas, cognitivas e sociocomunicativas, isto é, baseia-se “na valorização dos aspectos comunicativos das linguagens especializadas em detrimento dos propósitos normalizadores” (KRIEGER; FINATTO, 2021, p. 35). Quanto à perspectiva metodológica, ela se enquadra nos preceitos da pesquisa qualitativa-interpretativista, que, segundo Bortoni-Ricardo (2008), visa à compreensão dos fenômenos considerando o contexto em que eles estão inseridos, uma vez que a observação da realidade depende do olhar sobre as práticas sociais e significados vigentes.

5 Análise e discussão dos resultados

Com base nos dicionários monolíngues e no glossário terminológico selecionados, buscamos, em um primeiro momento, por definições da palavra “reitor”, em língua portuguesa, para que, mais à frente, fosse possível compreender as nuances de significado dos termos nos dois idiomas. De acordo com o Dicionário 1, o substantivo masculino “reitor” tem origem no Latim, “*rectore*”, e se refere àquele “que rege, dirige ou governa; dirigente de certos estabelecimentos de ensino, em especial de ensino superior; título que recebe o pároco de certas freguesias; prior” (AURÉLIO, 2019, s. p.)⁷. Segundo o Dicionário 2, a palavra de origem latina pode abarcar cinco acepções:

1. aquele que rege, governa, administra, guia ou dirige;
2. regente superior, diretor (de ordem religiosa);
3. diretor de universidade;
4. superior de certas corporações escolares;

⁷ A definição no contexto religioso se refere a um Lusitanismo, como afirma o dicionário.

5. [...] título de certos párocos e do prior de algumas freguesias (HOUAISS, 2021, s. p.)⁸.

Sob a perspectiva do Glossário Terminológico da Unila (2019), “reitor” diz respeito à autoridade superior da universidade, “da qual é seu representante legal em todos os atos e efeitos judiciais ou extrajudiciais” (PASCUA VÍLCHEZ, 2019, p. 308). Tal definição se reafirma quando consultamos documentos regulamentadores de universidades brasileiras, por exemplo, o Estatuto e Regimento da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). No referido texto “o reitor é a autoridade executiva superior da Universidade” (UEPG, 2018, p. 12), a quem compete as funções de “administrar a Universidade e representá-la em juízo ou fora dele; [...] administrar as finanças da Universidade; [...] expedir e fazer publicar as Resoluções dos Conselhos Superiores; [...] expedir e fazer publicar Portarias e atos normativos; [...] conferir graus universitários [...]; presidir qualquer reunião universitária a que compareça” (UEPG, 2018, p. 13-14), entre outras funções.

No que se refere às versões em língua inglesa adotadas pelas diferentes instituições de ensino do país ao organizarem documentos ou *sites* no idioma, é possível encontrar três possibilidades: “*rector*”, “*chancellor*” e “*president*”. “*Rector*”, de acordo com o Dicionário 3, tem duas definições, uma relacionada ao âmbito religioso e outra à Educação: “1) um padre em uma igreja Anglicana, que no passado era pago diretamente pelo povo de sua paróquia; 2) [...] a pessoa responsável em algumas escolas, faculdades e universidades” (MACMILLAN DICTIONARY, 2021, s. p.)⁹.

Já o Dicionário 4 aponta duas definições para o termo de acordo com o inglês britânico, e outra de acordo com o inglês americano. Na variedade britânica, “*rector*” pode significar: “um padre responsável por uma paróquia (= área) na Igreja da

⁸ Definição que também se refere a um Lusitanismo, de acordo com o dicionário.

⁹ A priest in an Anglican church, who in the past was paid directly by the people in his parish; 2) [...] the person in charge in some schools, colleges, and universities.

Inglaterra; um funcionário importante em algumas faculdades na Escócia, eleito pelos estudantes” (CAMBRIDGE DICTIONARY, 2021, s.p.)¹⁰; na variedade americana, a definição encontrada é “a pessoa responsável por uma universidade ou escola” (CAMBRIDGE DICTIONARY, 2021, s. p.)¹¹. Por fim, o Dicionário 5 apresenta quatro definições para a entrada “*rector*”, a saber:

1: aquele que dirige: LÍDER;

2a: um membro do clero (como da Igreja Episcopal Protestante) responsável por uma paróquia; b: um titular de benefício de uma Igreja da Inglaterra na plena posse de seus direitos; c: um padre católico romano que dirige uma igreja sem pastor ou cujo pastor tem outras funções;

3: o chefe de uma universidade ou escola (MERRIAM-WEBSTER, 2021, s. p.)¹².

A partir das definições expostas pelos dicionários, é possível perceber uma grande conexão do termo “*rector*” com o contexto religioso, o que nos remete às acepções dadas pelo Dicionário 2, apresentadas anteriormente. As obras em língua inglesa também demonstram a relação de “*rector*” à liderança de instituições de ensino, detalhada pelo Dicionário 4, como uma posição importante em faculdades da Escócia, especificamente.

De fato, ao buscarmos por tais instituições, verificamos que o termo é bastante comum em tal localidade, configurando, no ano de 2007, em um manual de instruções especializado no cargo: *The Scottish University Rector: Introduction to the role of University Rector in Scotland* (SCOTTISH RECTORS’ GROUP, 2007). Elaborado por um grupo de reitores escoceses, o documento esclarece que o papel de reitor é de presidir os órgãos

¹⁰ A priest in charge of a parish (= area) in the Church of England; an important official at some colleges in Scotland, elected by the students.

¹¹ The person in charge of a university or school.

¹² 1: one that directs: LEADER;

2a: a member of the clergy (as of the Protestant Episcopal Church) in charge of a parish;

b: an incumbent of a Church of England benefice in full possession of its rights;

c: a Roman Catholic priest directing a church with no pastor or one whose pastor has other duties;

3: the head of a university or school.

de direção da universidade, sendo o ocupante do cargo eleito pelos estudantes da instituição e, pelos funcionários, em alguns casos.

Além disso, a posição de “*rector*”, de acordo com o *Scottish Rectors’ Group* (2007), tem origem na fundação das primeiras universidades do país, no século XV, período em que membros da igreja eram comumente indicados para tal função. Ela, ainda, está restrita às cinco universidades mais antigas da Escócia: *University of St Andrews*, *University of Glasgow*, *University of Edinburgh* e *University of Dundee*¹³. No entanto, segundo o *site* da universidade de Edimburgo, a instituição também conta com o cargo denominado “*chancellor*”, que será analisado mais à frente.

Ao realizarmos uma simples pesquisa no *Google*, notamos, ainda, que o termo “*rector*” é altamente utilizado para se referir à liderança ou ao chefe da universidade, nas versões em língua inglesa de *sites* de instituições de Ensino Superior de países em que a língua oficial não é o inglês. São exemplos dessas instituições a: Universidade de Aveiro (2020) e Universidade de Minho (2021), de Portugal; *University of Economics in Bratislava* (2021), da Eslováquia; *University of Helsinki* (2021), da Finlândia; *Università di Bologna* (2021), da Itália; *University of Bergen* (2021), da Noruega, e *Ben-Gurion University of the Negev* (2016), de Israel.

Outro termo encontrado no contexto de autoridade nas universidades é “*chancellor*”, que, segundo o Dicionário 3, pode significar o “Chanceler do tesouro”, membro do governo britânico responsável por questões financeiras, ou líderes de governo de alguns países, como Alemanha e Áustria. No contexto da Educação, “*chancellor*” tem duas definições: “[...] o representante oficial de uma universidade britânica em cerimônias públicas; [...] o oficial encarregado de uma universidade dos EUA” (MACMILLAN DICTIONARY, 2021, s. p.)¹⁴.

¹³ A *University of Dundee* foi inserida após se separar da *University of St. Andrews*, em 1967 (SCOTTISH RECTORS’ GROUP, 2007).

¹⁴ [...] the official representative of a British university at public ceremonies; [...] the official in charge of a US university.

De modo semelhante, o Dicionário 4 destaca que o termo pode ser definido como “uma pessoa em posição mais alta ou de alto escalão, especialmente em um governo ou universidade; o Chanceler do Tesouro (= a pessoa do governo do Reino Unido responsável pelos impostos e gastos do governo)” (CAMBRIDGE DICTIONARY, 2021, s. p.)¹⁵. Já o Dicionário 5 apresenta as seguintes definições:

- 1a: o secretário de um nobre, príncipe ou rei;
- b: o senhor chanceler da Grã-Bretanha;
- c: britânico: o secretário-chefe de uma embaixada;
- d: um padre católico romano que chefia o escritório no qual os negócios diocesanos são realizados e registrados;
- 2a: o chefe titular de uma universidade britânica; b (1): um *presidente* de universidade; (2): o diretor-presidente em alguns sistemas estaduais de ensino superior;
- 3a: um oficial jurídico leigo ou conselheiro de uma diocese anglicana;
- b: um juiz em um tribunal de chancelaria ou equidade em vários estados dos EUA;
- 4: o ministro-chefe de estado em alguns países europeus (MERRIAM-WEBSTER, 2021, s. p.)¹⁶.

À luz das definições apresentadas, observamos que “*chancellor*”, assim como “*rector*”, possui conexão com o contexto de liderança religiosa e ainda apresenta relação com autoridades governamentais. No âmbito educacional e universitário, o Dicionário 4 explica que, de modo geral, o termo se refere a uma alta posição em uma

¹⁵ A person in a position of the highest or high rank, especially in a government or University; the Chancellor of the Exchequer (= the person in the UK government in charge of tax and government spending).

¹⁶ 1a: the secretary of a nobleman, prince, or king;
 b: the lord chancellor of Great Britain;
 c: British: the chief secretary of an embassy;
 d: a Roman Catholic priest heading the office in which diocesan business is transacted and recorded;
 2a: the titular head of a British university;
 b (1): a university president; (2): the chief executive officer in some state systems of higher education;
 3a: a lay legal officer or adviser of an Anglican diocese;
 b: a judge in a court of chancery or equity in various states of the U.S.;
 4: the chief minister of state in some European countries.

universidade, especialmente nas instituições britânicas, como completam os Dicionários 3 e 5. O que também chama a atenção é uma das definições propostas pelo Dicionário 3, segundo a qual o cargo de “*chancellor*” é aquele que representa uma universidade britânica em cerimônias públicas, como também pode ser visto no *site* da *Oxford University* (2021). Segundo a instituição, “*chancellor*” é uma posição pública e vitalícia de chefe da universidade, cujo ocupante deve presidir cerimônias importantes da instituição.

O *Chancellor* é eleito de forma vitalícia como chefe constitucional da Universidade, embora o papel agora seja amplamente cerimonial. [...] Nos tempos modernos, a principal função pública do *Chancellor* tem sido a concessão de títulos honorários em uma impressionante cerimônia anual, mas este é apenas um pequeno aspecto de seu envolvimento geral contínuo com a Universidade (UNIVERSITY OF CAMBRIDGE, 2021, s. p.)¹⁷.

Por isso, como completa o site da *University of Cambridge* (2021), o principal oficial acadêmico e administrativo da universidade é o “*Vice-chancellor*”, que conta com apoio de outros “*Pro-Vice-Chancellors*”. Ao buscarmos “*Vice-chancellor*” nos dicionários utilizados nesta pesquisa, verificamos que tal termo também se refere a uma pessoa responsável por uma universidade ou faculdade, segundo os Dicionários 3 e 4, e ao diretor administrativo de universidades britânicas, segundo o quinto dicionário. “*Vice-chancellor*”, portanto, também se caracteriza como um termo correspondente à “reitor”, pois recobre características administrativas que não estão presentes em “*Chancellor*”.

Ambos os termos são encontrados com maior frequência em universidades do Reino Unido, como: *Oxford University* (2021), *University of Cambridge* (2021), *The University of Manchester* (2021) e *University of London* (2021). No entanto, as instituições

¹⁷ The Chancellor is elected for life as the constitutional head of the University although the role is now largely ceremonial. [...] In modern times, the Chancellor's principal public role has been the conferment of Honorary Degrees at an impressive annual ceremony, but this is only a small aspect of his continuous overall involvement with the University.

Imperial College London (2021) e *University College London* (2021), por exemplo, empregam o termo “*president*” para se referirem às suas autoridades máximas, cujas características diferem daquelas pertencentes ao termo anterior.

Segundo o Dicionário 3, há três definições para o termo “*president*”, sendo a terceira mais voltada ao inglês americano: “1) o líder político de um país que não tem rei ou rainha; 2) a pessoa que ocupa o cargo mais alto em uma organização ou instituição; 2a) [...] a pessoa responsável por uma empresa ou universidade” (MACMILLAN DICTIONARY, 2021, s. p.)¹⁸. No quarto dicionário, são apresentadas duas definições para “*president*”, uma relacionada à política e outra às organizações, de modo geral: “(o título dado à) pessoa que ocupa o cargo político mais alto num país que é uma república e que, em alguns desses países, é o líder do governo; [...] a pessoa que ocupa o cargo mais alto em uma organização ou, especialmente nos Estados Unidos, em uma empresa” (CAMBRIDGE DICTIONARY, 2021, s. p.)¹⁹. Para o Dicionário 5, as definições possíveis para “*president*” são:

- 1: um funcionário escolhido para presidir uma reunião ou assembleia;
- 2: um governador nomeado de uma unidade política subordinada;
- 3: o diretor de uma organização (como uma corporação ou instituição) geralmente encarregado da direção e administração de suas políticas;
- 4: o presidente de um órgão governamental;
- 5a: um oficial eleito que serve como chefe de estado e chefe do executivo político em uma república com um governo presidencial;
- b: um oficial eleito para a posição de chefe de estado, mas que geralmente possui apenas poderes políticos mínimos em uma república com um governo parlamentar (MERRIAM-WEBSTER, 2021, s. p.)²⁰.

¹⁸ 1) the political leader of a country that does not have a king or queen; 2) the person who has the highest position in an organization or institution; 2a) [...] the person in charge of a business or university.

¹⁹ (the title given to) the person who has the highest political position in a country that is a republic and who, in some of these countries, is the leader of the government; [...] the person who has the highest position in an organization or, especially in the US, in a company.

²⁰ 1: an official chosen to preside over a meeting or assembly;

2: an appointed governor of a subordinate political unit;

As definições, de modo geral, remetem ao contexto governamental ou empresarial, voltando-se, diretamente, às universidades em apenas um momento. No entanto, todas as acepções se referem a cargos ou posições de liderança, chefia e administração de uma instituição, empresa ou organização, o que, aplicado ao contexto universitário, principalmente o americano, ocorre em instituições como: *Harvard University* (2021), *Princeton University* (2020), *Massachusetts Institute of Technology* (2020), *Yale University* (2021), entre outras. A posição de “*president*”, segundo os estatutos da *Princeton University* (2020) e do *Massachusetts Institute of Technology* (2020), se refere ao diretor executivo da instituição:

6.1 O Presidente será encarregado da tutela geral dos interesses da Universidade e tutela especial dos vários departamentos de ensino [...]; 6.2 O Presidente presidirá, quando presente, todas as convocações da Universidade e representará a Universidade perante o público (PRINCETON UNIVERSITY, 2020, p. 9)²¹.

O trecho do documento da *Princeton University* (2020) se assemelha às atribuições do reitor expostas pelo Estatuto e Regimento da UEPG (2018), mencionado neste trabalho. A baixa menção de “*president*” nos dicionários selecionados para pesquisa pode ter ocorrido em decorrência da palavra ser mais comumente associada a outros contextos, como o governamental. Todavia, no que tange às instituições de

3: the chief officer of an organization (such as a corporation or institution) usually entrusted with the direction and administration of its policies;

4: the presiding officer of a governmental body;

5a: an elected official serving as both chief of state and chief political executive in a republic having a presidential government;

b: an elected official having the position of chief of state but usually only minimal political powers in a republic having a parliamentary government.

²¹ [...] 6.1 The President shall be charged with the general supervision of the interests of the University and shall have special oversight of the various departments of instruction [...]; 6.2 The President shall preside, when present, at all University convocations and shall represent the University before the public [...].

Ensino Superior, em especial, àquelas localizadas nos Estados Unidos, o termo é bastante utilizado. Podemos afirmar, desse modo, que “*president*” se configura como uma das possibilidades de equivalente para o termo “reitor”, no que diz respeito ao inglês no contexto universitário americano (podendo estender-se, também, a outras localidades, mas em menor frequência).

Do mesmo modo, o termo “*rector*”, no que se refere ao âmbito universitário escocês, estabelece estrita semelhança com a versão em português, “reitor”, sendo também amplamente utilizado por instituições localizadas em países não-falantes de língua inglesa, para fazerem menção à autoridade máxima da universidade. Assim, “*rector*” se caracteriza como um equivalente de “reitor” em tais contextos, pois não é empregado com frequência por universidades americanas e de outras regiões britânicas além da Escócia.

Já o termo “*chancellor*”, no contexto universitário, denomina um cargo de autoridade vitalícia da instituição, que assume, em maior parte, as funções cerimoniais, sendo a direção das atividades administrativas destinada, em maior parte, ao “*vice-chancellor*”. Por isso, ambos os termos, mais comumente utilizados por universidades britânicas, recobrem apenas uma parte do significado atribuído a “reitor”, cujo significado abrange funções cerimoniais e administrativas, e se configuram como correspondentes.

6 Considerações finais

Os desafios impostos pela internacionalização do Ensino Superior perpassam as mais diversas localidades do mundo, colocando diferentes línguas em intenso contato, em especial, com a língua inglesa. Nesse contexto, surge a necessidade de se estabelecer uma comunicação clara e precisa, sendo ela em língua geral ou nas linguagens de especialidade, que pode ser fortalecida pelo estudo aprofundado das palavras ou termos equivalentes.

Nos estudos da Terminologia, Dubuc (1980) destaca que a equivalência ocorre quando há identidade completa de sentidos entre dois termos de línguas diferentes, quando aplicados ao mesmo contexto. Os graus de equivalência expostos pelo autor são: equivalência total, correspondência e ausência de equivalência ou de correspondência. No caso da correspondência, o sentido de um termo recobre apenas uma parcialidade do outro, e, para que ocorra equivalência total, os termos devem estabelecer relação de identidade conceptual, se situar em mesmo nível de língua e serem empregados do mesmo modo, como também completa Dubuc (1985, *apud* JESUS; ALVES, 2009).

A partir dessas considerações, a análise proposta foi, justamente, do grau de equivalência entre o termo, em língua portuguesa, “reitor”, e os termos, em língua inglesa, “*rector*”, “*chancellor*” e “*president*”, como forma de contribuir para a comunicação internacional em inglês das instituições de Ensino Superior brasileiras. A análise partiu de definições apresentadas em dois dicionários monolíngues e em um glossário terminológico de vocabulário acadêmico-universitário em língua portuguesa, somadas às informações fornecidas por três dicionários monolíngues de língua inglesa. Outras fontes também foram utilizadas para fins de exemplificação dos termos em contexto.

Verificamos, assim, que o termo “*rector*” se configura como equivalente para “reitor”, quando inserido no contexto universitário da Escócia e de países não-falantes de língua inglesa, que empregam o termo para se referirem à liderança da instituição. O mesmo ocorre com “*president*”, que se equivale à “reitor” no contexto universitário americano, sendo pouco comum em outras localidades. “*Chancellor*”, no entanto, se caracteriza como um termo correspondente à “reitor”, assim como “*Vice-chancellor*”, pois ambos recobrem partes do significado presentes em língua portuguesa. Nesse sentido, as opções mais adequadas para uso em instituições de Ensino Superior brasileiras seriam “*rector*” ou “*president*”. Já quando a comunicação ocorrer com

universidades britânicas, exceto as escocesas, as opções indicadas são “*chancellor*” ou “*vice-chancellor*”, a depender do aspecto que se quer ressaltar.

Referências Bibliográficas

AUBERT, F. H. **Introdução à metodologia da pesquisa terminológica bilingue**. 2 ed. São Paulo, SP: FFLCH/CITRAT, 2001.

ABREU-E-LIMA, D. M. de; FILHO, W. B. de M.; BARBOSA, W. J. C.; BLUM, A. S. O programa inglês sem fronteiras e a política de incentivo à internacionalização do ensino superior brasileiro. *In*: SARMENTO, S.; ABREU-E-LIMA, D. M. de; FILHO, W. B. M. **Do inglês sem fronteiras ao Idiomas Sem Fronteiras**: a construção de uma política linguística para a internacionalização. Belo Horizonte: UFMG, 2016. p. 19-47.

BARROS, L. A. **Curso básico de terminologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

BEN-GURION UNIVERSITY OF THE NEGEV. **Rector's role and responsibilities**. Berseba, Israel: [s.n.], 2016. Disponível em: encurtador.com.br/nopH9. Acesso em: 29 set. 2021.

BORTONI-RICARDO, S. M. **O professor pesquisador**: introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola, 2008.

BRITISH COUNCIL. **Universidades para o mundo**: desafios e oportunidades para a internacionalização. São Paulo, SP: British Council, 2018.

CABRÉ, M. T. La Terminología, una disciplina en evolución: pasado, presente y algunos elementos de futuro. **Debate terminológico**, Porto Alegre, n. 1., 2005. Disponível em: encurtador.com.br/fimnB. Acesso em: 29 set. 2021.

CHANUT, M. E. P. A noção de equivalência e a sua especificidade na tradução especializada. **TradTerm**, São Paulo, v. 19, p. 43-70, 2012. Disponível em: encurtador.com.br/lvLM3. Acesso em: 29 set. 2021. DOI <https://doi.org/10.11606/issn.2317-9511.tradterm.2012.47345>

CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS. **Cambridge dictionary**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2021. Disponível em: encurtador.com.br/aezG. Acesso em: 29 set. 2021. DOI <https://doi.org/10.26226/morressier.60c8d83cbea1445efd9a1905>

CRYSTAL, D. **English as a global language**. New York, USA: Cambridge University Press, 2003.

DUBUC, R. **Manuel pratique de terminologie**. Montreal, CA: Linguatex, 1980.

FINARDI, K. R.; PORCINO, M. C. O papel do inglês na formação e na internacionalização da educação no Brasil. **Revista Horizontes de Linguística Aplicada**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 109-134, 2015. Disponível em: encurtador.com.br/dnAP9. Acesso em: 29 set. 2021. DOI <https://doi.org/10.26512/rhla.v14i1.1391>

GIMENEZ, T.; KADRI, M. S. El; CALVO, L. C.; SIQUEIRA, D. S. P.; PORFIRIO, L. Inglês como língua franca: desenvolvimentos recentes. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 593-619. Disponível em: encurtador.com.br/duBHL. Acesso em: 29 set. 2021. DOI <https://doi.org/10.1590/1984-639820157010>

HARVARD UNIVERSITY. **Office of the president**. Cambridge, USA: [s.n.], 2021. Disponível em: encurtador.com.br/beyC4. Acesso em: 29 set. 2021.

HUDZIK, J. **Comprehensive Internalization: from concept to action**. Washington, D.C: NAFSA, 2011.

IMPERIAL COLLEGE LONDON. **Governance structure**. London, UK: [s.n.], 2021. Disponível em: encurtador.com.br/hlnH5. Acesso em: 29 set. 2021.

JESUS, A. M. R. de; ALVES, I. M. Estabelecimento de equivalências em terminologia multilíngüe no campo da astronomia. In: VI Congresso Internacional da ABRALIN. 2009. João Pessoa, PB. **Anais do VI Congresso Internacional da ABRALIN**. João Pessoa, PB; IDEIA, 2009. Disponível em: <https://bityli.com/S7VLL>. Acesso em: 4 jun. 2021.

JENKINS, J. **English as a lingua franca in the international university: the politics of academic English language policy**. Abingdon, UK: Routledge, 2014. DOI <https://doi.org/10.4324/9780203798157>

KRIEGER, M. da G.; FINATTO, M. J. B. **Introdução à terminologia: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2021.

MACMILLAN EDUCATION. **Macmillan dictionary**. London, UK: Macmillan Education. Disponível em: encurtador.com.br/djUX2. Acesso em: 29 set. 2021.

MASSACHUSETTS INSTITUTE OF TECHNOLOGY. **Bylaws of MIT**. Cambridge, MA: The MIT Corporation, 2020. Disponível em: encurtador.com.br/adnu6. Acesso em: 29 set. 2021.

MERRIAM-WEBSTER. **Merriam-webster dictionary**. Springfields, USA: Merriam-webster. Disponível em: encurtador.com.br/lCX34. Acesso em: 29 set. 2021.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Métodos de ensino de inglês: teorias, práticas, ideologias**. São Paulo, SP: Parábola, 2014.

PRINCETON UNIVERSITY. **Bylaws**. Princeton, NJ: The Trustees of Princeton University, 2020. Disponível em: encurtador.com.br/sD268. Acesso em: 29 set. 2021.

RAJAGOPALAN, K. **Política linguística: do que é que se trata, afinal?** *In*: NICOLAIDES, C.; SILVA, K. A. da; TÍLIO, R.; ROCHA, C. H. (org.). *Política e políticas linguísticas*. Campinas, SP: Pontes, 2013.

REITOR. *In*: **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Versão 1.06. Aplicativo Móvel. 2019. Disponível em: encurtador.com.br/pwzH7. Acesso em: 29 set. 2021.

REITOR. *In*: PASCUA VÍLCHEZ, F. **Glossário terminológico da UNILA**. Foz do Iguaçu, PR: EDUNILA, 2019. Disponível em: encurtador.com.br/ptHKN. Acesso em: 29 set. 2021.

REITOR. *In*: **Dicionário Houaiss**. 2021. Disponível em: encurtador.com.br/ajGRZ. Acesso em: 29 set. 2021.

SCOTTISH RECTORS' GROUP. **The Scottish university rector: introduction to the role of university rector in Scotland**. St. Andrews, Scotland: [s.n.], 2007. Disponível em: encurtador.com.br/ejpFI. Acesso em: 29 set. 2021.

NADIN DA SILVA, O. L. Ausência de equivalências entre as línguas portuguesa e espanhola no contexto econômico-financeiro. **Akrópolis**, Umuarama, v. 17, n. 2, p. 77-84, 2009. Disponível em: encurtador.com.br/abzUW. Acesso em: 29 set. 2021.

SZENDE, T. Problèmes d'équivalence dans les dictionnaires bilingues. *In*: THOIRON, P.; BÉJOINT, H. **Les dictionnaires bilingues**. Bruxelles, Belgique: Duculot, 1996. <https://doi.org/10.3917/dbu.bejoi.1996.01.0111>

THE UNIVERSITY OF MANCHESTER. **People**. Manchester, UK: [s.n.], 2021. Disponível em: encurtador.com.br/bcwT5. Acesso em: 29 set. 2021.

UNIVERSIDADE DE AVEIRO. **Rector and Rectory team**. Aveiro, Portugal: [s.n.], 2021. Disponível em: encurtador.com.br/mpsDR. Acesso em: 29 set. 2021.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Statistical yearbook: president’s address**. São Paulo, SP: [s.n.], 2021. Disponível em: encurtador.com.br/xGMW4. Acesso em: 29 set. 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE. **Rectory**. Guarapuava, PR: [s.n.], [s.d.]. Disponível em: encurtador.com.br/jlxAZ. Acesso em: 29 set. 2021.

UNIVERSIDADE DE MINHO. **Rector**. Braga, Portugal: [s.n.], 2021. Disponível em: encurtador.com.br/BGOY7. Acesso em: 29 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Dicionário de terminologia acadêmica**. Recife, PE: Diretoria de Relações Internacionais, 2021.

UNIVERSITY COLLEGE LONDON. **Organisation, strategy and planning**. London, UK: [s.n.], 2021. Disponível em: encurtador.com.br/ahisD. Acesso em: 29 set. 2021.

UNIVERSITY OF BERGEN. **The Rectorate**. Bergen, Norway: [s.n.], 2021. Disponível em: encurtador.com.br/hkCNP. Acesso em: 29 set. 2021.

UNIVERSITY OF BOLOGNA. **Rector**. Bologna, Italy: [s.n.], 2021. Disponível em: encurtador.com.br/npyEM. Acesso em: 29 set. 2021.

UNIVERSITY OF CAMBRIDGE. **About the university: people**. Cambridge, UK: [s.n.], 2021. Disponível em: encurtador.com.br/bdPU2. Acesso em: 29 set. 2021.

UNIVERSITY OF ECONOMICS IN BRATISLAVA. **Rector of the university**. Bratislava, Eslováquia: [s.n.], 2021. Disponível em: encurtador.com.br/beAW7. Acesso em: 29 set. 2021.

UNIVERSITY OF GLASGOW. **The University of Glasgow Story: the rector**. Glasgow, Scotland: [s.n.], 2021. Disponível em: encurtador.com.br/pEiY7. Acesso em: 29 set. 2021.

UNIVERSITY OF HELSINKI. **Rector, vice-rectors and unit management**. Helsinki, Finland: [s.n.], 2021. Disponível em: encurtador.com.br/ILY79. Acesso em: 29 set. 2021.

UNIVERSITY OF LONDON. **Our people**. London, UK: [s.n.], 2021. Disponível em: encurtador.com.br/bsCJM. Acesso em: 29 set. 2021.

YALE UNIVERSITY. **Leadership & Organization**. New Haven, USA: [s.n.], 2021. Disponível em: encurtador.com.br/jkCQV. Acesso em: 29 set. 2021.

Artigo recebido em: 16.06.2021

Artigo aprovado em: 01.10.2021

Glossário em Libras dos nomes das empresas que compõem o polo industrial da zona franca de Manaus

Libras Glossary of companies names in Manaus free trade zone industrial hub

*Sebastião Reis de OLIVEIRA**

RESUMO: O artigo é resultado das discussões entre profissionais intérpretes de Libras e colaboradores surdos do polo industrial de Manaus, onde identificamos a necessidade de material terminológico como fonte de pesquisa com o nome das empresas do polo industrial de Manaus. Trata-se de uma pesquisa de campo e descritiva com abordagem qualitativa. Como objetivo geral, temos: construir um glossário em Libras dos nomes das empresas que compõem o polo industrial da zona franca de Manaus, aliada aos objetivos secundários, que são: (a) Averiguar a existência de sinais das empresas; (b) Registrar os sinais das empresas; (c) Analisar os termos com uso instrumentos terminológicos; (d) Apresentar glossário de sinais à comunidade surda. Como resultados, após a construção do glossário, constatamos que os sinais-termo seguem uma ordem de construção com marcador de iconicidade com a logo marca da empresa, o uso das representações do alfabeto/datilologia, representações dos produtos fabricados nas empresas; além

ABSTRACT: The article is the result of discussions among professional interpreters of Libras and deaf collaborators from the industrial hub of Manaus, where we identified the need for terminological material as a source of research with the names of companies in the industrial hub of Manaus. This is a descriptive field research with a qualitative approach. As a general objective, we: build a glossary in Libras of the names of the companies that make up the industrial hub of the Manaus Free Trade Zone, together with the secondary objectives, which are: (a) To verify the existence of company signs; (b) Registering company signals; (c) Analyze the terms using terminological instruments; (d) Present glossary of signs to the deaf community. As a result, after the construction of the glossary, we found that the term signs follow a construction order with iconicity marker with the company's logo, the use of alphabet/dactylology representations, representations of the products manufactured in the companies; in addition to phonological, morphological

* Professor e pesquisador do grupo de estudos e pesquisas de Língua de sinais na Amazônia (GEPELISA) da Universidade do Estado do Amazonas – UEA. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2521-6513>. soliveira@uea.edu.br.

de construções fonológica, morfológica e sintática presentes nos sinais-termo.

and syntactic constructions present in term-signs.

PALAVRAS-CHAVE: Estudos da tradução. Terminologia. Glossário. Libras. Português.

KEYWORDS: Translation studies. Terminology. Glossary. Libras. Portuguese.

1 Introdução

A economia do Estado do Amazonas advém do polo industrial de Manaus. Nesse polo estão localizadas diversas empresas de caráter nacional e internacional. Além disso, nesse ambiente industrial convivemos com várias línguas, sendo necessária a presença de intérpretes na atuação em palestras, reuniões, orientações e outros contextos.

Neste contexto incluímos os profissionais intérpretes da língua brasileira de sinais que segundo a lei nº 12.319 de 1º de setembro de 2010, é o profissional com formação para “realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da língua portuguesa” (BRASIL, 2010).

A língua brasileira de sinais, Libras, é a língua da comunidade surda do Brasil; sua oficialização e reconhecimento aconteceu com a aprovação da lei 10.436 de 24 de abril de 2002 e sua regulamentação através do decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005.

Desse modo, a comunidade surda ganhou visibilidade em todos os seguimentos sociais e empresariais. Por conseguinte, o mercado de trabalho para as pessoas surdas vem crescendo consideravelmente no polo industrial de Manaus, ultrapassando as porcentagens de vagas para surdos previstas em lei¹, ou seja, um crescimento no número de surdos nas diversas ocupações das indústrias do distrito industrial.

¹ Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991. Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência.

Do mesmo modo, faz-se necessário também, a atuação de um intérprete para estabelecer comunicação entre colaboradores surdos e ouvintes.

É evidente que na demanda de comunicação desse ambiente industrial, existem vários termos específicos, como nome das empresas, locais, peças, etc. Em decorrência disso, precisaríamos de vários glossários construídos por campo de especificidades e que sirvam como fonte de consulta para os profissionais intérpretes no momento da atuação.

Fundamentado nessas reflexões surgiu a ideia que originou a proposta de organização da pesquisa intitulada, 'Glossário em Libras dos Nomes das Empresas que Compõem o Polo Industrial de Manaus'.

Portanto, este estudo visa organizar um glossário em Libras com os nomes das empresas que compõem o polo industrial da zona franca de Manaus, aliada aos objetivos secundários, que são: (a) Pesquisar a existência de sinais das empresas; (b) Registrar os sinais das empresas; (c) Analisar os sinais-termo com uso instrumentos terminológicos; (d) Apresentar o glossário de sinais-termo à comunidade surda.

Partimos da hipótese que um glossário em libras dará suporte para o profissional intérprete ou colaborador em um ambiente empresarial nas situações de tradução e/ou interpretação da língua brasileira de sinais.

Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa com finalidade de classificar, analisar e descrever dos sinais-termo que compõem o "Glossário em Libras dos sinais dos nomes das empresas que compõem o polo industrial de Manaus".

Para atingir esse objetivo, o estudo está estruturado na seguinte forma. Na primeira seção, apresentamos os conhecimentos teórico-conceituais sobre a terminologia, terminografia, glossários e bases para descrição do sinal-termo, sendo estes os norteadores da análise e produção do material caracterizado no glossário.

Por fim, na seção dos procedimentos metodológicos, apresentamos o caminho percorrido para coleta, tratamento, tabulação dos dados, caracterização do campo da pesquisa e sujeitos participantes.

Na seção dos resultados – descrição e contextualização estrutural de constituição do sinal-termo, através da apresentação do glossário em libras nos nomes das empresas do polo industrial de Manaus.

2 Pressupostos teóricos

2.1 Terminologia

Trataremos dos conceitos sobre a terminologia contextualizados pelos autores nas diversas áreas de conhecimentos, campos de pesquisa, setores do mercado de trabalho e em qualquer atuação profissional que recorrem aos termos de cada área especializada.

Para Krieger (2016 *apud* SILVA, 2017, p. 42), “termo é uma unidade complexa, poliédrica, que enfeixa três ângulos básicos: o linguístico, o cognitivo, o comunicacional”.

Cabré (1995 *apud* DIAS, 2000, p. 90) aponta que

para essa diversidade de definições, a perspectiva poliédrica da terminologia com relação a seus fundamentos, seus enfoques e suas aplicações práticas, além da conhecida polissemia do termo terminologia, que tanto pode ser usado para designar uma disciplina, uma prática ou o produto gerado por essa prática.

Partindo dessa compreensão, podemos conceituar terminologia como o estudo cuja competência é desvendar os sentidos e significados de termos específicos de determinada área de conhecimento “cuja identidade está vinculada ao seu objeto central de investigação teórica e de trabalhos aplicados: os termos técnicos, científicos

e tecnológicos, também conhecidos como unidades lexicais especializadas” (KRIEGER; SANTIAGO, 2014, p. 44).

Podemos dizer que a terminologia enquanto área de estudos do campo da linguística está além dos conceitos, pois é atribuído características adicionais que podem ampliar seu campo de pesquisa.

Em relação ao campo de estudos, a Terminologia tem como finalidade “descrever e explicar o termo, e não para padronizá-lo, explica também, em muito, a ampliação de percursos investigativos da área” (KRIEGER; SANTIAGO, 2014, p. 45). Portanto, a “terminologia é um campo de conhecimento que tanto pode ser normativo quanto descritivo, de acordo com a perspectiva tomada para o estudo que se quer realizar” (CASTRO; SANTIAGO, 2015. p. 375).

Para Krieger e Santiago (2014, p. 44),

Os estudos terminológicos atuais superaram objetivos normativos, passando a desenvolver descrições sobre os termos, baseados em postulados da ciência da linguagem [...] O antagonismo entre princípios normativos, adotados pela TGT, e os de natureza descritiva da Terminologia de fundamento linguístico-comunicacional, é também revelador de propósitos pragmáticos distintos: estabelecer bases metodológicas com propósitos de aplicação e de controle dos léxicos temáticos contrapõe-se aos fins investigativos que caracterizam os procedimentos da ciência da linguagem.

Dessa forma, a terminologia “surge como instrumento de demarcação, organização e hierarquização dos conceitos e suas denominações, contribuindo para a melhor comunicação e eficiência dos cientistas, estudiosos e usuários de áreas da ciência, tecnologia, artes, cultura, e atividades humanas em geral.” (BORDENAVE, 2012, p. 32)

Podemos dizer que a terminologia tem seu comportamento interdisciplinar, onde os conhecimentos se inter-relacionam com as áreas específicas em um sistema de diálogo.

Essa inter-relação com outras áreas permanece necessária para que haja uma “perfeita intercomunicação científica e técnica no plano internacional, unificando, assim, os métodos de trabalho da terminologia” (KRIEGER; FINATTO, 2004 *apud* CASTRO; SANTIAGO, 2015, p. 376).

De acordo com Krieger (2013 *apud* CASTRO; SANTIAGO, 2015, p. 378), “a comunicação especializada mais objetiva, menos sujeita a ambiguidades e, conseqüentemente, mais eficiente, porquanto favorece uma compreensão comum sobre os conceitos, objetos e processos expressos pelo componente terminológico”.

Bordenave (2012, p. 32) reforça que “a partir da conceituação da terminologia como área aplicada interdisciplinar, busca-se apontar a sua relevância e imprescindibilidade no mundo moderno polifacetado em termos do saber humano”.

Compreendemos que a terminologia como área de estudos tem no ‘termo’ seu objeto central de análise teórica e aplicada, admitindo que esse elemento pode representar e transmitir o conhecimento nos diversos setores especializados.

Percebemos a importância dos estudos da terminologia e dos pesquisadores das diversas áreas de conhecimento que

cumprem as funções essenciais de representar e de transmitir conhecimentos especializados em todos os campos do saber técnico, científico e tecnológico. Compreende também que a vocação da Terminologia está associada à missão de harmonizar os usos dos termos em nível mundial. (WUSTER, 1974 *apud* KRIEGER; SANTIAGO, 2014, p. 44).

Para Krieger (2004 *apud* CASTRO; SANTIAGO, 2015 p. 378), “a partir dessa relação os estudos terminológicos são impulsionados pelas investigações sobre as características e propriedades de textos de áreas especializadas”.

Tal importância pode ser percebida no momento da atuação dos profissionais das áreas específicas, que para melhor entendimento das funções buscam um auxiliar na terminologia para a contextualização daquilo que se busca compreender, pois, a

terminologia fornece “ferramentas necessárias tanto de consulta direta dos profissionais que trabalham em organizações privadas e públicas, quanto daqueles que lidam com as linguagens especializadas como redatores técnicos e tradutores.” (KRIEGER, 2013 *apud* CASTRO; SANTIAGO, 2015 p. 379)

Portanto, ao entendemos a terminologia como prática de qualquer área de conhecimento, pois a coleta, registro e explicação do termo são elementos essenciais para construção do corpus e um auxiliar aos pesquisadores e profissionais em atuação.

2.2 Terminografia

É necessário trazer os conceitos da terminografia, por se tratar de um estudo, cujo produto é a organização de um glossário com as terminologias advindas do polo industrial de Manaus.

Podemos caracterizar nessa seção a terminografia como a atividade de organização e descrição de um corpus de termos técnicos de uma área específica. Desse trabalho resultam os diversos dicionários e glossários técnicos que são divulgados nas comunidades e atividades de cunho específico.

Para corroborar Tuxi e Felter (2018, p. 93) são categóricos ao afirmar que

a terminografia é a área responsável pelo estudo e pela elaboração formal de glossários, vocabulários e dicionários especializados de uma determinada área. Com isso, a partir dos estudos da Terminografia, foi possível organizar obras terminográfica, monolíngues, bilíngues ou semibilíngues.

A terminografia tem suas relações com a terminologia, ambos têm como foco o termo, encarregados da coleta, descrição e divulgação nos dicionários, glossários, etc.

Para Cabré (1995 *apud* CARDOSO, 2017, p. 23)

Para a linguística, os termos se referem ao conjunto de signos linguísticos que possuem um subconjunto dentro do componente léxico da gramática de determinada pessoa, ou seja, designa a sabedoria. [...] a Terminografia compreende um conjunto de unidades

de comunicação que permitem transferir um pensamento em área de especialidade, sendo, portanto, resultante na forma de se comunicar.

Percebemos que tanto a terminologia, quanto a terminografia são constituídas como bases e subdivisões de um sistema macro de estudos linguísticos tem seus direcionamentos nos estudos dos termos, na sua coleta, seleção e organização do corpus específico de conhecimento.

Como produto dessa interação de subáreas e sua inter-relação de conhecimentos a produção pode ser concretizada em forma de glossários, dicionários e base de dados.

2.3 As definições de glossários e suas concepções

Trataremos dos conceitos e concepções sobre os glossários, sua relevância e contribuições para as áreas específicas ou especializadas.

Maciel (2001 *apud* IENSEN, 2013, p. 20), relata que historicamente “por volta do século V a.C., Protágoras de Abdera reuniu um repertório de vocábulos que denominou glossário (do grego “*glossa*”, língua)”.

Num outro relato, Cardoso (2017, p. 24) afirma que “os glossários surgiram a partir dos manuais lexicográficos, no século XX, consolidando o conhecimento em caráter mais científico, e com o aperfeiçoamento das técnicas surgiram também os modelos de dicionários e enciclopédias”.

Segundo Silva (2015, p. 26) “a visão do termo não é consensual entre os especialistas de terminologia/terminografia, sendo usado para designar tanto um dicionário, vocabulário ou uma coleção de palavras-ocorrência de um discurso, isto é, de um léxico de uma determinada obras”.

Sobre a terminologia organizada nos glossários, há uma relação de conflito conceitual entre outras produções que também tem como objeto, o estudo do termo ou palavra.

Para Barbosa (2001, p. 26),

as variações terminológicas dos termos glossário, dicionário e vocabulário. Considerando o conjunto de obras lexicográficas e terminológico-terminográficas produzidas em épocas mais recentes, diríamos que não se tem muita clareza, quanto às fronteiras conceptuais, denominativas, definicionais dos tipos desses textos, não obstante o estágio avançado em que se encontram, neste fim de século, as pesquisas das ciências da palavra, nessas áreas, não obstante, igualmente, a existência de numerosos organismos e obras de normalização terminológica em diferentes países, que não conseguiram assegurar, para certos conceitos, uma terminologia da Terminologia uniforme e consensual.

Para a Correia (2009 *apud* CARDOSO, p. 25) “o glossário é restrito a um determinado domínio do conhecimento [...] distingue-se do dicionário não apenas pelo número reduzido de entradas, mas também pela possibilidade de reduzir as informações apresentadas.”

Tanto para a terminologia quanto para a terminografia o estudo do termo, palavra ou item lexical se torna essencial diante de sua cientificidade e os glossários podem ser vistos em sua completa relevância desde sua construção até o uso em determinadas áreas de especialidades.

2.4 Bases para descrição sinal-termo

Para a análise descritiva do sinal-termo, utilizamos as bases de estudos e descrição da língua brasileira de sinais estabelecendo que seus parâmetros servem como ponto de partida para conhecimento, produção e compreensão do sinal.

O registro das línguas de sinais iniciou-se com os estudos da Língua de Sinais americana – ASL, realizados pelo linguista William Stokoe, em 1960, nos Estados Unidos.

Stokoe propôs que os sinais da ASL são decomponíveis em três principais aspectos ou parâmetros – configuração de mãos (CM), locação da mão (L) e movimento (M) – que não carregam significado isoladamente, que seriam as unidades mínimas (item lexical) que constituem um sinal (morfema) nas línguas de sinais.

De acordo com Quadros e Karnopp (2004, p. 49), “CM, L e M são unidades mínimas (fonemas) que constituem morfemas nas línguas de sinais, de forma análoga aos morfemas que constituem os morfemas das línguas orais”.

Primeiramente, destacamos a configuração de mãos, que podemos compreender como a forma das mãos ao dar início a um sinal.

Conforme Quadros e Karnopp (2004, p. 53)

a língua de sinais brasileira apresenta 46 CMs, um sistema bastante similar àquela da ALS, embora nem todas as línguas compartilhem o mesmo inventário de CMs. Para a autora, as CMs da língua de sinais brasileira foram descritas a partir de dados coletados nas principais capitais brasileiras, sendo agrupadas verticalmente segundo a semelhança entre elas, mas ainda sem uma identificação enquanto CMs básica ou CMs Variantes.

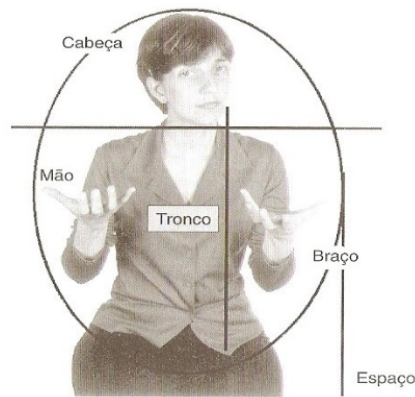
Segundo Quadros e Karnopp (2004 *apud* PEREIRA *et al.*, 2011, p. 61), afirmam que “Na Libras, foram identificados, até o momento, sessenta e três configurações de mãos”.

Outro parâmetro descrito por Stokoe é a Locação ou Ponto de articulação.

Quadros e Karnopp (2004, p. 57), definem como “área no corpo, ou no espaço de articulação definido pelo corpo, em que ou perto da qual o sinal é articulado”.

A ilustração a seguir mostra as regiões e suas subdivisões: Cabeça, tronco, mão e espaço neutro. Considera-se, esse último como a marcação espacial determinada pelo enunciado onde não existe contato com o interlocutor.

Figura 1 – Pontos de articulação descritos por Quadros e Karnopp.



Fonte: Quadros e Karnopp (2009, p. 57).

Em relação ao parâmetro movimento, Klima e Bellugi (1979 *apud* QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 54) afirmam que “o movimento é definido como um parâmetro complexo que pode envolver uma vasta rede de formas e direções, desde os movimentos internos das mãos, o movimento dos pulsos e os movimentos direcionais no espaço.”

Sobre a constituição do movimento na construção dos sinais, Brito (2010, p. 38) afirma que

nos movimentos Internos das mãos, os dedos se mexem durante a realização do sinal, abrindo-se, fechando-se, dobrando-se ou estendendo-se, o que leva a várias mudanças nas configurações da(s) mão(s), descreve(m) no espaço ou sobre o corpo, pode ser em linhas retas, curvas, sinuosas ou circulares em várias direções e posições.

Portanto, em relação aos movimentos Brito (1990 *apud* QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 55) afirma que

o movimento pode estar nas mãos, pulsos e antebraços; os movimentos direcionais podem ser unidirecionais, bidirecionais ou multidirecionais; a maneira é a categoria que descreve a qualidade, a tensão e a velocidade do movimento.

O parâmetro movimento assume um lugar de destaque na construção enunciativa das línguas de sinais, pois a variação de movimento causa a modificação de sentido do enunciado.

Na pesquisa realizada por William Stokoe (1960), foram encontrados os parâmetros primários que compõem a base de outros estudos sobre línguas de sinais. No entanto, “pesquisas posteriores, realizadas por Battison, em 1974, apontaram para um quarto parâmetro, chamado de orientação. Em 1978, Battison e Padden, identificam um quinto parâmetro: as expressões faciais e corporais” (PEREIRA, 2011, p. 60).

Segundo Quadros e Karnopp (2004, p. 59) “a Orientação da palma da mão é a direção para a qual a palma da mão aponta para a produção do sinal”.

Figura 2 — Orientação da Palma da mão descrita por Quadros e Karnopp.



Fonte: Quadros e Karnopp (2009, p. 60).

De acordo com Brito (1995 *apud* QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 59) os estudiosos “enumeram seis tipos de orientação da Palma da mão na língua brasileira de sinais: para cima, para baixo, para o corpo, para frente, para a direita ou para a esquerda”.

Por fim, as expressões faciais ou corporais, são utilizadas em frases enunciativas, em que podemos determinar o tipo e estabelecer uma contextualização, atribuindo-lhes a forma interrogativa, exclamativa, interrogativa ou imperativa.

Para Quadros e Karnopp (2004, p. 131) “Os sinais manuais são frequentemente acompanhados de expressões faciais que são consideradas gramaticais”.

Em uma construção enunciativa em língua de sinais raramente o enunciador permanece neutro ou sem expressões, sempre haverá uma mudança de expressão ou movimento do corpo do sinalizador. Também existem casos em que somente a exposição das expressões pode determinar o sentido ou dar ênfase à mensagem transmitida.

3 Metodologia

Realizamos entrevista on-line com tradutores, intérpretes e surdos colaboradores do polo industrial de Manaus sobre o conhecimento dos sinais-termo contextualizadas nos nomes das empresas que compõem o polo industrial de Manaus e verificar a viabilidade da construção de um glossário nesse contexto de industrial.

Utilizamos como instrumento de coleta de dados um questionário elaborado através do “Google Forms”. O questionário elaborado na plataforma “Google Forms”, contém quatro perguntas direcionadas aos surdos, tradutores e intérpretes de libras que atuam, atuaram ou fizeram trabalhos de interpretação no polo industrial de Manaus. Destacamos as seguintes perguntas, a seguir: *Qual sua formação? Quanto tempo de atuação na indústria ou tradução e interpretação no contexto industrial? Você conhece os sinais das empresas do distrito industrial? Quais? (Faça um vídeo e poste aqui o sinal da empresa que você conhece)*. Essas perguntas foram traduzidas para Libras e disponibilizadas por um vídeo no Youtube: <https://youtu.be/4Tx9TqFn1I8>

Para Lakatos (2016, p. 201),

Questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por um portador; depois de preenchido, o pesquisado devolve-o do mesmo modo.

Tal procedimento tonou-se adequado, pois ao iniciar a pesquisa o país foi surpreendido com o surto pandêmico da Corona Vírus, cientificamente denominado de COVID-19; além disso, o questionário utilizando a plataforma Google Forms, possibilitou o acesso aos informantes por empresas, devido à dimensão geográfica do polo industrial de Manaus, otimizamos o tempo para a coleta de dados.

Nos resultados da aplicação do questionário obtivemos a resposta de 10 informantes entre surdos, tradutores e intérpretes a qual foram coletados 12 vídeos dos sinais das empresas.

A partir da coleta dos dados traçamos um perfil dos informantes, a seguir.

Informantes tradutores e intérpretes de Libras:

- Todos com experiência na área da interpretação há mais de 05 anos;
- Todos possuem o nível superior em diversas áreas;
- Possuem certificação de proficiência em tradução ou interpretação;
- intérpretes são filhos de pais surdos (CODA).

Informantes colaboradores surdos:

- Colaborador do distrito industrial há mais de 3 anos;
- Nível superior nas diversas áreas.

De posse dos dados iniciamos “a organização das ideias de forma sistematizada visando à elaboração do relatório final (trabalho de conclusão, monografia, dissertação, tese, etc.)” (PRODANOV; FREITAS, 2014, p. 73).

Após a aplicação do questionário, obtivemos na coleta de dados a resposta de 10 informantes entre surdos colaboradores, tradutores e intérpretes de Libras e um total de 12 sinais de empresas que atual no polo industrial de Manaus.

No tratamento dos dados, fizemos a tabulação por ordem alfabética dos nomes das empresas, polo de atuação e quantidades de sinais. Dessa forma obtivemos o quadro abaixo:

Tabela 1 — Distribuição dos dados coletados.

Nome da empresa	Polo de atuação	Quantidade de sinais
BIC da Amazônia	Diversos	01
CCE da Amazônia	Eletrônicos	01
Honda da Amazônia	Duas rodas	01
Jabil Manaus	Eletroeletrônicos	01
P&G (Procter & Gamble)	Diversos	01
Panasonic do Brasil Ltda	Eletrônicos	01
Philips do Brasil Ltda	Eletrônicos	01
Philco Eletrônicos Ltda	Eletrônicos	01
Samsung Brasil	Eletrônicos	01
Technos Relógios	Relojoeiro	01
Zona Franca de Manaus	Polo industrial	01
Yamaha Motos do Brasil	Duas rodas	01
		TOTAL 12

Fonte: elaborado pelo autor (2020).

Para o registro visual elaboramos etapas no processo:

Registro visual em fotos – todos os sinais-termo foram registrados quadro a quadro apenas em ângulo frontal para captarmos o formato das mãos, os pontos de toque no corpo, a direção a qual o sinal-termo está direcionado, dentre outros detalhes que facilitassem a compreensão na execução. Segue exemplo:

Figura 3 — Registro visual dos sinais em fotos.



Fonte: elaborado pelo autor (2020).

Registro visual em vídeo – para observação do sinal-termo em execução e detalhes no movimento. O registro dos vídeos foram postados na plataforma “YouTube”, e o endereço disponibilizado como uma fonte de entrada dos sinais em movimento de execução.

Para o registro visual em fotos e vídeos, foram utilizada câmera de celular com preparação do ambiente favorável à visualização, estúdio com fundo verde e/ou azul com luz ambiente.

Para darmos início à fase de análise dos dados precisaríamos de critérios e categorias que dessem suporte para análise dos dados. E após contato através de endereço eletrônico com a Universidade Federal de Santa Catarina, foi sugerido à visita ao site <http://glossario.libras.ufsc.br/>.




Em resposta recebemos a mensagem eletrônica da professora da Professora Marianne Rossi Stumpf, professora Doutora Supervisora do Projeto do glossário virtual, a qual sugeriu para análise dos sinais-termo e construção do glossário, a ficha terminográfica do trabalho de conclusão de doutoramento da professora Vera Lucia de Souza Lima em seu trabalho intitulado: ‘Língua de sinais: proposta terminológica para área de ensino arquitetônico’.

Após o recebimento da ficha terminográfica, iniciamos a análise dos dados e sua contextualização seguido do processo de descrição dos sinais-termo à luz dos parâmetros das línguas de sinais.

4 Resultados




Como resultado apresentaremos o glossário em libras dos nomes das empresas do polo industrial da zona franca de Manaus e organização dos dados coletados distribuídos como formas de acesso aos sinais-termo.

3.1 Apresentação do Glossário em Libras com sinais-termo das empresas




GLOSSÁRIO EM LIBRAS DOS NOMES DAS EMPRESAS DO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS		
EMPRESA BIC DA AMAZÔNIA		
SINAL-TERMO EM LIBRAS		
		
Definição	Bic é uma empresa francesa com sede em Clichy. Fundada em 1945, é conhecida por fabricar produtos à base de plásticos, incluindo isqueiros, canetas, aparelhos de barbear, pilhas, mas também caiaques.	
Logo marca	signwriting	Vídeo no youtube
		https://youtu.be/5GUOodLKudY

O sinal-termo da empresa BIC é formado a partir da contextualização do produto de fabricação da empresa através do sinal em libras da palavra “caneta”, e a incorporação dos empréstimos das representações das letras do alfabeto da língua portuguesa nas configurações de mãos: B, I e C.

GLOSSÁRIO EM LIBRAS DOS NOMES DAS EMPRESAS DO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS		
EMPRESA HONDA DA AMAZÔNIA		
SINAL-TERMO EM LIBRAS		

		
Definição	Honda South América – É responsável pelo desenvolvimento das operações na América do Sul, abrange a produção, importação e a comercialização de motocicletas, automóveis, quadriciclos e produtos de força.	
Logo marca	signwriting	Vídeo no youtube
		https://youtu.be/4HuFIDhhVGc

O sinal-termo da empresa HONDA, é formado a partir da relação entre a logo marca da empresa com a imagem de uma “Asa” e reproduzida através da configuração de mão.




GLOSSÁRIO EM LIBRAS DOS NOMES DAS EMPRESAS DO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS		
EMPRESA P & G (Procter & Gamble)		
SINAL-TERMO EM LIBRAS		
		
Definição	P&G (Procter & Gamble) - Grupo de empresas destinada a produção e distribuição de materiais de uso pessoal e de limpeza.	
Logo marca	signwriting	Vídeo no youtube
		https://youtu.be/-u-aY7uTKPM

O sinal-termo da empresa P&G, é formado a partir da contextualização do produto de fabricação da empresa através do sinal em libras das palavras “aparelho de barbear”.




GLOSSÁRIO EM LIBRAS DOS NOMES DAS EMPRESAS DO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS		
EMPRESA PANASONIC DO BRASIL LTDA		

SINAL-TERMO EM LIBRAS		
		
Definição	A Panasonic é uma empresa japonesa fabricante de eletroeletrônicos. Foi fundada em 1918 com o nome de Matsushita Electric Industrial Co. Ltd., pelo Sr. Konosuke Matsushita.	
Logo marca	signwriting	Vídeo no youtube
		https://youtu.be/YhBZhDTUcFM

O sinal-termo da empresa PANASONIC, é formado a partir da representação da letra do alfabeto da língua portuguesa “P”, inicial do nome da empresa.

GLOSSÁRIO EM LIBRAS DOS NOMES DAS EMPRESAS DO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS		
EMPRESA PHILIPS DO BRASIL LTDA		
SINAL-TERMO EM LIBRAS		
		
Definição	Philips - É uma empresa neerlandesa com produtos voltados à tecnologia e produtos de consumo e estilo de vida. A empresa foi fundada na cidade de Eindhoven tendo sua sede posteriormente transferida para Amsterdam, ambas nos Países Baixos.	
Logo marca	signwriting	Vídeo no youtube
		https://youtu.be/GvOD868Kzk8


O sinal-termo da empresa PHILIPS, é formado a partir da logo marca da empresa com a representação da imagem através das configurações de mãos, onde temos como característica marcante o movimento em forma de ondas elétricas, denotando os produtos eletrônicos de fabricação da empresa.

GLOSSÁRIO EM LIBRAS DOS NOMES DAS EMPRESAS DO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS		
EMPRESA SAMSUNG BRASIL		
SINAL-TERMO EM LIBRAS		
		
Definição	SAMSUNG – É um conglomerado multinacional sul-coreano com sede na Samsung Town, Seul. Compreende várias empresas afiliadas, a maioria unida sob a marca Samsung, e é o maior chaebol da Coreia do Sul.	
Logo marca	signwriting	Vídeo no youtube
		https://youtu.be/yDo8Ulpd1x4



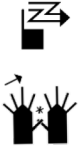
O sinal-termo da empresa SAMSUNG, é formado a partir do empréstimo das representações “S e G” do alfabeto da língua portuguesa nas configurações de mãos das letras inicial e final do nome da empresa.

GLOSSÁRIO EM LIBRAS DOS NOMES DAS EMPRESAS DO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS		
EMPRESA THECNOS RELÓGIOS		
SINAL-TERMO EM LIBRAS		
		
Definição	TECHNOS RELOGIOS – Fábrica de relógios brasileira fundada na Suíça, em 1900. Tornando-se em 1945, internacionalmente conhecida pela qualidade e pelos aprazíveis preços.	
Logo marca	signwriting	Vídeo no youtube
		https://youtu.be/ uK_O7HIBNo

O sinal-termo da empresa TECHNOS, é formado a partir da relação com o sinal utilizado na comunidade surda para a palavra “relógio”, caracterizando o produto de fabricação e comercialização da empresa.


GLOSSÁRIO EM LIBRAS DOS NOMES DAS EMPRESAS DO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS		
EMPRESA MOTOS DO BRASIL		
SINAL-TERMO EM LIBRAS		
		
Definição	YAMAHA – é uma companhia japonesa fabricante de um enorme leque de produtos em várias e distintas áreas, faz parte do keiretsu Fuyo. Em Manaus é muito conhecida pela fabricação de motos e peças.	
Logo marca	signwriting	Vídeo no youtube
		https://youtu.be/QB7NufZhxzc

O sinal-termo da empresa YAMAHA, é formado a partir da representação da letra do alfabeto da língua portuguesa “Y”, incorporada ao movimento semelhante à aceleração de uma “Motocicleta”, caracterizando o produto de fabricação e comercialização da empresa.


GLOSSÁRIO EM LIBRAS DOS NOMES DAS EMPRESAS DO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS		
POLO ZONA FRANCA DE MANAUS		
SINAL-TERMO EM LIBRAS		
		
Definição	A Zona Franca de Manaus ou Polo Industrial é um parque industrial brasileiro localizado na cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas.	
Logo marca	signwriting	Vídeo no youtube
		https://youtu.be/O1mJbQNxUm8

O sinal-termo do polo da ZONA FRANCA DE MANAUS, é formado a partir da relação entre a logo marca do polo com a imagem de um “pássaro” e a incorporação

por empréstimo da representação da letra do alfabeto da língua portuguesa na configuração de mão: Z.

GLOSSÁRIO EM LIBRAS DOS NOMES DAS EMPRESAS DO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS		
EMPRESA JABIL MANAUS		
SINAL-TERMO EM LIBRAS		
		
Definição	Jabil - é uma empresa americana de serviços de manufatura mundial. Com sede na área de Gateway de St. Petersburg, Flórida, é uma das maiores empresas da área da Baía de Tampa.	
Logo marca	signwriting	Vídeo no youtube
		https://youtu.be/8K-GTnQbv90

O sinal-termo da empresa JABIL, é formado a partir do empréstimo das representações “J e B” do alfabeto da língua portuguesa nas configurações de mãos para caracterizar o nome da empresa.

GLOSSÁRIO EM LIBRAS DOS NOMES DAS EMPRESAS DO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS		
EMPRESA PHILCO ELETRÔNICOS LTDA		
SINAL-TERMO EM LIBRAS		
		
Definição	Philco (fundada como Helio Electric Company , rebatizada Philadelphia Storage Battery Company) é uma empresa estadunidense de produtos eletrônicos fundada em 1892, com o objetivo inicial de fabricar acumuladores elétricos.	
Logo marca	signwriting	Vídeo no youtube
		https://youtu.be/KP6t2G-soQU

O sinal-termo da empresa PHILCO, é formado a partir da relação entre antiga logo marca da empresa com a imagem de um “olho” e reproduzida através da configuração de mão.

GLOSSÁRIO EM LIBRAS DOS NOMES DAS EMPRESAS DO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS		
EMPRESA CCE DA AMAZÔNIA		
SINAL-TERMO EM LIBRAS		
		
Definição	CCE da Amazônia - é uma empresa brasileira de fabricação de eletrônicos, pertencente ao grupo Digibrás Indústria do Brasil S/A, que por sua vez é controlado pela família Sverner.	
Logo marca	Signwriting	Vídeo no youtube
		https://youtu.be/C9Ydm5ir2tA

O sinal-termo da empresa CCE, é formado a partir do empréstimo das representações “C, C e E” do alfabeto da língua portuguesa nas configurações de mãos das letras da sigla do nome da empresa.

5 Considerações finais

Os sinais-termo das empresas seguem uma ordem partir das construções fonológica, morfológica e sintática dos sinais-termo, a seguir:

- Nos sinais-termo [BIC] e [P&G], ocorrem o fenômeno da hiperonímia x hiponímia na relação da empresa e tipo de produto;
- Nos sinais-termo [HONDA] e [PHILIPS], ocorrem o fenômeno da iconicidade, sendo os sinais-termo as representações das imagens da logo marca das empresas.
- No sinal-termo [PANASONIC], ocorre o fenômeno do empréstimo por

inicialização, com configuração de mão em “P” em referência a letra inicial da palavra em língua portuguesa do sinal-termo;

- Nos sinais-termo [SAMSUNG] e [JABIL], ocorrem o fenômeno de empréstimo pela utilização das representações das letras “S, G” e “J, B” do alfabeto da língua portuguesa;
- Nos sinais-termo [TECHNOS], ocorre a metonímia, sendo o sinal-termo configurado no pulso em referência ao sinal em libras “relógio”;
- Nos sinais-termo [YAMAHA]), ocorre empréstimo por inicialização, hiperonímia/homonímia e iconicidade da ação (acelerar moto);
- Nos sinais-termo [ZONA FRANCA DE MANAUS], ocorre o fenômeno da inicialização e iconicidade com a logomarca da empresa;
- Na ficha terminográfica [PHILCO], temos a iconicidade com a logo antiga;
- Na ficha terminográfica [CCE], temos o fenômeno da soletração.

Consideramos relevante este estudo, por ser um espaço que ainda não abrange o campo teórico e prático dos sinais contextualizados na realidade local, ou seja, o distrito industrial da zona franca de Manaus.

Portanto, este estudo é considerado um marco inicial para futuros pesquisadores interessados na temática, fonte de pesquisa e consulta para os profissionais tradutores nas eventuais dúvidas e desconhecimento desses sinais.

Mediante o exposto, apresentamos o glossário como contribuição científica para uso e compartilhamento dos dados e informações, caso desejem dar continuidade ao registro, análise e catalogação dos sinais das empresas do polo industrial de Manaus.

Referências

BARRETO, M.; BARRETO, R. **Escrita de Sinais sem mistérios**. Belo Horizonte: ed. do autor, 2012.

BARBOSA, M. A. Dicionário, vocabulário, glossário: concepções. In: ALVES, I. M. (org.). **A constituição da normalização terminológica no Brasil**. 2 ed. São Paulo: FFLCH/CITRAT, 2001.

BORDENAVE, M. C. Fundamentos de terminologia: conceitos necessários na formação de tradutores – Avaliação e crítica. **Tradução em revista**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 20903, p. 31-37. 2012/2. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/20903/20903.PDF>. Acesso em: 10 out. 2020. DOI <https://doi.org/10.17771/PUCRio.TradRev.20903>

BRASIL. Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 de abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em 23 out. 2020.

BRASIL. Decreto 5.626 de 22 de dezembro 2.005. Regulamenta a Lei nº10.436 de abril de 2.002. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 de dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 23 out. 2020.

BRITO, L. F. **Por uma gramática de línguas de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

CASTRO, B. D.; SANTIAGO, M. A importância da Terminologia para prática de revisão do texto técnico-científico. **Domínios de Linguagem**, v. 9, n. 5, p. 374-388, ago. 2015. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/29255/17093>. Acesso em: 7 out. 2020. DOI <https://doi.org/10.14393/DLE-v9n5a2015-19>

CARDOSO, V. R. **Terminografia da língua brasileira de sinais: miniglossário de nutrição**. 2017. 133f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Tradução). Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução. Universidade de Brasília, 2017. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/31522/1/2017_VilmaRodriguesCardoso.pdf Acesso em: 23 set. 2020.

DIAS, C. A. Terminologia: conceitos e aplicações. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 90-92, jan-abr, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v29n1/v29n1a9>. Acesso em: 18 mar. 2020. DOI <https://doi.org/10.1590/S0100-19652000000100009>

DINIZ, H. G. **A história da língua de sinais dos surdos brasileiros**: um estudo descritivo das mudanças fonológicas e lexicais da Libras. Petrópolis, Rio de Janeiro: Arara Azul, 2011.

GESSER, A. **LIBRAS? Que língua é essa?** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

IENSEN, E. **25 anos da constituição Brasileira e terminologia**: Uma proposta de glossário. 2013. 72f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade do Vale dos Rios dos Sinos, São Leopoldo, 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4379>. Acesso em: 23 out. 2020.

KRIEGER, M. da G.; SANTIAGO, M. S. Estudos de terminologia para tradução técnica. **Revista das Letras**, v 02, n 33, p. 42-52, jul-dez, 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/revletras/article/view/20447/30884>. Acesso em: 20 abr. 2020.

LIMA, V. L. S. e. **Língua de sinais**: Proposta terminológica para a área de desenho arquitetônico. 2014. 272f. Tese (Doutorado em Linguística Teórica e Descritiva). Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MGSS-9LZMUU>. Acesso em: 8 nov. 2000.

NOGUEIRA, F. M. da S. B. Variação linguística e ensino de língua materna: algumas considerações. I: Encontro Interdisciplinar de Língua e Literatura, 2012, Sergipe. **Anais eletrônicos III ENILL**. v. 3. Disponível em: https://www.aedi.ufpa.br/parfor/letras/images/documentos/ativ2_2014/altamira/pacaja2011/textoatividadevariaaopacaja.pdf. Acesso em: 8 set. 2020.

PEREIRA, M. C. da C. *et al.* **Libras**: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUADROS, R. M; KARNOPP, L. B. de. **Língua de sinais brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. DOI <https://doi.org/10.18309/anp.v1i16.560>

RODRIGUES, C. H.; BEER, H. Os estudos da tradução e da interpretação de Línguas de Sinais: Novo campo disciplinar emergente? **Cad. Trad.**, Florianópolis, v. 35, n. especial 2, p. 17-45, jul-dez, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-8.2015v35nesp2p17/30707>. Acesso em: 15 set. 2020. DOI <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2015v35nesp2p17>

SILVA, F. M. P. **Glossário escolar**: Uma construção do aluno. 2015. 117f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras). Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Letras, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16762/1/GlossarioEscolarConstrucao.pdf>. Acesso em: 25 out. 2020.

SILVA, J. K. A. da. **Vocabulário Gramatical Quinhentista**: uma análise contrastiva da metalinguagem em Fernão de Oliveira e João de Barros. 2017. 198f. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/26628>. Acesso em: 28 abr. 2000.

SIGNBANK. **Singpuddle on line v2.0**. Brasil. 2010. Disponível em: <https://www.signbank.org/signpuddle2.0/searchsymbol.php?ui=12&sgn=46>. Acesso em: 10 out. 2020.

SIGNWRITING. **Lições sobre Signwriting**. Brasil. 1996. Disponível em: <https://www.signwriting.org/archive/docs5/sw0472-BR-Licoes-SignWriting.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

SUFRAMA. **Zona franca de Manaus – ZFM**. Manaus. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/suframa/pt-br/zfm>. Acesso em: 19 set. 2020.

SUFRAMA. **Polo industrial de Manaus: Catálogo de empresas e produtos**. Manaus. 2020. Disponível em: http://www.suframa.gov.br/publicacoes/site_pim/index_br.htm. Acesso em: 19 set. de 2020.

TUXI, P.; FELTEN, E. F. Análise da Macro e Microestrutura de Dicionários e Glossários Bilíngues: uma Proposta Terminológica. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 49, p. 89-111, jan-jun, 2018. Disponível em: <https://www.ines.gov.br/seer/index.php/revista-espaco/article/view/428>. Acesso em: 5 set. 2020.

TEIXEIRA, V. G. A iconicidade e a arbitrariedade na Libras. **Revista Philologus**, ano 21, n. 61. Supl.: Anais do VII. SINEFIL. Rio de Janeiro: CIFEFIL jan./abr.,2015.

Disponível em: <http://www.filologia.org.br/rph/ANO21/61supl/013.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Coleção letras Libras**: Eixo de formação específica. Florianópolis. 2008. Disponível em: http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificica/escritaDeSinaisIII/assets/256/EscritadeSinaisIII_POWER_POINT.ppt. Acesso em: 10 out. 2020.

VASCONCELOS, M. L.; BARTHOLAMEI JUNIOR, L. A. **Estudos da tradução I**. ed. 1. Florianópolis: CCE/UFSC, 2009. Disponível em: [https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoPedagogico/laboratorios/site/midias/laboratorio 3 tudo/textos base/Texto Base Estudos Traducao I.pdf](https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoPedagogico/laboratorios/site/midias/laboratorio%203%20tudo/textos%20base/Texto%20Base%20Estudos%20Traducao%20I.pdf). Acesso em: 10 out. 2020.

Artigo recebido em: 06.08.2021

Artigo aprovado em: 01.10.2021

A variação linguística no português falado em municípios do nordeste paraense

The linguistic variation in Portuguese spoken in the paraense northeast countryside

*Elisa Maria Pinheiro de SOUZA**

RESUMO: O presente artigo apresenta o relato do desenvolvimento da pesquisa “Aspectos Semânticos e Lexicais do Português falado no Pará”, empreendida com o objetivo de mapear os aspectos semânticos e lexicais da variedade do português falado em pontos de inquéritos constituídos pelas zonas rurais dos municípios Inhangapi, Irituia, Marapanim, São Domingos do Capim e São Miguel do Guamá, integrantes da Amazônia paraense. O estudo foi norteado pelo referencial teórico da Dialetoлогия pluridimensional e relacional desenvolvida por Thun (1998b) e, também, pelos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística, e da Geolinguística, com recorrência a autores como Cardoso e Ferreira (1994), Aguilera (2005), Brandão (2005) e Labov (2008), dentre outros. Em cada ponto de inquérito, considerando as variáveis de sexo, faixa etária e escolaridade, foram escolhidos dez informantes, os quais representaram a população amostra, sendo a eles aplicado o questionário semântico-lexical (QSL) do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB). As análises foram realizadas considerando as dimensões: diatópica, diagenérica e

ABSTRACT: This article presents the report of the development of the research “Semantic and Lexical Aspects of the Portuguese spoken in Pará”, undertaken with the objective of mapping the semantic and lexical aspects of the variety of Portuguese spoken in survey points constituted by the rural areas of the municipalities Inhangapi, Irituia, Marapanim, São Domingos do Capim e São Miguel do Guamá, members of the Amazon region of Pará. The study was guided by the theoretical framework of multidimensional and relational dialectology developed by Thun (1998b) and also by the theoretical-methodological assumptions of Sociolinguistics and Geolinguistics, with reference to authors such as Cardoso and Ferreira (1994), Aguilera (2005), Brandão (2005) and Labov (2008), among others. At each point of inquiry, considering the variables of sex, age and education, ten informants were chosen, which represented the sample population, being applied the semantic-lexical questionnaire (QSL) of the Linguistic Atlas Project of Brazil (ALiB). The analyzes were performed considering the dimensions: diatopic, diagenetic and

* Doutora em Educação. Professora da Universidade do Estado do Pará (UEPA). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7938-6078>. yanaeli1@hotmail.com.

diageracional da variação ocorrida na fala dos informantes. Os resultados foram apresentados em glossários e cartas linguísticas para demonstrar a importância das pesquisas dialetológicas para o conhecimento da norma lexical de um espaço geográfico.

diagerational variation in the informants' speech. The results were presented in glossaries and linguistic letters to demonstrate the importance of dialectological research for the knowledge of the lexical norm of a geographic space.

PALAVRAS-CHAVE: Sociolinguística.
Geolinguística. Dialetoлогия.
Pluridimensional.

KEYWORDS: Sociolinguistics.
Geolinguistics. Dialectology.
Pluridimensional.

1 Introdução

No Brasil, há cerca de 150 línguas indígenas faladas convivendo com a língua portuguesa (D'ANGELIS, 2019). Essa diversidade decorre dos inúmeros contatos linguísticos que aconteceram e ainda acontecem na língua materna, fato marcante na história do percurso do português falado em solo brasileiro. No entanto, é evidente a expansão da língua portuguesa nesse espaço geográfico, demonstrada pelo quantitativo de falantes, fato que às vezes, torna-se uma ameaça às línguas faladas, pelos povos indígenas.

Nesse estudo, o foco esteve voltado para a identificação de possíveis variantes linguísticas na fala dos usuários da língua materna nas localidades pesquisadas, considerando fatores extralinguísticos, entre os quais, ressalta-se os aspectos sociais, geográficos, etários e cultural que norteiam as dimensões da variação linguística determinadas pela Dialetoлогия pluridimensional e relacional, com base nos pressupostos teóricos da Sociolinguística e da Geografia Linguística.

No Brasil, muitas pesquisas sobre variação lexical na língua portuguesa têm sido realizadas, com destaque para o Projeto Atlas Linguístico do Brasil - ALiB¹ e para a construção de atlas regionais, os quais visam o mapeamento linguístico do Brasil,

¹ Empreendimento de grande amplitude, de caráter nacional, que objetiva a elaboração de um atlas linguístico do Brasil, sob a égide da UFBA em conjunto com doze universidades brasileiras.

investigando, mais detidamente, as variantes de cada região do país, tais como, o Atlas Linguístico do Acre – AliAC, o Atlas Linguístico do Pará – ALIPA, Atlas Linguístico da Paraíba – ALPB, Atlas Linguístico do Amazonas – ALAM. A relevância dos estudos dialetais para as pesquisas sociolinguísticas incide na possibilidade de registro da língua em seu contexto de uso e, também, pela contribuição dada à elaboração de atlas linguísticos. Resultados de pesquisas, tais como “A construção do Atlas Linguístico do Brasil: o percurso do ALiB” e “Estudo da Variação Lexical na Amazônia Paraense: um olhar sobre o Atlas Linguístico do Brasil” que, tratando de temáticas semelhantes e considerando as dimensões da variação linguística, indicam a ocorrência de traços linguísticos na fala dos usuários da língua materna, corroborando com a afirmação sobre a existência de variações semânticas e lexicais no falar desses falantes.

Para os sociolinguistas, as variações e as mudanças linguísticas ocorrem entre os falantes, considerando que eles, em seus espaços de fala, compartilham atitudes e normas sociais, como também, características linguísticas que os diferem de outros grupos sociais, valendo o destaque para o fato de as variações identificadas na linguagem dos falantes se constituírem como o instrumento identitário de cada comunidade de fala e, conseqüentemente, possibilitarem a identificação da existência de uma grande variedade regional e sociocultural no português do Brasil.

A escolha da temática justificou-se pelo fato de a pesquisa dialetal permitir o conhecimento das características e tendências linguísticas e culturais importantes para o registro e a valorização da identidade cultural de uma comunidade. A justificativa estende-se para a escolha do Pará como ponto linguístico, por ser este o segundo maior estado em extensão do território nacional, dotado de um campo vasto para pesquisas dialetais.

O Estado do Pará apresenta grande diversidade, tanto sociocultural quanto espacial, o que implica em uma cultura regional caracterizada pela mistura de raças e ritmos. Sua formação social, geneticamente, teve contribuição europeia, indígena e

africana, mas recebeu, também, influência cultural de imigrantes dentre os quais, os japoneses, introdutores do cultivo de juta, pimenta-do-reino, mamão hawai e melão; os italianos e libaneses, partícipes do desenvolvimento da economia paraense e os franceses que atraídos pelo Ciclo da Borracha (1879 a 1945), instalaram-se em Belém, tornando-a conhecida como *Paris N'América* e os maranhenses, migrantes nacionais, que vieram em busca de melhores condições materiais (CRUZ, 1963).

A pressuposição da existência de um leque de variações no discurso oral dos usuários da língua portuguesa e a possibilidade de desvendar, registrar e documentar esse mosaico de línguas brasileiras suscitou o interesse acadêmico e constituiu-se o ponto de partida para o desenvolvimento da pesquisa sobre o desenvolvimento da língua, com foco na diversidade linguística, tendo por objeto de estudo, a configuração lexical e semântica do uso do português falado no espaço pluridimensional constituído por nove comunidades rurais, consideradas como pontos de inquéritos, a saber: Cumarú e Boa Vista (município de Inhangapi); Itabocal (município de Irituia); Camará e Vila Monte Alegre do Maú (município de Marapanim); Catita e Taperaçu (município de São Domingos do Capim); Tatuaiá e Canta Galo (município de São Miguel do Guamá), integrantes do Nordeste paraense. Tudo em prol da valorização dos estudos feitos acerca dos falares praticados nos municípios pesquisados; respeito que se deve a todos os falantes da língua portuguesa e divulgação no meio acadêmico e social.

A escolha das áreas dialetais rurais teve como motivação o fato de a função de agentes da pesquisa ter sido desempenhada por alunos do curso de Letras da Universidade do Estado do Pará (UEPA) os quais eram nativos dessas localidades e, por isso, próximos aos informantes ou por parentesco ou por amizade.

Vale ressaltar que após a aplicação do Questionário Semântico Lexical (QSL) constituídos por 256 questões, distribuídas em 14 campos semânticos, para a produção deste artigo, foi selecionado, a título de exemplificação, apenas o contexto de variação lexical pertinente ao item 97 integrante do campo semântico 05.

Com a proposição de apresentar o desenvolvimento da pesquisa, o trabalho está estruturado, além da introdução, que contextualiza o tema em estudo, em três seções. A primeira aborda o aporte teórico da pesquisa; a segunda, a trajetória metodológica e a terceira apresenta os resultados da pesquisa. Seguem-se a este, algumas considerações e as referências.

2 Pressupostos teóricos

A pesquisa sobre as variantes linguísticas dos falantes nativos das zonas rurais dos municípios Inhangapi, Irituia, Marapanim, São Domingos do Capim e São Miguel do Guamá, integrantes do Estado do Pará fundamentou-se, teoricamente, nos estudos da Sociolinguística, desenvolvidos pelo norte-americano William Labov (2003)², pela Geografia Linguística de Jules Gilliéron³ e na Dialetoologia pluridimensional e relacional desenvolvida por Thun (1998)⁴.

Antes de referenciar Sociolinguística, Geolinguística, também denominada de Geografia Linguística, e Dialetoologia pluridimensional e relacional é relevante enunciar que o entendimento sobre variação linguística e variável linguística segue a concepção de Tarallo (1985, p. 8) que afirma: serem, respectivamente, “as diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade” e o “o conjunto de variantes que se encontram em duelo de contemporização”. Segundo o referido autor, a variante linguística pode ser padrão ou

² William Labov – linguista estadunidense, amplamente considerado o fundador da sociolinguística variacionista, dedicou-se ao estudo dos princípios mais gerais que governam a alteração da estrutura linguística (BELINE, 2011).

³ Jules Gilliéron - linguista suíço-francês e dialetoologista, elaborador do Atlas Linguístico Francês em parceria com Edmond Edmont publicado em fascículos entre 1902 e 1910 (<https://www-britannica-com.translate.google/biography/Jules-Gillieron>).

⁴ Harald Thun – Linguista alemão, com experiência na área de Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: sociolinguística, pluridimensionalismo, dialetoologia, contatos linguísticos e romanística (<http://lattes.cnpq.br/1908310939458842>).

não padrão, conservadora ou não, de prestígio ou estigmatizada. Considerando que, no geral, a variante padrão seja conservadora e de prestígio e a variante inovadora seja a não padrão e estigmatizada, nem sempre há a constatação da coincidência entre os três pares acima citados, haja vista a ocorrência de casos de diversificação, afinal nada em uma variante a define com boa ou ruim, correta e incorreta, tanto que para o autor supracitado, a língua pode ser determinante para a identificação das comunidades de fala e demarcação de diferenças sociais no seio de uma comunidade.

A Sociolinguística se propõe a analisar e sistematizar a competição entre as variantes linguísticas existentes em uma comunidade de fala, mostrando que na verdade são as mesmas, garantindo, assim, a comunicação entre os falantes. Conforme o modelo linguístico de Labov, a que se denomina sociolinguística quantitativa por tratar dados coletados estatisticamente, toda língua está intrinsecamente ligada às questões sociais, definindo os estudos referentes à “relação entre língua e sociedade e na possibilidade virtual e real desistematizar a variação existente e própria da língua falada” (TARALLO, 1990, p. 7).

Chomsky concebe a Sociolinguística como uma resposta à ausência do aspecto social ao modelo gerativo, afinal, “esse falante-ouvinte ideal, não é tão ideal, assim, pois é impossível que ele conheça todas as variantes” (TARALLO 1990, p. 7). Considerando tal visão, não existem comunidades linguísticas homogêneas e sim, comunidades heterogêneas com falares diversificados. Para Câmara Jr. “a língua é uma parte da cultura, mas uma parte que se destaca do todo e com ele se conjuga dicotomicamente [...]” (1972, p. 53), “[...] é o resultado dessa cultura ou, em sùmula, é o meio para ela operar, é a condição para ela subsistir” (1972, p. 269). É possível inferir, diante dessas afirmações, que para conhecer um grupo humano, é necessário pesquisar sua história, seus costumes, seu ambiente social e a forma como representa a realidade que o circunda.

Na Sociolinguística, são trabalhados os conceitos de língua enquanto sistema linguístico utilizado pelos membros de uma comunidade de fala⁵, como instrumento de comunicação; dialeto, segundo Dubois (1978, p. 184) como “forma de língua que tem o seu próprio sistema léxico, sintático e fonético, e que é usada num ambiente mais restrito que a própria língua” e a fala “é a atividade psico-físico-fisiológico de atualização do discurso (FIORIN, 2005, p. 80).

A Geolinguística ou Geografia Linguística ocupa-se com o estudo das línguas no seu contexto geográfico. O interesse pelos modos de expressão diferenciados surgiu no momento da reconstrução da protolíngua do indo-europeu por meio dos estudos comparativistas entre as famílias e subfamílias de línguas. Os dialetos eram fontes de conhecimento sobre a realização das transformações, em fases anteriores das línguas; as descrições dialetais eram realizadas com o rigor exigido pelas ciências naturais, obedecendo a uma metodologia bem definida, a qual segundo Gilliéron (1910, p. 12) deveria ser baseada no princípio “de que só um leigo poderia fornecer um retrato fiel da realidade fonética, não se deixando trair por conhecimento, expectativas ou preconceitos linguísticos”.

Gilliéron (1910) considerado o fundador da Geografia Linguística como método dialetológico e comparativo que pressupõe o registro em mapas especiais de formas linguísticas (fônicas, lexicais ou gramaticais) comprovadas por pesquisa direta unitária em pontos de um determinado território, tendo em vista a distribuição das formas no espaço geográfico correspondente, seja à língua, às línguas, aos dialetos e aos falares estudados.

Pela literatura existente acerca do assunto é possível concluir que nenhum método é suficiente para abarcar a totalidade da variabilidade de uma língua, apesar

⁵ A comunidade de fala não é definida por nenhum acordo/contrato no uso de elementos de língua, mas pela participação em um jogo de normas compartilhadas; tais normas podem ser observadas em tipos claros de comportamentos avaliativos e pela uniformidade de modelos abstratos dos padrões da variação que são invariáveis em relação aos níveis particulares de uso (LABOV, 1972, p. 120-121)

de os princípios da Geografia Linguística e os da Sociolinguística ensejarem um melhor conhecimento dos mecanismos com que opera uma língua e dos fatores que determinam sua evolução.

A Dialetoologia Pluridimensional e Relacional é a junção da Sociolinguística e a Dialetoologia que contribui para uma “ciência geral da variação linguística e das relações entre variantes e variedades por um lado e falantes por outro”⁶ (THUN, 1998, p. 703-704), para estabelecer a “Combinação dos planos geo e sociolinguístico, ora buscando dialetologizar a sociolinguística, ora socializar a dialetologia” (THUN, 1998, p. 703-704).

Estudos geolinguísticos desenvolvidos, principalmente, na América do Sul têm agregado à Dialetoologia conhecimentos advindos da Sociolinguística, pertinentes às variáveis sociais, como sexo, faixa etária, escolaridade, à inclusão do informante topodinâmico⁷ a fim de “documentar não somente a coexistência de língua e variedades, mas também a mútua influência que exercem umas sobre outras” (RADTKE; THUN, 1991, p. 41).

A Dialetoologia, no panorama tradicional, fundamentava-se na preocupação dos estudiosos com o resgate de dados e a documentação dos diferentes estágios da língua; atualmente, é concebida como a ciência que procura identificar, descrever e situar os diferentes usos em que uma língua se diversifica, conforme a sua distribuição espacial, sociocultural e cronológica. Na perspectiva moderna, considera as dimensões de natureza social e o enfoque diatópico (diferenças regionais) ainda continua sendo o seu ponto central. Compartilha interesses comuns com a Sociolinguística, em virtude de as duas se ocuparem da diversidade de usos da língua e atribuírem um caráter particular e individualizante ao tratamento do objeto de estudo, no entanto, se

⁶ “ciencia general de la variación lingüística y de las relaciones entre variantes y variedades por un lado y hablantes por el otro” (THUN, 1998, p. 703-704).

⁷ Pessoas oriundas de outras regiões, de diferentes níveis de interlocução e de áreas de investigação, onde há o contato de línguas.

distinguem pelo tratamento dado aos fenômenos e pela perspectiva impressa na abordagem dos fatos linguísticos. Enquanto a Dialetoлогия considera os fatores sociais e sua localização espacial como elementos base na pesquisa, a Sociolinguística correlaciona os fatos linguísticos e os sociais.

A Dialetoлогия pluridimensional e relacional, proposição de Thun (1998) trouxe uma nova perspectiva para a teoria da variação linguística, relacionando os quadros teóricos e metodológicos da Dialetoлогия tradicional (plano horizontal - diatópico) com os da Sociolinguística quantitativa (plano vertical - diastrático) em que a língua se configura, ou seja, unindo a Dialetoлогия e a Sociolinguística em uma Dialetoлогия mais abrangente. A esse respeito o autor afirmou o seguinte:

A Dialetoлогия areal e a Sociolinguística, disciplinas historicamente separadas, convergem para a geolinguística ampliada que pode chamar-se oportunamente “dialetoлогия pluridimensional” e que se entende como parte da ciência geral da variação linguística e das relações entre variantes e variedades por um lado e falantes por outro. [...]. Não deixa ser geolinguística porque a dialetoлогия pluridimensional não pode renunciar à variação diatópica e à superfície bidimensional. Seu campo favorito são a superfície e o espaço suficiente grande para que apareçam todas as inter-relações. Mas essa preferência pela macroanálise não exclui a possibilidade de que a dialetoлогия pluridimensional funcione em menor escala (em mesozonas e microzonas)⁸ (THUN, 1998, p. 703-704. Tradução minha).

⁸ A La Dialectología areal y La Sociolingüística, disciplinas históricamente separadas, confluyen en una geolinguística ampliada que puede llamarse oportunamente “Dialectología pluridimensional” y que se entiende como parte de la ciencia general da variación lingüística e de las relaciones entre variantes y variedades por un lado y hablantes por el otro. [...]. No deja de ser una geolinguística porque la Dialectología pluridimensional no puede renunciar a la variación diatópica y a la superficie bidimensional. Su campo predilecto son la superficie y el espacio lo suficientemente grande para que aparezcan todas las interrelaciones. Pero esta preferencia por el macro análisis no excluye la posibilidad de que la Dialectología pluridimensional trabaje en escala menor (en mesozonas y microzonas) (THUN, 1998, p. 703-704).

Pela literatura circulante, o conceito de Dialetoologia pluridimensional foi desenvolvido por pesquisadores alemães como Edgard Rievertes Radtke e Harald Thun, da Universidade de Kiel. Para Thun (2005) as dimensões sociolinguísticas mais relevantes são: **Dialingual** (comparação de uma mesma língua por pessoas de origens diferentes), **Diatópica** (pesquisa com número indeterminado de lugares), **Diatópico cinético** (movimento combinado no espaço – topostático e topodinâmico), **Diastrática** (dimensão entre classes sociais), **Diageracional** (faixas etárias), **Diassexual ou diagenérica** (envolvimento de parâmetros inerentes a homens e mulheres), **Diafásica** (estilos de fala de acordo com o tema, circunstâncias e formação cultural), **Diarreferencial** (estudo seletivo, não contrastivo, com parâmetros na fala objetiva – emprego da língua para falar sobre as coisas – e na fala metalinguística – uso da língua para falar sobre a língua).

Inicialmente, a Dialetoologia abordava as dimensões diastrática, diatópica e diafásica, as quais enfatizavam, respectivamente, a inclusão de informantes de classes sociais diferentes, relacionando com a topoestaticidade dos informantes naturais da região pesquisada e graus de interlocução diferentes. Thun, considerando que são tantas as dimensões quanto os aspectos a serem observados em uma língua, ampliou o conceito de dimensão limitada para ilimitada.

Com a evolução dos estudos dialetológicos e o reconhecimento da relevância dos fatores extralinguísticos, para análise e explicação das variações linguísticas, torna-se necessária a abordagem da pluridimensionalidade estrutural de uma dada comunidade ou grupo de falantes. O número de dimensões a ser observado passa a ser ilimitado, dependendo da estrutura da sociedade.

A Geolinguística, tendo como objeto o estudo das línguas no seu contexto geográfico, apesar de outras orientações, possibilita a identificação e a descrição dos domínios linguísticos e de áreas dialectais etc.; a teoria Sociolinguística apresenta instrumentos que viabilizam a compreensão de questões referentes à relação entre

linguagem e sociedade; a dialetologia, campo da sociolinguística estuda as variações linguísticas baseadas na distribuição geográfica e associação de características. A junção desses campos de estudos constitui um novo olhar direcionado à análise sistemática da variabilidade das línguas.

Pela historiografia linguística, observa-se que a língua, há muito, tem sido objeto de estudo e vem se ampliando e se tornando mais premente desde o surgimento da corrente estruturalista e do gerativismo, capitaneadas, respectivamente por Saussure e Chomsky, que a consideravam como uma realidade abstrata, desvinculada de fatores históricos e sociais, até surgir nos Estados Unidos a Sociolinguística, relacionando a língua e sociedade e tendo William Labov como seu principal expoente, apesar de, conforme Coelho (2010, p.15), a prática usual de relacionar língua e sociedade já ser presente na reflexão de diversos autores do início do século XX, tanto que surgiram várias proposições teóricas distinguidas pela influência do contexto histórico em que cada pensador vivia.

De acordo com Labov (1972), a existência da variação nas comunidades de fala é comprovada pelo fato de não haver a expressão de algo, de forma igual por dois falantes, nem mesmo a expressão de algo, de uma mesma maneira, por um só falante, diante de diferentes situações de comunicação. Para ele, tais ocorrências são características das comunidades de fala, nas quais os falantes compartilham traços linguísticos que os distinguem de outros grupos; Coelho (2012) compartilha a ideia de que o funcionamento do sistema linguístico e a comunicação entre os falantes não são comprometidos com a existência da variação, eles são constituintes da identidade linguística dos falantes.

Entre os teóricos que ancoraram a base teórica da sociolinguística laboviana, destacam-se o linguista francês Antoine Meillet, enfatizando o caráter social e evolutivo da língua; Bakhtin, linguista soviético, partilhando da concepção de mudança linguística historicamente motivada pelos diferentes contextos de uso da

língua; Émile Benveniste concebendo a ideia de que indivíduo e sociedade se determinam mutuamente dentro da e pela língua.

No Brasil, segundo Bagno (2015, p. 8) não se fala uma única língua, haja vista a existência de comunidades de fala responsáveis por mais de duzentas línguas faladas em diversos pontos do país, dentre elas, destacam-se as dos indígenas e de imigrantes estrangeiros que mantém viva a língua dos seus ancestrais. O autor ainda afirma que a complexidade linguística incide na própria língua portuguesa falada no Brasil, que apresenta diferenças fonéticas, sintáticas, lexicais e semânticas entre as regiões brasileiras e dentro dessas mesmas regiões, se forem consideradas questões como gênero, faixa etária, situação socioeconômica, nível de instrução, zonas urbanas e rurais, etc. Em razão disso é que muitos linguistas defendem a tese de que não existe “uma” língua portuguesa, mas sim, um pequeno número de variantes do português, faladas em determinadas regiões, por determinados conjuntos de pessoas, em determinadas épocas.

3 Metodologia

O estado do Pará, uma das 27 unidades federativas do Brasil, pertence à Região Norte, tem uma extensão territorial de 1.253.164,5 km², é o segundo maior Estado da União e, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), conta uma população estimada em 1.492.745 habitantes distribuída entre os 144 municípios, possuidores de uma área média de 8.664,50 km². População está constituída pela miscigenação das raças: europeia, indígena e africana.

A escolha dos municípios, entre outros possíveis, como pontos de inquéritos ocorreu em função dos agentes de pesquisa residirem nos municípios ou nas proximidades deles, tornando mais viável à realização da entrevista. Assim, fizeram parte da rede de pontos de pesquisa comunidades localizadas nos municípios

paraenses: Inhangapi, Irituia, Marapanim, São Domingos do Capim e São Miguel do Guamá. Na Figura 1 encontram-se destacados os municípios pesquisados.

Figura 1 – Mapa do Nordeste Paraense.



Fonte: <http://geocartografiadigital.blogspot.com/2018/11/mapa-do-estado-do-para-tamanhogrande.html>.

Inhangapi, município fundado em 1943, distante 95 km da capital do estado, localiza-se no Nordeste do estado do Pará, na mesorregião Metropolitana de Belém e é integrante da microrregião de Castanhal, do qual foi desmembrado. Possui uma área de 473.20 km² e conta com uma população de 11. 224 habitantes (IBGE, 2016). Nele foram escolhidas a comunidades de **Cumarú**, localizada a 23 km do município, sem informes certos sobre a sua extensão; nela residem 50 famílias, totalizando uma população de, mais ou menos, 200 pessoas, que vivenciam a cultura de origem Afro-brasileira, com destaque para as tranças nagôs e trajes afros e a comunidade de **Boa Vista** situada às proximidades dos municípios de Bujaru, Santa Izabel, Castanhal e São Miguel do Guamá, região nordeste do estado do Pará, fundada em 21 de Abril de 1962, como o Arraial de Boa Vista.

Irituia, município fundado em 1715, localiza-se na mesorregião do Nordeste Paraense, sendo integrante da microrregião do Guamá. Possui uma área de 1.379.523 km², com uma população estimada em 31.664 habitantes. A pesquisa foi realizada na Vila do Livramento **Itabocal**, comunidade rural pertencente à região do Itabocal, designação oriunda da vasta vegetação de tabocas ao longo do rio de mesmo nome, localizada a 12 km da sede do município.

Marapanim, a “Terra do Carimbó⁹” e das praias paradisíacas, foi fundada em 1931, pertence à mesorregião do Nordeste Paraense, sendo integrante da microrregião do Salgado, limita-se com o município de Curuçá, Terra Alta e Maracanã e possui uma área de 791.959 km, com uma população estimada em 27.471 habitantes. Nele, foram escolhidas a comunidade de **Camará**, com aproximadamente 3.000 mil habitantes e a Vila **Monte Alegre do Maú**, mais conhecida como o Portal da Água Doce, distante 32 km da sede do município e com uma população de 2.000 habitantes.

São Domingos do Capim, “Capital da Pororoca¹⁰”, Cidade do Açai¹¹” foi fundado em dezembro de 1758, pertence à mesorregião do Nordeste Paraense, integrando a microrregião do Guamá, limita-se com o município de São Miguel do Guamá, possui uma área de 1.677.080 km e uma população estimada em 30.978 habitantes. Nele foram escolhidas, como *lócus* da pesquisa a comunidade do **Catita** situada nos arredores do igarapé Catita, pertencente à zona rural e distante da sede do município, aproximadamente, a vinte e cinco quilômetros e a comunidade de **Taperaçu** localizada no ramal do km 10 da PA 252, aproximadamente, 72 km do

⁹ Carimbó é uma dança de roda típica do Pará e popular entre os nordestinos. Marcada por movimentos giratórios, é Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil desde 2014.

¹⁰ Pororoca – também denominada de macaréu ou mupororoca, são denominados fenômenos naturais que ocorrem na Amazônia, produzido pelo encontro das correntes fluviais com as águas oceânicas. O termo origina-se do tupi poro'roka, gerúndio do verbo poro'rog, «estrondar».

¹¹ Açai (*Euterpe oleracea*), palmeira que produz um fruto bacáceo de cor roxa, muito utilizado na confecção de alimentos e bebidas, nativa da várzea da região amazônica, em específico, no estado do Pará, onde se torna um alimento muito importante na dieta dos nortistas.

município de São Domingos do Capim, este fica a 22 km da cidade de Concórdia do Pará.

São Miguel do Guamá fundado em 1758, pertence à mesorregião do Nordeste Paraense, sendo integrante da microrregião do Guamá, possuidor de uma área de 1.110.175 km e com uma população estimada em 56.667 habitantes. Sediaram a pesquisa as comunidades de **Tatuaia**, cujo nome é de origem Tupi-Guarani, significando caminho de tatu, pois aia ‘caminho’ e tatu ‘tatu’ formando ‘caminho de tatu’ e a comunidade **Canta Galo** situada na área ribeirinha do município mas distante do município, em, aproximadamente, 7 horas de barco e 2 horas de carro, conta com cerca de 160 residentes e possui uma associação quilombola devido à grande incidência de influência da cultura africana comprovada pela existência de objetos domésticos utilizados pelos povos que ali habitaram.

Como fontes de pesquisa foram envolvidos quatro informantes de cada comunidade, selecionados com base no critério Geossociolinguística, com a observação de dois de sexos diferentes (masculino e feminino), na faixa etária entre 18 e 30 anos e dois também de sexos diferentes inclusos na faixa etária de 40 e 70 anos. Além da questão da faixa etária, foi observada a escolaridade igual ou inferior a 4ª série (5º ano) do ensino fundamental e comprovação da residência na localidade da pesquisa desde o seu nascimento até a data da entrevista, ou desde os cinco anos de idade, sem terem residido em outras localidades por mais de dois anos.

Para a realização do trabalho de campo foi utilizada a pesquisa descritiva e as abordagens qualitativa e qualitativa, respectivamente, por possibilitar o estudo, análise, registro e interpretação de fatos do mundo físico sem a interferência do pesquisador e pelo caráter exploratório.

A pesquisa foi norteadada pelos pressupostos teóricos da dialetologia, sob o método da geolinguística, que considera o pressuposto de que, no universo nada está isolado, tudo está em movimento e mudança, tudo depende de tudo, inclusive, e,

principalmente, o conhecimento. Foi usado o método dialético para a abordagem, em virtude do mesmo direcionar a investigação da realidade, via o estudo da ação recíproca, da contradição do fenômeno e das mudanças que ocorrem na natureza e na sociedade.

Assim, foram instauradas como fases da pesquisa: a coleta dos dados da língua falada, via registros das falas dos informantes selecionados; a descrição das variáveis acompanhadas do perfil completo das variantes; a análise dos fatores linguísticos e extralinguísticos que determinam a variação, considerando o nível linguístico e social do falante e a projeção histórica da variável no sistema linguístico e social; a apresentação da diversidade semântica e lexical da região; a descrição dos resultados obtidos, a partir da frequência das lexias nos campos semânticos; o estabelecimento de comparações entre as variações semânticas e lexicais: diatópica, diassexual, e diageracional, a partir das informações contidas nos dados e a elaboração de glossários de cada comunidade de fala.

No que diz respeito a instrumentos de coleta de dados, houve a realização de entrevistas gravadas em áudio, com o apoio da aplicação do questionário semântico lexical (QSL) adaptado, contendo 256 questões distribuídas em quatorze campos semânticos, a saber: Natureza e acidentes geográficos; Fenômenos atmosféricos; Astros e tempo; Flora: Atividades agro-pastoris; Fauna; Corpo humano; Cultura e convívio; Ciclos da vida; Religiões e crenças, Festas e divertimentos; Habitação; Alimentação e cozinha; Vestuário. Os dados coletados foram de teor quantitativo, os quais nortearam-lhe as medidas, complementando os dados qualitativos, que trataram das descrições, adjetivações, elementos linguísticos, objetos e imagens. Após a coleta oriunda das entrevistas, os dados foram selecionados, tratados e recortados considerando os fatores sociolinguísticos e as variáveis acompanhadas do perfil completo das variantes; em seguida, analisaram-se os fatores linguísticos e

extralinguísticos determinantes da variação, considerando o nível linguístico e social do falante e a projeção histórica da variável no sistema linguístico e social.

4 Resultados

A relação entre língua e sociedade cria um contexto de complementaridade, de modo que uma completa a outra, ou seja, a sociedade influencia a língua falada por aquele povo e vice-versa, resultando numa constante variabilidade daquela língua. Essa dinamicidade da língua pode ser representada pela imensa variedade linguística presente no país, que viabiliza a ocorrência de povos diversos com linguagens e culturas também diversas compartilharem com outros, de forma dinâmica e contínua, suas multiplicidades e singularidades. Assim, no contexto língua/sociedade, surgem questões que, para serem discutidas e entendidas é necessário recorrer às teorias da Sociolinguística, devido ela se ocupar de questões como variação e mudança linguística, bilinguismo e outras. É possível afirmar que a língua que falada hoje é resultado de muitas inovações ocorridas em sociedade e em épocas diferentes, sendo adequado pensá-la como uma realidade dinâmica, que está naturalmente em constante mudança.

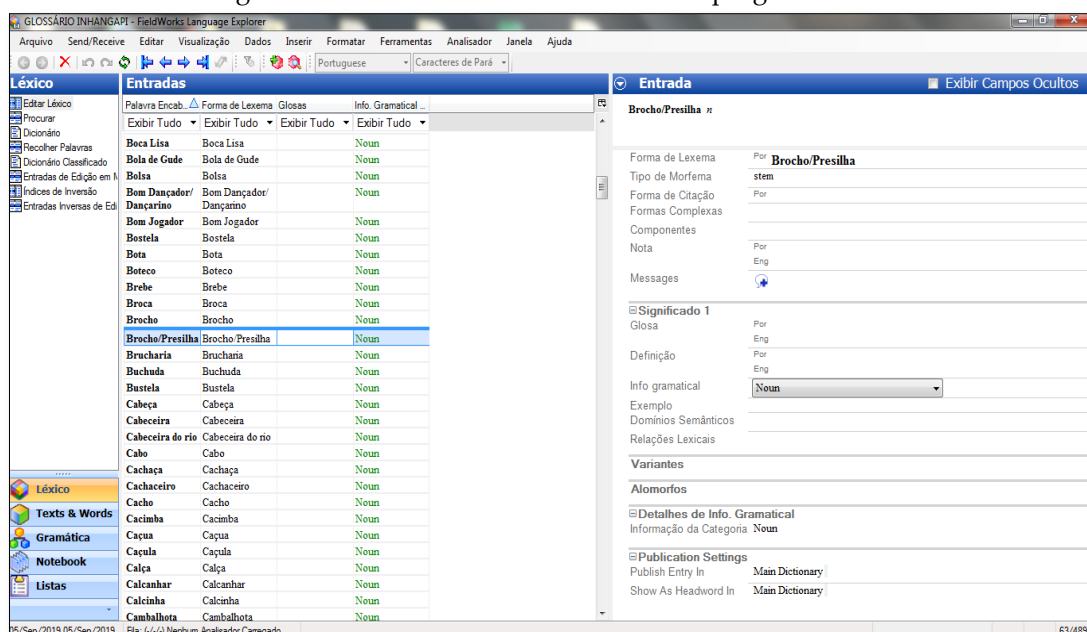
Para organizar o banco de dados e gerar os glossários do léxico falado no nordeste paraense foram utilizados dois programas: o FLE^x¹² (*Fieldworks Language Explore* versão 8.2.8) e o Lexique Pro¹³, os quais possibilitaram o banco de dados coletados e a elaboração de glossários dos léxicos falados nos municípios do nordeste paraense. É válido ressaltar que o *corpus* da pesquisa reuniu 3.255 mil dados documentados no *software* FLE^x referentes ao léxico falado nos municípios

¹² O FLE^x é um programa de distribuição gratuita produzido pela *International Society of Linguistics* (autora, antes conhecida *Summer Institute of Linguistics*). O programa FLE^x pode ser baixado gratuitamente pelo link: <https://software.sil.org/fieldworks/>.

¹³ O Lexique Pro: é um *software* desenvolvido pelo SIL (*Summer Institute of Linguistics*), que permite editar, exibir e distribuir dados lexicais de línguas naturais. O programa LexiquePro pode ser baixado gratuitamente pelo site <http://www.lexiquepro.com/download.htm>.

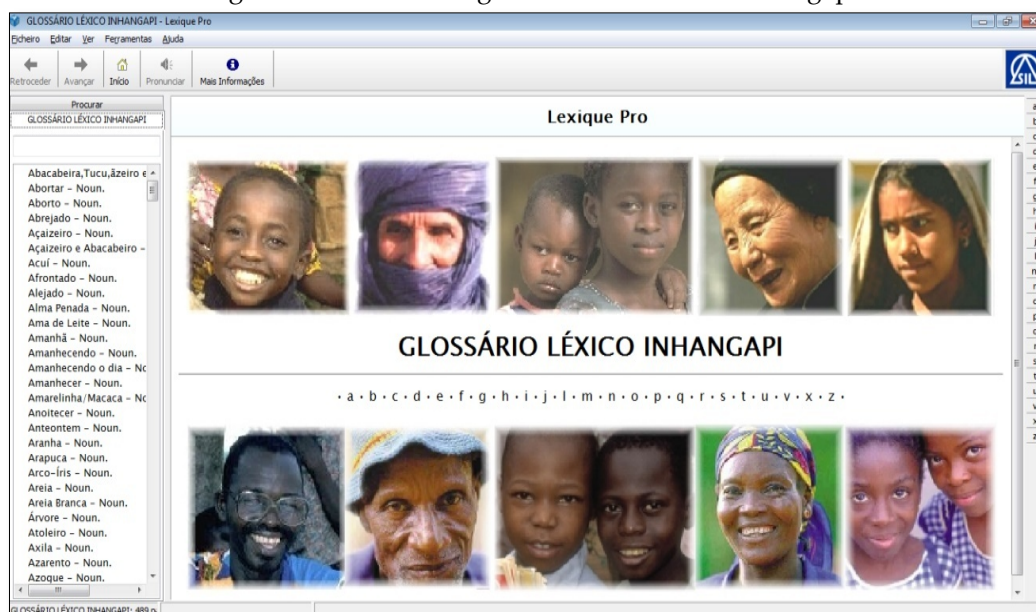
pertencentes ao nordeste paraense, que são demonstrados abaixo nas figura 2 e 3, respectivamente, a título de exemplos extraídos do banco de dados da presente pesquisa com 489 léxicos coletados somente no município de Inhangapi e uma amostra do glossário feito no Lexique Pro.

Figura 2 – Amostra do banco de dados no programa FLEX.



Fonte: Extraída do Programa Computacional FLEX.

Figura 3 – Amostra do glossário do léxico de Inhangapi.



Fonte: Extraída do Programa Computacional Lexique Pro.

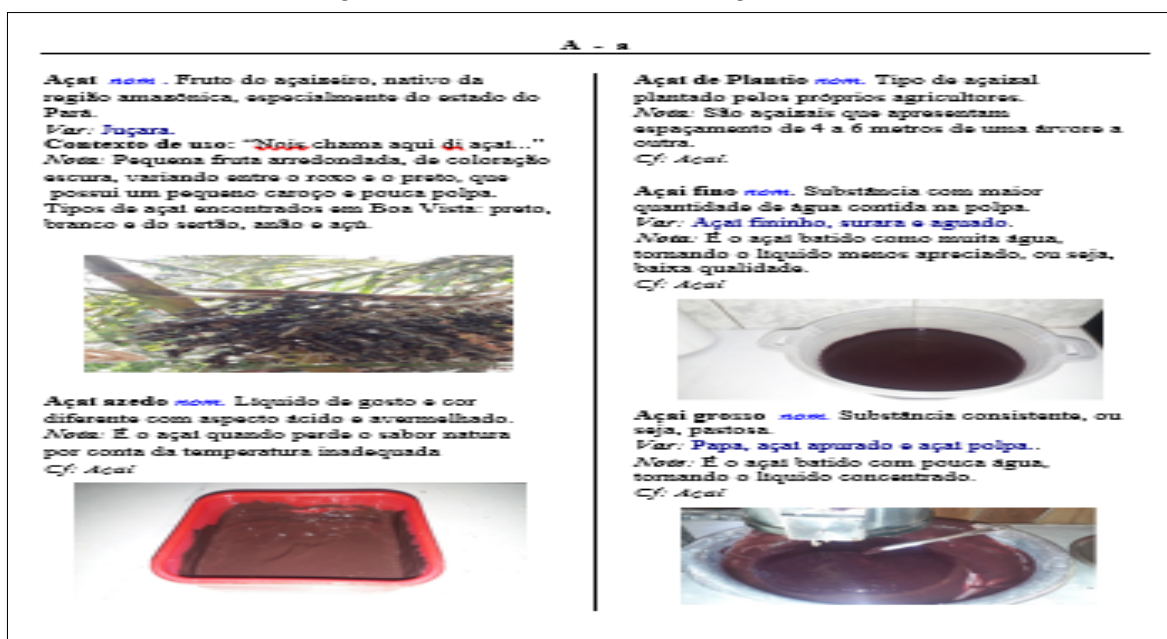
Os glossários elaborados nesta pesquisa são obras lexicográficas e terminográficas cuja estrutura comporta duas partes: a macroestrutura e a microestrutura. A macroestrutura apresenta a composição do glossário e a microestrutura apresenta informações relacionadas aos verbetes, tais como: entrada, categoria gramatical, definição, contexto de uso (quando possível), variantes dos léxicos pesquisados, listadas e/ou discriminadas nos glossários elaborados. O glossário do léxico do município de Inhangapi como obra lexicográfica compila o léxico geral, com os verbetes distribuídos em ordem alfabética e destacados em negritos, com uma linguagem simples e de fácil compreensão para os consulentes da obra e o de Boa Vista é de natureza terminográfica, ou seja, apresenta o léxico especializado falado pelos profissionais que trabalham, no caso, com o extrativismo do açaí na referida comunidade. A título de exemplificação, as figuras 4 e 5 apresentam, respectivamente, o glossário lexicográfico do município de Inhangapi que compila 489 léxicos falados pelas comunidades de Cumaru e Boa Vista e o glossário socioterminológico dos termos especializados do açaí da comunidade de Boa Vista.

Figura 4 – Glossário do município de Inhangapi.

MUNICÍPIO INHANGAPI COMUNIDADE DE BOA VISTA GLOSSÁRIO A - a		
<p>Açaí n. Fruto do açaizeiro, nativo da região amazônica, especialmente do estado do Pará. <i>Var:</i> Juçara. <i>Cont. de uso:</i> "Nois chama aqui di açaí..." (C1). <i>Nota:</i> Pequena fruta arredondada, de coloração escura, variando entre o roxo e o preto, que possui um pequeno caroço e pouca polpa. Tipos de açaí encontrados em Boa Vista: preto, branco e do sertão, anão e açu.</p> <p>Açaí azedo n. Líquido de gosto e cor diferente com aspecto ácido e avermelhado. <i>Nota:</i> É o açaí quando perde o sabor nativo por conta da temperatura inadequada. <i>Cf:</i> Açaí.</p> <p>Açaí de plantio n. Tipo de açazeiro plantado pelos próprios agricultores. <i>Nota:</i> São açazeiros que apresentam espaçamento de 4 a 6 metros de uma árvore a outra. <i>Cf:</i> Açaí.</p> <p>Açaí fino n. Substância com maior quantidade de água contida na polpa. <i>Var:</i> Açaí fininho, surara, aguada. <i>Nota:</i> É o açaí batido como muita água, tornando o líquido menos apreciado, ou seja, baixa qualidade. <i>Cf:</i> Açaí.</p>	<p>Açaí vermelho n. Polpa retirada do fruto bem maduro. <i>Var:</i> Açaí vermelhinho. <i>Nota:</i> É o líquido do açaí de cor avermelhada e sabor bastante apreciado.</p> <p>Açaí grosso n. Substância consistente, ou seja, pastosa. <i>Var:</i> Papa, açaí apurado e açaí polpa. <i>Nota:</i> É o açaí batido com pouca água, tornando o líquido concentrado. <i>Cf:</i> Açaí.</p> <p>Açaí marrom n. Polpa retirada do fruto não amadurecido. <i>Var:</i> Sangue de pato. <i>Nota:</i> É o líquido do açaí de cor parda, sendo pouco apreciado pelo consumidor. <i>Cf:</i> Açaí.</p> <p>Açaí médio n. Substância menos consistente. <i>Var:</i> Açaí popular e açaí normal. <i>Nota:</i> É o açaí batido com mais água, tornando o líquido menos pastoso.</p> <p>Açaí nativo n. São açazeiros produzidos pela própria natureza. <i>Nota:</i> São açazeiros que apresentam espaçamento aleatório entre uma árvore e outra.</p>	<p>Açaí natural n. líquido que não há intervenção de temperatura, ou seja, sem resfriamento. <i>Var:</i> Açaí quente, açaí da hora, açaí fresco, açaí fresquinho. <i>Nota:</i> É o açaí batido e consumido no ato da retirada do líquido. <i>Cf:</i> Açaí.</p> <p>Açaí vermelho n. Polpa retirada do fruto bem maduro. <i>Var:</i> Açaí vermelhinho. <i>Nota:</i> É o líquido do açaí de cor avermelhada e sabor bastante apreciado.</p> <p>Açaizal n. Área de cultivo do açaí. <i>Var:</i> Terreno, sítio, mata. <i>Nota:</i> Terreno de extenso aglomerado de açazeiros em determinada área, geralmente, obedece a espaçamento de 4 metros entre uma árvore e outra. Há dois tipos de açazeiro em Boa Vista: nativo (Sem interferência humana) plantio (plantado pelo homem).</p> <p>Açaizeiro reto n. Espécie de árvore que não tem curvatura. <i>Var:</i> Empinado, direito, direta, antena, retinho e reto. <i>Nota:</i> Espécie de açazeiro que não apresenta o caule inclinado.</p> <p>Açaizeiro torto n. Espécie de árvore que apresenta curva no caule. <i>Cont. de uso:</i> "Nós chama assim tortinho...tomo né" (C4). <i>Nota:</i> Tipo de açazeiro inclinado que apresenta curvatura no caule. <i>Cf:</i> Açaí.</p> <p>Água de açaí n. Água que sai do açaí depois de batido. <i>Var:</i> Chula, bernardo, água grossa, churara e surara. <i>Nota:</i> É a reutilização da água do açaí para outras batidas (máquina) tornando-o mais pastoso.</p> <p>Amadurecer v. Fazer chegar a estado comparável à madureza dos frutos; torna (-se) maduro. <i>Var:</i> Maduro, preto, tuiira, tuirinha, silvo, alvinho, cabeça de cotonete, cabecinha davovo, roxincho, cinza e cinzento. <i>Nota:</i> Amadurecer é quando o fruto está pronto para ser colhido.</p> <p>Amêndoa n. semente contida em caroço. <i>Var:</i> Massinha do caroço, miolo do caroço e miolinho. <i>Nota:</i> São massas que ficam na parte interna da semente do açaí.</p> <p>Anel n. Espécie de círculos encontrados no caule do açazeiro. <i>Var:</i> Cintura, anezinhos e marcas do bocó. <i>Nota:</i> Marcas no caule, de onde sai o bocó do açazeiro, ou seja, lugar do bocó.</p>

Fonte: elaborada pela autora.

Figura 5 – Glossário socioterminológico do açaí.



Fonte: elaborada pela autora.

A partir do Questionário Semântico Lexical (QSL) foram aplicadas 256 questões, distribuídas em 14 campos semânticos, mas, para a produção deste artigo, foi selecionado apenas um contexto de variação lexical entre os demais, o qual é explicado a seguir.

A variação lexical selecionada foi a encontrada no item 97 (**trabalhador de enxada em roça alheia** - homem que é contratado para trabalhar na roça de outro?), pertencente ao campo semântico 05 (atividades agropastoris - agricultura, instrumentos agrícolas), devido à consistência observada nas variantes encontradas, em termos de fatores como a compreensão da pergunta feita, resposta satisfatória, única forma lexical apresentada, sem incluir construções frasais com outros tipos variações não condizentes com a proposta supracitada. Na sequência, foi realizada a seleção dos contextos em que havia somente variações lexicais, pois grande parte dos dados permuta entre variações fonológicas e morfológicas.

A quantificação das variantes ocorreu a partir das variações diatópicas, diageracionais e, também, uma de uso geral sobre as variantes encontradas para este

contexto. Para a construção da carta linguística foram selecionados contextos entre os dados de cada ponto de inquérito distribuídos em cinco municípios: Inhangapi, Irituia, Marapanim, São Domingos do Capim e São Miguel do Guamá, respectivamente compostos por nove comunidades: Cumaru e Boa Vista, Itabocal, Camará e Monte Alegre, Catita e Taperaçu, Canta Galo e Tatuiaia.

Na tabela abaixo, é mostrado o uso da variação lexical do item 97 do QSL adaptado, considerando os dados que foram selecionados conforme fatores diatópicos, diageracionais e geral.

Tabela 1 – Quantificação geral da variação diatópica.

Variantes	Cumaru	Itabocal	Camará	Catita	Canta Galo	Tatuiaia
Empleiteiro	X				X	X
Trabalhador	X					
Diarista		X		X		
Peão			X		X	X
Vaqueiro			X			
Braçal			X			
Homem que faz bico			X			
Empregado				X	X	

Fonte: elaborada pela autora.

A tabela 1 acima corresponde à quantidade de ocorrências de cada uma das variantes correspondentes a variação do contexto 97 do QSL adaptado, Entre essas variantes, com maiores números de ocorrências identificadas, destacam-se “empleiteiro” e “peão”, ambas com três ocorrências, enquanto as demais ocorrem em menores índices, como: “trabalhador”, “vaqueiro”, “braçal” e “homem que faz bico” com uma ocorrência cada, “diarista” e “empregado” com duas ocorrências cada.

Na tabela abaixo são mostradas as quantidades literais e os respectivos valores percentuais de cada uma das variantes encontradas para o contexto 97 do QSL adaptado.

Tabela 2 – Percentual geral das variantes.

Variantes	Totais	Percentuais
Empleiteiro	7	26,92
Trabalhador	1	3,84
Diarista	5	19,23
Peão	6	23,07
Vaqueiro	1	3,84
Braçal	1	3,84
Homem que faz bico	1	3,84
Empregado	4	15,38
Total de variantes:	26	100%

Fonte: elaborada pela autora.

Tabela 3 – Quantificação geral da variação diagenérica.

Variante	Homens/Quant. de ocorrências%	Mulheres/Quant. de ocorrências%	Total
Empleiteiro	2/28,57	5/71,42	7/100%
Trabalhador	0/0%	1/100%	1/100%
Diarista	3/60%	2/40%	5/100%
Peão	3/50%	3/50%	6/100%
Vaqueiro	0/0%	1/100%	1/100%
Braçal	0	1/100%	1/100%
Homem que faz bico	0	1/100%	1/100%
Empregado	2/50%	2/50%	4/100%

Fonte: elaborada pela autora.

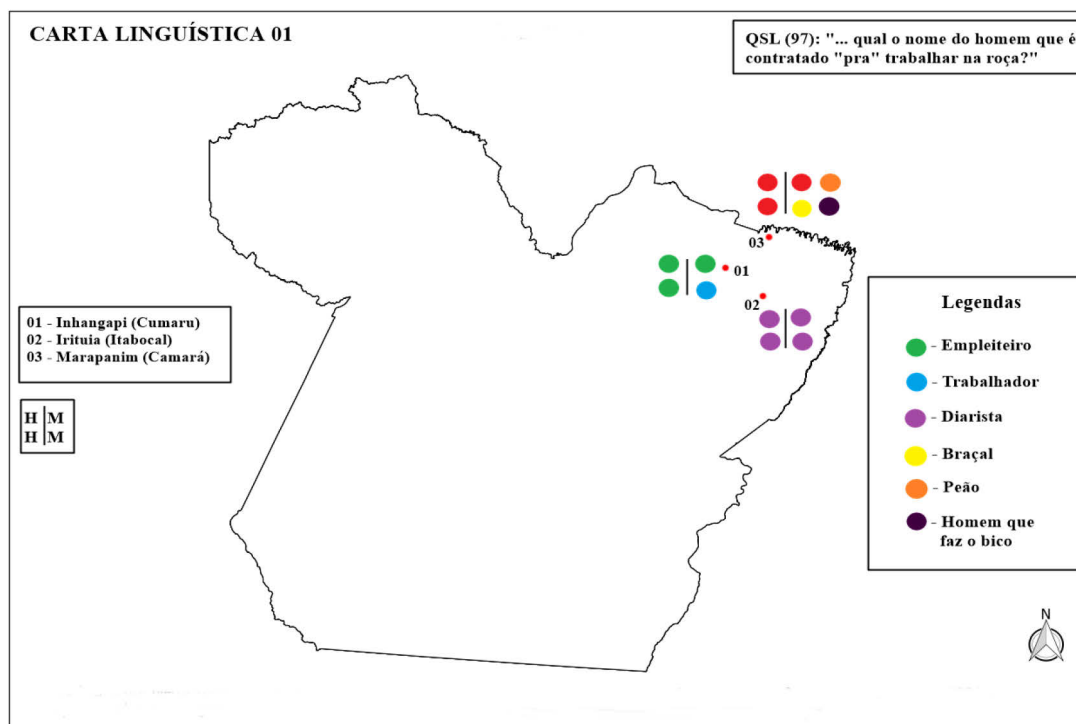
Na Tabela 3, é possível verificar o comportamento da variante a partir do aspecto diagenérico, ou seja, do sexo de cada colaborador por ponto de inquérito, em termos de quantidade de ocorrências e percentuais alcançados em cada uso das variantes. Assim, ficou evidente que as mulheres tendem a variar mais do que os homens no seu falar, pois os números encontrados e indicados na tabela acima apontam que esse grupo apresenta o uso de um léxico mais diversificado no que tange ao contexto 97 (**trabalhador de enxada em roça alheia** - homem que é contratado para trabalhar na roça de outro?) do QSL adaptado.

Considerando o foco do trabalho direcionado para a identificação de possíveis variantes linguísticas na fala dos usuários da língua portuguesa, é mister enunciar que os fatores extralinguísticos: geográfico, social, etário e cultural foram trabalhados por ocasião da seleção dos municípios e comunidades de fala como *locus* da pesquisa e da escolha dos informantes, considerando os critérios geossociolinguísticos que observam os fatores sexo, faixa etária, escolaridade e permanência do informante na região pesquisada.

A Carta Linguística mostra o resumo do comportamento da variação do contexto 97 em aspectos diatópicos e diageracionais, para tanto, todas as variantes encontradas foram organizadas a partir do seu uso, divididas entre os colaboradores do sexo feminino e do sexo masculino de três dos municípios pesquisados: Inhangapi (Cumaru), Irituia (Itabocal) e Marapanim (Camará). Vale ressaltar que as tabelas mostradas acima explicam de forma mais detalhada o que a carta ilustra sobre a variação lexical.

A escolha de apenas três regiões para a elaboração desta carta foi devida à proximidade das regiões, fato que dificultaria a visualização tanto dos pontos de inquérito, quanto do esquema para a amostra do uso da variação. Bem como esta, as demais regiões aqui pesquisadas também foram apresentadas em outras Cartas Linguísticas.

Figura 4 – Carta linguística.



Fonte: elaborada pela autora.

Os municípios e suas comunidades, *locus* da pesquisa, são dotados de riqueza lexical, devido à interação da língua portuguesa com a língua indígena e a influência dos grupos afros e de imigrantes europeus e asiáticos que passaram por esses locais, compondo um vasto léxico com características peculiares de uso frequente na oralidade dos que habitam as comunidades dos municípios pesquisados.

5 Considerações finais

Toda língua apresenta variações. A língua portuguesa não fugiu à regra, pois além do português considerado padrão, apresenta variação em seus usos, que tende a ser maior na língua falada que na língua escrita. Essa variação pode ser entendida por meio do percurso histórico da língua no tempo e no espaço.

O fenômeno da linguagem sempre foi um tema instigante para o ato de pesquisar, o que lhe proporcionou a permanente ocupação de um papel de destaque enquanto objeto de estudo, por esse motivo, teóricos do mundo todo, constantemente

tentaram e continuam a tentar explicá-la por meio de sua estrutura, seu funcionamento e suas relações.

Há muito, são realizados estudos sobre a questão da variação linguística, cujos resultados proporcionam a constatação da existência de estreitas relações entre as formas da língua e os diferentes grupos sociais que as utilizam, a língua e sociedade, o estudo da estrutura e da evolução da linguagem dentro do contexto social de uma comunidade de fala.

A pesquisa, aqui explicitada, foi uma iniciativa de docentes e alunos integrantes do Núcleo de Estudos Linguísticos e Literários – NELL e do grupo de pesquisa “Linguagens e Tecnologias” do Centro de Ciências Sociais e Educação da UEPA; pessoas que se debruçaram, primeiramente, nos aportes teóricos e, deles, retiraram os subsídios para que a pesquisa tivesse solidez.

O conhecimento adquirido na empreitada, propiciou aos docentes e discentes pesquisadores, elementos que os levou, primeiramente, a alcançar o objetivo estabelecido e conseguir respostas aos questionamentos relacionados às variações do português nas comunidades de fala localizadas em municípios do Estado do Pará. Pretende-se que este trabalho venha servir de fonte de conhecimento para as pesquisas na área de estudos linguísticos, trazendo contribuições importantes para o estudo da língua portuguesa brasileira, promovendo, com isso, um maior interesse das comunidades acerca de suas culturas linguísticas, ajudando-as a desenvolver maior consciência sobre a importância de conhecer a língua e suas variações, desmistificando o preconceito linguístico.

Os resultados desse estudo podem ser considerados inéditos em virtude de não existir, ainda, um trabalho a respeito da fala dessas comunidades, valendo ressaltar que a divulgação de tais resultados, na comunidade, aguçará a atenção dos moradores para a transformação do seu falar ao longo dos anos, além de contribuir para a descrição da língua portuguesa brasileira, no referente à composição de uma parcela

do quadro representativo dos mais diversos tipos de falares do Pará, à medida que novas pesquisas sejam concretizadas nas diferentes regiões do Estado.

Entre os possíveis impactos, está a questão de tornar claro para os nativos algo a que eles não dão muita importância por ser tão corriqueiro: o uso da sua língua. Será impactante para os nativos a percepção de que há anos, a língua não era falada do mesmo modo que é hoje, de que a língua, não sendo uma realidade estável, vive em constante mudança; por isso, faz-se necessário que outros apanhem as ideias, aqui contidas, e as joguem a outros, de modo que mais estudos e pesquisas sobre o assunto sejam feitos, num processo contínuo, mutável e inovador como soe o idioma falado.

Referências Bibliográficas

AGUILERA, V. A. Arcaização, mudança e resistência lexicais em atlas linguísticos brasileiros: o rural e o urbano. *In*: DÖLL, C. *et al.* (org.). **De arte grammatica**: Festschrift für Eberhard Gärtnerzuseinem 65. Geburtstag. Frankfurt am Main: Valentia, 2010. p. 19-32.

AGUILERA, V. A. Estudos dialetológicos no Paraná: caminhos e perspectivas. *In*: GÄRTNER, E.; HUNDT, C.; SCHÖNBERGER, A. (org.). **Estudos de geolinguística do português americano**. Frankfurt am Main: Valentia, 2009.

AGUILERA, V. A. Crenças e atitudes lingüísticas: quem fala a língua brasileira? *In*: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (org.). **Português brasileiro II**: contato linguístico, heterogeneidade e história. Niterói: Ed. da UFF, 2008. p. 311-333. **Alfa**, São Paulo, 56 (3): 871-889, 2012.

ALTENHOFEN, C. V. A Constituição do corpus para um “Atlas Linguístico-Contatual” das Minorias Alemãs na Bacia do Prata. *In*: **Martius** – Standen-Jahrbuch, São Paulo, n. 51, p. 135-165, 2004.

ARAGÃO, M. S. S. Atlas Linguístico do Brasil - Estado da Paraíba - ALiB-PB. **Conceitos**, João Pessoa, v. 5, p.4 2-48, 2004.

BRANDÃO, S. F. **A geografia linguística no Brasil**. São Paulo: Ática, 2009.

BAGNO, M. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz.** 29ª ed. São Paulo. Loyola, 2015.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem.** 5ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

BELINE, R. A variação linguística. *In*: FIORIN, J. L. **Introdução à Linguística I. Objetos teóricos.** São Paulo. Contexto, 2011. p. 121-140.

CABRAL, A. S. A. C.; RODRIGUES, A. D.; MIDLIN, B.; BRAGA, A. Línguas entrelaçadas, uma situação sui generis de línguas em contato. **Papia**, v. 21, n. 2, p. 221-230, 2011.

CÂMARA Jr., J. M. Língua e cultura. *In*: Uchôa, C. E. F. (sel. e introdução.) **Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.

CARDOSO, S. A. M. da S. **Geolinguística: tradição e modernidade.** São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

CARDOSO, M. P. S. da S. **Um estudo semântico-lexical com vistas ao Atlas Linguístico da Mesorregião do Marajó/PA.** Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa. Universidade de São Paulo, USP, 2002. (Tese de Doutorado).

CARDOSO, M. P. S. da S. **Oralidade e escrita: uma análise prosódica da leitura oral na escola.** Universidade Federal do Pará, Belém, 1997 (Dissertação de Mestrado).

CHOMSKY, N. **Aspects of the Theory of Syntax.** Cambridge, Massachusetts: the MIT Press, 1965. DOI <https://doi.org/10.21236/AD0616323>

CHOMSKY, N. Conhecimento da História e construção teórica na Linguística Moderna. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 13. SPE, p. 133-155, 1977. DOI <https://doi.org/10.1590/S0102-44501997000300005>

COELHO, I. L. *et al.* **Para conhecer sociolinguística.** São Paulo: Contexto, 2015.

COSERIU, E. **Sentido y Tareas de laDialectología.** México: Universidad Nacional Autónoma de México / Instituto de Investigaciones Filológicas, 1982.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. **Atlas Linguístico do Brasil: Questionários.** Londrina: Ed. UEL, 2001.

CRUZ, E. **História do Pará**. Belém: UFPA, v. 2., 1963. (Coleção Amazônica. José Veríssimo). Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/99>.

D'ANGELIS, W. R. **Revitalização de línguas indígenas: como fazemos**. Curte Nimuendajú. São Paulo, 2019.

DIETRICH, W.; THUN, H.; SYMEONIDIS, H.; AQUINO, A. Atlas Lingüístico Guaraní – Románico. Tomo 1: Léxico del cuerpo humano (Dialectología pluridimensionalis Románica). **Revista Internacional de Lingüística Ibero-americana**, Vol. 8, Miscelánea de lingüística Ibero-americana, p. 239-242, 2010.

DUBOIS, J. *et alii*. **Dicionário de lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1978.

FARACO, C. A. **Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FARACO, C. A. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo, SP: Parábola, 2008.

FERREIRA, Aurélio. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3 ed. Rio de Janeiro, 2009.

FERREIRA, C.; CARDOSO, S. **A dialectologia no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

FIORIN, L. J. **Linguagem e ideologia**. Ática. São Paulo, 2005.

FREIRE, P. **Educação como Prática de Liberdade**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2005

GUEDES, R. **Estudo Geossociolinguístico da variação lexical na zona rural do Estado do Pará**. 2012. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

HODSON, T. C. Sociolinguistics in India. **Man in India**, v. 19, p. 94-98, 1939.

ISQUERDO, A. N. Os atlas regionais brasileiros publicados e em curso: percursos metodológicos. *In*: MOTA, J. A.; CARDOSO, S. A. M. (org.). **Documentos 2: projeto atlas lingüístico do Brasil**. Salvador: Quarteto, 2006. p. 67-94.

JAKOBSON, R. **Relações entre a ciência da linguagem e as outras ciências**. Lisboa: Bertrand, 1973.

LABOV, W. **Sociolinguistic Patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LABOV, W. Where does the Linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera. **Sociolinguistic Working Papers**, p. 43-88, 1978.

LABOV, W. Building on Empirical Foundations. *In*: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. **Perspectives on Historical Linguistics**. Amsterdam: John Benjamins, 1982, 17-92.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MATTOSO, J. C. Jr. **Estrutura de Língua Portuguesa**. Ed. Vozes, Petrópolis, 2009.

MELLO, H.; ALTENHOFEN, C.; RASO, T. **Os contatos linguísticos no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

MOLLICA, C. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. *In*: MOLLICA, C.; BRAGA, M. L. (org.). **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 9-14.

MONTEIRO, J. L. **Para compreender Labov**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MOTA, J.; CARDOSO, S. Sobre a Dialectologia no Brasil. *In*: MOTA, J. A.; CARDOSO, S. A. M. **Documentos 2: Projeto Atlas Linguístico do Brasil**. Salvador: Quarteto, 2006. p. 15-34.

MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. **Introdução à linguística—domínios e fronteiras**. Editora Cortez, 2009.

PAULSTON, C. B.; TUCKER, G. R. History of sociolinguistics: introduction. *In*: **Sociolinguistics: the essential readings**. Malden: Blackwell Publishing, 2003.

PEREIRA, A. **Estudo morfossintático do Asuriní do Xingu**. 2009, Tese (doutorado em linguística), Unicamp, Campinas, 2009.

RADTKE, E.; THUN, H. Nuevos caminos de la geolinguística románica. Um balance. *In*: RADTKE, E.; THUN, H. **Neue Wege der Romanischen Geolinguistik**. Kiel: Westensee-Verlag, 1996. p. 25-49.

RODRIGUES, A. D. Os estudos de linguística indígena no Brasil. **Revista de Antropologia**. São Paulo, 12:09-21, 1963.

RODRIGUES, A. D. Relações internas na família linguística Tupi-Guarani. **Revista de Antropologia**. São Paulo, n. 27/28, p. 33-53, 1985.

RODRIGUES, A. D. ; CABRAL, A. S. A. C. Revendo a classificação interna da família Tupi-Guarani. *In: Atas do I Encontro Internacional do GTLI da ANPOLL*. Belém: EDUFPA, 2002.

SILVA, G. F. da. **Construindo um dicionário Parakanã-Português**. Dissertação (mestrado em linguística), UFPA, Belém, 2003.

SOLANO, E. de J.B. **Descrição gramatical da língua araweté**. 2009, Tese (doutorado em linguística), UnB, Brasília, 2009.

TARALLO, F. **Tempos Linguísticos – itinerário histórico da língua portuguesa**. Ed. Ática, 1990.

THUN, H. La géographie linguistique romane à La fin Du Siècle. Congrès international de linguistique et philologie romanes, 22., 1998a, Bruxelas. **Actes**. v.3. Vivacité et diversité de la variation linguistique. Tübingen: Niemeyer, 1998a. p. 367-388. DOI <https://doi.org/10.1515/9783110933109.367>

THUN, H. La geolinguística como linguística variacional general (conejemplos del Atlas lingüístico Diatópico y Diastrático do Uruguay). Congresso Internazionale di linguistica e filologia romanza, 21, 1995, Palermo. *In: RUFINO, G. (org.). Atti. Tübingen: Niemeyer, 1998b. p. 701-729. DOI <https://doi.org/10.1515/9783110934038.701>*

THUN, H. Movilidad demográfica y dimensión topodinámica: Los montevideanos em Rivera, *In: RADTKE, E.; THUN, H. (org.). Neue Wege der Romanischen Geolinguistik: Akten des Symposiums zur Empirischen Dialektologie*. Kiel: Westensee, 1996. p. 210-269.

THUN, H. O português americano fora do Brasil. *In: GÄRTNER, E.; HUNDT, C.; SCHÖNBERGER, A. (ed.). Estudos de geolinguística do português americano*. Frankfurt a M.: TFM, 2000a. p. 183-213.

THUN, H. Introduction à la table ronde. Congrès international de linguistique et philologie romanes, 22, 2000b, Bruxelas. **Actes**. v. 3. Vivacité et diversité de

lavariación linguistique. Tübingen: Niemeyer, 2000b. p. 407-409. DOI <https://doi.org/10.1515/9783110933109.407>

THUN, H. A dialetologia pluridimensional no Rio da Prata. *In*: ZILLES, A. M. S. (org.). **Estudos de variação linguística no Brasil e no Cone Sul**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005. p. 63-92.

Artigo recebido em: 24.07.2021

Artigo aprovado em: 26.10.2021

Tradução**Comparative Anthroponomastics¹**
Antroponomástica Comparada*Márcia Sipavicius SEIDE **

ABSTRACT: The emergence of onomastic studies in Europe dates back to the 19th century when language studies were made according to the approaches of Philology and Comparative Grammar. However, the interest in comparing anthroponymies of different languages and/or cultures, is recent and even more recent is the perception that studies of this nature form a specific subarea that I call Comparative Anthroponomastics. In this work, I elucidate how this subarea is configured from theoretical, pragmatic epistemological and applied points of view. To this purpose, I present results of bibliographic research based on 16 papers published in International Congresses of Onomastics from 2011 to 2018 and, 06 researchers conducted by me and/or, colleagues in this area totaling 22 studies.

RESUMO: O surgimento dos estudos onomásticos na Europa remonta ao século XIX, quando os estudos das línguas privilegiavam as abordagens oriundas da Filologia e da Gramática Comparada. O interesse pela comparação de antroponímias de línguas e/ou culturas diferentes, contudo, é mais recente e ainda mais a percepção de que estudos desta natureza formam uma subárea específica a que chamo de Antroponomástica Comparada. Neste trabalho, elucidado como esta subárea se configura tanto do ponto de vista teórico e epistemológico, quanto do ponto de vista pragmático e aplicado. Para tanto, apresento resultados de pesquisa bibliográfica baseada em 16 trabalhos completos publicados em congressos internacionais de Onomástica de 2011 a 2018 e 06 pesquisas realizadas por mim e/ou colegas nessa área totalizando 22 estudos.

¹ Este texto é tradução de artigo já publicado na revista Onomástica desde América Latina, v. 1, n. 2 (2020), disponível no link <http://e-revista.unioeste.br/index.php/onomastica/article/view/25488>. A tradução foi feita por Nelza Mara Pallu e pela autora do artigo. Acesso em: 9 ago. 2021. A tradução foi autorizada pelas editoras da revista ODAL.

* Doutora em Filologia e Língua Portuguesa, docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2859-1749>. marcia.seide@unioeste.br.

KEYWORDS:	Onomastics.	PALAVRAS-CHAVE:	Onomástica.
Anthroponomastics.	Comparative	Antroponomástica.	Antroponomástica
Anthroponomastics.		Comparada.	

I noticed the existence of the subfield of Comparative Anthropomastics when I did a literature review based on a sample of articles published in the 24th. International Congress of Onomastics Sciences (ICOS) held in Barcelona in 2011 (SEIDE, 2016). At that time, I analyzed a sample of 33 published articles. In this sample, I identified the following researchers with a comparative bias: Mutsukawa (2014), Gudurić (2014) and López-Franco (2014).

The study of Gudurić (2014) was about how French first names were adapt to Servian language from morphological and phonetical points of view in translated written texts. As translation requires knowledge of both languages, that is the departure language and the target language, the comparison of anthroponimic systems is necessary to the translation practice, which is one of the applied fields of Comparative Anthroponomastics.

Another application of this type of study is related to the teaching of foreign languages. Mutsukawa (2014) conducted a comparative study motivated by the pedagogical purpose of teaching English to Japanese students and Japanese language to native English speakers. In his article, the Japanese researcher describes the phonological and semantic characteristics of the male and female first names in the languages involved. After that, the researcher compared the names seeking to understand the grammatical gender indication in first names, that is if, given a first name how a non-native speakers should know if the name bear is a female or a male person.

Also making comparison of anthroponimic systems by a linguistic bias, López-Franco (2014) developed a comparative study of the most frequent first names in two cities: Montpellier in France and Tlalnepantla de Baz in Mexico. Her research was

based on samples of birth certificates of citizens who were born in 1970 and in 1975 and aimed at verifying how many lexical items the first name had.

In this first approach to the area of Comparative Anthroponomastics, I realized that there are practical reasons related to the translation and teaching of foreign languages that can motivate comparisons of different anthroponimic systems. There are also more theoretical interests aiming at obtaining

results not only about the origin and development of languages, but also about their features which might be seen either as universal or as peculiar to each language and culture. In a similar manner, contrasting different social norms concerning people's first names can lead to a better comprehension of common and distinct features of names and their usage across languages and cultures. (SEIDE; PETRULIONĖ, 2018, p.1203)

The consideration of the research already done in the tradition of Comparative Linguistics and Dialectology let us think that a linguistic comparison might involve nearby or far away languages and cultures. In addition, the languages involved may or may not be in contact. In the first case, this linguistic contact may result from geographical proximity (border countries or countries that are close to each other) or be the result of migratory processes. In addition, a comparison can be made in a diachronic, synchronous or panchronic way. Data analysis, in turn, can be done from a strictly linguistic point of view, or can involve other disciplines such as History, Anthropology, Law, among others.

I emphasize that the theoretical and methodological characteristics of the project presented by Bramwell (2016) closely follows the paradigm I call as being one with the Comparative Anthroponomastics with anthropological bias. The researcher conducted 60 semi-structured interviews in five different communities in Scotland: three are formed by indigenous, traditional and bilingual populations (there are speakers of Scottish Gaelic and English languages, and, speakers of Doric and English

dialects), while one is formed by of Pakistani migrants and their descendants who have lived in the country for generations and the other is made up of recent immigrants who have sought asylum in the country as political refugees.

The comparative and anthropological nature of the research is evidenced by the following excerpt from the article in which the author states that:

The methodological orientation of the project is influenced by the sociolinguist/linguistic anthropologist Dell Hymes and his interest both in the intricacies of language and in cross cultural comparison. The central concern of Hymes's approach to studying language has always been to view it in its contextual and cultural framework. Hymes (1968) believes that using qualitative methods does not have to mean a rejection of comparative study, and that qualitative analysis even "insists on refining the empirical basis of comparative study, by providing more surely valid descriptions of the individual systems on which comparative study must depend (BRAMWELL, 2016, p. 713).

The objectives of Bramwell's research project also highlight the comparative, cultural and anthropological bias of his research. The general objectives are "To produce a model of empirical anthroponymic research by investigating several personal naming systems in a comprehensive way and developing a cross-cultural study of personal naming" and "investigate possible links between naming systems, social structure and cultural contact" (BRAMWELL, 2016, p. 713).

Her research questions also clarify the contribution of anthroponymic research to cultural studies on migration, a phenomenon that join people, languages and cultures side by side. This is what Bramwell's following questions indicate:

What happens when one set of naming traditions faces competition from another? How do people coming together from many naming traditions use names? Can naming systems give an indication of the level of assimilation of immigrant communities? (BRAMWELL, 2016, p. 713).

In search of more anthroponimic research of comparative bias, I sought the Proceedings related to congresses held by ICOS in 2016 and 2018 and also the Proceedings related to another international event in the area, the Second International Conference in Onomastics held in Romania in 2013.

An example of comparative research relating language, history and culture is the one developed by Shokhenmayer (2016). He did a comparative analysis of the hundred most frequent Russian, French, Germanic and British surnames. The quantitative results of his research are analyzed linguistically, from the etymological meaning of surnames, and, historically, by means of correlations between the features of medieval history of each region of Europe and the more common types of surnames. German surnames, for example, are those with a greater percentage of names that refer to professions, a fact that is correlated by the researcher to the influence of the Hanseatic League created in Germany in the 12th century. Some of the similarities found among surname systems are related to linguistic universals: “Almost everywhere nicknames reflect external characteristics (colour, height) and inner properties (character, livelihoods)”. Others are due to the characteristics common to medieval European history: “(...) family names mostly denote the metalworking (*Кузнецов, Ковалёв, Lefèvre, Schmied, Smith*) bread making (*Мельников, Baker, Fournier, Bäcker*), horse serving (*Коновалов, Chevalier, Marshall, Roßmann*) and religion (*Понов, Пономарёв, Lemoine, Bell, Palmer, Kirchner*) as pillars of the medieval society” (SHOKHENMAYER, 2016, p. 231).

The bibliographic research I undertook also showed the existence of research related to the investigation of the impact of recent migratory processes in European countries. Those researches encompass names, languages and cultures that were joined together due to these movements. The following searches are in this category.

Szabó (2018) investigated, through interviews, the choice of names by first and second generations of Hungarian migrants residing in France, based on data generated

in the years 2007 and 2010. The interviews made by her focused on the choice of first names of children born in two periods: from 1980 to 1995 and from 1995 to 2010. His research was based on the study of a sample of 110 first names whose choice, by the parents, was investigated through interviews with Hungarian parents of children born in France. Both because it is supported by field research, and it assumes that the choice of names is part of the process by which parents signal the identity desired for the child, the investigation can be included as belonging to the Socionomastics paradigm. Although it is a research about anthroponimic choice in bilingual migratory contexts, there is not deepening analysis of differences and similarities of the anthroponimic systems in contact.

Walkoviak (2018a), in turn, presented an overview of the challenges faced in European countries regarded to the right to have a name and to register it by both linguistic minorities residing in the member countries of the European Union, and by non-European migrants living in the region. Her research includes a description of how some countries in Europe have been able to deal with these challenges by implementing increasingly liberal anthroponomastics language policies. According to the analysis presented, the challenges are greater when different alphabets are at stake (as in the case of Greek, Arabic and Cyrillic alphabets), there are anthroponymic norms of a language without equivalents in other languages (e.g. civil names consisting of first name and two surnames in the Portuguese language and in the Spanish language and the use of patronymic in the civil name of the Russians) or there are exclusive norms to a particular set of languages, as it is the case of the languages of the Baltic branch (namely Latvian and Lithuanian), the use of female surnames forms as indicators of marital status (for example a single daughter bears the surname Sipavičiute, while a married woman whose husband is a Sipavičius, is called Sipavičienė).

If, in one hand, the researcher observes a trend towards the standardization of civil names in Europe, with extinction of characteristics peculiar to one language, on the other hand, the possibility of the existing relations between language, history and nationalism functioning as a counterweight to this tendency. Whatever it is, her research illustrates, exemplarily, the importance and application of Comparative Anthroponomastics in Europe today. Her research shows that, having in mind that migratory flows are becoming more frequent, several anthroponimic norms are confronted with each other, situation that rises a need for comparative study and research on these norms so that solutions to conflicting norms or uses peculiar to only one nation or a linguistic minority of a country might be found.

Another research of this type was proposed by Frändén (2016) who presents a research project focused on the Immigrants' surnames that became part of the Swedish Anthroponomical system. The project provides documentary research and interviews with people who have such surnames and literacy people (university professors) of the languages involved. In previous research, she had found that the most frequent immigrant surnames come from the following languages: Arabic, Finnish, Croatian or Bosnian Serb, Turkish, Spanish, Chinese, Persian, Albanian, Vietnamese, Hungarian and Polish. Unlike other studies involving migratory processes, the researcher's concern is about how surnames are incorporated into Sweden's repertoire of surnames.

The researcher clarifies that she considers immigrant surnames those who were not present in a census conducted in the country in 1920 and that are used by at least 100 people. Her interest is on investigating whether and how surnames have undergone a process on the process of "swedification" of those surnames in pronunciation and or spelling, and if the holders of these names are keen on the modified form of their surnames, and whether there are parallel forms of the name in

use according to context, that is, whether the original form of the surname is used in family contexts and the modified form in non-family contexts.

There are also other investigations that focus on migratory processes but are not limited to those that occur in the present time. To investigate how prenames and surnames of Polish origin are registered in Lithuania, Walkowiak (2016) takes into account issues that focus on ideology, linguistic ideology, linguistic policy and linguistic practice itself from a panchronic bias. In her research, she recovers previous linguistic policies adopted in the country from the union of Lithuanian and Polish nobilities in the Middle Ages to the dissolution of the Soviet Union in the early 1990s; presents the rules of lithuanization of foreign names currently in force, compares current records of names to the forms currently prescribed, and points out divergences between the prescription and the records of Polish names.

In later research, Walkowiak (2018b) focuses on the adaptation of Lithuanian surnames to the Polish language regarding to spelling and morphology of surnames and brings important reflections on the presence of surnames of Lithuanian origin in Poland, whose presence is justified for historical reasons from the Middle Ages to the present day. Based on deep linguistic analyses of written documents, her study is an example of how comparative research can be developed in which the languages in contact are analyzed in equal depth.

Jordà, Pujadas Mora and Cabré (2016), in turn, investigate the impact of migratory movements on the anthroponymy from a historical point of view. These researchers present a statistical and linguistic analysis of data from marriage certificates archived in the Cathedral of Barcelona dating from 1451 to 1905. In their research, etymological, linguistic and statistical analysis of surnames is correlated to the migratory waves that have changed the population profile of the city. In this investigation, names written in the Castilian, French, Occitan, Catalan and Galician

languages are compared. Because it is a comparison between similar languages, there are many cases of homonymic surnames, spelling adaptation or translation.

It is possible to note that the question of how surnames should be recorded in the past is not much different from those faced by European nations when they create language policies that seek to meet the challenges posed by the recent migratory waves that reach the continent. The authors explain that

(...) in the absence of a standardized onomastics a Catalan scribe could choose one of three options at the time of registering a surname that was foreign to him: he could preserve the original spelling, if he knew how to write it; he could adapt it to the forms of the host language, which was the most common solution; or he could translate the surname from the original language into Catalan (Peytaví: 2010, p. 353-354). (JORDÀ; PUJADAS-MORA; CABRÉ, 2016, p. 136).

I emphasize that this Spanish research is quantitative in nature and presents a comparative anthroponimic study related to past migratory movements. Currently, while comparative research motivated by the interest of investigating the impacts of migratory processes on anthroponymy also investigates the influence of linguistic policy adopted in each country, as shown by Walkowiak investigations (2016, 2018b). Other studies are specifically concerned to the issue of how foreign names should be or are incorporated into the official languages of each nation. It should be remembered that loanword can occur due either to situations of linguistic contact provided by migratory movements, or by the influence of hegemonic languages and cultures.

Havlík's research (2016) is an example of how the comparative study of anthroponimic systems has practical application regarding to national linguistics policies. Havlík empirically investigated how Polish proper names are pronounced by people from the Czech Republic and by the television media of that country.

the results showed that the respondents read the Polish names mainly as they were spelled, while in the Czech media they were pronounced

according to the original Polish pronunciation. These conflicting results beg the question whether the spelling of Polish anthroponyms and toponyms should be adjusted according to Czech orthography. The possibility of adjusting pronunciation according to the original spelling is blocked, however, by differences in orthography between the two languages. In cases when the spelling of a Polish name differed considerably from Czech orthography respondents had no idea how to read the name (HAVLÍK, 2016, p. 41).

This comparative research is of a more linguistic and less as interdisciplinary nature. It is interesting because it involves nearby languages, countries and cultures. In addition to being neighboring countries, these are languages originating from the same linguistic group: the Slavic.

Similar research was conducted by Jilková (2016) on how Czech citizens read Hungarian first names that are well known in the country and names that have some spelling difficulties. This research showed that, although there is a prescriptive recommendation that foreign names should be pronounced according to the original language, in practice, when it comes to names with more difficult sounds to pronounce or less known names, the tendency is to follow the spelling according to the phoneme-grapheme relationship of the Czech language. In this case, since the countries are about five hundred kilometers from each other distance, these are countries of the same geographical region, but without direct contact. Besides that, from a linguistic point of view, these are languages of different families: while the Hungarian language is part of the Uralic languages, the Czech language is a Slavic language.

Štěpánová's (2016) research was also carried out in the Czech Republic, but it is broader than the previous, one as it is part of a national project that aims at investigating and describe how loanwords, including foreign proper names, are pronounced by native speakers, in addition to providing prescriptive guidance on how they should be pronounced. The analyses come from two databases: one from transcription of speeches transmitted on television media and another from a linguistic advisory center that people can consult when they have doubt about the pronunciation

of some name. The set of first names of the centre database is comprehensive and includes names from various sources, including names from the Portuguese and Spanish language, each corresponded to 2% of the corpus (ŠTĚPÁNOVÁ, 2016, p. 182). This linguistic contact with proper names of various and varied sources is explained as follows by the researcher: “Due to globalization we encounter immense heterogeneity of proper names coming from foreign languages, which are – from our point of view – sometimes regarded as ‘exotic’” (2016, ŠTĚPÁNOVÁ, p. 186).

I also found research that aims at the description of cultural universals. Sitkei (2018) maps the use of apotropaic names (names with derogatory meanings attributed to protect their bearers from evil spirits) at different times and cultures. The oldest records date back to the Egyptian Empire, from where the practice expanded to the Greeks and the Romans. There are also indications of this practice among Hungarians, the ancient peoples of Siberia, Mongolia, China, Japan, Korea, Pakistan and in some regions of India and Africa. All reported practices are justified by the belief in the magical power of the name and are related to the desire of the name-givers to avoid infant mortality. The research involves the comparison among many languages, epochs and cultures, due to that it tends to describe cultural universals that underlie the naming practices.

Another research of cultural bias is by Tsepkova (2013). This research relates Russian culture and language to two different cultures that share the language, the English language. She compares how nicknames are in Britain and in the United States. The database consists of just over 6,000 nicknames collected in dictionaries, websites, chats of internet and blogs in which there were discussions on the subject and in the application of questionnaires to 117 Russians and 60 British and American. In her research, nicknames were conceived as a cultural *realia*, that is, an object of an extralinguistic reality which is specific to a particular culture and as the lexeme that names this object. Its cultural and anthropological bias are revealed by its research

questions: "1) How do nicknames reflect culture? 2) what aspects of culture do they reflect?" (TSEPKOVA, 2013, p. 831). In line with the perspective adopted, the surnames are defined as "*a linguistic realia naming extralinguistic realia of the material and mental types*" (TSEPKOVA, 2013, p. 831).

Among the results achieved, I emphasize two for highlighting the relationship between naming, language and culture and clarifying that, interviews with Russians were made because the Russian language and culture have the function of serving as a parameter of comparison. Sometimes the same nickname was recorded in all samples, i.e., it was used by The British, The United States and Russians interviewed, but with different meanings. This is the case of the nickname *Mop* in English and *Svabra* in Russian. Although the common nouns refer to a type of "broom to wash the floor", the objects are visually different by design differences. While, in the English language, a person nicknamed *Mop*, due to the person hair, in Russian, the nickname indicates that the person is very thin. (TSEPKOVA, 2013, p. 834). Another example is the nickname *Chicken*: while in the cultures of English native speakers the animal is used to describe cowardly people, in the Russian language, the same animal is used to describe small people, who speak in a low voice and are evaluated as being shy and helpless (TSEPKOVA, 2013, p. 835).

As shown by the briefly described research, in the Comparative Anthroponomastics subarea, there are several possibilities of investigation. Under an applied bias, there are investigations motivated by the need of translating texts, teach foreign languages or to solve linguistic issues arising as a result of migratory movements. There are also investigations on issues about the choice of first names in migratory and other contexts in which the comparison is of less practical purposes and are rather focused on the relationship among language, culture and representation of the world. This kind of research pursued what can be considered as specific to a language or culture and what can be considered as universal practices and values.

In this context, researches I have conducted follow some of these possibilities of study. In the context of the comparative studies motivated by migratory movements, I conducted an exploratory study on the linguistic constitution of names of Lithuanian descendants in Brazil with data collected from closed Facebook *groups* (SEIDE, 2018). A similar study involving female anthroponymy was also conducted (SEIDE, 2020). Petrulionė and I made a comparative study of the repertoire of male names most popular in Brazil and Lithuania, based on statistical data available on institutional sites of both countries, in a proposal to compare distinct anthroponimic systems that are not related to each other from a linguistic and geographical point of view (SEIDE; PETRULIONĖ, 2018).

With a similar purpose, I conducted with the same researcher an exploratory study on the uses of hypocoristic forms as a forename in both countries, based on institutional statistical data available online (SEIDE; PETRULIONĖ, 2020). Another research conducted involving these countries was conducted with Amaral (2018). We conducted an exploratory study more focused on anthropological and cultural issues in which the semantic fields of first names derived from common nouns in Lithuanian and Brazilian Portuguese were compared with a database generated via Facebook poll (SEIDE; AMARAL, 2018). Another exploratory study was conducted comparing closer languages and cultures. I developed with Frai (2019) a comparative study of nearby languages and cultures in which we compared the use of a list of first name in Spain and Brazil based on official statistical data from both countries (SEIDE; FRAI, 2019). The results of this research showed that, for male anthroponymy, there are more convergent results than those achieved by comparing Brazilian and Lithuanian anthroponymies.

Considering the 23 studies cited in this article, of which 17 are complete papers presented in Proceedings and 6 studies published in research article or presented in a

scientific event, it is possible to delimit and characterize the area of Comparative Anthroponomastics according to its objects of study.

Starting at the most general and abstract level, there are the most anthropological and universal researches that aims at the apprehension of what can be considered as common characteristics of different naming practices involving two or more languages and cultures (TSEPKOVA, 2013; SITKEI, 2018; SEIDE; AMARAL 2018). Other research focuses on the anthroponimic consequences of linguistic and cultural contact (WALKOWIAK, 2018b).

Most studies, however, are related to linguistic contact resulting from migratory movements, including those that make comparative studies aimed at the creation and/or evaluation of national linguistic policies. There are also those studies motivated by the need to translate first names from one language to another and to teach grammatical aspects of the first names in foreign language, and those that compare repertoires of first names in different languages and countries without taking into account any linguistic contacts. Such research may involve closer languages such as Mexican Spanish and French and European Spanish and Portuguese of Brazil or more distant as Portuguese of Brazil and Lithuanian.

The epistemological evaluation of the studies mentioned in this literature review resulted in the identification of seven subareas within the Comparative Anthroponomastics. The following table describes them, correlating the researches described throughout this article to the subareas of Anthroponomastics.

Table 1 – Subareas of Comparative Anthroponomastics.

Subareas	Research
1) Studies applied to translation	Gudurić (2014)
2) Studies applied to the teaching of foreign language	Mutsukawa (2014)
3) Research comparing anthroponimic repertoires	López-Franco (2014), Seide & Petrulioné (2018), Seide & Frai (2019)
4) Research relating language, History and culture	Shokhenmayer (2016), Walkowiak (2016), Walkowiak (2018b), Jordà, Pujadas-Mora & Cabré (2016)

5) Research on inclusion or presence of anthroponimic loanwords in a national anthroponimic repertoire	Frändén (2016), Havlík (2016), Jilková (2016), Štěpánová (2016)
6) Comparison of languages and cultures not related to each other (anthroponimic universals)	Sitkei (2018), Tsepikova (2013), Seide & Amaral (2018), Seide & Petrulionė (2020)
7) Research motivated by migratory processes or by the presence of minority languages at national level	Bramwell (2016), Szabó (2018), Walkoviak (2018a), Seide (2018a, 2020).

Source: author.

The areas of study described in Table 1 show the richness of comparative studies on Anthroponomastics resulting from the diversity of motivations for which researchers choose to dedicate themselves to this type of investigations. Often, comparative bias arises from a practical need such as the multilingual and complex situations in which societies, their languages and cultures are put face to face as a consequence of migratory movements; one has to translate a text from one language to another, which includes proper names of people; or there is the teaching of a foreign language and its anthroponomies. There are also studies comparing independent anthroponimic systems with the purpose of peering into similarities, differences and anthroponimic possibilities and comparing languages and cultures. Although this study has covered a considerable number of articles, the description of the state of the art of The Comparative Anthroponomastics described in this article does not exhaust the possibilities of study, only presents some research perspectives.

References

BRAMWELL, E. S. Personal Naming and Society: A comparative study of disparate communities. **Actes del XXIX Congrés Internacional d'ICOS sobre Ciències Onomàstiques**. Annex. Secció 5, 2014. P. 712-718. DOI:

FRÄNDÉN, M. Surnames in the Melting Pot: Presentation of a Project on Surnames and Immigration. **Proceedings of the 25th International Congress of Onomastic Sciences**, Glasgow, 25-29 August 2014, p. 233-236, vol. 4, 2016. Carole Hough and Daria Izdebska (ed.). First published 2016 by University of Glasgow under Creative

Commons License. Available at: http://www.icos2014.com/wp-content/uploads/icos2014_v4_313.pdf. Accessed on: Jul. 9, 2019.

GUDURIC, S. Adaptation et transposition des noms propres du Français en Serbe. **Actes del XXIV Congrès Internacional d'ICOS sobre Ciències Onomàstiques**. Annex. Secció 3, 327-334, 2014.

HAVLÍK, M. Can Czechs Read Polish Names? Problems with the Adaptation of Foreign Anthroponyms and Toponyms. **Proceedings of the 25th International Congress of Onomastic Sciences**, Glasgow, 41-50, 25-29 August 2014. Vol.4, 2016. *Anthroponomastics*. Carole Hough and Daria Izdebska (ed.). First published 2016 by University of Glasgow under Creative Commons licence. Available at: http://www.icos2014.com/wp-content/uploads/icos2014_v4_313.pdf. Accessed on: Nov. 17, 2017.

JÍLKOVÁ, L. Pronunciation of Hungarian Proper Names in Czech. **Proceedings of the 25th International Congress of Onomastic Sciences**, Glasgow, 60-68, 25-29 August 2014. Vol.4, 2016. Carole Hough and Daria Izdebska (ed.). First published 2016 by University of Glasgow under Creative Commons licence. Available at: http://www.icos2014.com/wp-content/uploads/icos2014_v4_313.pdf. Accessed on: Jul. 09, 2019.

JORDÀ, J. P.; PUJADAS-MORA; CABRÉ, A. Surnames and Migrations: The Barcelona Area (1451-1900), **Proceedings of the 25th International Congress of Onomastic Sciences**, Glasgow, 313-324, 25-29 August 2014. Vol. 3, 2016. HOUGH, C.; IZDEBSKA, D. (ed.). First published 2016 by University of Glasgow under Creative Commons licence. Available at: http://www.icos2014.com/wp-content/uploads/icos2014_v4_313.pdf. Accessed on: July 09, 2019.

LOPEZ FRANCO, Y. G. Comparaison des prénoms attribués en 1970 et 1975 dans deux communes romanophones : Tlalnepantla de Baz au Mexique, et Montpellier en France. Une approche socioanthroponymique. **Actes del XXIV Congrès Internacional d'ICOS sobre Ciències Onomàstiques**. Annex. Secció 5, 821-832, 2014, 2016.

MUTSUKAWA, M. Phonological and Semantic Gender Differences in English and Japanese Given Names. **Actes del XXIV Congrès Internacional d'ICOS sobre Ciències Onomàstiques**. Annex. Secció 3, 370-377, 2014.

SEIDE, M. S. Métodos de pesquisa em Antroponomástica. **Domínios de Linguagem**, 10 (3), 1146-1171, 2016. <https://doi.org/10.14393/DL23-v10n3a2016-19>

SEIDE, M. S. Antroponímia e imigração: os nomes de brasileiros descendentes de lituano. **Web Revista SOCIODIALETO**, 7 (21), 52-81, 2018a. Available at: <http://sociodialeto.com.br/index.php/sociodialeto/article/view/55>

SEIDE, M. S. Antroponímia, diáspora y migración: los descendientes de lituanos en Brasil. **Onomástica desde América Latina**, v. 1, n. 1, p. 97-117, 2020. DOI <https://doi.org/10.48075/odal.v1i2.25488>

SEIDE, M. S.; AMARAL, E. T. R. A translação de nome comum a nome próprio na antroponímia feminina da Lituânia e do Brasil: um estudo exploratório. **XXXIII Encontro Nacional da ANPOLL**. UFMT, Cuiabá, MT, Brasil, 2018 (com.oral).

SEIDE, M. S.; FRAI, P. H. Antroponímia Comparada: um estudo sobre os nomes inovadores na antroponímia da Espanha e do Brasil. **Afluente: revista de Letras e Linguística**. UFMA/Campus III, v. 4, n. 12, 64-86, maio/ago. 2019.

SEIDE, M. S.; PETRULIONĖ, L. Formation and usage of hypocoristic forms in Brazilian Portuguese and Lithuanian. **Revista Alfa**. vol. 64, p. 1-27, 2020. DOI <https://doi.org/10.1590/1981-5794-e11611>

SEIDE, M. S.; PETRULIONĖ, L. Between Languages and Cultures: an Exploratory Comparative Study of Usage of Lithuanian and Brazilian Masculine Anthroponyms. **Revista de Estudos da Linguagem**, 26 (3), p. 1201-1226, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.17851/2237-2083.26.3.1201-1226>

SHOKHENMAYER, E. Comparative Study of the 100 Most Frequent Russian, French, German and British Surnames. **Names and Their Environment. Proceedings of the 25th International Congress of Onomastic Sciences**, Glasgow: 221-232, 25-29 August 2014. Vol. 3, 2016. Anthroponomastics. Carole Hough and Daria Izdebska (ed.). First published 2016 by University of Glasgow under Creative Commons licence. Available at: http://www.icos2014.com/wp-content/uploads/icos2014_v3_221.pdf. Accessed on: Nov. 17, 2017.

SITKEI, D. Apotropaic names in different cultures. **Onomástica Uralica**, v.13, 211-223, 2018. Available at: <http://mnytud.arts.klte.hu/onomural/kotetek/ou13a.html>. Accessed on: Jun 02, 2020.

SZABÓ T, A. M. U. Bilingualism: binominalism? **Onomástica Uralica**, v. 11, 17-30, 2018. Available at: <http://mnytud.arts.unideb.hu/onomural/kotetek/ou10a.html>. Accessed on: July 8, 2019.

ŠTĚPÁNOVÁ, V. How Should These Names Be Pronounced? Specific Phonetic Features. **Proceedings of the 25th International Congress of Onomastic Sciences**, Glasgow, 179- 186, 25-29, August 2014. Vol. 4, 2016. Anthroponomastics. Carole Hough and Daria Izdebska (ed.). First published 2016 by University of Glasgow under Creative Commons licence. Available at: http://www.icos2014.com/wp-content/uploads/icos2014_v4_313.pdf. Accessed on: Nov. 17 2017.

TSEPKOVA, A. Nicknames and culture: Analysing anthroponymic nicknames, reflecting cultural realia. **Name and naming. Proceedings of the Second International Conference on Onomastics "Name and Naming"**. Onomastics in Contemporary Public Space, 2013. p. 821-838. Available at: http://onomasticafelecan.ro/iconn2/iconn2_proceedings.php. Accessed on: Jul. 9, 2019.

WALKOWIAK, J. B. Lithuanisation of Personal Names of the Polish Minority in Lithuania. **Proceedings of the 25th International Congress of Onomastic Sciences**, Glasgow, 313-324, 25-29 August 2014. vol.4, 2016. Anthroponomastics. Carole Hough and Daria Izdebska (ed.). First published 2016 by University of Glasgow under Creative Commons licence. Available at: http://www.icos2014.com/wp-content/uploads/icos2014_v4_313.pdf. Accessed on: Nov. 17, 2017.

WALKOWIAK, J. B. Personal Name Policies in Europe in the Context of Globalization. **Onomástica Uralica**, v. 10, p. 295-308, 2018a. Available at: <http://mnytud.arts.klte.hu/onomural/kotetek/ou10a.html>. Accessed on: Jun. 02, 2020.

WALKOWIAK, J. B. Lithuanian anthroponymic heritage in Poland. **Onomástica Uralica**, v.12, p.17-30, 2018b. Available at: <http://mnytud.arts.klte.hu/onomural/kotetek/ou12a.html>. Accessed on: Jun. 02, 2020.

Translation received in: 08.10.2021

Translation approved in: 10.29.2021